

Relatório de Actividades e de Gestão



Matosinhos
Câmara Municipal





Mensagem do Presidente



Execução do Plano de Actividades



Relatório de Gestão



Anexos

Sumário

Mensagem do Presidente



O relatório 2009 é um documento de tarefa facilitada. O balanço do essencial ocorreu no último acto eleitoral e, do que se trata agora, propriamente, é de olhar as contas e o que daí resulta para o futuro.

Assim a principal constatação é que, fruto de uma perda de receita, particularmente em IMT e taxa de loteamentos, 2009 encerra com um aumento da dívida a terceiros, sem embargo da dívida de médio e longo prazo ter continuado a diminuir.

A segunda constatação é que o montante dos compromissos de curto prazo nada tem a ver com os montantes alarmistas que muitos referiam, não tem comparação com o quadro geral das congéneres e está acomodado já no plano de 2010. A saúde financeira do município, medida também pela capacidade de endividamento e gastos com pessoal, não sofre beliscadura.

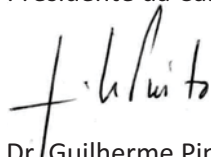
Uma terceira constatação preliminar é que a autarquia andou bem ao acautelar algum refreamento no conjunto de investimentos e despesas de forma a que a crise – insuspeita aquando da elaboração do plano – não resultasse em condições financeiras mais complexas.

É assim que, apesar de termos realizado um dos maiores volumes financeiros de sempre, a taxa de execução não atingiu os valores a que estávamos habituados nos últimos anos mas, ainda assim, uma boa taxa de execução no contexto e na comparação que as contas sempre motivam.

Mais importante, porém, é que, como resulta do relatório, as pontes para o futuro estão lançadas.



O Presidente da Câmara



Dr. Guilherme Pinto

Execução do Plano de Actividades



Execução do Plano de Actividades

Relações Públicas e Comunicação

Modernização Administrativa

Gabinete de Auditoria e Qualidade

Gabinete de Estudos e Planeamento Estratégico

Gabinete Jurídico e de Apoio aos Órgãos Autárquicos

Recursos Humanos

Promoção da Economia Local

Turismo

Cultura

Educação e Formação

Juventude e Voluntariado

Promoção Social e Saúde

Administração do Território

Ambiente

Segurança e Protecção Civil

Desporto

Projectos e Obras

Estar próximo. Valorizar. Simplificar. O Gabinete de Acolhimento ao Múncipe e Comunicação assumiu, desde o primeiro momento, uma forte aposta na proximidade com os cidadãos: no atendimento, na celeridade das respostas a cada solicitação, na preparação das iniciativas municipais, na comunicação e na imagem.

Se o ano de 2008 foi marcado por profundas alterações nos Serviços de Relações Públicas e Comunicação, resultantes da entrada em funcionamento da **Loja do Múncipe presencial**, 2009 foi, por excelência, o ano da consolidação desta inovadora estrutura que alterou completamente o modelo de atendimento da Câmara Municipal, uma vez que concentrou num só espaço físico o atendimento de todos os serviços municipais.



Este novo interface de contacto com os cidadãos permitiu uma resposta imediata a um conjunto de solicitações, agilizando processos e procedimentos.

A Loja do Múncipe revolucionou, assim, toda actividade dos Serviços de Relações Públicas e Comunicação que, por um lado, diminuíram o número de atendimentos directos aos cidadãos, agora efectuados em regime de exclusividade pelo front-office mas, por outro, viram as suas responsabilidades acrescidas na preparação e acompanhamento de eventos, no protocolo, na recepção a entidades que nos visitam, bem como em toda a actividade na área das Relações Públicas.

No que diz respeito à Comunicação e Imagem, a natureza das funções manteve-se idêntica à dos anos anteriores, sendo acrescida pela forte aposta na presença da Câmara Municipal de Matosinhos nas redes sociais, pela criação da Loja do Múncipe Online na página da internet e pela gestão e coordenação dos conteúdos audiovisuais do sistema de écrans indoor da própria loja.

Serviço de Relações Públicas e Comunicação

O Serviço de Relações Públicas e Comunicação desenvolveu a sua actividade, em 2009, tendo como princípio basilar, a prestação de um serviço de qualidade a todos os cidadãos que se dirigem aos serviços da Câmara Municipal de Matosinhos.



O atendimento ao público, a recepção de audiências, o encaminhamento de munícipes, o protocolo, o acompanhamento de cerimónias são algumas das vertentes do denominado trabalho de contacto directo e permanente, com todos os que se dirigem aos serviços municipais.

Livro de Reclamações

O Livro de Reclamações é um meio fundamental existente nas Autarquias Locais e que inicialmente foi aplicado a todos os organismos da Administração Pública, sem diferenciação através do Artº nº1 do Decreto-Lei nº 135/99 de 22 de Abril.

O Livro de Reclamações é um instrumento ao serviço dos munícipes onde estes podem apresentar as suas reclamações, as suas insatisfações, podendo constituir-se numa grande oportunidade para os serviços melhorarem o seu desempenho.

Em 2009, foram efectuadas 92 reclamações através da Loja do Munícipe, ou seja, uma média de 7 reclamações mensais. Os meses de Junho (19) e Outubro (14) foram os meses que registaram maior número de reclamações.

Assinalamos ainda que, das 92 reclamações, 52 foram exaradas por homens, 32 por mulheres e por último 8 reclamações que foram efectuadas em nomes de entidades.

Apoio a iniciativas

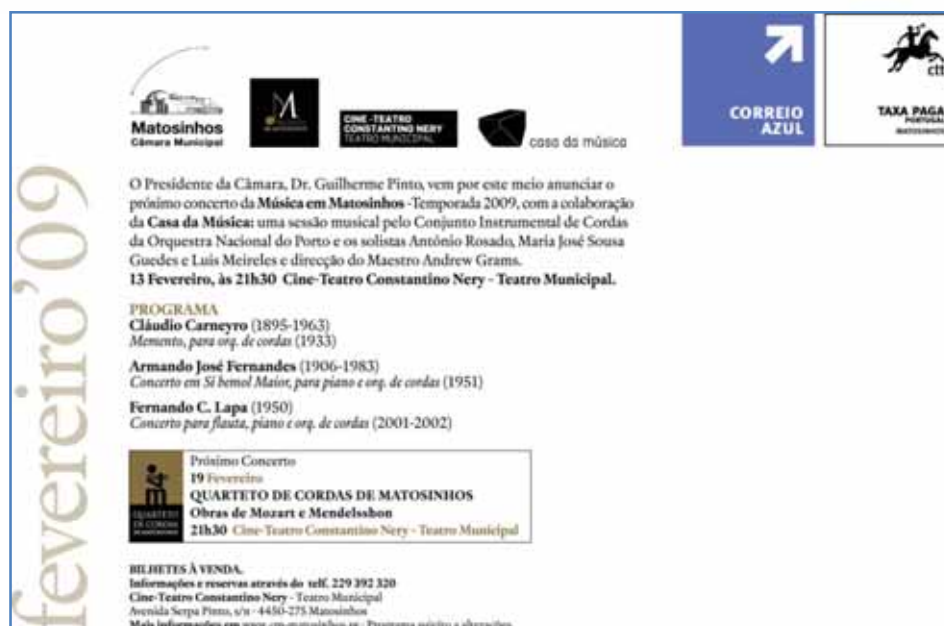
Em 2009, destaca-se a organização e apoio a cerca de **750 iniciativas**, quer nos diversos equipamentos municipais, quer em diversas zonas do Concelho, apostando cada vez mais numa eficiência técnica e organizativa.

A estas 750 actividades, corresponde um apoio a **435.000 participantes** nessas mesmas actividades, divididas em iniciativas desportivas, reuniões diversas, exposições, congressos, reuniões de câmara, concertos, assembleias municipais, entre outros.



Mailing

O direct mailing é o mais importante processo de comunicação do marketing directo e é uma variável da comunicação que compreende um conjunto de técnicas que permitem identificar, conquistar e fidelizar os utentes habituais e potenciais de uma instituição de forma directa e personalizada. Sendo a selectividade uma das principais vantagens do marketing directo, facilmente se conclui a importância de uma boa segmentação, assim, é necessário recolher informação permanentemente, organizá-la de forma adequada aos objectivos pretendidos – geri-la para que se possa segmentar adequadamente os convites e desenvolver os contactos adequados a cada segmento. Todas as actividades realizadas na Câmara Municipal de Matosinhos foram e são divulgadas através dos Serviços de Relações Públicas.



fevereiro'09

Matosinhos
Câmara Municipal

CINE-TEATRO CONSTANTINO NERY
TEATRO MUNICIPAL

caso da música

CORREIO AZUL

TAXA PAGA
PÚBLICA
MATOSINHOS

O Presidente da Câmara, Dr. Guilherme Pinto, vem por este meio anunciar o próximo concerto da **Música em Matosinhos - Temporada 2009**, com a colaboração da **Casa da Música**: uma sessão musical pelo Conjunto Instrumental de Cordas da Orquestra Nacional do Porto e os solistas António Rosado, Maria José Sousa Guedes e Luís Meireles e direcção do Maestro Andrew Grams.

13 Fevereiro, às 21h30 Cine-Teatro Constantino Nery - Teatro Municipal.

PROGRAMA
Cláudio Carneiro (1895-1963)
Memento, para org. de cordas (1933)
Armando José Fernandes (1906-1983)
Concerto em Si bemol Maior, para piano e org. de cordas (1951)
Fernando C. Lapa (1950)
Concerto para flauta, piano e org. de cordas (2001-2002)

Próximo Concerto
19 Fevereiro
QUARTETO DE CORDAS DE MATOSINHOS
Obras de Mozart e Mendelssohn
21h30 Cine-Teatro Constantino Nery - Teatro Municipal

BILHETES À VENDA.
 Informações e reservas através do tel. 229 392 320
 Cine-Teatro Constantino Nery - Teatro Municipal
 Avenida Serpa Pinto, s/n - 4450-275 Matosinhos
 Mais informações em www.cm-matosinhos.pt - Programa sujeito a alterações.

Durante o ano de 2009, houve sempre a preocupação de enviar cada mailing com pelo menos uma semana de antecedência. Contudo, e perante a impotência das RP's, os mailings chegam, por vezes, às Relações Públicas com uma proximidade gritante dos eventos. A preocupação dos Serviços de Relações Públicas é ganhar a luta contra o tempo que, ainda que involuntariamente, é imposta. A conjugação de todos os esforços, unido com o papel relevante e fundamental da envelopadora e endereçadora, têm permitido dar uma resposta bastante positiva e eficaz às solicitações da instituição em termos de mailing.

A selecção dos públicos-alvo, a quem proceder o envio do mailing, é feita, geralmente, pelos Serviços de Relações Públicas. Há sempre a preocupação em coadunar quem se convida e o evento em causa, para que a capacidade de resposta dos convidados possa ser elevada. Alguns grupos existentes na nossa base de dados são sempre inseridos no mailing por serem considerados prioritários ou porque solicitaram às Relações Públicas a recepção dos nossos convites na sua residência.

Ao longo do ano de 2009, as principais preocupações, ao nível de mailing, foram: cumprimento de prazos e adequação de públicos para aumento da capacidade de resposta.

Estruturas de Divulgação de Eventos - Lonas

As estruturas informativas (lonas) são uma forma de comunicação externa essencial na divulgação das várias iniciativas organizadas ou apoiadas pela Autarquia e obedecem a um estudo ou planeamento estratégico de posicionamento cuidadoso.

Durante o ano 2009, nos 19 espaços disponíveis, foram divulgadas **55 iniciativas da autarquia**. Foram também divulgadas algumas iniciativas que contaram com o apoio da Câmara, num total de **167 lonas**.

Mupies

O Gabinete de Relações tem, neste momento, à sua responsabilidade 49 estruturas nas quais publicita os eventos que decorrem no concelho, sejam eles de âmbito municipal ou de iniciativas de outras instituições com que o município colabora e apoia.

Durante o ano de 2009 a Autarquia divulgou 66 iniciativas municipais e 62 iniciativas do exterior com o patrocínio da Autarquia.



PAC's, Espaços Internet, Loja Municipal do Cidadãos

Durante o ano de 2009 os serviços descentralizados dos Espaços Internet, Postos de Atendimento ao Cidadão e Loja Municipal do Cidadão, registaram no global um aumento do número de utentes, tal como tem sucedido ao longo dos anos desde a sua implementação, chegando aos **12.530 atendimentos**.

Os Espaços Internet, localizados em Matosinhos, S. Mamede de Infesta e em Stª Cruz do Bispo, registaram um total de **30.500 utentes**.

SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM

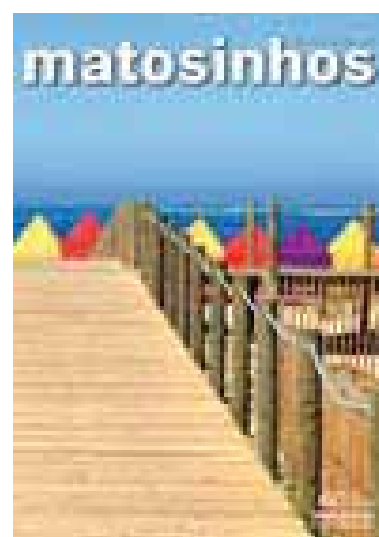
Uma procura incessante em marcar a diferença, apostar na inovação e na criatividade. Uma curiosidade interminável em descobrir as novas potencialidades que a internet nos coloca diariamente ao nosso dispor. Uma inquietude que nos leva a questionar permanentemente o nosso trabalho. Uma vontade em fazer aprendendo, em aprender fazendo. Os Serviços de Comunicação e Imagem têm, de facto, algumas características intrínsecas que estão presentes no nosso dia-a-dia, reflectindo-se no trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2009.

Por isso, procuramos fazer mais e melhor na organização dos eventos, em conjunto com os Serviços de Relações Públicas, na minuciosa preparação prévia de cada um deles, na gestão adequada de meios humanos e materiais para o sucesso de cada uma das iniciativas, e também na monitorização de todas as fases processuais com vista à melhoria de procedimentos.

Os Serviços de Comunicação e Imagem consideram a comunicação interna e externa, e a conciliação das duas, como uma das bases essenciais do seu trabalho, uma vez que a concretização de uma imagem ajustada e assente em critérios credíveis interna e externamente decorrerá da nossa capacidade de desenvolver, com êxito, estas duas vertentes.

Revista Municipal

A Revista Municipal é um dos meios de comunicação mais importantes da autarquia, permitindo, com periodicidade trimestral, dar a conhecer à população a actividade autárquica, bem como os principais eventos realizados ao longo do ano. Recentemente, aumentamos o número de páginas da nossa Revista Municipal, de 28 para 36, conferindo-lhe um ar mais “clean” e conciso. O trabalho dos Serviços de Comunicação e Imagem nesta área passa pela recolha de todo o material necessário à elaboração dos conteúdos da revista, acompanhamento de terreno das actividades da Câmara, recolha e selecção de material fotográfico, desenvolvimento de textos e acompanhamento de todo o processo de execução da Revista Municipal.



Página da internet

A **página da Internet** manteve-se como uma das nossas grandes prioridades. O ano de 2009 ficou marcado pela entrada em funcionamento da Loja do Múncipe Online. Na caminhada de passos firmes em direcção ao futuro, a Câmara Municipal de Matosinhos atingiu, no dia 5 de Fevereiro de 2009, mais um patamar de relevante importância ao implementar o atendimento online.



O portal dos serviços que a autarquia implementou na internet, através da página www.cm-matosinhos.pt foi o culminar de todo um trabalho desenvolvido por uma vasta equipa pluridisciplinar com o firme propósito de construir um espaço simples, acessível e, acima de tudo, funcional, caracterizado por um atendimento online de proximidade onde se destaca o envolvimento efectivo com as populações.

Construído a pensar nos cidadãos que vivem no concelho de Matosinhos, mas também em todos aqueles que desenvolvem aqui a sua vida profissional e empresarial ou que simplesmente têm assuntos a tratar com a Câmara Municipal, a Loja do Múncipe Online permite submeter por esta via cerca de 500 tipos de requerimentos diferentes, algo que antes teria de se fazer presencialmente.

Com o objectivo de criar uma navegação funcional, a Loja do Múncipe Online foi construída seguindo uma imagem simples e sóbria, onde se destacam as mensagens e a arquitectura dos menus estruturada por áreas de intervenção municipal.

De salientar, ainda, que coube aos Serviços de Comunicação e Imagem a elaboração das FAQ'S da Comunicação e Imagem, bem como a coordenação das faq's dos restantes departamentos da autarquia.

Para além disso, foram, ainda, elaborados todos os textos das áreas e sub áreas de intervenção municipal para o portal da Loja do Munícipe online.

No que diz respeito à página da internet, a nossa actividade é diária e permanente: a actualização das notícias, a inserção de eventos, a disponibilização das agendas e das actas das Reuniões de Câmara, bem como dos editais das Assembleias Municipais; a colocação online dos concursos, de anúncios e editais, de regulamentos em discussão pública, a divulgação das notas de imprensa, a colocação de filmes e eventos na MTS TV, etc, etc.

De referir, por exemplo, que em 2009 foram criadas **31 newsletters semanais** e **10 especiais** destinadas a todos os cidadãos que se inscreveram para recepcionar a nossa informação, numa **mailing list que ronda os 5628**.

Ao longo de 2009 foram inseridas **309 notícias**.

No que diz respeito a actualizações, destacamos as **Figuras de Matosinhos** (55 perfis) os projectos de **Em Discussão** (35 projectos), a actualização dos dados do **Associ@r** (380 associações) e a criação do submenu da **Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ)**.



Matosinhos na Web 2.0

O termo Web 2.0 é utilizado para descrever a segunda geração da World Wide Web, uma tendência que reforça o conceito de troca de informações e colaboração dos internautas com sites e serviços virtuais. A ideia é que o ambiente online se torne mais dinâmico e que os usuários colaborem para a organização de conteúdo.

As redes sociais agrupam pessoas que partilham interesses, valores e objectivos comuns. Reconhecendo a importância crescente destas redes no contacto com as pessoas, a autarquia de Matosinhos lançou-se na Web 2.0 criando perfis no YOU TUBE, TWITTER, MOGULUS, FACEBOOK, LINKED IN, entre outros.

Este é um trabalho diário e incessante que nos permite, a um baixo custo, excelentes resultados comunicacionais. Ao longo de 2009, os Serviços de Comunicação e Imagem dedicaram particular atenção aos nossos perfis nas diferentes redes sociais.

Twitter: http://twitter.com/CM_MATOSINHOS

Facebook: <http://www.facebook.com/cmMatosinhos>

Youtube: <http://www.youtube.com/GCICMMatosinhos>

Flickr: <http://www.flickr.com/photos/cmmatosinhos>

LinkedIn: <http://www.linkedin.com/in/cmmatosinhos>

WebTv: http://www.cm-matosinhos.pt/PageGen.aspx?WMCM_Paginald=38438

Voz do Múncipe e Contacte o Presidente

“Voz do Múncipe” e “Contacte o Presidente” são dois serviços disponibilizados através da página de Internet, desde Março de 2006, e que constituem uma das formas de comunicação com a autarquia mais usadas pelos nossos munícipes.

O objectivo foi o de incentivar os cidadãos a comentarem os nossos projectos, as nossas iniciativas, a revelarem-nos os seus interesses, de uma forma simples, cómoda e rápida. Estes são contributos que poderão, sem margem de dúvidas, fazer a diferença no processo de tomada de decisão dos líderes políticos ao serviço das populações.

Como forma de facilitar a gestão destes serviços, que é feita pelos Serviços de Comunicação e Imagem, foi implementado um BackOffice que tem vindo a ser sujeito a alguns ajustamentos com o objectivo de podermos melhorar a eficácia de gestão destes serviços (principalmente em tempo de resposta, mas também na garantia, que neste momento não existe, de uma resposta efectiva ao email do múnícipe).

Com a entrada em funcionamento do BackOffice passou a ser enviada uma resposta automática ao múnícipe, atribuindo-lhe um código, com a indicação de que recebemos o email e que este vai ser

analisado, mas a resposta final é preparada pelos serviços de comunicação e imagem, em articulação com os vários serviços da autarquia.

Quando se efectua uma análise dos emails que nos chegam através do serviço “Voz do Múncipe” por assuntos, verifica-se que os assuntos mais referidos dizem respeito à **polícia municipal/fiscalização**



municipal (acusações de tolerância ou intolerância por parte dos agentes, queixas de estacionamento abusivo, carros abandonados, pedidos de vistoria, reclamações sobre funcionamento indevido de actividade); **trânsito** (o semáforo que não funciona, a passadeira que tem de ser repintada, a falta de um sinal, a discordância quanto a sentidos de trânsito, etc.); **obras municipais** (os buracos nas ruas, a necessidade de renovação dos arruamentos); questões relacionadas com o **lixo** (pedidos de ecopontos e contentores,

queixas sobre a recolha de lixo); **ambiente** (pedido de colocação ou corte de árvores, questões relacionadas com manutenções de jardins, queixas sobre ruído).

Em 2009, recebemos **530 emails** através do serviço Voz do Múncipe e **306 emails** através do serviço Contacte o Presidente.

Publicidade

Em 2009, a gestão da publicidade da autarquia foi feita de forma contextualizada e meticulosa, procedendo-se a uma adequada gestão de recursos. Não podemos deixar de destacar um **encarte realizado no Jornal de Notícias**, no mês de Junho, por altura do centenário da cidade, destacando as obras em curso a decorrer na cidade de Matosinhos.

Foi, de facto, um trabalho que primou pelo rigor e pela qualidade e que do qual os Serviços de Comunicação e Imagem obtiveram um feed-back positivo da parte de muitos cidadãos.

Compete ainda a estes serviços a elaboração de planos de meios e planos de comunicação, entre os quais destacamos o Plano de Meios das Festas do Senhor de Matosinhos, em colaboração com a Ancima, o Plano de Meios da Reabertura da Quinta da Conceição e o Plano de Meios dos Ateliers de Verão.

Em 2009, colocamos na Porto Canal cerca de **56 spots publicitários** no âmbito do protocolo que a autarquia estabeleceu com este canal.

A Rádio Clube de Matosinhos divulgou cerca de **15 campanhas informativas de âmbito municipal**, divulgadas praticamente todas diariamente durante algumas semanas.

Mailings

Ao longo de 2009, foi também nossa preocupação a proximidade com as pessoas através de uma comunicação directa, com mensagens claras e concisas. De facto, a aposta em mailings para todos os domicílios do concelho teve excelentes resultados porque conseguimos levar a todas as casas, empresas e instituições do concelho informação municipal relevante. Alguns desses mailings foram direccionados a grupos ou a freguesias, conseguindo um target ainda mais específico.



Outros dados relevantes

- ✓ Campanhas de comunicação veiculadas através de **14 outdoors** colocados em diferentes locais do concelho ao longo do ano de 2009;
- ✓ Criação de **60 filmes** para veiculação nos plasmas da Loja do Município, MTS TV, youtube e www.cm-matosinhos.pt.
- ✓ Elaboração de **8 dossiers de imprensa**.
- ✓ Elaboração de **relatório trimestral de estatísticas** de acesso ao site;
- ✓ Elaboração de um **inquérito por questionário sobre a satisfação dos munícipes** em relação ao site;
- ✓ Envio quinzenal de agenda de eventos para um conjunto alargado de órgãos de comunicação social;
- ✓ Gestão da **presença da autarquia na Iporto** com inserção trimestral de toda a informação na plataforma electrónica deste meio de comunicação da Área Metropolitana do Porto.

Execução do Plano de Actividades

Relações Públicas e Comunicação

Modernização Administrativa

Gabinete de Auditoria e Qualidade

Gabinete de Estudos e Planeamento Estratégico

Gabinete Jurídico e de Apoio aos Órgãos Autárquicos

Recursos Humanos

Promoção da Economia Local

Turismo

Cultura

Educação e Formação

Juventude e Voluntariado

Promoção Social e Saúde

Administração do Território

Ambiente

Segurança e Protecção Civil

Desporto

Projectos e Obras

2009 foi o primeiro ano pleno em que esta direcção teve o âmbito da sua actuação reduzido apenas às Tecnologias de Informação.

Por isso o ano de 2009 foi a consolidação do trabalho de 2008, em particular do esforço de implementação dos serviços de atendimento.

Apesar da pausa na renovação do parque informático da CMM, foi iniciada em 2009 a migração para Exchange 2007 e a Active Directory foi colocada em modo nativo.

Foi feita a exploração da estrutura de virtualização de alta disponibilidade e disaster-recovery em cima de software VMWare e montagem de Cluster de alta performance para bases de dados e montagem de Reverse-Proxy sobre o qual se montaram as soluções de disponibilização na Net de aplicações da intranet (ou em jargão técnico a Extranet), a Storage Area Network viu a sua capacidade aumentada em 5TB Raw, permitindo alojar mais Máquinas Virtuais, como por exemplo o suporte às máquinas que suportam o SIG da CMM.

Expansão da rede MPLS, com chegada a todos os edifícios da Câmara, acesso via Internet. Note-se o impacto negativo de falta de apoio em termos de acomodação de cablagem.

Colocação do sistema de telefonia IP nos Paços de Concelho em fase experimental, mais uma vez por não acomodação da infra-estrutura de cablagem não foi possível levar mais longe.

Foi instaurado sistema de dupla vigilância no email, com a adjudicação à AnubisNetworks de sistema de filtragem de email a montante da nossa infra-estrutura.

Foi iniciado o desenvolvimento do novo sistema de Gestão Urbanística e sistema de validação de documentos de urbanismo entregues em formato digital.

Reconhecimento

Via reembolso de verbas no caso projecto Metropolis e a nível mais internacional esta autarquia recebeu o prémio Best Citizen Service Project MICROSOFT em Bilbao Abril 2009 e ao nível mundial fomos considerados Microsoft Case Study – CSP.



Execução do Plano de Actividades

Relações Públicas e Comunicação

Modernização Administrativa

Gabinete de Auditoria e Qualidade

Gabinete de Estudos e Planeamento Estratégico

Gabinete Jurídico e de Apoio aos Órgãos Autárquicos

Recursos Humanos

Promoção da Economia Local

Turismo

Cultura

Educação e Formação

Juventude e Voluntariado

Promoção Social e Saúde

Administração do Território

Ambiente

Segurança e Protecção Civil

Desporto

Projectos e Obras

O Gabinete de Auditoria e Qualidade desenvolveu a sua actividade, alinhada com a estratégia da Administração, que se pautou por alcançar uma cultura de grande transparência, integridade e rigor, bem como acolher os melhores desafios que a inovação e modernização administrativa lançam.



Foi com base nesses princípios que o Gabinete desenvolveu o seu plano e cronograma de acção, abrangendo os seus três vectores de actuação: Auditoria, Qualidade e Desenvolvimento.

No decurso do ano de 2009, foram efectuadas auditorias a diversos processos e procedimentos com base no projecto “Gestão de Riscos de Gestão”, bem como auditorias de acompanhamento às auditorias realizadas em anos transactos, com o objectivo de constatar a mais-valia obtida, da eventual aplicação das medidas correctivas e preventivas propostas pelo GAQ nos respectivos relatórios finais.

As equipas auditoras, no desempenho da sua actividade, elegeram como uma das suas ferramentas a partilha de conhecimentos e valores, dando primordial relevo ao diálogo com os interlocutores nomeados pelos serviços auditados.

Só conhecendo bem o processo a auditar (*processo em sentido lato*), a sua dinâmica, seus constrangimentos internos e externos, é que se torna exequível propor aos responsáveis a correcção de fragilidades detectadas, a normalização, desburocratização e reengenharia de procedimentos, tendo em vista a mitigação de eventuais fontes de risco de gestão.

A auditoria interna sendo um dos processos transversais do SGQ, conduziu a que o GAQ desenvolvesse e implementasse o seu processo de “Auditoria interna”, no qual se encontra reflectida toda a tramitação de uma auditoria, responsabilidades do serviço auditado e do serviço auditor.

O GAQ desenvolveu e implementou ainda, como instrumento regulador da sua actividade o seu Regulamento interno.

No decurso do corrente ano acompanhamos o processo de implementação do novo Sistema de Gestão de Qualidade nos serviços da Divisão de Turismo, Animação e Desporto, Divisão de Bibliotecas e Arquivo e Loja do Município, os quais obtiveram o seu processo de certificação pela NP ISO 9001: 2008 no mês de Setembro.



No que respeita aos serviços certificados das Casas da Juventude, foi realizada pelo GAQ, uma auditoria interna a todos os processos do seu SGQ, tendo em vista assegurar a renovação da respectiva certificação e a melhoria continua do processo.

Na área de Desenvolvimento e Modernização Administrativa, o gabinete tem vindo a monitorizar o Sistema de Gestão Documental e contribuir em equipa com o Departamento de Apoio aos Órgãos Autárquicos para o aperfeiçoamento contínuo do mesmo.

Relativamente às diversas ferramentas de modernização em vias de serem implementadas, tais como a intranet, e-urban, e- paper, o gabinete tem acompanhado os projectos e participado de alguma forma no desenvolvimento das respectivas plataformas.

Foram atribuídas ao longo de 2009, diversas responsabilidades ao GAQ, das quais merecem destaque o controlo do tarifário apresentado pela empresa concessionária “Indaqua”. Relativamente à Concessão dos serviços a prestar pela Indaqua, encontra-se em curso um trabalho de análise da concessão, desenvolvido em articulação com a Direcção Municipal de Ambiente, tendo em vista apresentar os indicadores considerados de maior relevância para o controlo e monitorização do desempenho técnico, económico-financeiro da concessionária.

Merece ainda destaque o trabalho desenvolvido pelo gabinete, em face da Recomendação nº 1/2009, do Conselho de Prevenção da corrupção, publicada no Diário da Republica, II Série de 22 de Julho, que impôs às entidades gestoras de dinheiros públicos a elaboração de um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas, a apresentar ao referido órgão até ao 30 de Dezembro de 2009.

Assim, o GAQ deu início ao processo de modo a ser apresentado ao executivo o referido plano e respectivo cronograma de acção, que terá o seu desenvolvimento no ano de 2010.

Execução do Plano de Actividades

Relações Públicas e Comunicação

Modernização Administrativa

Gabinete de Auditoria e Qualidade

Gabinete de Estudos e Planeamento Estratégico

Gabinete Jurídico e de Apoio aos Órgãos Autárquicos

Recursos Humanos

Promoção da Economia Local

Turismo

Cultura

Educação e Formação

Juventude e Voluntariado

Promoção Social e Saúde

Administração do Território

Ambiente

Segurança e Protecção Civil

Desporto

Projectos e Obras

Serviços de Planeamento Estratégico

No âmbito das competências atribuídas, na estrutura orgânica dos serviços municipais, aos Serviços de Planeamento Estratégico foram desenvolvidas as seguintes actividades durante o ano de 2009:

- Acompanhamento, em sede de Comissão Mista de Coordenação, da fase de discussão pública e aprovação do Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região Norte;
- Acompanhamento do Projecto Cruise Traffic and Urban Regeneration of City Port Heritage – UrbactII (CTUR) através de:
 - Participação em seminários temáticos realizados em Varna e Trieste
 - Organização do seminário temático realizado em Matosinhos
 - Constituição de um Grupo Local de Trabalho e consequente desenvolvimento de um Plano de Acção Local;
- Coordenação da participação da Câmara Municipal na Associação Transfronteiriça do Eixo Atlântico e participação em algumas das suas Comissões Temáticas;
- Preparação e coordenação do processo de celebração de um Protocolo entre a Câmara Municipal e o INE com vista à realização dos Censos de 2011. Acompanhamento do cumprimento deste Protocolo, nomeadamente no que respeita à permuta de informação;
- Elaboração de estudo sobre as grandes empresas do concelho de Matosinhos;



- Colaboração na concepção, estruturação e implementação do processo de integração de diferentes plataformas com vista à criação da Loja do Município Online, no que respeita à componente SIG;
- Deu-se continuidade à actualização mensal do Sistema de Informação Local Municipal, tendo-se procedido a uma reorganização da base de dados e à introdução de novos indicadores estatísticos;
- Acompanhamento na elaboração da Carta de Riscos Municipal e no Plano de Emergência Municipal;
- Acompanhamento do processo de implementação da aplicação E-Paper;
- Acompanhamento do processo de implementação da aplicação E-Urban no que respeita à criação de uma nova base de dados do urbanismo e à integração da aplicação com o SIG municipal;
- Acompanhamento na fase de elaboração de proposta para a formulação da candidatura com vista à criação do Sistema de Gestão Ambiental Municipal, na componente SIG do projecto;
- Acompanhamento da formulação da proposta municipal para uma nova Política de Investimentos-Emprego;
- Foi prestado apoio a diferentes serviços municipais, nomeadamente:
 - À Promoção da Economia Local – com o fornecimento de informação referente às actividades económicas, desemprego e vias e com a preparação de cartografia para o projecto SeQuRe
 - O fornecimento de diversos dados estatísticos.



Informação Geográfica

- Implementação de uma plataforma na Intranet que permita a consulta de todas as licenças/processos existentes nos diferentes serviços municipais;
- Implementação de uma plataforma na Intranet que permita a consulta de todos os Alvarás de Loteamento no que respeita à informação desenhada e à informação escrita;
- Procedeu-se à validação da georreferenciação dos pedidos entrados na Loja do Município;



- Procedeu-se à georreferenciação dos processos tipo CPEDI de acordo com os dados fornecidos pelo DGU;
- Elaboração de um documento síntese da interpretação da Base de Dados disponibilizada pelo INE (2009) respeitante às empresas localizadas em Matosinhos;
- Disponibilização e actualização dos Instrumentos de Gestão Territorial na Intranet e na Internet;
- Customização da aplicação de fornecimento de plantas de localização com vista à pronta resposta ao cidadão no fornecimento de plantas exigidas no âmbito da Lei da Água;
- Iniciou-se o levantamento de requisitos necessários à georreferenciação de pedidos online;
- Iniciou-se o levantamento de requisitos necessários à emissão de plantas de localização online;
- Iniciou-se o levantamento de requisitos necessários à implementação de um novo Portal destinado às Entidades Públicas;
- Iniciou-se o levantamento de requisitos necessários à georreferenciação de pedidos online;
- Iniciou-se o levantamento de requisitos necessários à criação de novas aplicações SIG de apoio à gestão de infra-estruturas e da rede de águas pluviais;
- Iniciou-se o levantamento de requisitos necessários à implementação de uma aplicação SIG de apoio ao Gabinete de Segurança e Protecção Civil;
- Implementou-se o Site de Intervenções Municipais de apoio a diversos serviços;
- Desenvolvimento de aplicações em Flex e API com vista à disponibilização em Ecrãs Tácteis (ao município e à administração) de informação municipal de interfaces como o Bing da Microsoft e o StreetView da Google;
- Foi efectuada uma experiência em SIG com vista à execução de um projecto de Matosinhos a 3D;
- Deu-se continuidade ao preenchimento dos metadados de informação geográfica municipal no portal do Instituto Geográfico Português e na base de dados municipal;

- Continuação da customização da plataforma MunisigWEB com vista à disponibilização da informação na Internet/Intranet e ao apoio a outros serviços municipais;
- Foram disponibilizados os novos portais SIG para a Internet/Intranet e as novas funcionalidades;



- Continuou-se a criação de bases de dados gráficas e alfanuméricas de diversos tipos de equipamentos públicos e privados;
- Deu-se continuidade ao carregamento de dados referentes a eixos de via, instituições sociais, cartografia e alvarás de loteamento;
- Deu-se continuidade à validação e carregamento da base de dados dos números de polícia;
- Concluiu-se a validação do levantamento das actividades económicas efectuado pela FLUP e criação da respectiva base de dados;
- Elaboração de cartogramas de apoio a outros serviços municipais;

- Executaram-se diversos levantamentos cadastrais e topográficos, com importância para a actualização sistemática da carta digital;
- Deu-se início ao processo de testes de diferentes algoritmos de conversão de sistema de coordenadas do D73HG para PT-TM06

Serviços de Candidaturas e Estudos Económico-Financeiros

A) Fundos Estruturais – Execução a 31/12/2009 do III Quadro Comunitário de Apoio (III QCA)

Apesar do período de vigência do III QCA decorrer entre 2000 e 2006, a fase de execução das candidaturas prolonga-se, normalmente, por mais dois anos, existindo, contudo, situações de excepção, em que esse período se prorroga por mais um ano. Deste modo, no decurso do ano de 2009, existiu simultaneidade na execução/conclusão de candidaturas do III QCA e apresentação/execução de candidaturas ao QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional (2007 – 2013).

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - FEDER

Em termos globais, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, vertente FEDER, e até ao final do ano de 2009, a Câmara Municipal de Matosinhos, através do Serviço de Candidaturas e Estudos Económico-Financeiros em cooperação com os diferentes Departamentos, apresentou um conjunto de candidaturas, integradas em diferentes Programas Operacionais (Sectoriais e Regional).



No âmbito do Operação Norte – Programa Operacional da Região do Norte, a situação a 31/12/2009 é a seguinte:

Eixo Prioritário 1 – Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal - Secção A

Medida 1.1 – Sistemas Ambientais Locais

- Onze candidaturas aprovadas, com um valor elegível de 10.025.273,59 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 6.422.848,26 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 64,1%. As candidaturas encontram-se concluídas, apresentando

uma taxa de execução, relativamente ao proposto em candidatura de, aproximadamente, 98%. Os factos que originaram este pequeno desvio, resultam de variações nas quantidades de material aplicadas em obra e, da não elegibilidade do IVA na rubrica correspondente ao Abastecimento de Água que integrava as candidaturas mais antigas.

Medida 1.2 – Redes e Sistemas de Transportes Locais

- Duas candidaturas aprovadas, com um valor elegível de 4.520.199,76 Euros, a que correspondeu uma comparticipação de 3.310.176,22 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 73,2%. As candidaturas encontram-se concluídas, apresentando uma taxa de execução, relativamente ao proposto, de 100%.



Medida 1.3 – Qualificação Territorial

- Quatro candidaturas aprovadas, com um valor elegível de 11.276.210,55 Euros, a que correspondeu uma comparticipação de 8.177.426,11 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 72,5%. Todas as candidaturas se encontram concluídas, apresentando uma taxa de execução, relativamente ao proposto em candidatura, de 100%.

Medida 1.9 – Saneamento Básico – Zonas de Intervenção Prioritárias

- Apesar de se tratar de uma Medida destinada às zonas mais carenciadas, ao nível do atendimento e da qualidade, em sistemas de abastecimento público de água e de drenagem



e tratamento de águas residuais, conseguimos a homologação de uma candidatura, com um investimento elegível de 1.654.312,00 Euros, a que correspondeu uma comparticipação de 992.587,00 Euros. Esta candidatura encontra-se concluída, apresentando uma taxa de execução, relativamente ao proposto em candidatura, de 100%.

Em termos globais, os valores da despesa elegível homologada e os comparticipados no âmbito do Eixo 1 – Secção A, do ON – Programa Operacional da Região do Norte foram, respectivamente, 27.475.995,90 Euros e 18.903.037,59 Euros, representando uma taxa de execução de aproximadamente 100%, que denota uma grande capacidade na gestão dos projectos e na absorção dos fundos estruturais disponíveis.

É ainda importante realçar o facto de, a Câmara Municipal de Matosinhos, ter cumprido todos os objectivos estabelecidos pela Unidade de Gestão do ON - Programa Operacional da Região do Norte, encontrando-se a totalidade das candidaturas com o Relatórios Finais de Execução aprovado.

Total das candidaturas aprovadas no âmbito do Eixo Prioritário 1 – Secção A, do ON-PO Norte

Valor em euros

PO – NORTE	DESPESA ELEGÍVEL	COMPARTI- CIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
MEDIDA 1.1 SISTEMAS AMBIENTAIS			
LOCAIS			
REM.REDES SANEA/BÁSICO S.MAMEDE DE INFESTA-1ª FASE	1.327.874,82	900.898,70	Concluído
REM.REDES SANEA/BÁSICO R.CENTRAL SEIXO – S.MAMEDE DE INFESTA	1.148.108,06	621.207,16	Concluído
CONSTRUÇÃO CONDUTA ADUTORA DIST. INFRAEST. TRAV. AVILHÓ-CUSTOIAS	751.424,07	480.205,36	Concluído

REMODELAÇÃO DAS REDES SANEAMENTO BÁSICO R.1º DEZEMBRO	628.994,12	441.795,85	Concluído
REMODELAÇÃO REDES SANEAMENTO BASICO PERAFITA-2ª FASE	921.499,18	571.912,31	Concluído
ARRUAMENTOS DE REINERÇÃO URBANÍSTICA – LAVRA 4 e LAVRA 5	525.081,00	341.302,65	Concluído
REMODELAÇÃO DAS REDES DE SANEAMENTO BÁSICO DA ENV. AO LARGO DA VISCONDESSA – S. CRUZ DO BISPO	597.114,06	388.124,10	Concluído
COBERTURA E DESODORIZAÇÃO DOS DESARENADORES E DECANTADORES DA ETAR DE MATOSINHOS	1.556.377,61	1.011.645,70	Concluído
SUBSTITUIÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS NA ZONA ENVOLVENTE À RUA DE DAMÃO E DIU – S. MAMEDE DE INFESTA	721.103,67	471.024,92	Concluído
INFRA-ESTRUTURAS – RUA VELOSO SALGADO, RUA CATASSOL E SANTANA E TRAV. DE SANTANA	864.895,00	528.883,15	Concluído
INFRA-ESTRUTURAS – VARIANTE À RUA D. NUNO ALVARES PEREIRA-EIXO NORTE/SUL, CONJUNTO HABITACIONAL DA BIQUINHA E PARQUE NASCENTE	982.802,00	665.848,36	Concluído
TOTAL MEDIDA 1.1	10.025.273,59	6.422.848,26	

MEDIDA 1.2 REDES E SISTEMAS DE			
TRANSPORTES LOCAIS			
LIGAÇÃO SENDIM/MONTE PIPOS/LOMBA STA CRUZ DO BISPO	602.747,37	441.245,68	Concluído
OBRAS DO PLANO CIRCULAÇÃO PARQUE BASÍLIO TELES	2.534.277,39	1.900.708,04	Concluído
LIGAÇÃO DA VIA DO NÓ DE FREIXIEIRO/GONÇALVES A SANTA CRUZ DO BISPO – SECTORES D + F	1.383.175,00	968.222,50	Concluído
TOTAL MEDIDA 1.2	4.520.199,76	3.310.176,22	
MEDIDA 1.3 QUALIF. TERRITORIAL			
PARQUE DESPORTIVO E RECREATIVO DE LEÇA DA PALMEIRA	3.862.491,40	2.896.868,55	Concluído
CONCEPÇÃO/CONSTRUÇÃO 2 PISCINAS COBERTAS CUSTOIAS PERAFITA	2.858.860,15	2.144.145,11	Concluído
REQUALIFICAÇÃO URBANA DA ENVOLVENTE AO LARGO DA VISCONDESSA – S. CRUZ DO BISPO	1.039.787,00	675.861,84	Concluído
REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DA ZONA ENVOLVENTE À RUA DE DAMÃO E DIU – S. MAMEDE DE INFESTA	1.206.329,00	844.430,51	Concluído

REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DA RUA VELOSO SALGADO – LEÇA DA PALMEIRA	1.289.236,00	902.465,20	Concluído
REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DA RUA DA FONTE VELHA – CUSTÓIAS	1.019.507,00	713.654,90	Concluído
TOTAL MEDIDA 1.3	11.276.210,55	8.177.426,11	
MEDIDA 1.9 SANEAMENTO BÁSICO – ZONAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIAS			
INFRA-ESTRUTURAS – NÓS DE FREIXIEIRO E GONÇALVES – SECTORES A + B, CENTRO DE PERAFITA, RUA DA FONTE VELHA, VARIANTE À RUA DE PICOUTOS E RUA DOMINGOS BOMTEMPO	1.654.312,49	992.587,49	Concluído
TOTAL MEDIDA 1.9	1.654.312,49	992.587,49	

Eixo Prioritário 1 – Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal - Secção B (FEDER)

Medida 1.4 – Valorização e Promoção Regional e Local

- Uma candidatura aprovada, com um valor elegível de 131.999,08 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 98.999,31 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 75%. Esta candidatura encontra concluída, com uma taxa de execução de 100%.

Total das candidaturas aprovadas no âmbito do Eixo Prioritário 1 – Secção B, do ON-PO Norte (FEDER)

PO – NORTE	DESPESA ELEGÍVEL	COMPARTI- CIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
MEDIDA 1.4 VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO REGIONAL LOCAL			
NOVOS OLHARES SOBRE O ESPÓLIO DO MUSEU DA QUINTA DE SANTIAGO	131.999,08	98.999,31	Concluído
TOTAL MEDIDA 1.4	131.999,08	98.999,31	

Em termos globais, os valores aprovados e comparticipados no âmbito do Eixo Prioritário 1 – Secção B (FEDER), do ON – Programa Operacional da Região do Norte são de, respectivamente, 131.999,08 Euros e 98.999,31 Euros.

Eixo Prioritário 3 – Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentrada

Medida 3.10 – Desporto

- Uma candidatura aprovada, com um valor elegível de 2.232.939,73 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 1.674.704,80 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 75%. Esta candidatura encontra-se concluída, apresentando uma taxa de execução de 100%..

Total das candidaturas aprovadas no âmbito do Eixo Prioritário 3, do ON-PO Norte

PO – NORTE	DESPESA ELEGÍVEL	COMPARTI- CIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
MEDIDA 3.10 – DESPORTO			
CONSTRUÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL DA SENHORA DA HORA	2.232.939,73	1.674.704,80	Concluído
TOTAL MEDIDA 3.10	2.232.939,73	1.674.704,80	

Em termos globais, os valores aprovados e comparticipados no âmbito do Eixo Prioritário 3, do ON – Programa Operacional da Região do Norte foram de, respectivamente, 2.232.939,73 Euros e 1.674.704,80 Euros, representando uma taxa de execução de 100%.

No âmbito do **Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal – PRODEP III**, a situação a 31/12/2009 é a seguinte:

Medida 9.1 – Apetrechamento Informático de escolas e ligação à Internet e Intranet's

- Uma candidatura aprovada, com um valor elegível de 173.996,00 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 130.497,00 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 75%. Esta candidatura encontra-se concluída, com uma taxa de execução de 100%.

Medida 9.2 – Conteúdos Multimédia Educativos

- Uma candidatura aprovada, com um valor elegível de 65.431,69 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 49.073,77 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 75%. Esta candidatura encontra-se concluída, com uma taxa de execução de 100%.

Total das candidaturas aprovadas no âmbito do PRODEP III

PRODEP III	DESPESA ELEGÍVEL	COMPARTI- CIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
MEDIDA 9.1 – APETRECHAMENTO INFORMÁTICO DE ESCOLAS E LIGAÇÃO À INTERNET E INTRANET'S	173.996,00	130.497,00	Concluído
MEDIDA 9.2 – CONTEÚDOS MULTIMÉDIA EDUCATIVOS	65.431,69	49.073,77	Concluído
TOTAL PRODEP III	239.427,69	179.570,77	

Em termos globais, os valores aprovados e comparticipados no âmbito do PRODEP III são de, respectivamente, 239.427,69 Euros e 179.570,77 Euros.

No âmbito do Programa Operacional Sociedade do Conhecimento – POS-Conhecimento, a situação a 31/12/2009 é a seguinte:

Medida 4.3 – Promover a utilização da Internet de banda larga

- Duas candidaturas aprovadas, com um valor elegível de 63.197,00 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 41.078,05 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 65%. Estas candidaturas encontram-se concluídas.

Total das candidaturas aprovadas no âmbito do POS-CONHECIMENTO

POS-CONHECIMENTO	DESPESA ELEGÍVEL	COMPARTI- CIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
MEDIDA 4.3 – PROMOVER A UTILIZAÇÃO DA INTERNET DA BANDA LARGA			
MATOSINHOS – CULTURA DIGITAL	13.776,04	8.954,43	Concluído
APETRECHAMENTO INFORMÁTICO DOS JARDINS DE INFÂNCIA DE MATOSINHOS	49.420,96	32.123,62	Concluído
TOTAL PRODEP III	63.197,00	41.078,05	

Em termos globais, os valores aprovados e comparticipados no âmbito do POS-Conhecimento são de, respectivamente, 63.197,00 Euros e 41.078,05 Euros.

No âmbito do Programa Operacional Emprego Formação e Desenvolvimento Social – POEFDS, a situação a 31/12/2009 é a seguinte:

Medida 5.6 – Desenvolvimento da Rede de Equipamentos e Serviços da Promoção do Desenvolvimento Social

- Uma candidatura aprovada, com um valor elegível de 233.889,00 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 140.333,00 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 60%. Esta candidatura encontra-se concluída.

Total das candidaturas aprovadas no âmbito do POEFDS

POEFDS	DESPESA ELEGÍVEL	COMPARTI- CIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
MEDIDA 5.6 – CONSTRUÇÃO DA CRECHE NO BAIRRO DA BIQUINHA	233.889,00	140.333,00	Concluído
TOTAL POEFDS	233.889,00	140.333,00	

Em termos globais, os valores aprovados e comparticipados no âmbito do POEFDS são de, respectivamente, 233.889,00 Euros e 140.333,00 Euros.

No âmbito do **Programa Operacional da Cultura – POC**, a situação a 31/12/2009 é a seguinte:

Medida 1.2 – Acção 1 – Obras de construção, recuperação ou valorização nos museus

- Uma candidatura aprovada, com um valor elegível de 934.408,62 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 504.580,66 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 54%. Esta candidatura encontra-se concluída, com uma taxa de execução de 94%. Os factos que originaram este pequeno desvio, resultam de variações nas quantidades de material aplicadas em obra.

Medida 2.1 – Acção 1 – Construção, recuperação e valorização de recintos culturais

- Uma candidatura aprovada, com um valor elegível de 3.510.000,00 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 1.755.059,29 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 50%. Esta candidatura está concluída, com uma taxa de execução de 100%.

Total das candidaturas apresentadas no âmbito do POC

POC	DESPESA ELEGÍVEL	COMPARTI- CIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
MEDIDA 1.2 – REMODELAÇÃO DO MUSEU DA QUINTA DE SANTIAGO	934.408,62	504.580,66	Concluído
MEDIDA 2.1 – REMODELAÇÃO DO TEATRO CONSTANTINO NERY	3.510.000,00	1.755.059,29	Concluído
TOTAL POC	4.444.408,62	2.259.639,95	

Em termos globais, os valores elegíveis e a comparticipação prevista para as candidaturas no âmbito do POC foram de, respectivamente, 4.444.408,62 Euros e 2.259.639,95 Euros.

Fundo Social Europeu – FSE

Em termos de Fundos Estruturais, vertente FSE, no decurso do III Quadro Comunitário de Apoio, e até ao final do ano de 2009, a Câmara Municipal de Matosinhos, através do Serviço de Candidaturas e Estudos Económico-Financeiros em cooperação com os diferentes Departamentos, apresentou quatro candidaturas, integradas no **Operação Norte – Programa Operacional da Região do Norte.**



Eixo Prioritário 1 – Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal - Secção B (FSE)

Medida 1.5 – Formação para as Autarquias Locais – FORAL

- Quatro candidatura aprovada, com um valor elegível de 233.879,76 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 175.409,82 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 75%. Todas as candidaturas estão concluídas.

Total das candidaturas aprovadas no âmbito do Eixo Prioritário 1 – Secção B, do ON-PO Norte (FSE)

PO-NORTE	DESPESA ELEGÍVEL	COMPARTI- CIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
MEDIDA 1.5 – FORMAÇÃO PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS			
CANDIDATURA 1.5.27 – FORMAÇÃO	75.438,13	56.578,60	Concluído
CANDIDATURA 1.5.116 – FORMAÇÃO	73.571,93	55.178,95	Concluído
CANDIDATURA 1.5.217 – CERTIFICAÇÃO DAS CASAS DA JUVENTUDE	65.706,80	49.280,10	Concluído
CANDIDATURA 1.5.418 – ASSISTENTES DE ACÇÃO EDUCATIVA – FORMAÇÃO DE PESSOAL NÃO DOCENTE	18.091,03	13.568,27	Concluído
TOTAL PRODEP III	232.807,89	174.605,92	

Em termos globais, os valores aprovados e comparticipados no âmbito do Eixo Prioritário 1 – Secção B (FSE), do ON – Programa Operacional da Região do Norte foram de, respectivamente, 232.807,89 Euros e 174.605,92 Euros, representando uma taxa de execução de 100%.

Também em termos de FSE, a Câmara Municipal de Matosinhos cumpriu todos os objectivos estabelecidos pela Unidade de Gestão do ON - Programa Operacional da Região do Norte, com os Relatórios Finais de Execução, de cada uma das candidaturas, entregues e aprovados.

Iniciativa Comunitária INTERREG III C – Espaço Oeste

A Câmara Municipal de Matosinhos integrou uma parceria no âmbito do projecto “IMAPS – Gestão Integrada de Riscos e Ambiente em Cidades Portuárias”, cuja chefe de fila era a Comunidade Urbana de Brest.

- A candidatura aprovada, teve como valor elegível para a Câmara Municipal de Matosinhos 100.000,00 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 75.000,00 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 75%. Esta candidatura está executada financeiramente.

Total das candidaturas aprovadas no âmbito da Iniciativa Comunitária INTERREG III C – Espaço Oeste

INTERREG III C	DESPESA ELEGÍVEL	COMPARTI- CIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
ESPAÇO OESTE			
GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS E AMBIENTE EM CIDADES PORTUÁRIAS	100.000,00	75.000,00	Concluído
TOTAL INTERREG III C	100.000,00	75.000,00	

Este projecto teve uma duração de dois anos, e uma execução financeira de aproximadamente 70,0%.

Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais – PARES

A Câmara Municipal de Matosinhos em colaboração com algumas das instituições de apoio social, com sede no concelho, dando continuidade ao trabalho de parceria desenvolvido em anos anteriores, apresentou um conjunto de candidaturas, visando a criação de mais 188 novos lugares nas respostas sociais destas instituições.

- As candidaturas apresentadas prevêm um financiamento, pelo programa, de 3.149.794,02 Euros e encontram-se actualmente em fase de conclusão.

B) Fundos Estruturais – Execução a 31/12/2009 do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)

O período de vigência do QREN decorre entre os anos de 2007 e 2013. Apesar da elegibilidade das despesas se reportar ao primeiro dia, do ano de 2007, a sua operacionalização aconteceu, como habitualmente, diferida no tempo, devido à elaboração e aprovação dos novos Regulamentos Específicos e Formulários. Estas condicionantes fizeram com que, na prática, o ano de 2009 fosse o segundo ano de execução deste novo ciclo de apoios comunitários, traduzindo-se na fase de concretização das candidaturas aprovadas, em 2008, e no período de consolidação da fase de “crescimento”, relativamente à abertura de concursos para apresentação de candidaturas.



Em termos globais, e até ao final do ano de 2009, a Câmara Municipal de Matosinhos, através do Serviço de Candidaturas e Estudos Económico-Financeiros, em cooperação com os diferentes Departamentos, apresentou, no âmbito dos Fundos Estruturais, as seguintes candidaturas:

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - FEDER

Na vertente FEDER, a afectação das candidaturas aos Programas Operacionais (Temáticos e Regional), foi processada da seguinte forma:

No âmbito do **ON.2 – O Novo Norte - Programa Operacional Regional do Norte**, a situação a 31/12/2009 é a seguinte:

Eixo Prioritário III – Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial

Ações de Valorização do Litoral

- Uma candidatura aprovada, composta por catorze componentes, com um valor elegível de 10.623.125,68 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 7.967.344,26 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 75,0%. A candidatura encontra-se em fase de execução.

Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar

- Oito candidaturas aprovadas, com um valor elegível de 6.197.169,07 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 4.338.018,33 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 70,0%. Estas candidaturas encontram-se em fase de execução.
- Sete candidaturas apresentadas, com um valor elegível de 13.754.498,04 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 9.628.148,62 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 70,0%. Estas candidaturas encontram-se em fase de análise pela Entidade Gestora do ON.2.
- Quatro candidaturas apresentadas, com um valor elegível de 1.099.068,91 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 769.348,24 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 70,0%. Estas candidaturas encontram-se em fase de análise pela Entidade Gestora do ON.2.



Saúde

- Uma candidatura aprovada, com um valor elegível de 565.238,39 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 395.666,87 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 70,0%. Esta candidatura encontra-se em fase de execução.

Equipamentos para a Coesão Local

- Três candidaturas apresentadas, com um valor elegível de 2.358.796,64 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 1.651.157,66 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 70,0%. Estas candidaturas encontram-se em fase de análise pela Entidade Gestora do ON.2.

Património Cultural

- Duas candidaturas apresentadas, com um valor elegível de 984.466,29 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 689.126,40 Euros, resultante da aplicação de uma taxa

média de co-financiamento de 70,0%. Estas candidaturas encontram-se em fase de análise pela Entidade Gestora do ON.2.

Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Imateriais

- Uma candidatura apresentada, com um valor elegível de 149.376,00 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 104.563,20 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 70,0%. Esta candidatura encontra-se em fase de análise pela Entidade Gestora do ON.2.

Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados

- Uma candidatura apresentada, composta por onze componentes, com um valor elegível de 5.697.835,33 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 4.273.376,50 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 75,0%. Estas candidaturas encontram-se em fase de análise pela Entidade Gestora do ON.2.

Eixo Prioritário IV – Qualificação do Sistema Urbano

Política das Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana

- Duas candidaturas aprovadas, com um valor elegível de 19.912.996,00 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 13.939.097,20 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 70,0%. Estas candidaturas encontram-se em fase de execução.

Eixo Prioritário V – Governação e Capacitação Institucional

Sistema de Apoio à Modernização Administrativa - SAMA

- Uma candidatura aprovada, com um valor elegível de 597.452,57 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 358.437,74 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 60,0%. Esta candidatura encontra-se em fase de execução.

Total das candidaturas aprovadas/apresentadas no âmbito do ON.2 - POR Norte

Valor em euros

POR NORTE	DESPESA ELEGÍVEL	COMPARTI- CIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
EIXO PRIORITÁRIO III - VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL			
VALORIZAÇÃO DA ORLA COSTEIRA DO CONCELHO DE MATOSINHOS	10.623.125,68	7.967.344,26	Em execução
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO DE SANTIAGO - CUSTÓIAS	527.740,59	369.418,41	Em execução
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA DE CABANELAS	231.600,00	162.120,00	Em execução
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO DE CORPO SANTO	132.352,28	92.646,60	Em execução
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO PADRE MANUEL CASTRO	1.084.296,37	759.007,46	Em execução
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO DE QUATRO CAMINHOS	520.589,53	364.412,67	Em execução
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA DE PERAFITA	560.784,44	392.549,11	Em execução
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA DA QUINTA DO VIEIRA	1.587.088,75	1.110.962,11	Em execução
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA DO ARAÚJO	1.552.717,11	1.086.901,97	Em execução
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO COM JARDIM DE	1.595.994,88	1.117.196,41	Em análise

INFÂNCIA DE LEÇA DA PALMEIRA			
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA DE QUINTA DE S. GENS	3.015.960,00	2.111.172,00	Em análise
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA DA PRAIA DE LEÇA DA PALMEIRA	1.015.914,00	711.139,80	Em análise
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA DE PASSOS MANUEL	1.855.860,00	1.299.102,00	Em análise
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA DE PADRÃO DA LÉGUA	1.627.201,81	1.139.041,27	Em análise
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA DAS RIBEIRAS - PERAFITA	1.872.540,00	1.310.778,00	Em análise
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA DE MATOSINHOS	2.771.027,35	1.939.719,14	Em análise
CRECHE DE SANTIAGO DE CUSTÓIAS	306.428,57	214.500,00	Em análise
CRECHE DE LEÇA DA PALMEIRA	306.428,57	214.500,00	Em análise
CRECHE DE CUSTÓIAS	179.783,20	125.848,24	Em análise
CRECHE DE S. MAMEDE DE INFESTA	306.428,57	214.500,00	Em análise
PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE – CENTRO DE SAÚDE DE LEÇA DO BALIO (RECAREI)	565.238,39	395.666,87	Em execução
PAVILHÃO MUNICIPAL DO PADRÃO DA LÉGUA	714.285,71	500.000,00	Em análise
PISCINA MUNICIPAL DE MATOSINHOS	930.225,22	651.157,66	Em análise
PISCINA MUNICIPAL DE GUIFÕES	714.285,71	500.000,00	Em análise

VALORIZAÇÃO E ANIMAÇÃO DO PATRIMONIO CULTURAL (MUMA)	293.378,40	205.364,88	Em análise
VALORIZAÇÃO CULTURAL E PATRIMONIAL DO RIO LEÇA E SUA ENVOLVENTE	691.087,89	483.761,52	Em análise
PLANOS MUNICIPAIS DE EMERGÊNCIA E PROTECÇÃO CIVIL	149.376,00	104.563,20	Em análise
SISTEMA DE GESTÃO E INFORMAÇÃO AMBIENTAL DOS ESPAÇOS CLASSIFICADOS DO CONCELHO DE MATOSINHOS	5.697.835,33	4.273.376,50	Em análise
TOTAL DO EIXO PRIORITÁRIO III	41.429.574,35	29.816.750,08	
EIXO PRIORITÁRIO IV - VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL			
PARCERIA PARA A REGENERAÇÃO URBANA - PARQUE OCIDENTAL (CIRCUNVALAÇÃO)	9.915.296,00	6.940.707,20	Em execução
MARGINAL ATLÂNTICA	9.997.700,00	6.998.390,00	Em execução
TOTAL DO EIXO PRIORITÁRIO IV	19.912.996,00	13.939.097,20	
EIXO PRIORITÁRIO V – GOVERNAÇÃO E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL			
METROPOLIS – FASE 2	597.452,57	358.437,74	Em execução
TOTAL DO EIXO PRIORITÁRIO V	597.452,57	358.437,74	

No âmbito do **POVT – Programa Operacional Temático Valorização do Território**, a situação a 31/12/2009 é a seguinte:

Eixo Prioritário IX – Desenvolvimento do Sistema Urbano Nacional

Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional

- Duas candidaturas aprovadas, com um valor elegível de 11.463.578,41 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 8.024.504,89 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 70,0%. Estas candidaturas encontram-se em fase de execução.
- Uma candidatura apresentada, com um valor elegível de 1.300.968,00 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 910.677,60 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 70,0%. Esta candidatura encontra-se em fase de análise pela Entidade Gestora do POVT.

Total das candidaturas aprovadas no âmbito do POVT

Valor em euros

POVT	DESPESA ELEGÍVEL	COMPARTI- CIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
EIXO PRIORITÁRIO IX – DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA URBANO NACIONAL			
RECUPERAÇÃO GERAL DAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA BÁSICA DE MATOSINHOS	5.441.306,18	3.808.914,33	Em execução
RECUPERAÇÃO GERAL DAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA BÁSICA DE LEÇA DA PALMEIRA	6.022.272,23	4.215.590,56	Em execução
CMOS - CENTRO MUNICIPAL DE OPERAÇÕES DA SEGURANÇA DA POLICIA MUNICIPAL	1.300.968,00	910.677,60	Em análise
TOTAL DO EIXO PRIORITÁRIO IX	12.764.546,41	8.935.182,49	

Fundo de Coesão - FC

Na vertente FC, a afectação das candidaturas aos Programas Operacionais, foi processada da seguinte forma:

No âmbito do **POVT – Programa Operacional Temático Valorização do Território**, a situação a 31/12/2009 é a seguinte:

Eixo Prioritário II – Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento

- Uma candidatura apresentada, com um valor elegível de 8.113.933,09 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 5.679.753,16 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 70,0%. Esta candidatura encontra-se em fase de análise pela Entidade Gestora do POVT.

Total das candidaturas aprovadas no âmbito do POVT

Valor em euros

POVT	DESPESA ELEGÍVEL	COMPARTI- CIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
EIXO PRIORITÁRIO II – REDE ESTRUTURANTE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO			
ETAR – TRATAMENTO SECUNDÁRIO	8.113.933,09	5.679.753,16	Em análise
TOTAL DO EIXO PRIORITÁRIO II	8.113.933,09	5.679.753,16	

Fundo Social Europeu - FSE

Na vertente FSE, a afectação das candidaturas aos Programas Operacionais, foi processada da seguinte forma:

No âmbito do **POPH - Programa Operacional Potencial Humano**, a situação a 31/12/2009 é a seguinte:

Eixo Prioritário III – Gestão e Aperfeiçoamento Profissional

- Uma candidatura aprovada, com um valor elegível de 72.223,68 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 50.556,58 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 70,0%. Esta candidatura encontra-se em fase de execução.

Eixo Prioritário VI – Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social

- Duas candidaturas aprovadas, com um valor elegível de 371.805,28 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 278.853,96 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 75,0%. Estas candidaturas encontram-se em fase de execução.

Eixo Prioritário VII – Igualdade de Género

- Uma candidatura aprovada, com um valor elegível de 72.171,62 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 50.520,13 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 70,0%. Esta candidatura encontra-se em fase de execução.

Valor em euros

POPH	DESPESA ELEGÍVEL	COMPARTI- CIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
EIXO PRIORITÁRIO III – GESTÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL			
QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - FORMAÇÃO	72.223,68	50.556,58	Em execução
TOTAL DO EIXO PRIORITÁRIO III	72.223,68	50.556,58	
EIXO PRIORITÁRIO VI – CIDADANIA, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
PLANO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE DE MATOSINHOS	231.006,56	165.516,20	Em execução
PLANO LOCAL DE PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE DE MATOSINHOS	140.798,72	105.599,04	Em execução
TOTAL DO EIXO PRIORITÁRIO VI	371.805,28	266.398,48	

EIXO PRIORITÁRIO VII – IGUALDADE DE GÉNERO			
PLANO MUNICIPAL DE MATOSINHOS PARA A IGUALDADE DE GÉNERO	72.171,62	50.520,13	Em execução
TOTAL DO EIXO PRIORITÁRIO VII	72.171,62	50.520,13	

C) Programas de Financiamento promovidos pela Administração Central – Execução a 31/12/2009

No âmbito do **Programa de Alargamento da Rede Pré-Escolar**, a situação a 31/12/2009 é a seguinte:

- Quatro candidaturas aprovadas, com um valor elegível de 1.058.400,00 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 740.880,00 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 70,0%. Estas candidaturas encontram-se em fase de execução.

Valor em euros

PROGRAMA DE ALARGAMENTO DA REDE PRÉ-ESCOLAR	DESPESA ELEGÍVEL	COMPARTICIP AÇÃO	OBSERVAÇÕES
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA DE SANTIAGO	235.200,00	164.640,00	Em execução
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA PRAIA DE ANGEIRAS	235.200,00	164.640,00	Em execução
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA PROFESSORA ELVIRA VALENTE	352.800,00	246.960,00	Em execução
ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO DO SEIXO	235.200,00	164.640,00	Em execução
TOTAL DO PROGRAMA DE ALARGAMENTO DA REDE PRÉ-ESCOLAR	1.058.400,00	740.880,00	

Execução do Plano de Actividades

Relações Públicas e Comunicação

Modernização Administrativa

Gabinete de Auditoria e Qualidade

Gabinete de Estudos e Planeamento Estratégico

Gabinete Jurídico e de Apoio aos Órgãos Autárquicos

Recursos Humanos

Promoção da Economia Local

Turismo

Cultura

Educação e Formação

Juventude e Voluntariado

Promoção Social e Saúde

Administração do Território

Ambiente

Segurança e Protecção Civil

Desporto

Projectos e Obras

O Gabinete Jurídico e de Apoio aos Órgãos Autárquicos reveste, para efeitos legais, a natureza de Direcção Municipal, e de acordo com o seu conteúdo funcional, são transversais a toda a autarquia integrando os Serviços Jurídicos e os Serviços de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

1. Os Serviços Jurídicos revestem, para efeitos legais, a natureza de Departamento Municipal, e de acordo com o seu conteúdo funcional, são transversais a toda a autarquia integrando a Divisão de Contencioso Tributário e Contra-Ordenações.



1.a) Actividade dos Serviços Jurídicos

	2008	-	2009
Processos Judiciais em tramitação -	142	-	113
Processos Judiciais transitados em julgado -	17	-	26
Pareceres Jurídicos emitidos –	364	-	238

1.b) Divisão de Contencioso Tributário e Contra-Ordenações

1.bb) Secção de Contencioso Tributário.

No que respeita aos processos de ocupação da via pública com condutas de produtos petrolíferos, relativamente ao ano 2009, a situação é a seguinte:

EMPRESA	Nº. PROCESSO	VALOR	SITUAÇÃO DO PROCESSO
Cepsa Portuguesa Petroleos S A	12/2000	1.042.537,48 €	Impugnado
	16/2000	1.422.470,85 €	Impugnado
	10/2001	1.463.945,29 €	Impugnado
	22/2002	1.528.409,22 €	Impugnado
	29/2003	1.581.891,60 €	Impugnado
	23/2004	1.634.074,04 €	Impugnado
	54/2005	1.671.649,12 €	Impugnado
	38/2006	1.710.197,12 €	Impugnado/Reclamação
	35/2007	1.763.193,04 €	Impugnado
	21/2008	1.807.248,66 €	Impugnado
	Subtotal	15.625.616,42 €	
BP Portuguesa	13/2000	323.138,09 €	Impugnado
	22/2004	371.205,34 €	Impugnado
	56/2005	379.741,44 €	Impugnado
	37/2006	388.490,50 €	Impugnado
	34/2007	400.531,96 €	Impugnado
	20/2008	410.544,48 €	Impugnado/Oposição
	Subtotal	2.273.651,81 €	
Repsol Portuguesa S A	08/2000	285.222,36 €	Impugnado
	15/2000	389.158,10 €	Impugnado
	12/2001	400.511,40 €	Impugnado
	24/2002	418.146,39 €	Impugnado
	31/2003	432.777,79 €	Impugnado
	25/2004	447.053,89 €	Impugnado
	53/2005	457.333,70 €	Impugnado
	40/2006	467.878,19 €	Impugnado
	39/2007	482.377,21 €	Impugnado
	24/2008	494.430,76 €	Impugnado/Oposição
	Subtotal	4.274.889,79 €	

Execução do Plano de Actividades



Petróleos Portugal Petrogal S A	11/2000	266.379,03 €	Impugnado
	14/2000	363.483,11 €	Impugnado
	76/2000	306.261,91 €	Impugnado
	11/2001	374.093,41 €	Impugnado
	124/2001	315.243,26 €	Impugnado
	23/2002	719.692,02 €	Impugnado
	30/2003	744.879,24 €	Impugnado
	24/2004	769.453,25 €	Impugnado
	55/2005	787.134,62 €	Impugnado
	39/2006	805.269,48 €	Impugnado
	38/2007	830.209,92 €	Anulado (16/04/2007)
	121/2007	830.209,92 €	Impugnado
	22/2008	850.944,69 €	Impugnado
	Subtotal	7.133.043,94 €	
Portgás - Soc. Prod. E Dist.Gás S A	15/2004 e apensos	982.928,90 €	Impugnado
	99/2004	1.724,54 €	Impugnado
	100/2004	1.116,26 €	Impugnado
	105/2004	2.428,92 €	Impugnado
	116/2004	973,98 €	Impugnado
	132/2004	12.059,19 €	Impugnado
	153/2004	430,26 €	Impugnado/Oposição
	160/2004	298,41 €	Impugnado
	30/2005	23.235,90 €	Envio C.P. Porto (Citação)
	45/2005	20.206,81 €	Impugnado
	57/2005	37.939,40 €	Impugnado (C.P. Porto)
	154/2005	3.151,82 €	Impugnado/Oposição
	164/2005	2.481,15 €	Impugnado/Oposição
	170/2005	428,01 €	Impugnado/Oposição
	176/2005	1.027,79 €	Impugnado

Execução do Plano de Actividades



	199/2005	3.587,10 €	Impugnado
	284/2005	7.681,47 €	Impugnado/Oposição
	06/2006	252,47 €	Impugnado
	22/2006	732,11 €	Impugnado
	36/2006	370,70 €	Impugnado
	47/2006	46.739,90 €	Impugnado
	137/2006	5.838,86 €	Impugnado
	141/2006	7.365,00 €	Impugnado/Oposição
	243/2006	3.372,27 €	Impugnado
	244/2006	3.126,36 €	Impugnado
	262/2006	2.066,24 €	Impugnado/Oposição
	300/2006	13.219,13 €	Impugnado/Oposição
	308/2006	447.095,00 €	Envio C.P. Porto (Citação)
	08/2007	742,68 €	Impugnado
	18/2007	75,82 €	Impugnado
	26/2007	1.540,33 €	Impugnado
	36/2007	298.645,16 €	Impugnado
	122/2007	7.776,11 €	Impugnado/Oposição
	124/2007	313,65 €	Impugnado/Oposição
	145/2007	1.346,76 €	Impugnado/Oposição
	150/2007	519,27 €	Impugnado/Oposição
	155/2007	1.913,85 €	Impugnado/Oposição
	187/2007	75,07 €	Impugnado/Oposição
	192/2007	250,56 €	Impugnado/Oposição
	01/2008	1.222,67 €	Impugnado/Oposição
	11/2008	2.018,90 €	Impugnado/Oposição
	14/2008	1.008,75 €	Impugnado/Oposição
	23/2008	311.151,94 €	C.P. 4/2008
	90/2008	1.071,03 €	Impugnado/Oposição
	113/2008	463,10 €	Impugnado/Oposição

	120/2008	1.120,05 €	Impugnado/Oposição
	131/2008	568,93 €	Impugnado/Oposição
	136/2008	1.286,03 €	Impugnado/Oposição
	137/2008	923,62 €	Impugnado/Oposição
	159/2008	2.224,77 €	Impugnado/Oposição
	04/2009	184,91 €	Impugnado/Oposição
	21/2009	13.854,13 €	Impugnado/Oposição
	22/2009	1.308,00 €	Impugnado/Oposição
	23/2009	329.903,69 €	Impugnado/Oposição
	24/2009	1.781,28 €	Impugnado/Oposição
	Subtotal	2.615.169,01 €	
Valor Total		31.922.370,97 €	

Quanto aos processos relativos à cobrança de dívidas de outra natureza, o movimento no ano 2009, foi o seguinte:

TIPO DE RECEITA	CERTIDÕES	QUANTIA EM DÍVIDA
PUBLICIDADE	118	27.413,19 €
OCUPAÇÃO VIA PÚBLICA	237	14.142,28 €
MERCADO	60	2.228,46 €
METROLOGIA	35	896,84 €
OSSÁRIOS	194	1.740,49 €
RECOLHA DE LIXOS	21	4.817,00 €
FISCALIZAÇÃO	5	28.095,84 €

D.G.U.	2	523,64 €
ARMAZÉNS	7	14.695,35 €
TOTAL	679	94.553,09 €

Actividade dos Serviços de Apoio aos Órgãos Autárquicos

Em 2009, os SAOA viram-se confrontados com um aumento excepcional de trabalho, considerando o facto de terem ocorrido três actos eleitorais: Eleição para o Parlamento Europeu (07 de Junho de 2009); Eleição para a Assembleia da República (27 de Setembro de 2009) e Eleição para os Órgãos das Autarquias Locais (10 de Outubro de 2009). De salientar que toda tramitação decorrente de actos eleitorais é, unicamente, da exclusiva responsabilidade destes serviços.

Com a implementação do sistema de gestão documental, em finais de 2008, parcialmente a cargo destes serviços juntamente com o Gabinete de Atendimento ao Munícipe, as tarefas atribuídas aos SAOA assumiram um carácter de extrema importância, uma vez que estes serviços centralizam agora, a transposição dos documentos em papel para o formato electrónico e o seguimento destes para todos os serviços municipais. Assim, de forma a facilitar a tramitação subsequente dos procedimentos administrativos, e de acordo com as tarefas impostas pela aplicação de gestão documental, todo o volume de trabalho nos SAOA aumentou consideravelmente, bem como o grau de responsabilidade exigido.

Neste contexto, e sendo da competência dos SAOA assegurar a tramitação do expediente geral, designadamente a recepção, tratamento, distribuição e arquivo de toda a correspondência recebida, via CTT, Email ou Fax, da correspondência expedida e de outros documentos de tramitação interna, em 2009 foram criados 39.503 registos de entrada, dos quais 3.266 são emails e 1.673 são faxes. Foram criados ainda 35.325 registos de saída e 701 registos de Recursos Humanos.

É também da competência dos SAOA, assegurar o apoio administrativo e de secretariado aos Órgãos Municipais, bem como preparar a agenda e o expediente das reuniões do Executivo e da Assembleia Municipal e, ainda, a tramitação dos respectivos documentos. Assim, em 2009 foram realizadas 34 reuniões da Câmara Municipal, com tramitação de 643 documentos, e 10 sessões da Assembleia Municipal com tramitação de 91 documentos.



Outras das competências atribuídas aos SAOA está relacionada com a coordenação de todas as acções de relacionamento com as Juntas de Freguesia, com a Associação Nacional de Municípios Portugueses e com a Área Metropolitana do Porto. Deste modo, no decorrer de 2009, verificou-se a elaboração e tramitação de 84 documentos para as Juntas de Freguesia, de 188 documentos relacionados com a Associação Nacional de Municípios Portugueses e 63 documentos relacionados com a Área Metropolitana do Porto.

Destacam-se ainda, dentro das competências destes serviços, outras funções que, desenvolvidas no decorrer de 2009, apresentaram os seguintes resultados:

- Emissão de documentos a certificar assuntos constantes das actas dos Órgãos Municipais: 269
- Arquivo e tratamento de Protocolos: 449
- Registo de Avisos: 127
- Registo de Despachos: 25
- Registo de Editais: 321
- Registo de Ordens de Serviço: 22
- Diários da República – Consulta diária, selecção e elaboração de resumos da legislação essencial
- Elaboração de Informações: 59
- Elaboração de ofícios diversos: 636

Execução do Plano de Actividades

Relações Públicas e Comunicação

Modernização Administrativa

Gabinete de Auditoria e Qualidade

Gabinete de Estudos e Planeamento Estratégico

Gabinete Jurídico e de Apoio aos Órgãos Autárquicos

Recursos Humanos

Promoção da Economia Local

Turismo

Cultura

Educação e Formação

Juventude e Voluntariado

Promoção Social e Saúde

Administração do Território

Ambiente

Segurança e Protecção Civil

Desporto

Projectos e Obras

Gestão de Pessoas, na senda de Fisher e Fleury, é o conjunto de políticas e práticas definidas de uma organização para orientar o comportamento humano e as relações interpessoais no ambiente de trabalho.



A política do Departamento de Recursos Humanos, é implementar acções que permitam conhecer, potencializar, integrar e subsidiar a gestão das competências individuais e institucionais visando a auto-realização das pessoas e a excelência no cumprimento da missão institucional.

O ano 2009 ficou marcado pela abertura de vários procedimentos concursais decorrentes das necessidades dos serviços, procedimentos estes que ainda se encontram em fase de tramitação/conclusão.

Na sequência do acordo celebrado entre o Ministério da Educação e a Câmara municipal de Matosinhos, a autarquia recebeu cerca de 500 colaboradores, tendo-se registado um acréscimo de trabalho significativo ao nível da área cadastral e vencimentos. Este facto originou toda uma nova tramitação interna dos procedimentos, dada a necessidade de nos ajustarmos à nova realidade.

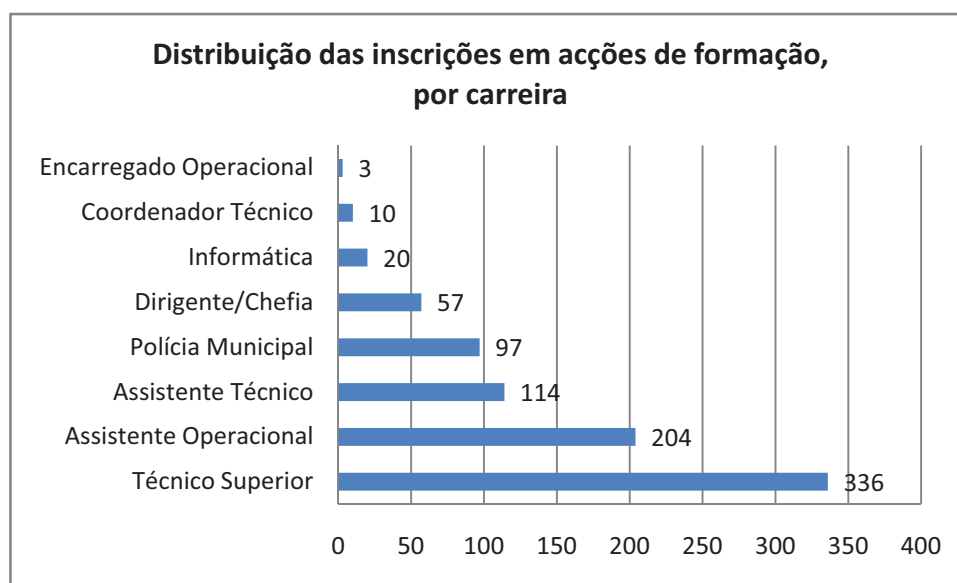
No Sistema de Avaliação de Desempenho, o Executivo aplicou a figura da Opção Gestionária, medida esta que foi muito bem aceite por todos os colaboradores da autarquia.

Ao nível da Higiene e Segurança no Trabalho, área tão sensível e cada vez mais importante, continuamos a proceder a visitas no sentido de colmatar as deficiências existentes.

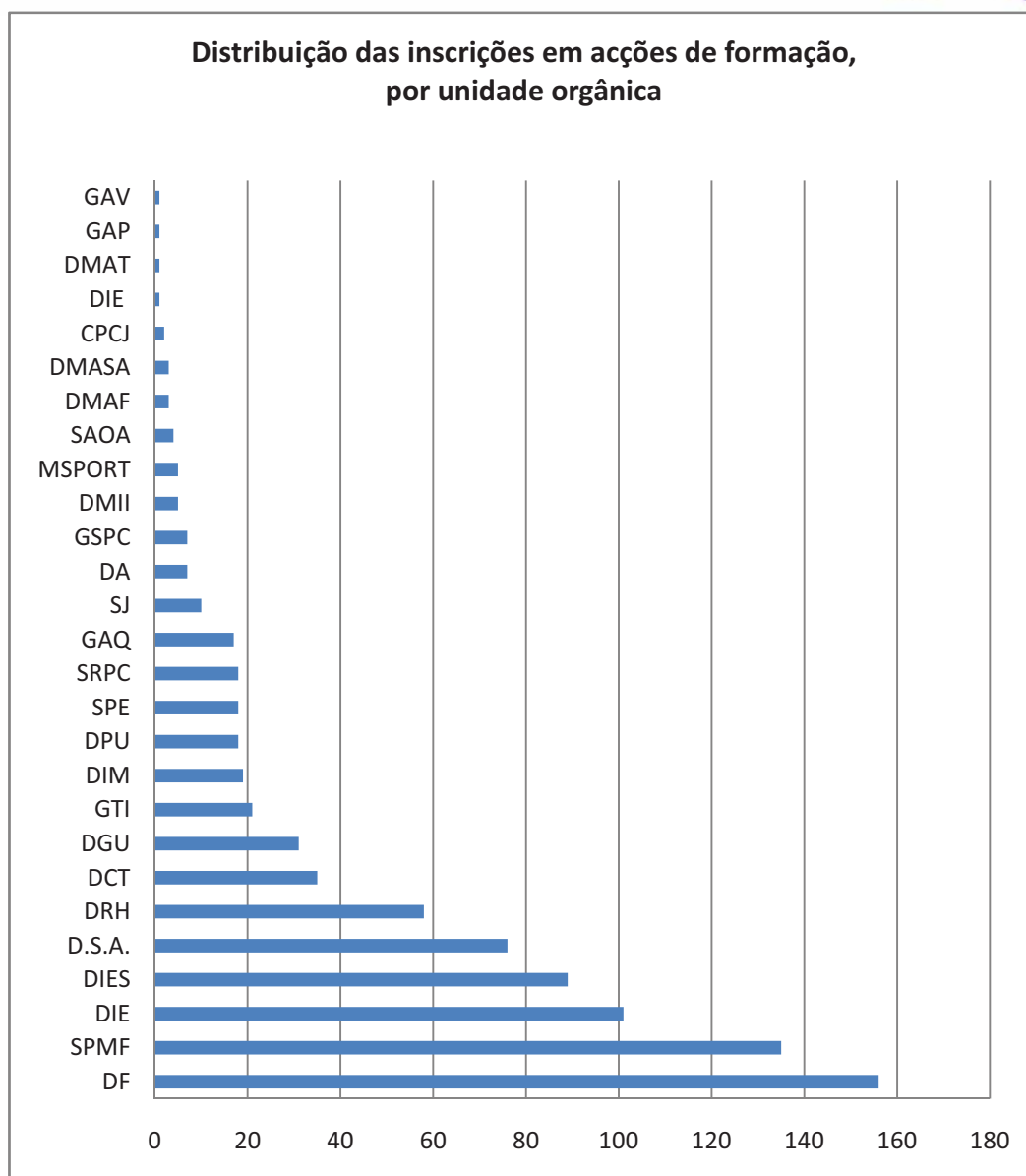
O ano transacto ficou também marcado pela reorganização dos serviços de Medicina no Trabalho com a entrada dos colaboradores provenientes do Ministério da Educação.

O Gabinete de Apoio Social ganhou mais visibilidade uma vez que se apostou num novo serviço ao colaborador: consultas de nutrição.

O ano 2009 caracterizou-se pela realização de acções de formação não previstas no Plano de Formação inicial e pela redução do volume de horas de formação. Nos últimos anos, tem-se procurado sensibilizar as chefias para a importância do levantamento de necessidades de formação uma vez que, se esta fase do processo falha, todo o restante processo também falha. Em 2009 realizaram-se muitas acções de formação fora do Plano de Formação previsto. Realizaram-se mais de 40 cursos de formação interna e cerca de 206 inscrições em acções de formação externas.

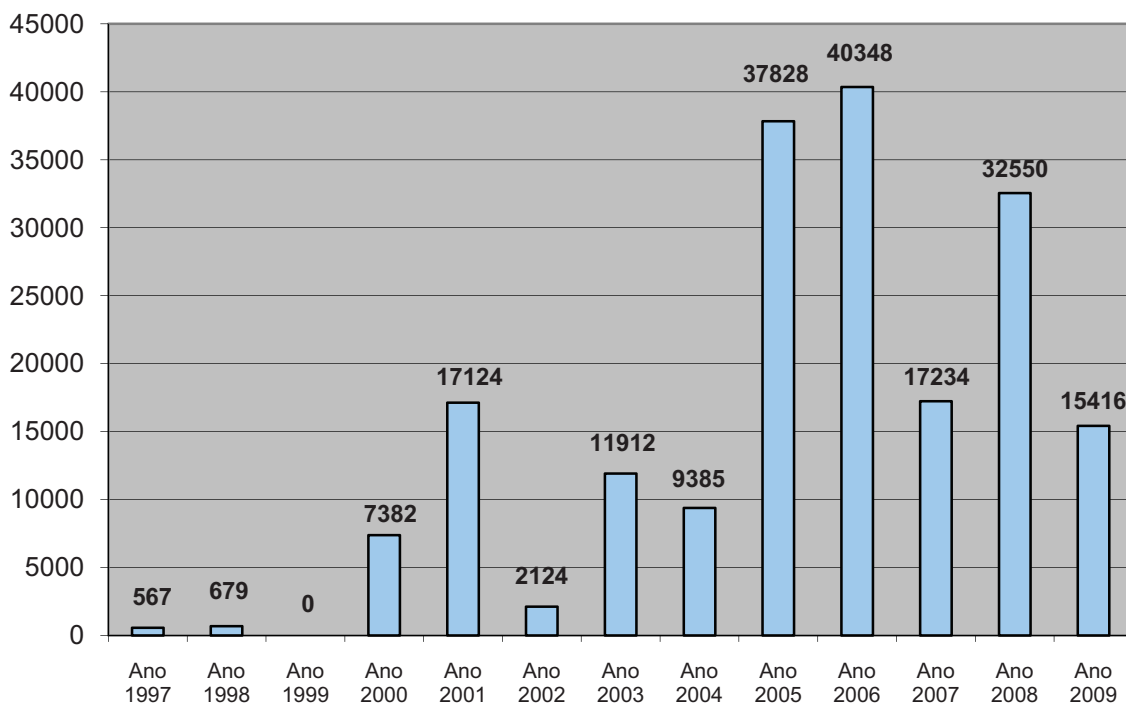


No que se refere à distribuição da formação em função do grupo profissional, tal como aconteceu nos anos últimos anos, também em 2009 o mapa de inscrições em acções formativas foi dominado pela carreira Técnico Superior, como se pode observar no gráfico. Segue-se o grupo Assistente Operacional na sequência das acções modelares certificadas realizadas ao longo do ano (cursos financiados) e da formação personalizada no âmbito da HST.



No que diz respeito à distribuição das acções formativas em função da unidade orgânica, como se pode observar no gráfico acima, foi no Departamento Financeiro (DF) que foi substancialmente desenvolvido o maior número de acções formativas. Este facto deveu-se às diversas alterações ocorridas nesta área, incluindo acções de formação sobre as bases de dados SIGMA. Logo a seguir, surge o Serviço de Polícia Municipal e Fiscalização. Esta área sofreu alterações ao Plano de Formação e considerou-se crucial a formação dos agentes municipais em Inglês e Primeiros Socorros.

Evolução do volume de formação



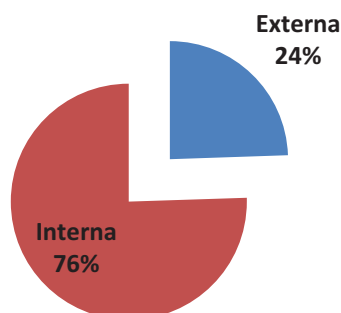
Quanto às horas dispendidas com as acções formativas, podemos perceber que em 1997 e 1999 a formação foi pouco significativa, sendo que entre 2000 e 2004 se verificou um aumento, embora este tenha sido quebrado em 2002. De destacar, que a partir de 2005 se deu um aumento muito significativo do volume da formação, que se manteve em 2006. Em 2007 ocorreu um decréscimo notório das acções de formação desenvolvidas, que se deveu principalmente ao término do financiamento comunitário – Programa FORAL. Como é possível verificar, em 2008 houve novamente um crescimento do volume da formação, possível graças ao retorno, a partir do 2º trimestre de 2008, dos fundos comunitários - QREN/POPH. Em 2009, o volume de formação voltou a baixar devido à falta de financiamentos.

Cursos de Formação Interna 2009

<i>N.º de Acções</i>	<i>Curso</i>	<i>N.º de Inscritos</i>
1	Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho	12
1	Comunicação Interpessoal e Institucional	13
1	CRM	11
2	Excel	28
3	Fundamentos Gerais de Segurança no Trabalho	49
1	Gestão de Conflitos	12
2	Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho	37
3	Inglês	38
1	Intervenção Psicossocial em Situações de Crise	27
1	Língua Portuguesa - Técnicas de Escrita	12
1	Matemática	11
1	Mecanismos Hidráulicos	12
<i>Acções individuais</i>	Movimentação Manual de Cargas	70
1	NCCP - Prático	69
1	Novo Código Contratação Pública	24

<i>N.º de Acções</i>	<i>Curso</i>	<i>N.º de Inscritos</i>
1	Novo Regime de Exercício da Actividade Industrial	16
1	Novo Regime Jurídico de Segurança contra Incêndios	13
1	Primeiros Socorros	16
1	Recuperação do IVA	16
1	Sigma - Património	6
1	Sigma - Publicidade	6
1	Sigma - Armazéns	32
1	Sigma - Cemitérios	5
1	Sigma - Ciclomotores	4
1	Sigma - Máquinas de Diversão	5
1	Sigma - Máquinas de Diversão	5
1	Sigma - Pocal	16
7	Suporte Básico de Vida	61
1	Word	15

Inscrições em acções de formação, por tipo



Pela visualização do gráfico acima, podemos verificar que os custos com a Formação Profissional aumentaram significativamente até 2008 e, em 2009, registaram uma redução significativa. Convém salientar que em 2006, a despesa foi menor face aos anos seguintes, já que se possuía as verbas dos fundos comunitários do Programa FORAL, e se investiu em acções formativas financiadas. Em 2007, com o fim do financiamento comunitário, deu-se um aumento dos gastos para colmatar as necessidades formativas existentes. Em 2008, e muito embora tenha regressado o financiamento do QREN/POPH, foi necessário investir em algumas acções formativas não financiadas, devido a exigências do serviço, imposições legais, inovações tecnológicas e outros argumentos que já antes referimos.



Avaliação da Formação

Em termos gerais, entendemos por avaliação da formação, o(s) momento(s) do processo formativo que nos permite(m) compreender toda a sua evolução, nomeadamente as etapas decorridas, os factores determinantes e os resultados obtidos. Neste sentido, para cada acção formativa efectuamos a sua

avaliação a dois níveis. Em primeiro lugar, recolhemos junto dos formandos a sua apreciação da acção de formação propriamente dita, através do Inquérito de Avaliação da Formação. Em segundo lugar, procuramos conhecer junto dos formandos, e também dos respectivos superiores hierárquicos, a avaliação que cada um faz da eficácia da acção de formação frequentada pelo colaborador, através do Inquérito da Avaliação da Eficácia da Formação.

No que diz respeito à análise dos Inquéritos de Avaliação da Formação (1º nível), verificou-se o seguinte:

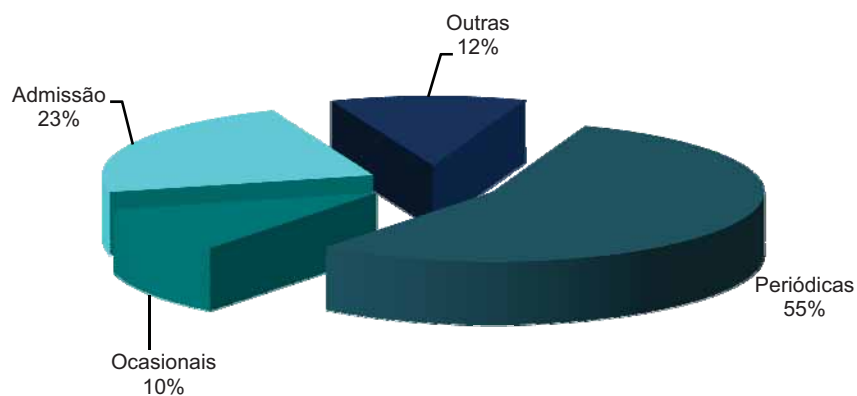
- 86% dos cursos de formação interna registaram um grau de satisfação global acima dos 75%;
- 61% dos cursos de formação interna registaram um grau de satisfação com a coordenação da DFCT acima dos 75%;
- 77% das inscrições em acções de formação externas registaram um grau de satisfação global acima dos 75%;
- 90% das inscrições em acções de formação externas registaram um grau de satisfação com a coordenação da DFCT acima dos 75%;

No entanto, ao longo dos processos, foi possível perceber algumas lacunas:

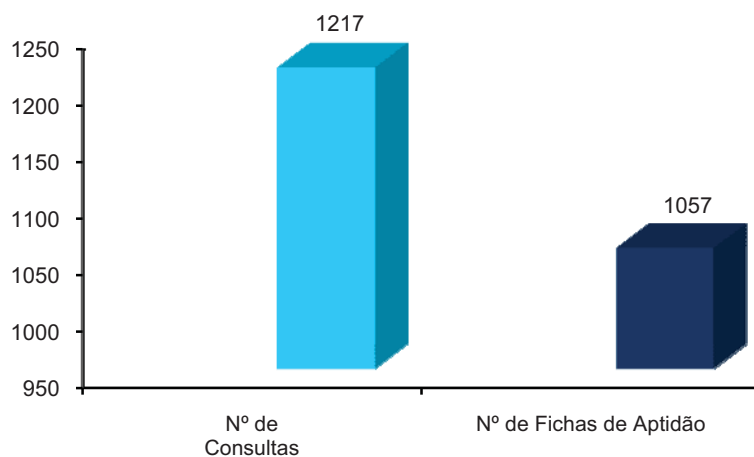
- Exploração dos temas
- Métodos e técnicas utilizadas
- Duração das acções de formação
- Material distribuído

Em 2009, realizaram-se 1290 consultas de Medicina do Trabalho. Este número poderia ter sido maior, no entanto, registou-se um absentismo de 10,4% por parte dos funcionários, situação que tem de ser avaliada, dado que é uma obrigação legal dos funcionários comparecer às consultas de Medicina no Trabalho.

Tipo de Consultas

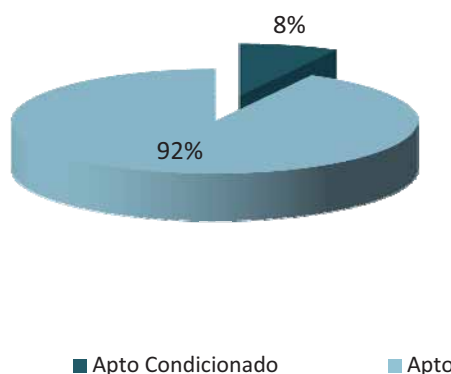


Total
Consultas/ Fichas de Aptidão



No que respeita ao nº de Fichas de Aptidão emitidas, existe um decréscimo de 19,2% relativamente às consultas efectuadas, principalmente porque, ocasionalmente, os colaboradores recorrem ao Gabinete Médico em situação de “doença súbita”, utilizando os serviços de Medicina no Trabalho como consulta de Medicina Curativa, para preenchimento de declarações de Doença Profissional e para mostrar exames médicos.

Resultado das Consultas



Informa-se, no entanto, que as 83 consultas com resultado Apto Condicionado se reportam a 64 colaboradores que apesar de reavaliados no ano de 2009 continuaram com aptidão condicionada.

Rastreios

Em 2009, realizaram-se 3 rastreios: rastreio cardiovascular, rastreio auditivo e rastreio do cancro do cólon.

Serviço de Enfermagem

Em Junho de 2009, a Médica do Trabalho passou a ser coadjuvada por uma enfermeira que intervém em situações de urgência, procede à medição de tensão arterial e à organização do arquivo clínico. Com este novo serviço, assegura-se a presença de um técnico de saúde nas instalações da CMM durante os horários de expediente.

GABINETE DE APOIO SOCIAL

Durante este ano o GAS desenvolveu trabalho em várias vertentes:

1. Diagnóstico organizacional do Departamento de Gestão Urbanística.
2. Articulação com a **Unidade Local de Saúde de Matosinhos** - Centro de Diagnóstico Pneumológico, para rastreio a colaboradores da CMM que contactaram com indivíduo infectado com Tuberculose.
3. Como resposta substantiva à incidência da **Gripe A (H1N1)**, e conforme alerta da Direcção Geral da Saúde no sentido de cada instituição pública ou privada, se preparar através da formulação do seu próprio Plano

de Contingência, para enfrentar a pandemia, o Gabinete de Apoio Social esteve presente durante o mês de Julho em 2 reuniões de trabalho com esse objectivo. Procedeu-se também à divulgação de medidas preventivas de transmissão viral, e dos locais de atendimento permanente da Gripe A nomeadamente com a colocação de cartazes informativos em todos os espaços municipais. De igual modo se elaborou uma proposta de aquisição de solução anti-séptica alcoolizada para os serviços com atendimento contínuo, bem como aquisição de toalhetes com solução anti-séptica alcoolizada para os colaboradores que se desloquem para o exterior que se considerem expostos a riscos de contágio.

4. No dia 13 de Outubro comemorou-se o Dia Mundial da Alimentação e iniciou-se, simbolicamente, as **Consultas de Nutrição**. Até final de 2009, contabilizou-se 17 consultas, frequentadas por 13 colaboradores.
5. Deu-se continuidade às consultas de psicologia no âmbito da parceria realizada com a DPSS.
6. O trabalho na área social desenvolve-se a vários níveis: atendimento de funcionários para posterior encaminhamento ou contacto com outros Organismos e Instituições – 39 situações; contactos com colaboradores em situação de doença prolongada – 10 contactos sistemáticos; representação do Departamento de Recursos Humanos na Rede Social de Matosinhos; participação nas Reuniões do Núcleo Executivo da Rede Social – 4 reuniões; participação em Reunião do Núcleo de Estudos Sobre Envelhecimento (NESE) – 1 reunião; participação no Plenário do Conselho Local de Acção Social – 4 reuniões.

HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

No âmbito da Higiene e Segurança no Trabalho, realizaram-se diversas visitas a edifícios municipais, a locais onde temos colaboradores a desempenhar funções e a contextos de trabalho.

Em cumprimento das obrigações legais nesta área, preencheu-se e enviou-se o relatório anual das actividades de HSST.

Como forma de optimização de recursos, optou-se por realizar formação na área da HST, em contexto real de trabalho, ministrada pelos técnicos de HST.

Realizou-se ainda um levantamento das características técnicas dos Equipamentos de Protecção Individual dos assistentes operacionais.

Mensalmente, realizou-se a análise dos acidentes de serviço ocorridos.

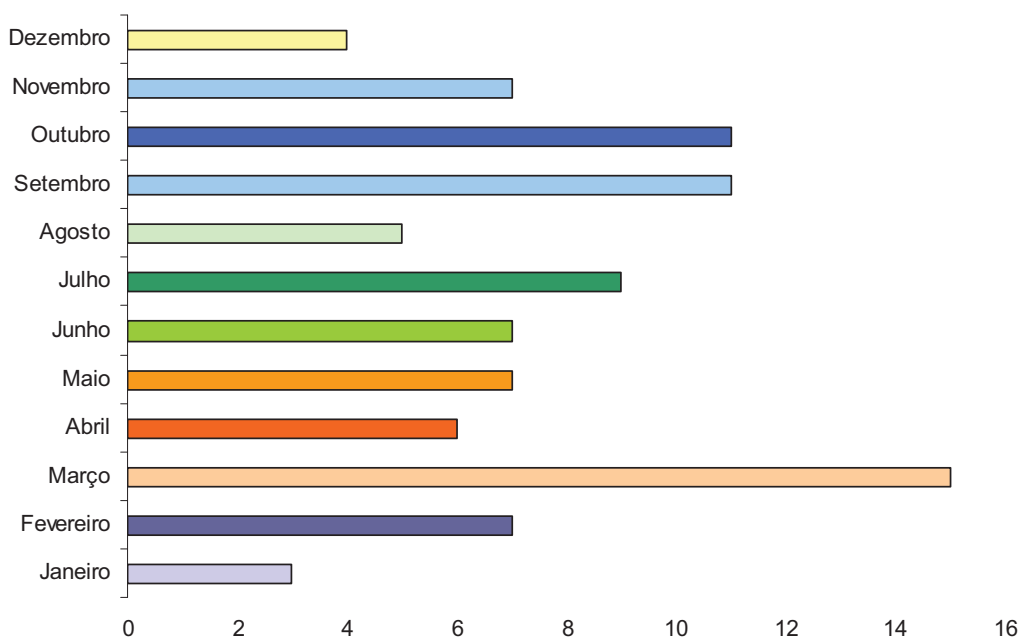


ACIDENTES EM SERVIÇO

Durante o ano de 2009, ocorreram 92 acidentes em serviço, o que originou um total de 2302 dias perdidos, ou seja, em média, perdeu-se aproximadamente 25 dias de trabalho por acidente.

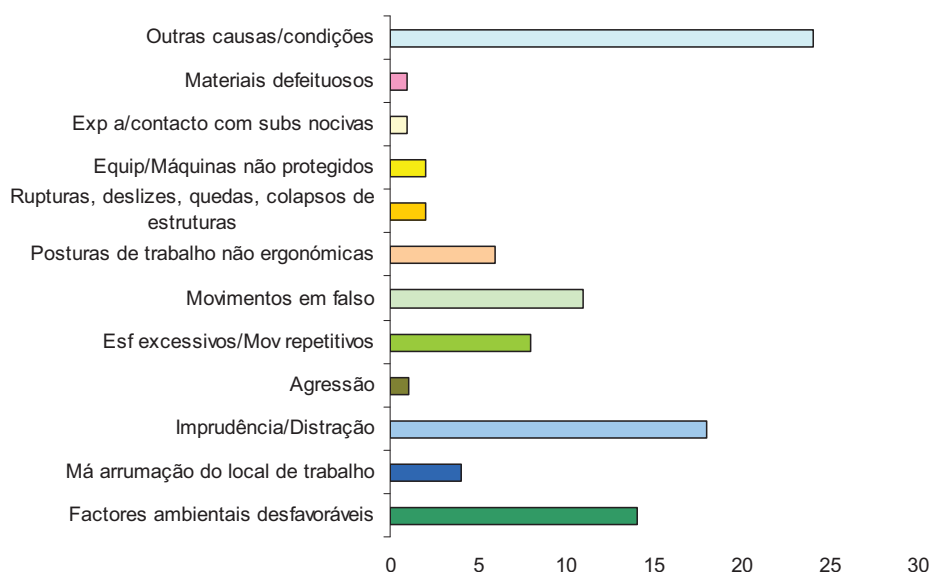
Nos últimos anos tem-se assistido a um aumento do número de acidentes, no entanto, quando comparado com o número total de colaboradores da autarquia, verifica-se que em proporção, o número de acidentes tem vindo a diminuir.

Nº de acidentes, por mês

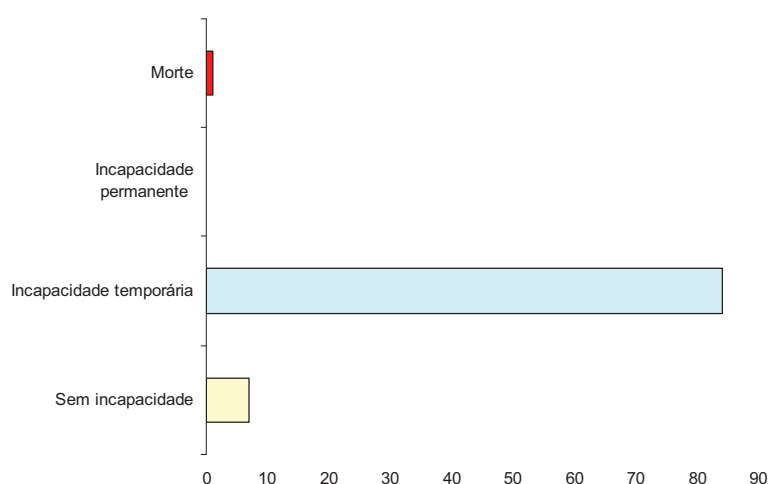


Em média, ocorreram 8 acidentes por mês. Segundo se apurou, os meses com maior incidência foram os de Outubro, Setembro e Março (11.96%, 11.96% e 16.30%) sendo o de Janeiro o de menor incidência (3.26%). O dia da semana em que mais acidentes ocorreram foi a 5ª feira, 19 (um total de 20.65% de acidentes).

Acidentes segundo a causa



A imprudência e/ou distração terão sido as prováveis causas/condições perigosas diagnosticadas que mais contribuíram para os acidentes ocorridos, seguidas de factores ambientais desfavoráveis.

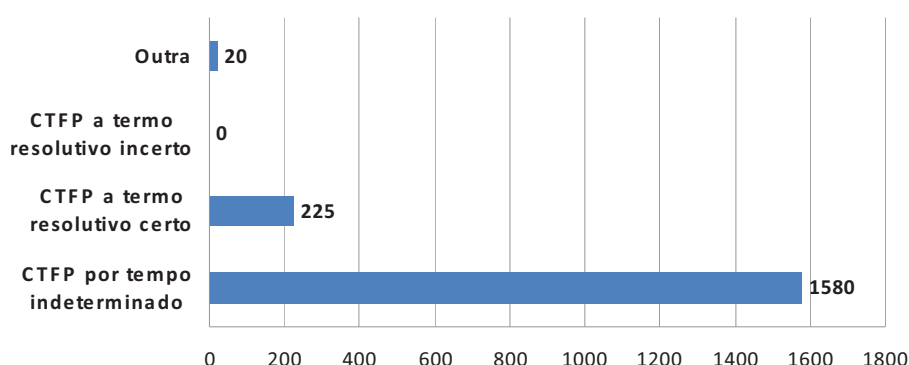


Na análise dos acidentes segundo a consequência verificamos que, infelizmente, registou-se um acidente mortal.

MAPA DE PESSOAL

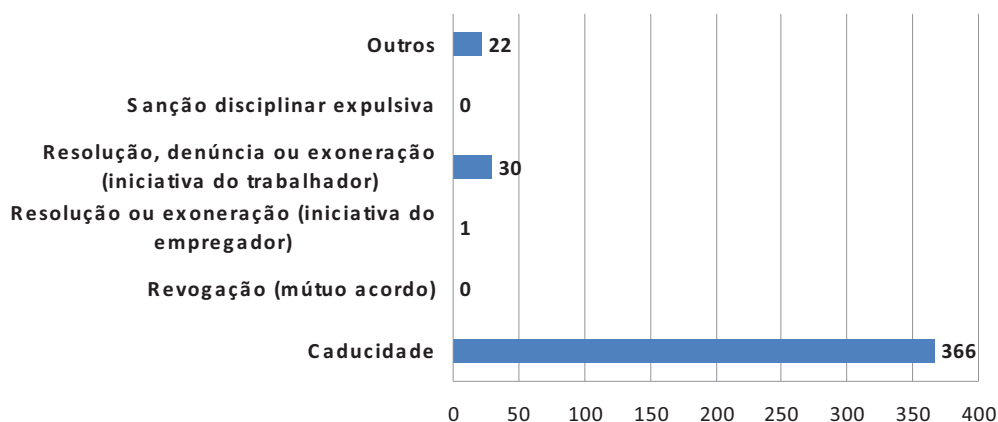
Na sequência da reforma efectuada na Administração Pública, a autarquia detém 1580 colaboradores em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado e em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo, 225 colaboradores (note-se que 150 destes trabalhadores correspondem aos Professores das Actividades de Enriquecimento Curricular) e 20 colaboradores correspondentes a outras situações como seja as carreiras subsistentes e eleitos locais.

Colaboradores segundo a modalidade de vinculação

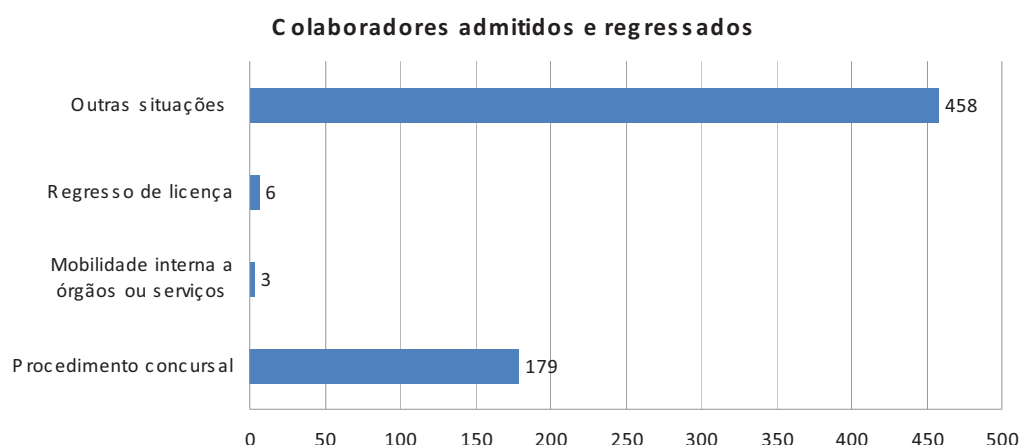


Em relação às saídas, o número mais elevado a registar prende-se com a caducidade de contratos e resolução, denúncia ou exoneração por parte dos trabalhadores. Há outras situações decorrentes de falecimentos, transferências, trabalhadores que entraram para outras entidades por concurso interno, licenças sem vencimento e cedências de interesse público.

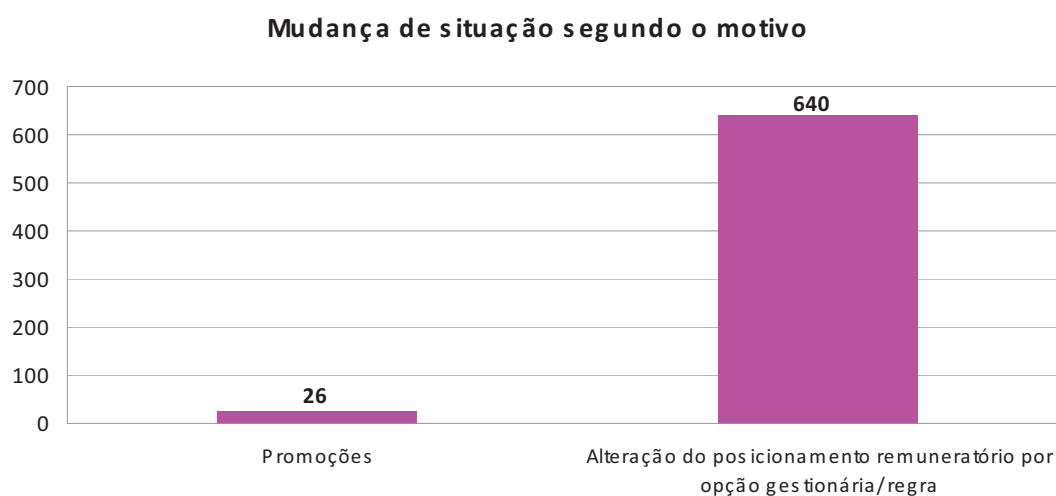
Colaboradores segundo o motivo da saída



Na sequência do acordo assinado com o Ministério da Educação, recebemos 447 colaboradores e os restantes referem-se a cessação de acordos de cedência de interesse público celebrados com outras entidades, designadamente as empresas municipais e 3 situações de mobilidade interna. Entraram por procedimento concursal, 179 trabalhadores (Assistentes Operacionais em que 177 foram exercer funções nas escolas do concelho e 2 Operários para os Armazéns Gerais).

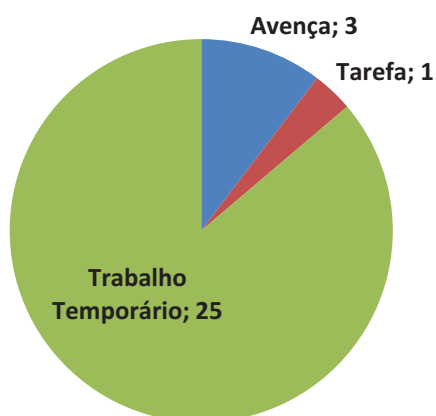


Na mudança da situação, designadamente mudança de posicionamento remuneratório, tivemos um total de 640 mudanças, abrangendo quer a mudança por opção gestonária quer ainda a mudança por alteração obrigatória do posicionamento remuneratório. Verificaram-se ainda 26 promoções decorrentes das carreiras subsistentes, designadamente Policia Municipal e Informática.



Nas prestações de serviços verifica-se que apenas temos 3 avenças e um contrato em regime de tarefa. Para fazer face a necessidades temporárias, foi necessário recorrer a serviço de trabalho temporário.

Total de Prestações de Serviço que vigoraram durante o ano de 2009 por regime



Execução do Plano de Actividades

Relações Públicas e Comunicação

Modernização Administrativa

Gabinete de Auditoria e Qualidade

Gabinete de Estudos e Planeamento Estratégico

Gabinete Jurídico e de Apoio aos Órgãos Autárquicos

Recursos Humanos

Promoção da Economia Local

Turismo

Cultura

Educação e Formação

Juventude e Voluntariado

Promoção Social e Saúde

Administração do Território

Ambiente

Segurança e Protecção Civil

Desporto

Projectos e Obras

Numa época que se afigura difícil para a economia mundial, e num ano também ele efectivamente, crítico ao nível nacional, a dinamização da economia local consubstanciou, novamente, umas das prioridades da acção deste município.

Agora, e mais do que nunca, foi necessário implementar políticas de dinamização do tecido empresarial concelhio, vislumbrando-se com tal, que o mesmo se reforce face ao passado recente, bem como se prepare para desafios futuros.

Nessa medida foram criados programas municipais com fins específicos, como os que infra se passam a expor:

- O Programa “Matosinhos Investe”- para reforço do investimento municipal, com a antecipação dos investimentos plurianuais inscritos nas Grandes Opções do Plano da autarquia.
- O Programa “Matosinhos Inova”- que pretendeu ser um desafio e um estímulo à criatividade, apoiando-se nas incubadoras de empresas, no estímulo ao artesanato e em áreas de negócio não aparente.
- O Programa “Matosinhos Anima”- para apoio à Restauração e aos Serviços, com o estabelecimento de um programa de animação das áreas comerciais, antecipação da 2ª fase do projecto SeQuRe, antecipação da Chancela “Mar à Mesa - Restauração 100%” e o estímulo à revitalização dos Mercados Municipais de Matosinhos.



De forma conexas a estes projectos, a autarquia desenvolveu acções para atrair empresa para o concelho, destacando-se a outorga do compromisso celebrado com o Grupo Impresa, mediante o qual o Grupo, fomentado pela Autarquia, deslocará para Matosinhos empresas como a SIC, Jornal Expresso, Revista Visão, A Sete Graus, O portal AEIOU e a Infoportugal.

O avultado esforço económico exigido à Autarquia, para reconverter o antigo matadouro municipal, de imediato de frutos, denotando-se um crescente interesse de indústrias criativas em instalarem-se neste novo pólo empresarial. Esta dinâmica deve-se à clara aposta na captação de nichos empresariais de vertente tecnológica e produtora de conteúdos, criando desta forma um Concelho atento ao Futuro, sem desprezar o passado.

Em 2009 a Câmara Municipal de Matosinhos, em parceria com o IAPMEI, BPI e NORGARANTE, disponibilizou às empresas de pequena dimensão recursos essenciais ao desenvolvimento das suas actividades, implementando o programa MatosinhosFinicia - programa municipal com o intuito de apoiar projectos de investimento desenvolvidos por micro e pequenas empresas do Concelho. Através do programa foram apoiados 4 projectos empreendedores, resultando no investimento total de 305 694,17 €, criando e mantendo/criando um total de 30 postos de trabalhos directos.



Ressalva-se que, também ao sector da restauração foi atribuída uma atenção, que mais do que privilegiada, se pretendia assumir como dinâmica. Assim, visando a preservação e melhoria das actividades económicas tradicionais, lançou-se a 2ª fase do projecto denominado SeQuRe – Segurança e Qualidade na Restauração, por forma a sensibilizar, informar e apoiar os empresários da área da restauração do concelho de Matosinhos das norma aplicáveis em matéria de higiene e segurança alimentar, possibilitando assim o efectivo desenvolvimento de processos destinados a assegurar a implementação do sistema de Autocontrolo baseado nos princípios do HACCP.

Por outro lado, também através da implementação do projecto denominado “SeQuRe2” pretendeu-se dotar as empresas do ramo da restauração do “Know-how” para aferir de melhorias de qualidade dos produtos utilizados no ramo, repercutindo dessa forma nos consumidores a segurança e qualidade necessária ao serviço, reforçando a fidelização, procura e recurso a este comércio de forma habitual.

Pretendia-se igualmente, e de forma definitiva, alertar os visados para as consequências ao nível de qualidade, imagem, rentabilidade e clientela destas empresas, bem como para as sanções em que

incorrerão em caso de incumprimentos. Com o “SeQuRe2”, levamos até Matosinhos técnicos de elevada capacidade técnica.

No seguimento do “SeQuRe2”, com o intuito de enaltecer e projectar a imagem dos melhores restaurantes do concelho, a Câmara de Matosinhos, em parceria com a APHORT – Associação Portuguesa de Hotelaria, Restauração e Turismo, Confraria Gastronómica do Mar – Matosinhos, Escola de Hotelaria e Turismo do Porto e “O Peixe à Mesa” – Associação de Restaurantes de Matosinhos, promoveu o projecto denominado “Chancela Mar à Mesa, Restaurante 100%”.



Quarenta e nove, foi o número de restaurantes que ultrapassaram este desafio municipal de identificação dos estabelecimentos que se distinguiram pelas condições de instalações, higiene e limpeza, segurança, ementa variada, qualidade das refeições e personalização do atendimento, passando, naturalmente, pela garantia de excelência na confecção dos pratos, atentos à qualidade dos ingredientes e produtos utilizados.

Ainda inserido no apoio à restauração, a autarquia desenvolveu um aparelho grelhador “modelo”, o qual permitirá aliar a tradição de grelhar o peixe na rua, aos parâmetros de higiene e segurança, criando uma sinergia perfeita entre a modernidade e usos e costumes de Matosinhos.

Para tanto, ao longo de 2009 o protótipo foi testado em condições reais de trabalho por vários restaurantes do concelho, prevendo-se que em 2010 estejam já reunidas as condições para, gradualmente, o equipamento seja denominador comum a todos os restaurantes que utilizam este tipo de procedimento na confecção de peixe.

Na promoção de uma política de acompanhamento e incentivo ao desenvolvimento dos sectores económicos locais e na sequência das duas candidaturas apresentadas e aprovadas no âmbito da Política das Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana do ON.2, no valor de 14.621.708,00€, aos agentes económicos instalados nas áreas abrangidas, facultou-se a possibilidade de candidatura ao MERCA, o que eventualmente se virá a traduzir em uma comparticipação financeira de 60% sobre o investimento elegível efectuado. Dos projectos apresentados ao MERCA, pelo menos, 10 candidaturas foram, aprovadas.

O Artesanato, motor de desenvolvimento a várias escalas, é hoje oficialmente reconhecido pelo seu enorme potencial e pela visibilidade dos seus impactos, directos e indirectos, na economia local. Neste podem ser reconhecidas oportunidades de legitimação e reconhecimento social e artístico, pela possibilidade de divulgação e promoção dos produtos da região e pela hipótese de contribuir para o reforço da capacidade de atracção do território e, ao mesmo tempo alargando o seu potencial turístico.

A Câmara Municipal de Matosinhos, em parceria com a ANDARTE – Associação Nacional para o Desenvolvimento do Artesanato, promoveram duas feiras de artesanato, com o intuito de revitalizar as artes e ofícios artesanais, visto reunir áreas tão diferentes como os brinquedos tradicionais de madeira e chapa ou a olaria e os trabalhos em couro, “santeiros”, a confecção e venda de produtos alimentares regionais com especial destaque para a doçaria conventual, promovendo ainda o trabalho ao vivo, e a interacção entre os artesãos e os visitantes.

No que concerne aos Mercados Municipais, e no seguimento das obras de requalificação do Mercado Municipal de Matosinhos, implementou-se o plano estabelecido para dinamização dos mesmos, procurando adequar o tradicional ao actual, no sentido de reequipar e modernizar os sectores, dotando os mercados de condições técnico-funcionais que cumpram a legislação em vigor, que vá de encontro aos graus de exigência e satisfação do público e bem como dos próprios vendedores.



Introduziram-se, numa 1ª fase normas de procedimento internas que visam uma sistematização e uniformização de procedimentos que elevam o nível de qualidade e segurança alimentar existente nos mercados, permitindo desta forma e com a aquisição de novos equipamentos dota-los das condições técnicas ao nível dos requisitos legais e corresponder às crescentes exigências dos consumidores.

Não menos relevante foi também a actividade do “Centro de Informação Autárquico ao Consumidor”, visando sempre dotar os consumidores quer de informação quer de formação, ao nível de direitos de consumo em geral, e a mediação e resolução de conflitos para os quais detêm legalmente competência.

Os dados falam por si, em 2009 o CIAC chegou também a mais munícipes, efectuando 1621 atendimentos, instruindo 79 processos de reclamação, nos quais cerca de 50% foram resolvidos de imediato e com sucesso e 40% encontram-se pendentes por necessidade de tramitação mais complexa.

Actividades desenvolvidas durante o ano 2009

Sessão de esclarecimento do Centro Social de Solidariedade de Guifões, para a utentes sobre os direitos e deveres dos consumidores – 30 seniores



Visitas das seguintes escolas ao CIAC:

- Escola Augusto Gomes de uma turma de 25 alunos
- Escola Augusto Gomes – 19 alunos
- Escola EB2,3 de Leça do Balio 6 alunos

“1º. Ciclo de Conferencias direitos do consumidor”

- 5 Março - 92 pessoas
- 12 Março - 60 pessoas
- 19 Março - 95 pessoas
- 26 Março - 125 pessoas





A Conselheira de Consumo dirigiu-se ao estabelecimento prisional de Santa Cruz do Bispo, a convite dos professores, para realizar sessão de esclarecimento a uma turma de 25 reclusas, sobre o tema **“Os Direitos dos Consumidores e Consumo Responsável”**.

O CIAC promoveu uma sessão de esclarecimento, no Centro Social Padre Ramos, reunindo 331 utentes de diversos Centros de Dia do Concelho.

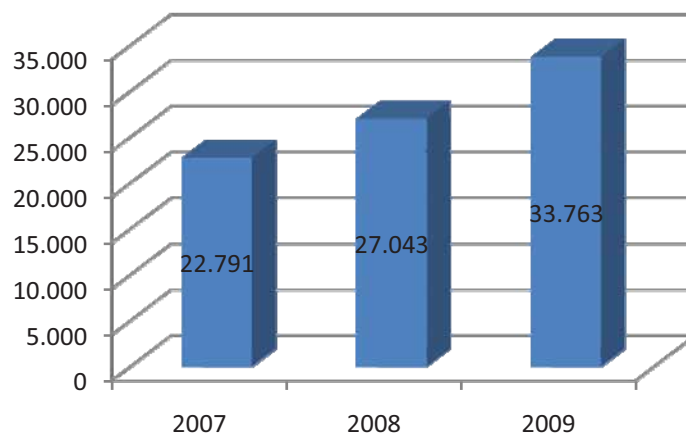
Nesta sessão 3 Centro de Dia, participaram de uma forma activa com a apresentação de 3 Sketches, que ironizavam episódios de “vigarices” que ocorrem frequentemente no nosso quotidiano.



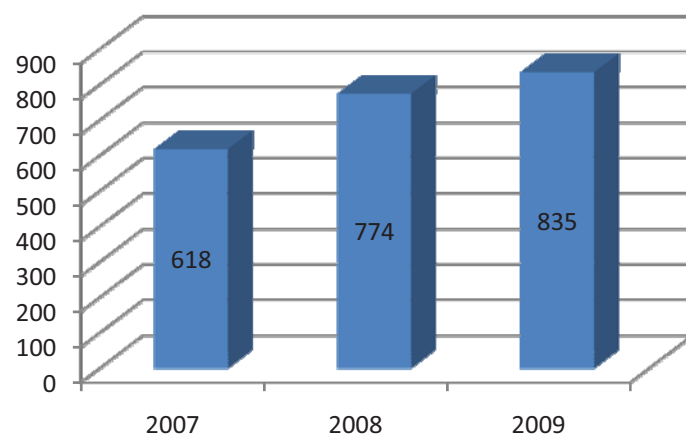
Ainda no apoio aos consumidores de Matosinhos, dinamizou-se o **Serviço Municipal de Metrologia**, o qual garante a certeza dos instrumentos de medição e pesagem que se encontram nos diversos estabelecimentos e que servem locais de venda ao público.

Em 2009 verificou-se um aumento significativo de estabelecimentos visitados e de equipamentos aferidos por este serviço, pretendendo-se garantir, mais uma vez a fiabilidade dos instrumentos de medição e pesagem existentes nos estabelecimentos comerciais do concelho. Nos últimos 2 anos, o Serviço Municipal de Metrologia tem consecutivamente apresentado um desempenho impar, visível quer pelo aumento das visitas efectuadas (+35%) quer pela receita arrecadada (+48%).

Receita Arrecadada



Estabelecimentos Visitados



Execução do Plano de Actividades

Relações Públicas e Comunicação

Modernização Administrativa

Gabinete de Auditoria e Qualidade

Gabinete de Estudos e Planeamento Estratégico

Gabinete Jurídico e de Apoio aos Órgãos Autárquicos

Recursos Humanos

Promoção da Economia Local

Turismo

Cultura

Educação e Formação

Juventude e Voluntariado

Promoção Social e Saúde

Administração do Território

Ambiente

Segurança e Protecção Civil

Desporto

Projectos e Obras

TURISMO

O crescimento continuado e constante do Concelho de Matosinhos, nas suas inúmeras valências, encontra-se indubitavelmente associado a uma estratégia de promoção e de divulgação. Com esse propósito, em Abril de 2009 foi inaugurado o Posto de Turismo de Leça da Palmeira, que veio colmatar a inexistência de um serviço de apoio e informação numa zona da cidade de elevada procura turística, potenciada pela marina do Porto de Leixões e pela gare de passageiros do Porto de Leixões.

No ano de 2009, foi consolidada a aposta nos principais produtos turísticos do Concelho, designadamente a Gastronomia, a Arquitectura Contemporânea, o Hipismo e os Desportos Náuticos. As marcas “Matosinhos O Mar à Mesa” e “Mar, Movimento, Cultura” reforçaram a sua presença em eventos diversos, de âmbito nacional e internacional.



Realizou-se a 4ª edição da “Festa do Mar”, evento que conquistou o seu espaço próprio e alcançou uma notoriedade assinalável, aliando os produtos gastronomia e animação cultural numa simbiose perfeita.

PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS

Em 2009, manteve-se a participação em Feiras do sector do Turismo e Imobiliário, veículos privilegiados de promoção turística, que possibilitaram o contacto com mercados nacionais e internacionais.



GASTRONOMIA

A dinamização do produto estratégico *Gastronomia* está consignada no PENT (Plano Estratégico Nacional do Turismo), como primeira prioridade para o “Porto e Norte de Portugal” e tem vindo a ser reforçada como produto de excelência e qualidade pela TPNP- ER. Matosinhos apresenta uma vocação natural e uma tradição gastronómica de destaque no Norte de Portugal, que tem vindo a ser potenciada através da realização de eventos de cariz gastronómico, evidenciando-se a “Festa do Mar”, acontecimento de digna notoriedade e reputação, que alia a Gastronomia à Animação.

DESPORTOS NÁUTICOS

Com a requalificação da Orla Marítima, foi possível explorar as condições naturais únicas e singulares que Matosinhos apresenta para a prática de desportos náuticos. Trata-se de uma vertente turística com elevado potencial, que poderá captar um mercado que se encontra em franca expansão, abrangendo desportos como a vela, surf, windsurf, bodyboard, kitesurf, snorkling. Neste pressuposto, esta área tem vindo a ser explorada através do apoio a inúmeras iniciativas de cariz náutico.



HIPISMO



Contando com a parceria do “Centro Hípico do Porto e Matosinhos” e de forma a impulsionar o destino Matosinhos junto dos praticantes de hipismo e dos seus seguidores, apostou-se na promoção da marca “O Mar à Mesa” e “Mar, Movimento, Cultura” através da inserção de publicidade em meios distintos nas principais provas realizadas, consolidando-se a marca “O Mar à Mesa” nos eventos que pela sua

qualificação envolvem um grande mediatismo, apresentando cavaleiros de renome que transformam este evento uma referência no mundo equestre nacional e internacional.

PUBLICIDADE

Manteve-se em 2009 uma forte aposta na promoção e divulgação dos produtos turísticos âncora de Matosinhos, consolidado através da participação publicitária em suportes distintos, com a imagem “*Mar à Mesa*”.

ANIMAÇÃO

Prover o concelho de iniciativas de qualidade e diferenciadas continuou a ser, em 2009, uma das principais apostas da Câmara Municipal, que tem vindo a apresentar uma programação digna de referência no panorama cultural e que extravasa os limites da região do grande Porto. O plano de eventos apresentado foi extenso e abrangente, exibindo espectáculos de diversos âmbitos, destacando-se os concertos e a recriação histórica “*Os Hospitalários no Caminho de Santiago*”. Manteve-se a aposta na realização de concertos com bandas de top da actualidade, com especial incidência para a música portuguesa:



Execução do Plano de Actividades

Relações Públicas e Comunicação

Modernização Administrativa

Gabinete de Auditoria e Qualidade

Gabinete de Estudos e Planeamento Estratégico

Gabinete Jurídico e de Apoio aos Órgãos Autárquicos

Recursos Humanos

Promoção da Economia Local

Turismo

Cultura

Educação e Formação

Juventude e Voluntariado

Promoção Social e Saúde

Administração do Território

Ambiente

Segurança e Protecção Civil

Desporto

Projectos e Obras

BIBLIOTECAS



2009 foi mais um ano de confirmação do relevante e diversificado papel da Rede Concelhia de Bibliotecas de Matosinhos (Biblioteca Municipal Florbela Espanca, Biblioteca de S. Mamede Infesta, Biblioteca Itinerante e Bibliotecas de Praia). Milhares de utilizadores acederam a estes equipamentos e serviços, corolário da intensa actividade e do admirável esforço de todos os seus colaboradores e da consistente política desenvolvida por este executivo na promoção do livro e da leitura, das artes e da cultura em geral.

Percorrendo o caminho traçado nos anos anteriores, a Rede Concelhia de Bibliotecas de Matosinhos contou em 2009 com um número considerável de novas inscrições, registando uma média de 55 novos leitores por dia, que estão indelevelmente associados a uma estratégia de melhoria da colecção da biblioteca e de um esforço na dinamização deste serviço, através de visitas de estudo, horas do conto, oficinas, lançamentos de livros, exposições, espectáculos de teatro, recitais e concertos, sempre com o objectivo de atingir diversos públicos ao longo de todo o ano, com intervenientes de elevada qualidade.

Com efeito, ao longo de todo o ano foi feito mais um avultado investimento na renovação dos documentos ao dispor, nomeadamente com a aquisição de milhares de novidades para a Biblioteca Municipal Florbela

Espanca, Biblioteca de S. Mamede Infesta e Biblioteca Itinerante, adquirindo obras que cobrem todas as áreas do conhecimento, indo ao encontro dos diversos tipos de leitor, desde o leitor erudito ao estudante universitário, da criança que ainda não sabe ler ao leitor que já se encontra reformado, do jovem ao professor que pretende materiais complementares de ensino, da mulher à procura de novo emprego e que deseja obras de enriquecimento pessoal e profissional ao pai que deseja incutir hábitos de leitura nos seus filhos, é esse o vasto capital humano que procura a biblioteca pública como uma porta de acesso local à cultura, à educação, à informação e ao lazer. A biblioteca é também uma casa da música e de cinema e disponibiliza documentos áudio e vídeo, que abarcam estilos tão diversos como o jazz ou música pop, música clássica ou fado; ou ainda do cinema de animação, aos clássicos portugueses, das mais recentes produções de Hollywood ao cinema de autor. Há ainda outro tipo de documentos e que representam também um sector muito dinâmico das bibliotecas, e que é o dos periódicos, que conta com um público muito fiel. Os jornais e revistas adquiridos cobrem também todas as áreas do conhecimento e da vida activa, designadamente da informática às viagens, do desporto à moda, da medicina à arquitectura.



A Biblioteca Itinerante com um acervo bibliográfico completamente renovado, manteve igualmente uma actividade considerável no que respeita ao número de empréstimos e novas inscrições, prosseguindo o seu trabalho fundamental de ir ao encontro daqueles que têm maior dificuldade de acesso à cultura, designadamente escolas periféricas, estabelecimentos prisionais, juntas de freguesia e unidades hospitalares.

A Biblioteca de S. Mamede Infesta continuou a desenvolver uma dinâmica mais próxima dos vários públicos, trabalhando com lares de terceira idade e escolas, alargando a sua actividade não só às oficinas da Páscoa, das Férias Grandes e do Natal, mas participando também em importantes eventos como o Encontro Internacional *Literatura em Viagens* e a *Festa da Poesia*.

De realçar também a actividade das cinco Bibliotecas de Praia, que funcionaram ininterruptamente durante os meses de Julho a Setembro e que, com o contributo da biblioteca itinerante, viram alargada a sua área de cobertura a toda a costa do concelho, constituindo-se como uma trave mestra em toda esta

estratégia de promoção do livro e da leitura. As Bibliotecas de Praia, distribuídas por cinco praias do concelho – Titã, Fuzelhas, Cabo do Mundo, Memória e Pedras do Corgo – disponibilizaram aos veraneantes um serviço adequado a todas as idades, permitindo consultar e requisitar um tipo variado de obras literárias, da literatura clássica às últimas novidades, passando pela literatura infantil e juvenil, bem como diversos periódicos: dos jornais diários, semanários e desportivos, aos semanários de referência da actualidade, acabando nas revistas de carácter mais lúdico. E porque as Bibliotecas de Praia são um projecto dinâmico e interactivo, essencialmente voltado para os mais novos, foi promovido um conjunto de actividades onde estes tiveram destaque especial, proporcionando-lhes ateliês de escrita criativa, de ciência, de reciclagem, de pintura e modelagem, de expressão plástica, “horas do conto”, sessões de jogos didácticos, e outras actividades diárias.



Em articulação com as Bibliotecas de Praia, durante os meses de Julho e Agosto, o livro e a animação andaram de mãos dadas na marginal de Matosinhos, na Praça Cidade S. Salvador. O *Põe-te a Ler...* teve como objectivo mobilizar a população em geral, no sentido de criar nesta hábitos de leitura. Nesta *Festa do Livro* pôde adquirir-se a preços convidativos todo o tipo de livros, da literatura infantil, à banda desenhada, dos autores clássicos às últimas novidades.

Realizou-se o 4º *Encontro Internacional: LEV – Literatura em Viagem*, que reuniu em torno do dia 23 de Abril – Dia Mundial do Livro e dos Direitos de autor, escritores provenientes dos 4 cantos do mundo, para



falar de livros e viagens, sob a “capa” de temas sugestivos, em várias mesas redondas. O *LEV* abrangeu uma programação vasta, com o lançamento do 2º número da revista “Itinerâncias”, lançamentos de livros, concertos intimistas, música clássica, exposições que exploraram várias matérias e materiais e encontros de escritores nas escolas. O *Literatura em Viagem* é hoje um *ex-libris* da

Cultura na região e no país, colocando definitivamente Matosinhos na rota dos principais eventos internacionais de literatura.

É de realçar também, com primordial destaque, o ciclo de conferências sobre fotografia, intitulado *Conversas Objectivas*, que durante os meses de Abril e Maio veio confirmar-se como um contributo

indispensável para o debate em torno da fotografia, tendo contado com centenas de pessoas e nomes como o Prof. António Pedro Vicente, Maria Helena Araújo, directora do Museu Vicentes da Madeira, bem como foi Inaugurada a exposição de Fotografia **“Entre o Público e o Privado – Retrato de Presidentes”**, que contou com a presença do chefe da casa civil da presidência da República, Dr. José Nunes Liberato. Esta exposição de fotografia inédita, organizada pelo Museu da Presidência da República em colaboração com a Câmara Municipal de Matosinhos, mostrou pela primeira vez algumas das mais importantes e curiosas fotografias de todos os Presidentes da República Portuguesa. Fotografias que cobrem o final do século XIX até à actualidade. Retratos de família, fotografia de estúdio, retratos oficiais ou imprensa periódica publicada num total de cerca 200 imagens, dispostas por vários núcleos, fotografias oficiais e privadas, exibidas em vários formatos, desde os originais a imagens ampliadas, passando por projecções multimédia.



Outra importante iniciativa foi a 5ª edição da *Festa da Poesia*. Se, num primeiro relance, parece ser uma homenagem à sua “musa”, Florbela Espanca, dado que se realiza sempre no dia do seu nascimento e morte, tal não foi mais do que um pretexto para proporcionar um marcante encontro entre todos aqueles que “praticam” a língua portuguesa. Foram convidados alguns dos melhores poetas, músicos, actores e artistas que revelaram todo o esplendor e plasticidade da poesia portuguesa e do mundo. Autores e intérpretes como Ana Luísa Amaral, valter hugo mãe, José Mário Silva, Manuel António Pina, Isabel Pires de Lima, Francisco Mendes, José Jorge Letria, foram, António Palma, Guto Lucena, Sam the Kid, NBC, José Fanha, João Luís Barreto Guimarães ou Pedro Moutinho foram alguns dos ilustres

convidados que fizeram parte do programa.

Este ano realizou-se também o projecto Bibliotecas Mágicas de Matosinhos com um total de 667 participantes. Os participantes das Bibliotecas Mágicas foram essencialmente, crianças em idade escolar, já com algumas competências ao nível da leitura e escrita e seus professores, que intervieram activamente nas sessões. Excepção, foram as participantes adultas do EP Santa Cruz do Bispo, acompanhadas igualmente pelos professores do estabelecimento prisional. De notar que em algumas actividades promovemos a participação activa de pais e familiares com o objectivo de promover o diálogo inter-

geracional como é objectivo do projecto8 ex. Natal). Os ateliers forma divididos em 3 grupos: Bibliotecas mágicas vão à praia(5 ateliers-5 sessões), actividades mágicas de Verão(6 ateliers, 7 sessões) e ateliers espaço da criação (6 ateliers -29 sessões).

Partindo da leitura de uma obra científica e/ou literária o projecto “Leitura com Ciência” contou com a presença de dezenas de jovens promovendo neste o desejo de aprendizagem, desenvolvendo o seu natural talento para a exploração e a descoberta.

Na hora do conto, que se realiza uma vez por semana, as histórias são contadas de forma a entusiasmar os mais novos. Podem ser narrativas simples, pequenos contos ou histórias lidas de forma a despertar a imaginação das crianças.

As visitas guiadas à Biblioteca Municipal Florbela Espanca obra de referência da arquitectura contemporânea, da autoria do arquitecto Alcino Soutinho, ocorrem igualmente uma vez por semana.



A exibição semanal de um filme em diferentes categorias, adulto, infantil ou cinema português, tendo por base um romance, foi o mote para, uma vez por semana, o projecto “Cinemateca”, promover o Livro, a Leitura e a Cultura em geral, através do Cinema.

A Rede Concelhia de Bibliotecas de Matosinhos assumiu-se como um serviço público incontornável da vida cultural de Matosinhos dando, em 2008, efectiva resposta às necessidades de informação, cultura e educação, no pleno respeito pela diversidade humana e segundo os princípios definidos pelo Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas.

Principais actividades

- Actualização constante do fundo bibliográfico – livros, revistas, CD’s e DVD’s
- Bibliotecas de Praia
- Festa do Livro
- Ciclo de conferências Conversas Objectivas 2009
- Comemoração do Dia Mundial da Poesia (Concerto Rodrigo Leão e teatro “poesia sai à rua”)
- Comemoração do Dia Internacional do Livro Infantil (teatro “O gato malhado e a andorinha Sinhá” e ateliês de artes plásticas)
- Comemoração do 4º Aniversário da Biblioteca Municipal Florbela Espanca
- 4º Encontro Internacional Literatura em Viagem
- Exposições (Exposição comemorativa dos 200 anos do nascimento de Charles Darwin, “Entre o público e o privado – retrato de presidentes”, Nacho Salorio, exposição de ilustração “a minha mãe é a mulher mais bela do mundo”.)
- Festa da Poesia 2009
- Horas do conto
- Lançamento da Revista Itinerâncias
- Lançamento das Actas das Conversas Objectivas
- Visitas guiadas
- Projecto “Bibliotecas Mágicas”.

ARQUIVO

Funções e serviços desenvolvidos no ano de 2009

Gestão

Ao longo deste ano, o Arquivo Municipal procurou sempre que possível, na realização das suas tarefas internas e externas, uma gestão por objectivos que se orientou pelos seguintes eixos estratégicos:

- Inventariação, catalogação e salvaguarda da documentação;
- Implementação e melhoria da performance dos serviços prestados às várias secções administrativas da autarquia e à comunidade;
- Difusão dos seus espólios.

Trabalhos desenvolvidos

Identificação, Avaliação, Classificação, Restauro e Conservação

No âmbito das tarefas diárias executadas pelos técnicos do Arquivo Municipal, continuou a proceder-se à avaliação dos documentos, a executar medidas preventivas de higienização, pequenos restauros, conservação, inventariação e rotulagem de documentação, atendimento a pedidos externos e internos, etc. Segue informação detalhada dos vários serviços:



Arquivo Histórico:

1. Avaliação, limpeza e descrição de **543 novos documentos**;
2. **Elaboração do Plano de Classificação** do espólio documental da família Cyrne de Madureira: avaliação e aplicação de tipologias documentais a 1.235 documentos.
3. Introdução de **178 registos** no programa DIGITARQ de acordo com a ISAD (G): Norma Internacional de Descrição Bibliográfica
4. Planificação e execução de actividades de divulgação (ver Actividades Realizadas)

Arquivo Fotográfico:

1. Avaliação, limpeza e descrição de **1.140 novas fotografias**;
2. Digitalização de **430 fotografias para arquivo**.

Nota: De referir que o processo interno de digitalização foi interrompido em Setembro de 2009 devido a avaria irreparável do digitalizador.

Arquivo Geral:

1. Processos incorporados (das várias secções): **4.200**
2. Processos dados para consulta (das várias secções): **4.047**
3. Atendimento interno (pessoalmente, pesquisas e telefónico): **8.000**
4. Registos inseridos: **5.275**
5. Pedidos por EDOC: **1.279**

Nota: Convém salientar que os números apresentados são representativos, uma vez que, no âmbito das tarefas diárias, muitos documentos são manuseados, revistos, novamente classificados, limpos e restaurados, não sendo possível fazer uma contabilidade exacta do total de documentos tratados pelos vários serviços do Arquivo Municipal.

Doações

No ano de 2009 o Arquivo recebeu **2 doações**:

1. Do arquivo pessoal da família Brito e Cunha de Matosinhos, representada por Antonio Bernardo de Brito e Cunha, foram doados ao Arquivo Histórico um conjunto documental constituído por 37 caixas A4, com documentação particular da família. Estão a ser alvo de tratamento técnico.
2. De um particular residente na Senhora da Hora, foi doado ao Arquivo Fotográfico um espólio de 50 imagens em suporte de negativos de vidro, relativos a Matosinhos; Leça da Palmeira e arredores

Consulta Pública

Ao longo do ano de 2009, o Arquivo Histórico/Fotográfico teve **63 consultas externas** e **9 consultas internas**.

Digitalizações

No ano de 2009 foram recebidos **103 pedidos de digitalização** de documentos do Arquivo Histórico e Fotográfico.

Visitas de Estudo

O Arquivo Histórico/Fotográfico recebeu **7 visita de estudos**, num total de 28 pessoas, 23 das quais foram alunos da Escola Secundária do Padrão da Légua.

Actividades realizadas

No ano de 2009 o Arquivo Histórico realizou várias actividades com o objectivo de organizar e difundir os seus espólios, nomeadamente:

- Organização do 3º Ciclo de Conferências “Conversas Objectivas” que decorreu entre 9 e 30 de Maio, no auditório da Biblioteca Municipal Florbela Espanca e que teve uma assistência na ordem das 2.000 pessoas. Dentro deste ciclo de conferências organizou-se:
 - a) Conferência “Memória Fotográfica das Ilhas – os fundos fotográficos da Madeira, pela Dra. M^a Helena Araújo (Directora do Museu Photographia Vicentes, Madeira);
 - b) Inauguração da Exposição “Fotografias das Festas do Senhor de Matosinhos – Breve viagem à colecção do Arquivo Histórico/Fotográfico;
 - c) Inauguração da Exposição “Entre o Público e o Privado – Retratos de Presidentes da República (parceria com o Museu da Presidência da República);



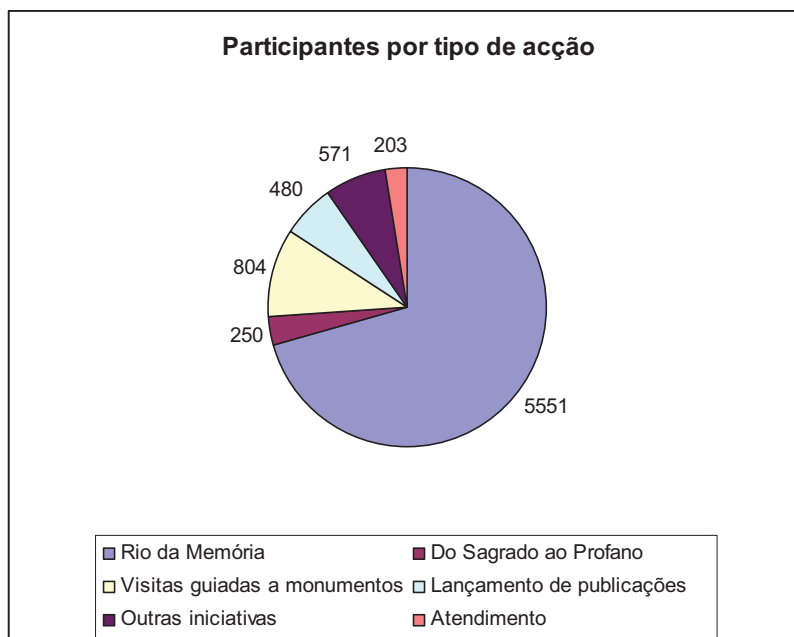
- d) Conferência “A Prata da Fotografia”, pelo Professor Doutor António Pedro Vicente;
- e) Lançamento do livro Actas da 2ª Edição das Conversas Objectivas.

MEMÓRIA HISTÓRICA E PATRIMÓNIO

Ao longo do ano de 2009 a Autarquia prosseguiu a actividade regular em torno da salvaguarda da memória histórica do concelho. Tendo como um dos veículos privilegiados desta acção o Gabinete Municipal de Arqueologia e História (GMAH), tal prática incluiu, entre outros, intervenções arqueológicas no Castro de Guifões (visando a regeneração do projecto científico e pedagógico daquela importante estação que se encontrava paralisado há alguns anos), visitas de estudo e a realização de uma exposição dedicada à Arqueologia da Bacia do Leça. Para além destas iniciativas próprias o GMAH prestou regularmente apoio a diversas escolas e outras instituições através da realização de visitas guiadas a diversos elementos do património histórico concelhio e da realização de sessões de visionamento de filmes antigos sobre Matosinhos.



Estas iniciativas envolveram, de um modo directo e presencial, 7859 participantes (foram 4651 em 2008), assim distribuídos:



MUSEUS

Em 2009 dever-se-á salientar a reabertura do Museu da Quinta de Santiago, espaço museológico da Autarquia integrado na Rede Portuguesa de Museus, após profundas obras de conservação, restauro e qualificação dos seus espaços. Na sequência da reabertura dever-se-á registar a elaboração de uma programação diversificada na qual se destacou a colaboração com a Universidade Sénior de



Matosinhos e a realização regular de visitas nocturnas ao Museu. Como acção de promoção e divulgação do Museu destaco a exposição de mobiliário moderno SAAL. De Julho de 2009 a Dezembro de 2009 o Museu recebeu cerca de dez mil visitantes.



A Autarquia reforçou também, de um modo significativo, os apoios financeiros aos museus integrantes da Muma-Rede de Museus de Matosinhos, numa clara aposta na requalificação destes espaços museológicos do concelho. Paralelamente, e no que respeita ao apoio técnico, a Autarquia tem vindo a realizar e acompanhar o inventário das colecções dos museus da MuMa e a prestar consultoria a vários níveis.

ARQUITECTURA CONTEMPORÂNEA



Em 2009 a Autarquia de Matosinhos continuou a prestar uma particular atenção à promoção e valorização do património arquitectónico contemporâneo. Nesse âmbito continuamos a protagonizar a criação e dinamização da Associação da Casa da Arquitectura e, através da acção do Centro de Documentação Álvaro Siza, prosseguimos com um conjunto muito significativo de visitas guiadas e de

outras actividades. Entre estas, e de colaboração com a Delegação Norte da Ordem dos Arquitectos, merece destaque a prossecução do Prémio Fernando Távora que, ao longo de 2009, incluiu a sessão de anúncio da 4ª edição, e a posterior conferência da vencedora do prémio e anúncio do júri da 5ª edição.

No que respeita ao atendimento do CDAS e visitas especializadas asseguradas por este serviço da Autarquia, nomeadamente à Piscina “Marés”, Casa de Chá da Boa Nova, Quinta da Conceição, Casa da Juventude, 4 Casas Siza, Casas Pátio, Câmara, Biblioteca e Galeria Municipal, Marginal de Leça e de Matosinhos, o número de visitantes foi cerca de **3.000**.



ARTES PLÁSTICAS

A Galeria Municipal apresentou no ano de 2009 seis exposições e o III Simpósio Internacional de Pintura de Matosinhos.

As exposições de arte moderna e contemporânea Portuguesa abordaram a produção de artistas como Aurélia de Souza, Alberto Carneiro, João Borges, Carlos Barreira, Joana Rêgo e Abreu Pessegueiro.

Organizado em colaboração com a Cooperativa Árvore, o III Simpósio Internacional de Pintura de Matosinhos voltou a ser uma iniciativa de assinalável êxito, tendo as obras criadas pelos artistas convidados passado a integrar o acervo artístico municipal.

Em 2009 a Galeria Municipal contou com a visita de 7629 pessoas.



DANÇA

O projecto DANCEM TODOS, criado há quatro anos com o objectivo de apoiar e fomentar o ensino da Dança como expressão artística, registou um significativo crescimento em 2009 no número de escolas e alunos participantes, no número de espectadores e no número de dias. Por outro lado, apresentado durante as quatro primeiras edições em palcos ao ar livre, e sempre durante o Verão, o festival assumiu desta vez outras características tendo sido apresentado num espaço fechado durante o Inverno, tendo como palco o Cine-Teatro Constantino Nery em sessões que decorreram durante seis dias com lotação permanentemente esgotada.



SERVIÇOS EDUCATIVOS

Serviço transversal às diversas “frentes” da Divisão da promoção Cultural e Museus, os Serviços educativos desdobraram-se ao longo de 2009 não só no apoio a exposições e outras iniciativas promovidas pelas restantes áreas da Cultura, mas também por algumas da sua própria iniciativa envolvendo um total de 5471 participantes (dos quais 2403 foram crianças).

MUSICA CLÁSSICA

Durante 2009 manteve-se uma programação contínua e coerente através dos Concertos do Quarteto de Cordas de Matosinhos, e de um ciclo de Piano que contou com a presença de Antonio Rosado, Miguel Borges Coelho e Paulo Assis. De registar também um Recital de Canto e Piano com Conceição Seabra Galante e Jaime Mota, o Ciclo Duos, onde actuaram Bruno Monteiro, João Paulo Santos, Christina Margotto e Jed Barahal, respectivamente.



Foi prosseguida, também, a política de encomendadas de obras a compositores, nomeadamente a António Chagas Rosa, António Pinho Vargas, Clotilde Rosa e Eurico Carrapatoso, para Quarteto de Cordas.

CINE-TEATRO CONSTANTINO NERY

O Cine-Teatro Constantino Nery reiniciou a sua actividade em Novembro de 2008.

Com o objectivo de captar e formar novos públicos, o Cine-Teatro Constantino Nery abre-se à comunidade, esforçando-se por compatibilizar a procura de uma especial vocação para a comunicabilidade dos seus espectáculos, um espírito de renovação e contemporaneidade das linguagens cénicas e o desígnio de elevar os padrões de exigência crítica dos públicos. Tornando-se desta forma um equipamento cultural de referência a nível nacional e internacional. Tal facto deve-se a uma programação exigente, diversificada, e de grande qualidade provada pela grande adesão do público neste ano e meio de existência, não só em Matosinhos mas também na área Metropolitana do Porto.

O Cine Teatro Constantino Nery trabalha a programação em regime de produções próprias, co-produções e acolhimento. Acolhe espectáculos de música, dança, criação e apresentação de espectáculos de teatro, dos vários géneros, segundo padrões de excelência artística e técnica, e a promoção do contacto regular dos públicos com as obras referenciais, clássicas e contemporâneas, do repertório dramático nacional e universal.

A nível de Teatro foram apresentadas peças tais como:

“Começar a Acabar”, de Samuel Beckett, em regime de acolhimento



“Wonderland” co-produção com o Teatro Marionetas do Porto

“Janis e a Tartaruga”, produção própria do Cine Teatro Constantino Nery/CMM foi convidado a representar Portugal no IV Circuito de Teatro Português no Brasil. A digressão em S. Paulo foi um sucesso sempre com lotações esgotadas.



Outra aposta ganha, foi a parceria com o FITEI. Em 2009 o Cine-Teatro Constantino Nery conseguiu ser parceiro do FITEI e trazer ao concelho várias e reconhecidas companhias. Milhares de pessoas passaram pelo Cine-Teatro ao longo do festival.

“ Um barco na Cidade” Em co-produção com a Companhia Seiva Trupe apresentou uma peça escrita por Norberto Barroca e Benjamim Veludo sobre a história, costumes e tradições de Matosinhos. Durante um mês e meio, com representações diárias a lotação da sala esgotou diariamente.



Na Música, de salientar Orquestra de Jazz de Matosinhos com o – ciclo de big bands- sobre a história do jazz, Cristina Branco, Rui Reininho, círculo portuense de Ópera. Assim como toda a programação de música Clássica feita pela C.M.M que vai ao encontro dos diferentes públicos.

Dança, salientamos Olga Roriz, Isabel Barros, Joana Providência e Clara Andermatt. Três espectáculos de dança contemporânea muito bem recebidos pelo público.

No Serviço educativo, destacamos as obras curriculares, peças de teatro Como por ex: Auto-da Barca do Inferno que em 4 sessões trouxe ao Teatro 745 jovens das escolas de Matosinhos. Os ciclos de curtas divertidas (cinema de animação) por onde passaram 1200 crianças. Visitas guiadas ao Cine-Teatro Constantino Nery com todas as indicações técnicas precisas efectuadas com regularidade. Desta forma as crianças e jovens apreendem o espaço e sentem-no como deles. Muitas das escolas fizeram a apresentação

final do ano no Cine-Teatro Constantino Nery. As escolas, são, também, convidadas a participar em workshops e ensaios para, assim, perceberem melhor o processo de criação.

O curso de teatro da Companhia de Teatro Portuense Seiva Trupe em parceria com o Cine-Teatro Constantino Nery, teve o intuito de formar jovens actores. Durante 6 meses jovens tiveram formação para darem os primeiros passos na representação. O final do curso culminou com uma apresentação de uma peça de teatro ao público.

O Cine-Teatro Constantino Nery abre-se também às associações e colectividades do Concelho. Todas as colectividades do concelho podem usufruir do espaço apresentando os seus espectáculos. As instalações e equipa técnica são, assim, cedidas. Com esta iniciativa é criada uma proximidade com todos os matosinhenses. Muitos são os que regressam ao recuperado teatro e outros tantos que pela primeira vez entram no equipamento. Neste sentido o Cine Teatro acolheu espectáculos das colectividades do concelho como por ex., Aurora da liberdade com a peça “Vagabundo das mãos de Ouro”, o Orfeão de Matosinhos e uma grande parte das escolas de música e dança do concelho.



De destacar a grande adesão da comunicação social conquistando assim um dossier de imprensa que nos orgulha.

Pelo Cine Teatro Constantino Nery/CMM passaram 31541 espectadores no ano de 2009 abrangendo o Teatro (13119 espectadores), dança (2695 espectadores), música (3184 espectadores), serviço educativo, teatro de rua, exposições e oficinas (12543 espectadores).

Execução do Plano de Actividades

Relações Públicas e Comunicação

Modernização Administrativa

Gabinete de Auditoria e Qualidade

Gabinete de Estudos e Planeamento Estratégico

Gabinete Jurídico e de Apoio aos Órgãos Autárquicos

Recursos Humanos

Promoção da Economia Local

Turismo

Cultura

Educação e Formação

Juventude e Voluntariado

Promoção Social e Saúde

Administração do Território

Ambiente

Segurança e Protecção Civil

Desporto

Projectos e Obras

Este relatório pretende, de uma forma sucinta, apresentar todas as actividades realizadas pela Divisão de Educação e Formação (DEF), durante o ano de 2009.

A Câmara Municipal de Matosinhos reforçou o investimento na Educação com a perfeita noção de que é um investimento prioritário para o desenvolvimento do Concelho e dos cidadãos.

O ano 2009 foi marcado pela concretização do quadro de transferência de competências para os municípios, em matéria de educação e, a Câmara Municipal de Matosinhos, consciente da sua importância ao nível da educação local, assumiu este desafio, tornando-se numa das autarquias pioneiras a celebrar o protocolo de transferência de competências com o Ministério da Educação/DREN. As atribuições e competências assumidas pelo Município incidiram sobre:

- a) Pessoal não docente do ensino básico e da educação pré-escolar;
- b) Actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico;
- c) Gestão do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

As actividades da DEF, em 2009, foram desenvolvidas, considerando as seguintes vertentes:

1. Projectos

2. Mobilização da Comunidade Educativa

3. Acção Social Escolar

4. Planeamento e Gestão das Instalações e Equipamentos Educativos

5. Gestão dos Recursos Humanos Não Docentes

PROJECTOS

Foram vários os projectos desenvolvidos na área da Educação, em Matosinhos, durante o ano de 2009, com vista a contribuir, especialmente, para a complementaridade entre a actividade curricular e cívica:

- Escola a Tempo Inteiro;
- Curso de Formação de Socorristas para Assistentes Operacionais/Técnicos;
- Intervenção Precoce na Aprendizagem da Leitura e Escrita;
- Matosinhos aposta nos 12 anos de escolaridade (EPIS);
- Projecto de Integração Escolar e Social.



Com estes projectos, fortaleceu-se uma postura de intervenção local assente num conjunto de relações de parceria, em que as componentes educativas e pedagógicas assumiram um destaque central.

Por outro lado, as exigências de intervenção destes projectos permitiram a adopção de modelos de acompanhamento, monitorização e avaliação em todos os Agrupamentos de Escolas do Concelho de Matosinhos, configurando novas formas de cooperação local.

Deu-se continuidade à organização/implementação do projecto **Escola a Tempo Inteiro**, nomeadamente através da colaboração e dinamização de actividades de carácter educativo, curricular e extra-curricular. É de salientar a continuidade do acompanhamento, observação e supervisão pedagógica dos professores do ensino do inglês pela Associação de Professores de Inglês (APPI), no sentido de garantir a qualidade pedagógica desta Actividade de Enriquecimento Curricular. Paralelamente, reforçou-se a aposta na formação certificada dirigida aos professores das actividades de enriquecimento curricular (AEC's), nos domínios da supervisão pedagógica das AEC's, orientada, acima de tudo, para a relação educativa/pedagógica, considerando o triângulo professor-aluno-família e, também, no uso de metodologias a serem utilizadas pelos professores, como condição fundamental para o sucesso da intervenção educativa, nas Actividades.



A Câmara Municipal de Matosinhos, em parceria com a Cruz Vermelha Portuguesa, dinamizou um **Curso de Formação de Socorristas**, que teve a participação de 100 Assistentes Operacionais/Técnicos que exercem funções em diversos estabelecimentos de educação e ensino do Concelho. Este curso permitiu que os participantes adquirissem competências nos domínios gerais de primeiros socorros, execução de técnicas simples de socorrismo para controlar um cenário de acidente ou doença súbita.

Em 2009, manteve-se a implementação do projecto de **Intervenção Precoce na Aprendizagem da Leitura e Escrita**, em todos os agrupamentos de escolas e IPSS's do Concelho. O projecto foi, ainda, complementado com uma formação creditada para educadoras de infância, no âmbito da "Literacia Emergente" e com o estabelecimento de uma parceria com a Universidade Fernando Pessoa, que possibilitou a avaliação de cerca de 250 crianças do pré-escolar e 1.º ciclo, ao nível da terapia da fala.

A Câmara Municipal de Matosinhos continuou a apoiar, em 2009, o **Projecto EPIS - Empresários pela Inclusão Social**, visando diminuir, de forma significativa, as taxas de insucesso dos alunos do 3.º Ciclo do Ensino Básico.



Manteve-se a implementação do projecto de **Integração Escolar e Social**, no Agrupamento Vertical de Escolas de Leça do Balio, como forma de promover o sucesso educativo, nesta comunidade escolar. Durante este ano, houve um reforço na articulação de todos os intervenientes no processo educativo do aluno, nomeadamente, entre diferentes entidades locais e um aumento para 100 alunos intervencionados.

Desenvolveu-se um plano de apoio financeiro, a todos os Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias do Concelho, com o objectivo de estimular iniciativas de carácter inovador e pedagógico.

MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE EDUCATIVA

Tendo como objectivo contribuir para a mobilização, envolvimento e interacção de toda a comunidade educativa, foram diversas as acções apoiadas e desenvolvidas, conforme se especifica:

- "**Família e Escola: Silêncios Vividos ou Ruídos Sentidos**" - um ciclo de conferências, organizado pela DEF, que envolveu toda a comunidade educativa na reflexão das várias vertentes da promoção do sucesso escolar;

- "**Semana da Educação - Reconhecer e Valorizar também é Educar**" - uma semana em que foram desenvolvidas diversas actividades, no sentido de valorizar e reconhecer o contributo de todos os agentes educativos para o sucesso da Educação e Formação das crianças e jovens do Concelho. Foram realizadas as seguintes iniciativas:

- Lançamento da **1.ª edição do "Lendário de Matosinhos"** e estreia da peça teatral "A Lenda Fonte dos Dois Amigos";



- Comemoração dos 50 anos dos Direitos da Criança com o lançamento do livro "**Os Direitos da Criança**";

- Apresentação de **projectos inovadores** implementados nas escolas do Concelho: "Um lema, uma atitude - AV de S. Mamede de Infesta", "Integração Social e Escolar - AV de Leça do Balio" e "In Zarco - ES/3 João Gonçalves Zarco";

- **Homenagem ao Professor Aposentado.**

- "**Torneios Inter-Escolas**" - organizados pelas Escolas Secundárias do Concelho, foram apoiados pela autarquia através da atribuição de uma verba no valor de 6.000,00€;

- A Câmara Municipal de Matosinhos apoiou diversas actividades socioeducativas, organizadas/dinamizadas pelas escolas, nomeadamente: **Feira Medieval (ES/3 Abel Salazar)**, **Fórum Internacional Jovens - Roterdão Parlamento Europeu Jovem (ES/3 do Padrão da Légua)**, **Visita de Estudo a Lisboa (EB1/JI do Monte da Mina)**, **Batismo de Voo (AV de Custóias)** e **Olimpíadas de História III (EB2,3 de Custóias e ES/3 da Boa Nova)**;

- Deu-se continuidade ao apoio atribuído ao **Núcleo das Associações de Pais** de Matosinhos, no sentido de promover a criação de Associações de Pais no Concelho, fomentando-se, desta forma, o envolvimento das famílias na vida das escolas, um factor determinante para o ajustamento académico e sucesso escolar dos alunos.
- "**Natal nas Escolas**" - foram oferecidos jogos didácticos às crianças do pré-escolar e alunos do 1.º ciclo, colaborando-se, desta forma, para a celebração do Natal, nos estabelecimentos de educação e ensino do Concelho;
- Com o intuito de contribuir para a igualdade no acesso a oportunidades de elevado potencial educativo, a Câmara Municipal apoiou os alunos carenciados, com aproveitamento escolar, no financiamento da inscrição no **Projecto Universidade Júnior**;
- A **Escola de Segunda Oportunidade** de Matosinhos contou com apoio da Autarquia através da atribuição de subsídios para a realização de eventos, obras e para o normal desenvolvimento de actividades na escola.
- "**2.ª Edição do Lendário de Matosinhos**" - como marco do arranque do ano lectivo 2009/2010, a autarquia lançou a 2.ª edição do "Lendário de Matosinhos", permitindo às crianças viajar no tempo, reencontrar as suas origens e aumentar o contacto dos alunos com estas significativas referências sociais, emocionais e culturais;
- "**O Dia do Diploma**" - um evento que pretendeu reunir a comunidade educativa numa acção formal de entrega dos certificados e diplomas aos alunos, que no ano anterior, terminaram o ensino secundário.



ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR

Os apoios socioeducativos são, para a Câmara Municipal de Matosinhos, instrumentos fundamentais, facilitadores da promoção do acesso à educação e ao ensino, sendo também imprescindíveis à justiça social e à correcção de assimetrias socioeducativas.

Desta forma, a Acção Social Escolar organizou-se considerando os seguintes critérios de actuação:

Transportes Escolares

A Câmara Municipal assegurou o transporte escolar a um universo de 976 alunos (1.º semestre) e 819 alunos (2.º semestre), fundamentalmente do 2.º e 3.º Ciclos e Secundário, que residem a mais de 4 km do estabelecimento de ensino, ou que se encontrem em qualquer situação extraordinária. Aos alunos do ensino Secundário, foi assegurado pela autarquia apenas 50% dos custos das deslocações, estando incluídos os alunos dos cursos profissionais e de educação e formação, bem como os alunos com Necessidades Educativas Especiais da Educação Pré-Escolar.

Fez-se um investimento total na ordem dos 394.904,60 €.

É importante referir, também, a oportunidade que as escolas tiveram em utilizar o autocarro municipal, que se encontrou, diariamente, ao serviço da educação, permitindo a concretização de muitos projectos desenvolvidos pelos professores/alunos, constituindo um encargo para a Câmara Municipal de 16.000,00€, no ano de 2009.

Refeições Escolares

Durante o ano de 2009, serviram-se, em média, mais 200 refeições diárias, nos JI's e EB1's do Concelho. Diariamente, 5500 crianças e alunos destes estabelecimentos de educação e ensino usufruíram de refeições nutricionalmente adequadas ao seu estágio de crescimento e desenvolvimento. Manteve-se a aposta na diversidade das ementas escolares, disponibilizando-se ementas ovo-lacto-vegetarianas a crianças com culturas alimentares diferentes. Por outro lado, aumentou-se o número de ementas específicas, mais adequadas às necessidades nutricionais das crianças com patologias associadas.



A Câmara Municipal assumiu, durante este ano, um investimento total na ordem de 1.100.000,00 € com as refeições escolares.

Como forma de se associar ao reconhecimento do sucesso educativo, a Câmara Municipal atribuiu um subsídio ao **Rotary Clube de Matosinhos**, no valor total de 750,00€, destinado à bolsa de mérito para uma aluna do Concelho.

PLANEAMENTO E GESTÃO DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS

O acompanhamento do reordenamento da rede escolar ao nível do 1.º CEB e dos Jardins-de-Infância, bem como a renovação dos espaços já existentes, com instalações cobertas para a prática da educação física e do desporto, de espaços para a instalação das cantinas, bibliotecas, centros de recursos, equipamentos informáticos e de novas tecnologias de informação e comunicação, foi e continuará a ser uma tarefa prioritária, para que, o processo de ensino e aprendizagem seja, cada vez mais, um desafio à implementação e desenvolvimento de boas práticas. É de salientar a inauguração do JI da EB1/JI Prof. Elvira

Valente e o início das obras de ampliação/reconversão dos seguintes equipamentos: EB1/JI da Quinta do Vieira, em Custóias, EB1/JI do Araújo, em Leça do Balio, e EB1/JI de Perafita, em Perafita.



No sentido de se assegurar uma resposta adequada aos alunos com necessidades educativas especiais e constatando-se que a sala da Unidade de Ensino Estruturado, já existente no Concelho, se mostrava insuficiente relativamente à realidade, foi criada mais uma sala, com a mesma valência, no mesmo estabelecimento de educação e ensino (EB1/JI da Viscondessa, em Santa Cruz do Bispo) com especificidades de apoio a alunos com perturbações do espectro do autismo. Esta unidade constitui uma resposta educativa especializada, facultando a este grupo de alunos um ensino estruturado, com docentes especializados em educação especial e outras especializações profissionais, e dispondo de instalações e equipamentos imprescindíveis às necessidades específicas desta população.

Mobiliário Escolar e Equipamentos de Apoio Educativo Diverso

No sentido de dotar os estabelecimentos de educação e ensino de condições adequadas e melhoradas para o desenvolvimento das actividades educativas, a Câmara atribuiu a todos os Agrupamentos de Escolas, equipamento no valor total de 407.350,00 €.



Gestão Corrente dos Jardins-de-Infância e das Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico

Foram realizadas transferências de verbas para os Agrupamentos de Escolas e para a EBI/JI da Barranha, com o objectivo de assegurar as despesas de electricidade, água, telefone, gás, material de desgaste, alarmes e contratos de manutenção, e para a comparticipação da aquisição de livros e material escolar aos alunos carenciados. O investimento atribuído foi de 598.462,00€.

Transferência de Competências do Ministério da Educação

No âmbito da transferência de competências do Ministério da Educação, a partir do dia 1 de Janeiro de 2009, a Câmara Municipal de Matosinhos assumiu todo o pessoal não docente a exercer funções em jardins-de-infância, escolas do 1.º ciclo do ensino básico e EB2,3's, da rede pública do concelho. A autarquia passou a exercer as competências de recrutamento, afectação, colocação, remuneração, homologação da

avaliação de desempenho e poder disciplinar sobre os assistentes operacionais/técnicos e técnicos superiores, afectos às diversas escolas do Concelho.

Relativamente à gestão do parque escolar, a autarquia investiu 220.000,00€ no apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS NÃO DOCENTES

No âmbito das novas competências atribuídas ao poder local, em matéria de educação, a Câmara Municipal de Matosinhos contratou mais 178 Assistentes Operacionais/Técnicos para dotar os JI's e EB's dos recursos humanos necessários ao pleno funcionamento destes estabelecimentos, suprimindo as dificuldades existentes. Esta atitude permitiu a qualificação do serviço de apoio pedagógico, a concretização das actividades de animação, no âmbito do Despacho 14 460/2008 (2ª Série) de 27 de Maio.

Para assegurar o apoio ao serviço das refeições, melhorar o funcionamento dos refeitórios escolares e reforçar o acompanhamento dos alunos com necessidades educativas especiais a autarquia contratou, em 2009, 145 tarefeiras, num investimento total de 187.000,00 €.

Execução do Plano de Actividades

Relações Públicas e Comunicação

Modernização Administrativa

Gabinete de Auditoria e Qualidade

Gabinete de Estudos e Planeamento Estratégico

Gabinete Jurídico e de Apoio aos Órgãos Autárquicos

Recursos Humanos

Promoção da Economia Local

Turismo

Cultura

Educação e Formação

Juventude e Voluntariado

Promoção Social e Saúde

Administração do Território

Ambiente

Segurança e Protecção Civil

Desporto

Projectos e Obras

O Ano 2009 foi, para a Divisão de Promoção Cívica: Juventude e Voluntariado, um marco na aposta em novas áreas de intervenção e na diversificação de estratégias de resposta às necessidades mutantes dos jovens. Paralelamente, pretendeu-se consolidar algumas prioridades estratégicas, designadamente nos domínios da educação não-formal e ocupação de tempos livres, e, simultaneamente, iniciar uma reestruturação dos Projectos de Intervenção Juvenil no sentido de responder às novas solicitação do público em geral.

Este ano trouxe também ao concelho de Matosinhos novos projectos que se revelaram fundamentais para a afirmação dos jovens matosinhenses, fornecendo-lhes instrumentos para uma participação mais activa na dinâmica local. Exemplo disso, é a aposta crescente na área do Voluntariado, procurando abarcar diferentes públicos e balanceando os pedidos de Voluntários e Instituições.

De uma forma abrangente, podemos afirmar centrou-se o trabalho numa perspectiva multidisciplinar abarcando a complexidade das necessidades, desejos e problemáticas ligadas à juventude. Para tal, a articulação com parceiros e o trabalho de colaboração com outras instituições permitiu chegar à população juvenil de uma forma mais estruturada e captar diferentes públicos para as Casas da Juventude.



Participação nas Actividades

Formações

Actividade	Objectivo	
	(N.º Participantes)	N.º Participantes
Curso Inicial de Formação Pedagógica de Formadores	10	12
Formação em Voluntariado de Proximidade	14	10
Curso de Teatro	13	7
Formação Falar em Público	15	9
Curso de Inglês	12	8
Curso de Fotografia	15	12
TOTAL	79	58

Ateliers de Páscoa

Actividade	Objectivo	
	(N.º Participantes)	N.º Participantes
Ateliers de Páscoa 1.ª semana - grupo I	45	45
Ateliers de Páscoa 1.ª semana - grupo II	45	45
Ateliers de Páscoa 2.ª semana - grupo I	45	45
Ateliers de Páscoa 2.ª semana - grupo II	45	35
Atelier de efeitos especiais - Escolhas Positivas	8	8
Total	188	178



Ateliers de Verão

Actividade	Objectivo (N.º participantes)	N.º Participantes
Juventude em Acção - 1.ª semana	45	43
Juventude em Acção - 2.ª semana	45	45
Juventude em Acção - 3.ª semana	45	45
Juventude em Acção - 4.ª semana	45	45
Juventude em Acção - 5.ª semana	45	45
Capoeira e Esculturas no Jardim	15	11
Semana em Movimento - Lavra	15	15
Surf	32	34
Torneio de Ping pong	12	12
Película Animada	15	16
Torneio de Playstation	12	12
Peddy Papper "Perdidos no Monte"	12	12

Execução do Plano de Actividades

Visita ao Sea Life	15	15
À Volta da Toalha	15	15
Insuflável "Os Gladiadores"	40	26
Workshop Danças Tradicionais Ciganas	15	11
Actividades Desportivas - Escolhas Positivas	14	9
Total	437	411



Ateliers de Natal

Actividade	Objectivo (N.º Participantes)	N.º Participantes
Em busca do Desconhecido	12	13
Atelier "Ecologia Dinâmica"	12	4
Atelier "Recicla o teu Natal"	12	8
Atelier "Mistura de Sabores"	12	10
Uma noite na Casa	12	11
Película Animada	20	8
Volta ao Mundo em 4 instrumentos	15	5
Sessão de Karaoke	10	8
Sessão de cinema	10	7
Atreve-te no Ping pong	10	6
Workshop de Natal "DJ"	10	3
Projecção de Animes	20	8
Total	155	91

Actividades Lúdico-Pedagógicas

Actividade	Objectivo (N.º participantes)	N.º Participantes
<u>Jovens@mov</u>	110	99
Dança	10	8
Taekwondo Juvenis	12	10
Taekwondo Juniores	12	13
Danças Latinas	20	15
Visita ao Centro de Imagem Animada Anilupa	12	7
Dia da Desportos Radicais	40	38
Visita Aprender a Ser - Aveiro	13	10
À caça da Gripe A	15	15
Alertar para prevenir - Gripe A	24	28
Workshop de Maquilhagem	13	8
Espaço Zen	60	47
Atelier "Química dos Efeitos Especiais"	18	18
Projecto Escolhas Positivas - Oficina "Ciência Criativa"	19	17
Tarde Desportiva	40	60
Atelier de Efeitos Especiais	15	15
Qualifica - Feira de Educação, Juventude e	63	63

Emprego		
SPOT - Feira da Juventude	54	41
À conversa com...	200	184
Jazz vai à Escola	900	748
Verão seguro na NET	600	350
Workshop de Técnicas e Métodos de Estudo para pais	10	10
Total	2260	1804



Concertos

Actividade	Objectivo (N.º Participantes)	N.º Participantes
13º Festival Internacional Matosinhos Jazz	3000	3138
Maria Rita + Orquestra Jazz de Matosinhos	10000	12000
Amália Hoje	4000	16000
Angélico	5500	7000
Tributo aos ABBA	2000	5000
Blind Change	50	37
Ablaze	60	84
TOTAL	24610	43259



Outros Eventos

Actividade	Objectivo (N.º Participantes)	N.º Participantes
Dia dos Namorados	10	8
Campanha Contra a Violência no Namoro	280	310
Festa de Carnaval Matosinhos	10	5
Concurso de Máscaras	50	65
Feira do Associativismo	2000	5000
Jogos da Juventude	1000	1500
Põe-te a Milhas das Pastilhas	58	55
Encontro de CAJ's - Comunidade, Acessibilidades, Jovens	200	182
Batalha nos Livros	10	11
Apresentação da Peça "1, 2, 3 um de cada vez	12	12
Conferência Internet	40	35
Conferência Bulling	40	38
Exposição Fotografia	20	30
Feira de Orientação Vocacional	2600	2750
Concurso Lomográfico	50	35
CJ Party	20	15
Arte Fora do Sítio	300	500
Festa na Casa	200	210

Conferência "Escola, Conhecimento e Bem Estar"	40	17
Encontro de Voluntários	10	8
Animatosinhos	60	1628
Dia Internacional da Juventude	20	33
Quinzena Cultural	500	500
Animar a Praça	1250	933
Convívio CCJ	200	120
Aniversário da Casa da Juventude de Santa Cruz do Bispo	70	94
Comemoração do Dia Mundial da Alimentação	100	108
Sessão esclarecimento Técnicos - Gripe A	12	14
Halloween	70	86
Mês da Dança Dspace	30	56
Aniversário da Casa da Juventude de Matosinhos	50	92
Caixa do Som	75	117
S. Martinho Magusto	25	49
Feira da Saúde	40	48
O Outro lado da Ciência	120	205
Aniversário da Casa da Juventude de S. Mamede	50	116
Comemoração do Dia Internacional do Voluntariado	50	60

Execução do Plano de Actividades

Feira das Trocas	30	2
Festa de Natal	60	97
Convívio de Natal	30	37
TOTAL	9792	15181



Quadro Resumo

Acção		Total Actividad es com Despesa	Total Actividad es sem Despesa	TOTAL ACTIVIDA DES	Objectiv os	N.º Participant es
FORMAÇÃO		4	2	6	79	58
ACTIVIDADES LÚDICO PEDAGÓGICA S	Ocupação					
	Férias					
	Escolares	21	13	34	780	680
	Actividade s Lúdico - Pedagógic as	15	7	22	2260	1804
CONCERTOS		5	2	7	24610	43259
OUTROS EVENTOS		16	24	40	9792	15181
TOTAL		61	48	109	37521	60982

Execução do Plano de Actividades

Relações Públicas e Comunicação

Modernização Administrativa

Gabinete de Auditoria e Qualidade

Gabinete de Estudos e Planeamento Estratégico

Gabinete Jurídico e de Apoio aos Órgãos Autárquicos

Recursos Humanos

Promoção da Economia Local

Turismo

Cultura

Educação e Formação

Juventude e Voluntariado

Promoção Social e Saúde

Administração do Território

Ambiente

Segurança e Protecção Civil

Desporto

Projectos e Obras

De acordo com a tipologia da população do Concelho de Matosinhos e dadas as características sociologicamente conhecidas do crescimento urbano em que a pobreza e exclusão se acentuam, a Câmara Municipal de Matosinhos organiza a sua intervenção de acordo com as dimensões de vulnerabilidade que se constituem como factores de exclusão social e que definem, simultaneamente, o perfil de uma intervenção integrada e sustentada na rede de parceiros que directamente actuam nestas problemáticas.

O Relatório que aqui se apresenta diz respeito ao trabalho desenvolvido pela DPSS no ano de 2009, destacando as principais acções desenvolvidas pela Divisão tendo em consideração as dimensões de intervenção - Emprego, Educação, Habitação, Saúde, Equipamentos Sociais - definidas no *Plano de Desenvolvimento Social* (elaborado com base nos resultados do *Diagnóstico Social do Concelho*) e enquadradas pelas *Grandes Opções do Plano*.

Para além da aposta em dotar o Concelho de infra-estruturas, investe-se também na manutenção e alargamento das parcerias com outras entidades da sociedade civil, aproveitando eficazmente as potencialidades e os recursos locais, na perspectiva de que o “trabalho em rede” permite multiplicar a eficácia de todos os intervenientes.

1. REDE SOCIAL



- Em 2009 a Rede Social realizou 5 Plenários do Conselho Local de Acção Social (CLAS) onde foram tratados os seguintes assuntos:
 - Apresentação e aprovação Relatórios e Planos de Acção (do Núcleo Executivo, das Comissões Sociais de Freguesia, do Projecto Matosinhos Activo, da CPCJ-M, e do NLI – Núcleo Local de Inserção de Matosinhos);
 - Apresentação dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social – CLDS, de Matosinhos.
 - Emissão e classificação de pareceres da Rede Social quanto às candidaturas ao POPH (13); Associação MAIS - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP); Associação para o Planeamento da Família (Centro Comunitário no Conjunto Habitacional da Biquinha); Programa Escolhas (3);

- Apresentação dos resultados do trabalho desenvolvido pela Rede Social do Concelho de Matosinhos.
- Reuniões quinzenais do Núcleo Executivo durante o ano (aproximadamente 32).
- Acompanhamento sistemático às dez Comissões Sociais de Freguesia.



2. ATENDIMENTO INTEGRADO (AI)

Objectivos gerais

- Alargar e aprofundar o modelo de Atendimento Integrado no Concelho de Matosinhos.
- Disseminar a metodologia do Atendimento Integrado junto de outros concelhos do País.

Resultados directos

- Maior envolvimento de parceiros no atendimento e acompanhamento social;
- Alargamento da rede de parceria do AI com a adesão do Centro de Respostas Integradas (CRI) Ocidental de Matosinhos; as Juntas de Freguesia de Custóias, de Guifões e de Santa Cruz Bispo;
- O progressivo alargamento da rede de parceria e consolidação de outros Pólos já em funcionamento, tem vindo a traduzir-se na concretização de um dos objectivos do AI e constitui uma mais-valia para a população em diferentes aspectos:
 - Diminuiu a lista e tempo de espera para atendimento: em muitos Pólos a espera é de uma semana e/ou um mês no máximo;
 - Resposta de maior proximidade à população;
 - Redução do tempo de espera entre a realização do diagnóstico e a(s) resposta(s) ao(s) problema(s) identificado(s);

- O Atendimento Integrado é referido no Plano Nacional de Acção para a Inclusão como boa prática nacional e está identificado como meta nacional;
- Nos Pólos de Atendimento de Matosinhos (“Matosinhos Sul”) e de São Mamede de Infesta (“Poente”), as técnicas da Câmara Municipal de Matosinhos, enquanto gestoras de processos acompanharam famílias desses territórios e realizaram 1049 atendimentos (contabilizando apenas os realizados com marcação);
- No âmbito do RSI, no Pólo de Matosinhos foram contratualizados 313 Programas de Inserção;
- Em 2009 a Base de Dados do AI passou a ser um instrumento de trabalho de uso generalizado por toda a parceria;
- No decorrer do ano transacto o grupo de Coordenação do AI (constituído por elementos da Câmara Municipal de Matosinhos, da ADEIMA, da Segurança Social e da Saúde) deu continuidade ao trabalho de disseminação nos Concelhos de Esposende, São João da Madeira e Aveiro, bem como, ao trabalho de acompanhamento técnico e supervisão dos Pólos de Atendimento Integrado em funcionamento.

3. ACÇÃO SOCIAL

- **Plano Municipal para a Igualdade entre Mulheres e Homens**
 - Em 2008 foi efectuada e aprovada uma candidatura ao POPH - Programa Operacional Potencial Humano, à tipologia 7.2 – “Planos para a Igualdade;
 - Organizou-se formação na área da Igualdade de Género para 30 pessoas, entre técnicos/as da Autarquia e outros agentes sociais locais considerados como prioritários;
 - Iniciou-se o Diagnóstico de Igualdade de Género da Autarquia, enquanto entidade empregadora, e da formação dirigida às estruturas hierárquicas de topo da Autarquia, procurando fomentar a integração da perspectiva da Igualdade de Género enquanto condição para uma boa governação.
- **Apoio à Infância**
- Deu-se continuidade ao trabalho iniciado em 2008, na mesma lógica de estudo acerca da realidade no domínio da infância para a Construção do Plano de Desenvolvimento Social Para A Infância Do Concelho de Matosinhos que tem como principal objectivo estratégico o de garantir as condições

para uma efectiva garantia dos Direitos da Criança. O Plano foi definido em 5 linhas estratégicas que definem toda a sua intervenção:

- Promoção do Conhecimento – Monitorização das Necessidades
 - Qualificação e Alargamento dos Equipamentos de Apoio Infância
 - Promoção do sucesso educativo
 - Promoção da vida cultural e desportiva
 - Reduzir o risco, Minimizar o perigo
- Apoio às candidaturas do Programa PARES III:
 - Centro Social de Leça do Balio – ampliação da resposta Creche (construção de berçário) com capacidade para 16 crianças.
 - Associação Social e Recreativa Guerra Junqueiro – Reconversão de CATL em Creche com capacidade para 33 crianças.
 - Irmandade da santa Casa da Misericórdia – Reconversão de CATL em Creche (Infantário “Paraíso”) com capacidade para 33 crianças.
 - Fundação Auchan – Construção de Creche com capacidade para 66 crianças.
 - Apoio às candidaturas do Programa QREN, tendo sido aprovadas as seguintes construções:
 - Leça da Palmeira - Creche com capacidade para 33 crianças (futura gestão da Associação MAIS);
 - Santiago de Custóias - Creche com capacidade para 33 crianças;
 - São Mamede Infesta - Creche com capacidade para 33 crianças.



- **Apoio à Terceira Idade: A Implementação do Plano Gerontológico de Matosinhos (acções desenvolvidas)**
- **Linha Estratégica 1 - Promoção do Conhecimento – Monitorização das Necessidades / Manter actualizado o conhecimento sobre o envelhecimento no concelho de Matosinhos e respectivas necessidades:**
 - Actualização do Observatório Social de Matosinhos nas suas dimensões relativas ao envelhecimento e aos equipamentos e serviços dirigidos às pessoas idosas;
 - Prosseguida a dinamização trimestral do Núcleo de Estudos Sobre o Envelhecimento;
- **Linha Estratégica 2 - Promoção da Participação**
 - Renovadas as actividades realizadas pelas instituições (Programa Matosinhos Sénior):

Actividades Regulares	Participantes	Quantidade
Música Instrumental / Coral	626	1.920 aulas
Folclore, Danças de Salão / Criativas	412	1.080 aulas
Ginástica	617	1.608 aulas
Ginástica de Reabilitação	331	1.104 aulas
Hidroginástica	220	1.008 aulas
Tai-chi / Técnicas de Relaxamento	532	1.392 aulas
Fisioterapia / Fisiatria / Podologia	275	1.100 sessões
Teatro / Expressão Artística	357	960 aulas
Alfabetização	180	792 aulas
Informática	132	624 aulas
Atelier de Manualidades	451	1.344 aulas
Intercâmbios Culturais	1.246	88 saídas



Execução do Plano de Actividades

Actividades Sazonais	Participantes	Quantidade
Actividades na Primavera	1.021	4 dias
Colónias Balneares	1,072	10 dias
Actividades da Quinzena Sénior	1.068	7 dias
Passeio anual	7.383	1 dia
Celebração do Natal	10.108	1 dia



INSTITUIÇÕES	TOTAL
Amigos da Terceira Idade de Leça da Palmeira	€ 49.179,56
Associação Baptista Ágape	€ 8.547,92
Associação de Amigos Aposentados de Leça da Palmeira	€ 8.307,73
Associação de Apoio Social de Perafita	€ 13.419,54
Associação de Moradores da Urbanização de São Gens	€ 19.002,26
Associação de Solidariedade Social Betesda, Esperança e Vida	€ 24.781,49
Associação dos Pescadores Aposentados de Matosinhos	€ 32.938,16
Associação Social e de Desenvolvimento de Guifões	€ 33.994,59
Centro Cultural e de Solidariedade Social de Guifões	€ 39.934,06
Centro de Apoio à Terceira Idade de São Mamede de Infesta	€ 60.379,20
Centro de Convívio da Terceira Idade de Matosinhos	€ 45.810,47
Centro de Convívio de Dia de Santa Cruz do Bispo	€ 13.689,85
Centro de Infância Velhice e Acção Social da Senhora da Hora	€ 48.929,46
Centro Social de Leça do Balio	€ 39.815,97
Centro Social e Cultural de Custóias	€ 28.978,29
Centro Social Padre Ramos	€ 39.376,45
Centro Social Paroquial de Santa Cruz do Bispo	€ 16.650,60
Centro Social Paroquial do Padrão da Légua	€ 12.729,80
Centro Social Paroquial Padre Ângelo Ferreira Pinto	€ 31.453,70

Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos	€ 9.942,59
Lar de Sant'Ana	€ 26.474,51
O Lar do Comércio	€ 31.723,65
TOTAL	€ 636.059,85

- Promovidas, 4 acções de informação e de divulgação sobre direitos sociais, em todas as instituições do Concelho, introduzindo uma dinâmica de animação e de valorização dos saberes e experiências das próprias pessoas idosas, envolvendo 2 000 pessoas (Segurança, Direitos Sociais, Consumo e Questões Jurídicas).



- Linha Estratégica 3 - Qualificação e Diversificação de Equipamentos e Serviços
 - Apoiada a qualificação a intervenção das instituições de apoio a idosos (Apoio na concretização de planos de Segurança e de Emergência).
 - O serviço Matosinhos Amigo - Pequenas reparações nas casas de pessoas idosas - registou até ao final do ano 986 intervenções e 3451 serviços) e 50 pessoas beneficiaram da utilização do serviço de Tele Assistência Domiciliária.
 - Promoveu-se o alargamento da rede se serviços dirigidos às pessoas idosas com o apoio logístico e financeiro (40% dos custos elegíveis) à candidatura de instituições ao Programa Operacional Potencial Humano (POPH), das quais as seguintes foram aprovadas:

Entidade	Objectivo do apoio	Resposta Social	Utentes
Centro de Apoio à Terceira Idade de São Mamede de Infesta	Adaptação	Centro de Dia	60
		Serviço de Apoio Domiciliário	60
		Lar	60
Centro Social Paroquial da Senhora da Hora	Construção	Serviço de Apoio Domiciliário	30
		Lar	60
Centro Social Paroquial Padre Ângelo Ferreira Pinto	Construção	Lar	60
Lar de Sant'Ana	Adaptação	Serviço de Apoio Domiciliário	24
		Lar	46

- No âmbito do apoio às famílias que têm a seu cargo os cuidados com os seus idosos, foi realizada uma acção de formação dirigida a cuidadores/as informais de pessoas idosas com dependência e ou demências, abrangendo 20 pessoas no apoio às/aos suas/seus idosos/as.
 - Criado o instrumento de trabalho para estudar a viabilidade da criação de um Centro de Noite que se encontra já disponível para discussão pelos parceiros;
 - Criada uma proposta de regulamento para a Base Concelhia de Ajudas Técnicas.
- O Cartão MATOSINHOSénior contava no final de 2009 com cerca de 13.500 inscrições activas.

4. SAÚDE

- **Plano Municipal da Saúde**
- Apresentação pública e assinatura protocolar, com cerca de 50 parceiros (das áreas da Saúde Oral e da Educação) que contou com a Presença do Sr. Secretário de Estado Dr. Manuel Pizarro
- Apresentado o Vídeo promocional do PMSM, e realizada a distribuição de panfletos informativos;
- Apresentação pública da Mascote do plano o "Trincas";
- No domínio da Saúde Oral, foram implementadas acções de natureza preventiva junto de crianças carenciadas do Concelho;
 - Foram adquiridos 8.000 Kits, sendo que a distribuição teve início no JI e EB1 do Monte da Mina onde foram distribuídos cerca de 207;
 - Com o apoio da Parceria da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto, foram realizados 113 rastreios de Saúde Oral junto das crianças e jovens da Obra do Padre Grilo, do Internato Nossa Senhora da Conceição, dos projectos Escolhas Positivas do Bairro do Seixo e do Santa Cruz do Bispo e do CLDS de Guifões. No final do Rastreio cada criança/jovem recebeu um Kit de Saúde Oral;
 - Acção de sensibilização na Obra do Padre Grilo e no Internato Nossa Senhora da Conceição com a colaboração de Luciana Abreu ("Floribela");
 - Promoção de hábitos de saúde alimentares saudáveis junto de elementos da população idosa e jovem do Concelho, com a colaboração de jogadores de futebol do Leixões Sport Clube, do cozinheiro Marco Gomes, no CATI – Centro de Apoio à Terceira Idade de São Mamede de Infesta.



- **Expo-saúde e interescolas**

- A comemoração do Dia Mundial da Saúde foi dinamizada através de:

- Realização da 1.ª Feira da Saúde - Expo-Saúde, que contou com a presença de 40 entidades da saúde. Para além de disponibilizar informação foram efectuados vários rastreios (podologia, saúde, visual, oral);



- Apoio na dinamização do Interescolas, uma iniciativa da ULSM e dos agrupamentos escolares, através da disponibilização de espaços, divulgação e dinamização das actividades.

- **Articulação / apoio a instituições na área da saúde**

- Associação para o Planeamento da Família: Apoia a população alvo para desenvolver escolhas livres e conscientes no âmbito da sua vida sexual e reprodutiva, promove a igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres e a formação de profissionais da saúde, educação e intervenção comunitária em questões ligadas ao Planeamento Familiar e Educação sexual. Em 2009, a Câmara Municipal de Matosinhos apoiou financeiramente o desenvolvimento de actividades e a aquisição de equipamentos para dois projectos “VIHQUINHA” e “XIS”. Estes são implementados junto da população do Bairro da Biquinha e Cruz de Pau, abrangendo um total 540 pessoas.

- Associação Portuguesa de Osteoporose: Realização de uma sessão de esclarecimento e rastreio da doença, com aula de ginástica e distribuição de um lanche saudável, na qual participaram cerca de 200 pessoas;



- Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo de Matosinhos: apoio através da atribuição de um subsídio em espécie (aluguer de duas lojas) para o funcionamento do Centro de Atendimento à Vítima – “primeiro passo”. O projecto, obra e mobiliário, foram também responsabilidade da Autarquia;
- Projecto Autoestima de Matosinhos: Encontra-se a funcionar em instalações cedidas pela Autarquia na freguesia de Matosinhos. Este Projecto, resultante de uma parceria estabelecida com o Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT) e a Administração Regional de Saúde (ARS) do Norte, tem como principal finalidade, a prevenção do VIH/Sida e de outras Infecções Sexualmente

- Transmissíveis (IST) em pessoas que praticam a prostituição (Região Norte). Em 2009 realizou obras de conservação e manutenção no Centro de Aconselhamento;
- Associação de Depressivos e Bipolares: Disponibilizad um espaço, para a realização de uma sessão de apoio a quatro dezenas de utentes da Instituição no âmbito do protocolo assinado;
 - ULSM – Pojecto "Mais Saúde": Apoio à elaboração gráfica e divulgação do projecto da ULSM "Mais Saúde", o qual pretende sensibilizar a população a recorrer aos serviços dos Centro de Saúde evitando as grandes afluências dos serviços de urgência do Hospital;
 - Unidade de Saúde Familiar de Leça do Balio - Porta do Sol: Obra de adaptação do Centro de Saúde de Leça do Balio que abriu as suas portas em 2009.
 - **Gabinete de Apoio Social**
 - Foi feita a avaliação e acompanhamento psicológico de 60 funcionários da Câmara Municipal de Matosinhos.
 - **Articulação / apoio a instituições na área da deficiência**
 - No que se refere ao acompanhamento às instituições que trabalham na área da deficiência salienta-se o apoio logístico e financeiro (25% dos custos elegíveis) às seguintes candidaturas ao Programa Operacional de Potencial Humano (POPH).



Entidade	Objectivo do apoio	Resposta Social	Utentes
AAJUDE - Associação de Apoio à Juventude Deficiente	Construção	CAO	30
		SAD	15
		Lar	24
ALADI – Associação Lavrense de Apoio ao Diminuído Intelectual	Construção	CAO	24
		Lar	24
APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (Delegação de Matosinhos)	Construção	CAO	30
		SAD	15
		Lar	24

- Destaca-se que como até à data nenhuma Instituição de deficiência no Concelho disponibiliza o Serviço de Apoio Domiciliário, pelo que o apoio deliberado pela Câmara Municipal de Matosinhos inverterá esta situação.
- Assumida a totalidade dos encargos com a instalação do Centro de Dia “Memória de Mim”, gerido pela Delegação do Norte da Associação de Alzheimer, inaugurado em Outubro de 2009. Este Centro é o único não lucrativo do Norte do país;
- Inauguradas as instalações cedidas pela autarquia para a Associação de Síndrome de Asperger e da Associação de Surdos de Apoio a Surdos de Matosinhos situadas no Conjunto Habitacional da Ponte do Carro.



- **Plano Municipal para a Inclusão Social das Pessoas Com Deficiência ou Incapacidades.**
- Realização do Seminário e Workshops “Descobrir Potências na Deficiência Física e Mental – Reflectir e construir a qualidade de vida na Deficiência”;
- A reflexão então produzida, e as conclusões do debate, permitiram a elaboração do Plano Municipal para a Inclusão Social das Pessoas Com Deficiência ou Incapacidades que tem como objectivo estratégico garantir o direito à autonomia e à qualidade de vida das pessoas com deficiências e/ou incapacidades e estruturado em quatro linhas de actuação:
 - o acesso à informação e participação na sociedade,
 - o acesso à educação, formação e inserção laboral,
 - criação de acessibilidades, e
 - criação de serviços que melhorem as condições de vida das pessoas com deficiências e/ou incapacidades e suas famílias.

- **Procedimentos concursais**
- Desde Dezembro, a Divisão de Promoção Social e Saúde passou a integrar o grupo de trabalho que desenvolve os procedimentos concursais existentes na Autarquia, destacando para esse efeito parte do seu corpo técnico da área da Psicologia que ficou responsável pela Avaliação Psicológica do/as candidato/as.

5. SITUAÇÕES DE RISCO

- **Fórum Europeu para a Segurança Urbana (FESU)**
- Participação nas reuniões do Comité Executivo e Assembleia-geral e consequentemente nas decisões deste órgão e na elaboração de propostas para a definição de políticas públicas de segurança urbana a nível europeu,
- Aprovado o envio aos candidatos ao Parlamento Europeu de uma proposta versando o tema “As Cidades, parceiras de uma política local de prevenção da criminalidade na Europa”, reflectindo a posição das 300 vilas e cidades representadas no FESU tendo circulado por diversos organismos da União Europeia e publicado nos principais jornais de referência europeus (Comité Executivo, S. João da Madeira, Maio 2009);
- Dinamização do projecto “Democracia, Cidades e Drogas II”: Rede nacional de municípios com o objectivo de identificar projectos e estratégias no âmbito da prevenção da toxicodependência; diagnosticar as necessidades das cidades portuguesas e o seu nível de intervenção; criar uma rede de cidades com intervenção nesta matéria e desenvolver uma metodologia de intervenção comum, vertida num manual a disseminar a nível Nacional e Europeu.
- Concepção de uma formação Creditada, dirigida a técnicos dos municípios sobre “Desenvolvimento de Projectos de Intervenção em Toxicodependência”, em estreita parceria com a Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade do Porto.

- **Fórum Português para a Prevenção e Segurança Urbana (FOPPSU)**



- **Presidência do Fórum Português para a Prevenção e Segurança Urbana (FOPPSU).** Neste âmbito foi realizada em S. João da Madeira, em Maio, uma conferência sobre o tema “segurança Urbana: Prevenção e Acção”, com o objectivo de realçar as duas componentes da segurança urbana: a prevenção e a repressão;
- **Colaboração na realização no seminário “Novos Desafios para a Segurança Interna: Contratos Locais de Segurança”,** no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), em Lisboa, organizado pela Revista Segurança e Defesa, em parceria com o Governo Civil de Lisboa e o FOPPSU. A realização deste seminário teve como objectivo principal demonstrar aos municípios a importância de promoverem políticas contratuais de segurança em parceria com o Ministério da Administração Interna.
- **Trabalho a Favor da Comunidade**

- Colocação de pessoas condenadas a penas de trabalho a favor da comunidade em diversos serviços da Autarquia no âmbito do Protocolo de Cooperação estabelecido com a Direcção Geral de Reinserção Social.
- **Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Matosinhos (CPCJP-M)**
- Cedência de espaço e equipamento para a implementação dos serviços da CPCJ.

6. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL

- A DPSS foi envolvida no apoio a várias famílias cujas habitações não ofereciam condições de habitabilidade por apresentarem riscos de ruína, ou terem sido alvo de incêndio, providenciando para tal alojamento provisório.
- Intervenção em crise e/ou Catástrofe: Neste âmbito da Intervenção em Crise e/ou Catástrofe, a equipa de Psicólogos actuou em 3 situações sinalizadas pela Protecção Civil e realizou um follow-up de uma situação de 2008. Ainda neste domínio, as equipas de intervenção Psicossocial participaram no simulacro desenvolvido pela Protecção Civil.
- A DPSS foi ainda envolvida nos trabalhos organização e estruturação do Grupo de Logística e Assistência da Comissão Municipal de Protecção Civil, que tem por missão coordenar as actividades de fornecimento de alimentação, agasalhos e alojamento aos sinistrados, enquanto permanecerem desalojados; promover o estabelecimento de protocolos com entidades fornecedoras de bens e géneros para situações de emergência; preparar um sistema de dádivas, e inventariar, controlar e distribuir os voluntários e benévolos.
- Neste ano foi também iniciado o trabalho de articulação entre as diversas instituições com o serviço Municipal de Protecção Civil, e que promovem respostas sociais nas áreas da Infância, Deficiência e Terceira Idade, com o objectivo de as dotar de Planos de Segurança e de Emergência
- A DPSS, enquanto Divisão integrante do Plano de Emergência Municipal, participou ainda activamente no Exercício / Simulacro “Matosinhos 2009”: simulacro de incêndio no edifício do Jardim-Escola João de Deus promovido pelo Gabinete de Segurança e Protecção Civil, com a missão

de prestar apoio logístico, apoio psicológico às vítimas e apoio social às pessoas sinistradas e que ocorreu no dia 26 de Novembro.



7. PARCERIA COM A ADEIMA

A Câmara Municipal tem ao longo da última década investido na parceria com a ADEIMA pela versatilidade que esta apresenta para a Intervenção Social, aspectos estes que estão no âmago desta Associação que a própria Câmara coadjuvou a fundar. Esta parceria tem permitido uma Intervenção Social integrada, uma vez que nela se encontram envolvidas diversas entidades, públicas e privadas, que pela sua natureza são intervenientes privilegiadas no desenvolvimento local e promoção social.



O âmbito das acções promovidas distribui-se por cinco áreas:

7.1. EMPREGO

Empresa de Inserção – “Mestre Jardim”

Objectivos gerais

- Desenvolver competências pessoais, sociais e profissionais de pessoas com dificuldades de inserção profissional;
- Facilitar a integração no mercado formal de trabalho das pessoas abrangidas;
- Criar uma carteira de clientes capaz de assegurar a sustentabilidade financeira após o término do financiamento do IEFP.

Resultados directos

- Competências pessoais e sociais foram desenvolvidas em 8 das 10 pessoas que, em 2009, participaram na Empresa de Inserção;
- 7 pessoas foram integradas com funcionários da empresa, após o apoio financeiro do IEFP;
- A carteira de 13 clientes já existente foi aumentada com 11 novos clientes.

Projecto Matosinhos Activo

Acção 1 – Loja de Emprego

Objectivos gerais

- Apoiar percursos individuais de orientação / formação / inserção;
- Desenvolver acções de formação de curta duração e à medida do individuo no domínio das competências teóricas básicas, pessoais e sociais, e de empregabilidade

Resultados directos

Inscreveram-se na Loja de Emprego 497 pessoas. Avaliação diagnostica, com respectivo balanço de competências, foi realizada junto de 386 pessoas e 839 foram acompanhadas (sendo que neste número se incluem os 453 que transitaram do ano anterior).

- 232 pessoas foram entrevistadas o que corresponde a 60% dos novos (387) inscritos;
- 105 processos (15%) foram arquivados antes da entrevista por motivos de desistência;
- 50 inscrições transitam para 2010 sem entrevista realizada;
- Com todos os/as entrevistados/as foi realizado um balanço, diagnóstico e orientação (232);
- 931 pessoas acompanhadas;
- Dos 230 participantes em acções de formação implementadas pela Loja de Emprego, 63% concluíram a formação com sucesso;
- 25 pessoas aumentaram a sua escolaridade;
- 32 pessoas foram inscritas em acções que lhes permitirão aumentar a escolaridade;
- 132 pessoas foram integradas no mercado de trabalho;
- Envolvimento de 20 empresas, das quais 2 de recrutamento e selecção no envio de ofertas para o sistema de informação da Loja;
- 196 encaminhamentos para ofertas de emprego



Projecto Matosinhos Activo

Acção 2 – Conselho Consultivo do Trabalho e do emprego

Objectivo geral

- Criar uma plataforma de debate sobre as problemáticas do emprego e da formação profissional, facilitando a adequação da formação profissional às necessidades do trabalho, envolvendo os diferentes actores.

Resultados directos

- Participação de 61% dos elementos integrantes do Conselho Consultivo na reunião.
- Os elementos do Conselho criaram 20 oportunidades de estágio e 1 posto de trabalho para as pessoas encaminhadas pela ADEIMA.

Projecto Matosinhos Activo

Acção 3 – Emprego, formação e Vocações

Objectivos gerais

- Divulgar junto dos alunos e alunas do Conselho a oferta de formação profissional existente e profissões com boa capacidade de oferta de emprego;
- Dignificar profissões socialmente desvalorizadas, através da discussão sobre o trabalho e sobre o futuro profissional;
- Aproximar a escola e a família e a escola e o mundo de trabalho.



Resultados directos

- Realização da III Feira “Escolhas de Futuro”, foram abrangidas 2750 pessoas (alunos/as do 2º, 3º Ciclos e secundário e pessoa docente);
- Participação de 59 entidade (69 stands) que se fizeram representa na Feira, dinamizando um stand e fazendo demonstrações práticas de alguns dos seus cursos;
- Aumento de conhecimento relativo às áreas de formação pretendidas.

Projecto Agir em Matosinhos

Acção 1 – Gabinete de Empregabilidade: Acompanhamento do processo de Inserção

Objectivos gerais

- Orientar e integrar 10 pessoas para formação qualificante;
- Iniciar um curso de desenvolvimento integrado de competências com 200h para 15 pessoas desempregadas;
- Integrar 10 pessoas no mercado de trabalho

Resultados directos

- 141 pessoas inscritas nos Gabinetes de Empregabilidade;
- 101 pessoas atendidas e acompanhados nos Gabinetes da Empregabilidade;
- Envolvimento de 34 utentes (13 mulheres e 21 homens) em 2 acções de formação de MV, 2 acções de LC e 2 acções de TIC;
- Integração de 1 pessoa em formação qualificante;
- Encaminhamento de 2 pessoas para formação qualificante
- 23 adultos em processo de RVCC
- Integração de 5 pessoas no mercado de trabalho

Projecto Agir em Matosinhos

Acção 2 – Gabinete de Empregabilidade: Acções de Incentivo, Apoio e Qualificação de Entidades Empregadoras

Objectivos gerais

- Identificar 80 empresas das freguesias em questão com vista a serem alvo do estudo sobre necessidades de melhoria de funcionamento;
- Aplicação de um questionário de levantamento de necessidade a 50 empresas das freguesias de Santa Cruz do Bispo e de Guifões.

Resultados directos

- Identificação de 250 empresas;
- Aplicação do questionário a 16 empresas nas freguesias de Santa Cruz do Bispo e de Guifões.



7.2. EDUCAÇÃO

Centro Novas Oportunidades

Objectivos gerais

- Identificar o perfil de cada candidato que pretende retomar o seu percurso de qualificação, para integração na resposta de qualificação mais adequada disponível;
- Reconhecer, validar e certificar competências adquiridas ao longo da vida (certificação escolar de 4.º, 6.º, 9.º e 12.º ano de escolaridade);
- Motivar para a definição e desenvolvimento de um projecto pessoal de aprendizagem ao longo da vida.

Resultados directos

- 869 pessoas inscritas no Centro (522- Nível Básico.; 347 – Nível Secundário);
- 742 pessoas com diagnóstico e integradas numa resposta de qualificação (439 - NB; 303 - NS);
- 650 pessoas iniciaram o Processo de Reconhecimento Validação e Certificação de Competências (404 - NB; 246 - NS);
- 252 pessoas certificadas (224 – NB; 28 – NS)

Foi ainda desenvolvida uma iniciativa num contexto de estreita articulação entre a DPSS e a ADEIMA, designada de “CNO em análise”, a qual consistiu num encontro de Centros de Novas Oportunidades da Região Norte com a tónica na partilha de experiência.

7.3. SAÚDE

METAS - Projecto de Redução de Riscos e Minimização de Danos

Objectivos gerais

- Informar / Educar para a saúde através da promoção de políticas e comportamentos preventivos e de redução de danos;
- Prevenir o risco de propagação de doenças infecciosas;



- Contribuir para a diminuição dos problemas que colocam as pessoas toxicodependentes em situação de vulnerabilidade social;
- Reduzir o consumo endovenoso de drogas.

Resultados directos

- À entrada no Projecto 39 indivíduos apresentavam práticas de consumo de risco. Dos 39 indivíduos com práticas de consumo de risco, 30 (77%) após integração nas acções, adoptaram práticas de consumo de menor risco, deixando de partilhar material e alternando a via de consumo, passando da via endovenosa para via fumada;
- 30 (77% por relação aos mesmos 39) alteraram as suas práticas sexuais passando a utilizar regularmente o preservativo;
- Foram distribuídos 5281 preservativos a 1035 flyers e panfletos informativos;
- Acompanhamento sistemático efectuado aos 88 indivíduos integrados em PSOBLE, foram rastreados 70 (80%) às doenças infecciosas;
- Prescrita medicação a 15 indivíduos e 100% cumpriram as tomas sob conservação directa na unidade móvel;
- 88 indivíduos apresentavam consumos de heroína, após integração em PSOBLE; 70 indivíduos (80%) encontra-se abstinente ao consumo desta substância, sendo que 16 mantêm consumos mas em menor quantidade;
- Dos 88 indivíduos em acompanhamento sistemático no Projecto, 71 (81%) melhoraram os seus cuidados de saúde, através do acompanhamento médico disponibilizado na unidade móvel;
- Dos 63 indivíduos identificados com vulnerabilidade económica 49 (78%) diminuíram a sua situação de vulnerabilidade, através do acompanhamento social prestado;
- Foi realizado um estudo de diagnóstico, através de um questionário in Loco a 103 indivíduos, sobre o número e tipo de consumidores de substância psicoactivas em contextos recreativos nocturnos, que nos permitiu identificar o número e tipo de consumidores de substâncias psicoactivas;
- 6 Familiares directos do grupo-alvo aumentaram os seus conhecimentos sobre o perfil dos consumidores de substâncias psicoactivas, os recursos existentes na comunidade e estratégias de acção.

7.4. SITUAÇÕES DE RISCO

Projecto Crescer a Brincar

Objectivos gerais

- Implementar o Programa Crescer a Brincar em 16 escolas EB 1 do Concelho;
- Desenvolver nas crianças competências pessoais e sociais como: auto estima, auto controlo e auto conhecimento;
- Promover o empowerment nas diferentes instituições do Concelho na definição de planos de prevenção do uso/abuso de álcool e outras drogas.

Resultados directos

- Envolvimento de 405 alunos e alunas do 3º ano e 18 docentes de 16 escolas do Concelho;
- 44% das escolas envolvidas manifestaram melhorias ao nível da pressão do grupo de pares e gestão das emoções, por parte das crianças;
- Actividades previstas nos manuais, e a flexibilidade da sua implementação, possibilitaram a exploração de competências fundamentais nas crianças tais como: a expressão escrita (através de produção dos textos); expressão oral; expressão corporal e manualidades. Isso tem permitido a articulação e a adaptação com as áreas de Língua Portuguesa, Educação Cívica e Estudo do Meio e Expressão Plástica

Projecto EDP

Objectivos gerais

- Implementar o Programa de Promoção de Competências Psicossociais em 18 Jardins de Infância do Concelho de Matosinhos

Resultados directos

- Envolvimento de 18 educadoras na implementação do Pré em contexto de sala de aula e de 360 crianças.

Projecto Gigas

Objectivos gerais

- Dotar 100% dos professores do 1º ciclo, de competências para implementação de um programa de treino de competências em sala de aula, até ao final do projecto;
- Aumentar, até ao final do projecto, as competências de autocontrolo, no 1º ano de escolaridade, de diferenciação emocional, no 2º ano de escolaridade, em 70% das crianças que frequentem o programa;
- Aumentar as competências pessoais e sociais ao nível da auto-estima, assertividade, tomada de decisão, capacidade de resolução de conflitos e autocontrolo em 50% dos jovens que participem nas actividades;
- Aumentar em 60% dos jovens que participem nas actividades, os conhecimentos sobre comportamentos de risco e protecção associados à sexualidade;
- Diminuir em 30% o insucesso e abandono escolar, dos jovens que terminem o programa;
- Definir projectos de vida com 30% dos jovens envolvidos no projecto;
- Aumentar, em 100% dos jovens que frequentem as actividades, o conhecimento acerca da oferta formativa e das áreas de empregabilidade existente;
- Dotar 50% dos pais e famílias, que frequentem as actividades de educação parental, de competências que facilitem o relacionamento familiar e os aproximem do percurso escolar e/ou profissional dos filhos;
- Aumentar em 50% dos pais que terminem as actividades de treino de competências parentais as competências ao nível da auto-estima, assertividade, tomada de decisão, capacidade de resolução de conflitos e auto-controlo;
- Integrar profissionalmente ou em ofertas formativas, 20% dos pais e famílias, que frequentem o projecto;
- Integrar os conhecimentos adquiridos no programa de treino de competências nas práticas profissionais de 80% dos técnicos que finalizaram as acções de treino de competências;
- Desenvolver em 60% dos pais e famílias, participantes nas tertúlias, o reconhecimento sobre a importância do seu papel na prevenção de comportamentos de risco;
- Desenvolver em 60% dos agentes locais, participantes nas tertúlias, o reconhecimento sobre a importância do seu papel na prevenção de comportamentos de risco;

- Aumentar em 70% dos jovens que participem nas tertúlias, os seus conhecimentos acerca do tipo e efeitos de substâncias psicoactivas;
- Aumentar em 80% dos participantes, o reconhecimento das potencialidades dos diferentes elementos da família que participe no Jogo “Em família...”.

Resultados directos

- 100% do pessoal docente abrangido na formação e implementação do programa, apresenta competências necessárias para a aplicação com sucesso deste programa de treino de competências.

Projecto Matosinhos Activo



Ação 4 – Desenvolvimento de Competências Parentais

Objectivos gerais

- Desenvolver de competências parentais;
- Prevenir situações de risco na infância.

Resultados directos

- Formação de 29 famílias onde se verificou: Situações de alcoolismo resolvidas (3); Aumento do cuidado com a segurança e a integridade física das crianças (4); Situações de violência doméstica resolvida (2); Diminuição de conflitos familiares (2); Situações resolvidas de isolamento social (12);
- Integração de 6 crianças em equipamento;
- Progresso no desenvolvimento, ao nível da: locomoção (5 crianças), pessoal/social (8), audição/linguagem (3), coordenação olho-mão (4) e realização (4);
- Integração de 6 crianças em actividades de ocupação de tempos livres;
- Resolução de 10 situações de negligências sobre as crianças; 5 situações maus-tratos físicos e psicológicos foram resolvidas;
- Aquisição e melhoria de competências ao nível da prestação de cuidados de afectividade (4), de cuidados de higiene (2), de saúde (2), de alimentação (3) e de educação/estimulação (4); Melhoria das condições de habitabilidade (2); Melhoria dos cuidados de higiene pessoais (4); Melhoria dos cuidados de higiene habitacional (4); Melhoria dos cuidados pessoais de saúde (6); Melhoria dos cuidados pessoais de alimentação (6); Melhoria de cuidados de saúde pré-natal (2); Aumento da

autonomia (2); Aumento da retaguarda familiar (2); Integração no mercado de trabalho (8); Integração profissional de ex-reclusos (2); Definição de projectos de vida (10); Aquisição de competências pessoais e sociais (7); Aumento dos conhecimentos sobre os cuidados a prestar às crianças (4).

Projecto Matosinhos Activo

Acção 5 – Formação de voluntariado social

Objectivos gerais

- Criar uma "bolsa" de voluntariado social com qualidade e capacidade de intervenção ao nível das pessoas idosas e/ou dependentes a partir de organizações já existentes.

Resultados directos

- Foram acompanhados 32 idosos/dependentes;
- 27 voluntários formados encontram-se no activo, no que respeita ao acompanhamento de idosos.

Escolhas Positivas

Objectivos gerais

- Dotar Promover a integração dos jovens através de acções e dinâmicas que previnam comportamentos de risco;
- Promover acções que facilitem a permanência de crianças e jovens em risco de abandono, no seu contexto escolar;
- Contribuir para o desenvolvimento de projectos de vida de jovens não inseridos na escola.

Resultados directos

- 48 jovens aumentaram as suas competências pessoais e sociais, em ambos os territórios;
- Dos 168 destinatários em formação no âmbito do Cid@net em 34 meses, 116 foram certificados;
- Aumento das competências de leitura e escrita em 12 (100%) das crianças que frequentaram a actividade, no ano lectivo 2008/2009;

- Inscrição de 12 jovens desocupados para a frequência escolar no ano lectivo de 2009/2010, estando já 5 a frequentar os cursos, enquanto que os restantes aguardam colocação;
- Dois jovens que terminaram um CEF de equivalência ao 9º ano têm como projecto continuar os estudos até ao 12º ano;
- Integração de dois jovens no mercado de trabalho;
- Taxa de sucesso escolar no território do Seixo: entre 29 jovens que terminaram o ano lectivo 2008/2009, 27 transitaram de ano. No território de Santa Cruz do Bispo, dos 18 jovens que frequentavam a escola, 12 passaram de ano. Estes resultados traduzem-se numa taxa de sucesso total de 83%;
- Prevenção do abandono escolar em 5 jovens ao longo do ano lectivo 2008/2009;
- Criação de um grupo de dança, como resultado das aulas de dança latinas, integradas nas Actividades Lúdico-desportivas.

Projecto Agir em Matosinhos

Acção 3 – Acções para a Definição de Projectos de Vida

Objectivos gerais

- Abranger 80 crianças em actividades lúdico-desportivas;
- Aumentar sucesso escolar das crianças abrangidas em 50%

Acção 4 – Intervenção em Situação de Crise nas Famílias

Objectivos gerais

- Envolver 15 famílias no acompanhamento especializado e de proximidade;
- Aumentar competências parentais de 15 famílias (pais e mães).

Resultados directos

- Teve início em Setembro de 2009. Três das pessoas adultas em acompanhamento deram sinais de mudança das suas atitudes para com as suas crianças.

Acção 7 – Acções de Formação e Facilitadoras do Acesso às TIC

Objectivos gerais

- Criar um espaço de acesso às TIC e de formação na freguesia de Guifões;
- Aumentar as competências na área das TIC a 30 pessoas desempregadas;
- Aumentar competências no uso das TIC, junto de 25 crianças e jovens; 8 pessoas idosas.

Resultados directos

- Durante o período de execução do Projecto no ano de 2009, 21 pessoas adultas aumentaram as suas competências na área das TIC

7.5. EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS

Protocolos Rendimento Social de Inserção

Objectivos gerais

- Elaborar diagnósticos da situação familiar de 720 pessoas de RSI;
- Negociar e estabelecer Programas de Inserção;
- Acompanhar a execução dos Programas de Inserção.

Resultados directos

- Todos os processos têm diagnóstico realizado, plano de inserção contratualizado e em acompanhamento;
- 17% das pessoas analfabetas foram integradas em processo de alfabetização;
- 30% dos indivíduos com baixa escolaridade estão a frequentar formação para aumento da escolaridade;
- 45% dos indivíduos com baixa qualificação profissional estão a frequentar formação;
- 25% dos indivíduos aptos para trabalho foram inseridos no mercado de trabalho;
- 72% dos indivíduos aptos para trabalho foram inscritos na Loja de Emprego e no CNO;
- Verificou-se a melhoria da organização da vida quotidiana em 98% dos agregados acompanhados pela Ajudante da Acção Directa e Educadora Social;
- 90% das dívidas referentes à habitação foram regularizadas;
- 80% dos agregados melhoraram as suas condições habitacionais;

- Verificou-se a melhoria das relações e dinâmicas familiares em 68% dos agregados acompanhados;
- 100% dos/as beneficiários/as adquiriram conhecimentos ao nível do exercício da cidadania;
- 90% dos/as beneficiários/as obtiveram acesso a direitos cívicos;
- 87% das crianças em idade pré-escolar foram integradas em equipamento social;
- Melhor adaptação escolar de 49% das crianças e jovens com problemas escolares;
- 93% dos indivíduos estão a cumprir consultas e tratamentos médicos;
- 100% dos indivíduos com problemas de toxicodependências foram inseridos em programas de desintoxicação;
- 82% de crianças em risco/perigo melhoraram a sua situação de vulnerabilidade social.

7.6 REDE SOCIAL

Objectivos gerais

- Implementar o Plano de Desenvolvimento Social para Custóias em 2009;
- Negociar e estabelecer Programas de Inserção;
- Acompanhar a execução dos Programas de Inserção.

Comissão Social de Freguesia de Custóias

Resultados directos

- Foram realizadas 12 reuniões da CSF de Custóias. Foram concluídas as 6 das 9 acções que constavam no Plano de Desenvolvimento Social para Custóias em 2009.
- As restantes não estão em curso pois têm como objectivo a construção de equipamentos sociais.
- As acções concretizadas abrangeram cerca de 254 pessoas;
- Foram abrangidas 13 pessoas idosas identificadas por estarem numa situação de isolamento que passaram a ser visitadas semanalmente pelos voluntários, o que significa a realização de 33 visitas domiciliárias. Para além disso, foram, ainda, realizadas cerca de 52 visitas domiciliárias às pessoas idosas, pela dinamizadora do Projecto Vem em Custóias e preenchidas 52 fichas de avaliação da acção no terreno;
- A interacção gerada entre pessoas idosas e os elementos do voluntariado permitiu, não só atenuar sentimentos de solidão, como aumentar o interesse pela sua própria saúde (cumprimento dos cuidados de saúde básicos; frequência de consultas regulares no respectivo médico de família).

Comissão Social de Freguesia de Santa Cruz do Bispo

Resultados directos

- Aumento de competências pessoais, sociais e escolares em 23 crianças do 1º ciclo
- 6 crianças beneficiaram de apoio psicológico;
- 18 pessoas obtiveram consultas de psicologia;
- 14 conseguiram ultrapassar a problemática diagnosticada;
- 4 continuaram em acompanhamento.

Comissão Social de Freguesia de Lavra

Resultados directos

- 197 processos acompanhados;
- 16 entidades envolvidas na dinamização da Comissão Social de Freguesia;
- 100 crianças, dos 7 aos 14 anos, abrangidas pelo Projecto Peixinhos nas Férias;
- Atendimento e orientação a 253 pessoas desempregadas;
- 1500 pessoas idosas envolvidas nas actividades culturais.

Candidaturas Aprovadas

- Parque Ocidental e Marginal Atlântica – Programa Operacional Regional do Norte - Eixo IV – Qualificação do Sistema Urbano: Neste âmbito, a ADEIMA integrou as candidaturas da CMM ao projecto “Parceria para a Regeneração Urbana” para a Marginal Atlântica, Quadra Marítima e parque ocidental. Estas candidaturas tinham como objectivo central, a constituição de intervenções integradas em múltiplos domínios que objectivam a qualificação do espaço público e do ambiente urbano, o desenvolvimento social, económico e cultural. Neste sentido, a ADEIMA candidatou 3 intervenções, duas das quais foram aprovadas: intervenção junto de pais e famílias no âmbito da prevenção de comportamentos de risco; desenvolvimento de actividades culturais e recreativas junto de crianças e jovens e Intervenção junto da comunidade em geral.
- Programa Escolhas: No contexto de uma nova edição do Programa Escolha a ADEIMA apresentou uma nova candidatura, designada “Projecto R”, a desenvolver no território de Perafita, cuja

entidade promotora será a Junta de Freguesia. A ADEIMA terá, apenas, a função de gestão do Projecto.

- Centro de Novas Oportunidades – POPH – Programa Operacional potencial Humano, Eixo II, QREN: No âmbito do Programa Operacional potencial Humano, Eixo II, QREN, foi apresentada candidatura do centro novas oportunidades para o biénio de 2010-11, tendo sido aprovada.

8. PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO AO ARRENDAMENTO - PMAA

A Câmara Municipal atenta às preocupações vivenciadas por muitas famílias, no que respeita ao cumprimento do pagamento mensal da renda, solicitou à MatosinhosHabit um estudo relativo aos munícipes que procuram habitação social, por dificuldades económicas.

Decorrente deste estudo veio a celebrar-se uma parceria com a Universidade Católica do Porto, em resultado do qual foi implementado em Junho de 2009 o Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento, dirigido a famílias carenciadas com dificuldades em honrar os seus contratos de arrendamento privado.

No período de Junho a Novembro de 2009 dirigiram-se aos serviços, um total de 1380 famílias.

Foram instruídas 504 candidaturas, sendo que 435 foram aprovadas e iniciaram o apoio, 9 desistiram, 19 não cumpriram critérios e 41 não juntaram aos processos todos os documentos solicitados.

Durante o ano de 2009 foram aprovadas 435 famílias (9 só iniciaram o apoio em Janeiro de 2010), num total 1.170 indivíduos, num valor global 234.433,38€ Das 435, 130 famílias têm pedidos de habitação anteriores a 2007

Da análise do quadro seguinte verifica-se que as freguesias com maior número de candidaturas, são as freguesias de Matosinhos, Leça da Palmeira, Senhora da Hora e S. Mamede Infesta.

Freguesias	Nº de Candidaturas
Custóias	29
Guifões	42
Lavra	32
Leça da Palmeira	53
Leça do Balio	31
Matosinhos	94
Perafita	29
São Mamede de Infesta	52
Senhora da Hora	52
Santa Cruz do Bispo	21
Total	435

Este programa implicou um acompanhamento às famílias de forma sistemática, já que muitas das famílias são beneficiárias de RSI.

Total	Rede Social	MH
435	42	393

- Em 2009 a Câmara Municipal de Matosinhos aprovou os seguintes subsídios propostos pela DPSS.

ENTIDADE		ASSUNTO	VALOR
1. Rede Social	Juntas de Freguesia do Concelho	Apoio no âmbito da Rede Social	€ 100.000,00
3. Acção Social	Lions Clube da Senhora da Hora	Realização de actividades	€ 5.000,00
	Conferências de S. Vicente de Paulo do Concelho	Apoio a famílias carenciadas	€ 60.000,00
3. Acção Social - Infância	Associação MAIS - Matosinhos Apoia a Inserção Social	Aquisição de viatura para transporte de utentes	€ 30.000,00
3. Acção Social - Infância	Associação MAIS - Matosinhos Apoia a Inserção Social	Desenvolvimento de actividades	€ 45.000,00
	Associação Social e Recreativa de Guerra Junqueiro	Adaptação de instalações	€ 15.000,00
	Centro Social de Leça do Balio	Apoio para construção de Berçário da Creche	€ 37.000,00
	Conferência de Jovens de S. João Batista da Paróquia de Aldoar	Colónia de Férias para Crianças do Bairro da Biquinha	€ 285,00
3. Acção Social - Infância / 3.ª Idade	Associação Social e de Desenvolvimento de Guifões	Aquisição de equipamento	€ 35.000,00
	Centro Cultural e de Solidariedade Social de Guifões	Aquisição de viatura para transporte de utentes	€ 20.000,00
	Centro Social e Cultural de Custóias	Apoio para construção de equipamento social	€ 228.555,50

	Fábrica da Igreja Paroquial de S. Martinho de Guifões	Realização de obras	€ 14.400,00
3. Acção Social - 3.ª Idade	Associação Cultural Senhor do Padrão - Universidade Sénior Florbela Espanca	Desenvolvimento de actividades	€ 15.000,00
	ATI - Associação de Amigos da Terceira Idade de Leça da Palmeira	Desenvolvimento de actividades	€ 10.000,00
	ATI- Associação de Amigos da Terceira Idade de Leça da Palmeira	Aquisição de sistema de aquecimento solar	€ 19.000,00
	CATI - Centro de Apoio à Terceira Idade de S. Mamede de Infesta	Ampliação das instalações	€ 170.334,40
	Centro Social e Cultural de Custóias	Realização de Actividades	€ 12.840,00
	Plano Gerontológico de Matosinhos	Realização de Actividades	€ 636.059,85
	CIVAS - Centro de Infância Velhice e Acção Social da Senhora da Hora	Construção do Lar em Guifões	€ 400.000,00

ENTIDADE		ASSUNTO	VALOR
3. Acção Social - 3.ª Idade / Deficiência	Programa Operacional Potencial Humano (POPH)	(10% de um total previsto de €3.951.164,67)	€ 395.116,47
4. Saúde - Apoio a instituições	APF - Associação para o Planeamento da Família	Aquisição de equipamento	€ 6.872,00
	APF - Associação para o Planeamento da Família	Desenvolvimento de actividades	€ 15.796,43
	Associação de Doentes com Lúpus	Desenvolvimento de	€ 5.000,00

		actividades	
	Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Matosinhos	Funcionamento do Centro de Atendimento à Vítima – “primeiro passo”	€ 25.000,00
4. Saúde - Deficiência	Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer	Construção do Centro de Dia	€ 115.000,00
	APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	Atribuição de subsídio para início de obras	€ 37.000,00
5. Situações de Risco	Alternância - Cooperativa de Ensino Vocacional e Cooperativa, CRL	Desenvolvimento de actividades	€ 24.000,00
	Alternância - Cooperativa de Ensino Vocacional e Cooperativa, CRL	Aquisição de equipamento	€ 5.000,00
6. Protecção Civil	Stella Maris de Leixões	Apoio para o funcionamento	€ 9.000,00
7. Parceria com a ADEIMA	ADEIMA	Projecto de Intervenção Precoce na Aprendizagem da Leitura e Escrita	€ 95.500,00
	ADEIMA	Desenvolvimento dos Projectos	€ 340.000,00
	ADEIMA - EPIS	Desenvolvimento dos Projectos	€ 127.959,00
	ADEIMA - EPIS	Desenvolvimento dos Projectos	€ 130.000,00

Execução do Plano de Actividades

Relações Públicas e Comunicação

Modernização Administrativa

Gabinete de Auditoria e Qualidade

Gabinete de Estudos e Planeamento Estratégico

Gabinete Jurídico e de Apoio aos Órgãos Autárquicos

Recursos Humanos

Promoção da Economia Local

Turismo

Cultura

Educação e Formação

Juventude e Voluntariado

Promoção Social e Saúde

Administração do Território

Ambiente

Segurança e Protecção Civil

Desporto

Projectos e Obras

GESTÃO URBANÍSTICA



O ano de 2009 do Departamento de Gestão Urbanística reflectiu de uma forma fidedigna a crise instalada no mercado imobiliário, na actividade financeira e no investimento, como aliás não poderia deixar de ser, sendo que tem como função primordial a gestão e a monitorização do exercício urbanístico, dentro dos limites territoriais do Concelho.

Os empreendimentos abrandaram, quer em número quer em volume, tanto no que diz respeito à entrada de novos processos para apreciação, como no que ao levantamento dos títulos habilitadores das operações urbanísticas diz respeito.

A desaceleração da economia provocou cortes significativos nos investimentos e nos financiamentos, que desmobilizaram os agentes imobiliários,

fazendo com que cada vez menos aplicassem os seus lucros na compra de terrenos para novos empreendimentos e na promoção de novas operações urbanísticas, desmobilizando igualmente os adquirentes, que, sentindo dificuldades no crédito e na venda dos seus próprios “produtos”, se retraíram cada vez mais, optando por se manter imóveis no parque imobiliário existente.

É assim notório o decréscimo nas operações urbanísticas sujeitas a controlo de Licença, ou seja, todos aqueles empreendimentos que se localizam em terrenos cujo cadastro já está preparado para os receber, mas que não possuem instrumentos de gestão territorial inferiores ao Plano Director Municipal (P.D.M.), e que por essa razão estão sujeitos ao regime mais complexo de controlo prévio – o licenciamento.

Em contrapartida, as operações inscritas em loteamento, sujeitas a controlo de comunicação prévia, normalmente de escala mais reduzida e localizadas em áreas de reestruturação urbanística em curso – áreas de expansão ou miolos urbanos, urbanizados depois de 1984 – sofreram um ligeiro aumento sendo que correspondem aos modelos mais correntes e elementares de promoção imobiliária – lotes para construir habitações uni ou bifamiliares, “entremeados” com parcelas destinadas à construção plurifamiliar, uns e outras apoiados por equipamentos de utilização colectiva e espaços verdes destinados ao lazer urbano.



Por seu turno, estas operações originárias de fraccionamento do cadastro ou de urbanização, como também podem ser designadas, subiram ligeiramente relativamente ao ano anterior, sendo raros os casos em que se destinam à instalação de actividades produtivas ou de serviços e mais frequentes aqueles atribuídos a usos habitacionais ou habitacionais/comerciais.

Sintomaticamente observamos nos números recenseados no ano de 2009 aumentos importantes no tipo de pedidos de carácter mais sumário e prévio, como são o Direito à Informação, que podem ser interpretados como necessidades básicas de satisfação da curiosidade urbanística, típicas de períodos de arrefecimento, momentos em que não se quer construir, mas tão só saber o que se pode construir.

Confirma este raciocínio o número elevado de Pedidos de Informação Prévia (P.I.P.), os quais obrigam já a alguma definição por parte do particular, que está “obrigado” a formular uma pretensão para que possa receber uma informação, informação essa que compromete a Administração pelo prazo de 1 ano, mas que o deixa liberto para apresentar no futuro imediato, ou até simultaneamente, outras pretensões de objecto funcional e arquitectónico distinto para o mesmo terreno, sem que seja obrigado a levar por diante qualquer uma delas, perdendo apenas o direito/os obtido/os, caso não concretize a sua pretensão, em forma de projecto, no prazo de um ano.

Isto evidentemente significa que os terrenos só entram de facto no mercado quando se sabe de antemão o que neles se pode construir, que os financiamentos só são desbloqueados contra garantias imobiliárias e que os patrimónios (e os passivos) se avaliam em função da viabilidade construtiva que demonstram.

Assim verifica-se um grande incremento nos pedidos de alteração aos alvarás de loteamento, mantendo-se altos os valores relativos aos pedidos de utilização ou alteração de utilização, sendo que a existência da Autorização de Utilização condiciona a entrada no mercado de novos prédios ou das novas fracções e ainda condiciona a homologação de títulos que são exigidos para pretensões de hierarquia inferior, como é o caso das Declarações Prévias, necessárias à abertura de alguns tipos de estabelecimentos comerciais, em situações em que seja requerida a sua instalação nessas fracções.

Coerente com o abrandamento da promoção imobiliária é o ritmo na concretização das operações urbanísticas, sendo que além de prazos mais dilatados para a execução das obras, alargamento esse consignado na legislação recentemente aprovada (Decreto-Lei n.º 26/2010), se utilizam todos os instrumentos “dilatatórios” previstos na lei para a conclusão dessas obras, para já não falar nos adiamentos sucessivos, que são mais ou menos generalizados, no levantamento dos títulos habilitadores das operações urbanísticas, por causa, crê-se, dos encargos inerentes à liquidação das taxas envolvidas e à fraca expectativa ainda existente quanto à capacidade de o mercado absorver novos “produtos”.

Além de se adiar o início das obras, estas prolongam-se por prazos nunca antes esperados e quando se anuncia que nem estes são suficientes para dar novos fôlegos ao financiamento das mesmas, outros se requerem, nem que seja necessário obter novas aprovações das operações urbanísticas já em curso, ou correr os riscos relativos a iminentes caducidades destas.

Conclui-se dos números do exercício do ano de 2009 que houve um aumento muito significativo da acção inspectiva (1665 inspecções efectuadas), como aliás é lógico e previsível, tendo em conta que o princípio que esteve na base da Lei 60/07 foi o de que os municípios deveriam reforçar o controlo “à posteriori” sobre as operações urbanísticas e acelerar e agilizar o controlo “à anteriori”, fundamentando-se essa inovação na responsabilização progressiva dos técnicos que subscrevem projectos, sejam quais forem as áreas de especialidade, por um lado, cabendo à autarquia uma verificação, passo a passo, da conformidade do que está a construir-se com aquilo que foi por si aprovado, por outro, com vista a uma concretização mais responsável e séria do exercício disciplinar do urbanismo.



Por outro lado verifica-se uma diminuição da função de atendimento, que desde que foi criada a Loja do Município se resume ao aconselhamento técnico sobre a operação urbanística em curso e a prestação de esclarecimento geral sobre os formatos das operações construtivas, as mais das vezes ainda a configurar, o que também pode ser interpretado como resultado de uma maior uniformidade nos pareceres produzidos, que retiram discricionariedade às informações técnicas, diminuindo por consequência o “capital” de subjectividade que muitas vezes constitui razão de queixa por parte dos agentes exteriores, quer técnicos, quer munícipes, relativamente às “múltiplas” interpretações que podiam fazer-se da mesma matéria, os diversos entendimentos que podiam encontrar-se sobre o mesmo problema ou as distintas leituras que seria possível fazer das disposições legais aplicáveis.

Este resultado prende-se sem dúvida com uma inovação que foi introduzida na prática quotidiana dos Serviços e que consiste em que matérias que possam ser geradoras de distintas interpretações e diferentes pareceres sejam “assunto” em reunião que se efectua com periodicidade regular, quer na Divisão de Análise Urbanística (D.A.U.) quer na Divisão de Fiscalização Urbanística (D.F.U.), sendo que o objectivo dessas reuniões é criar uma disciplina de acção que a todos os funcionários se aplique, uma vez

homologadas pelas chefias responsáveis, as conclusões a que nessas reuniões todos chegam, podendo essa homologação fazer-se ao nível do departamento, da direcção municipal ou nalguns casos, nem tão poucos como isso, dos administradores eleitos da autarquia.

Estes entendimentos são divulgados a todos, registados em pastas às quais todos têm acesso desde o momento em que são homologados, e passam a todos comprometer.

São vertidos, sempre que necessário para os regulamentos municipais, para que deles tenham também universal conhecimento os agentes interlocutores da autarquia que exercem funções no exterior.

Este princípio de universalidade estende-se aos suportes de comunicação com o exterior, notificações, certidões e títulos das operações urbanísticas (alvarás), que são elaborados segundo modelos que além de cumprirem as prescrições para eles legalmente definidas, são sistemáticos, claros, ordenados, em suma, bem organizados.

Estando próximo da conclusão o processo de desmaterialização dos pedidos e dos procedimentos, já circulam em suporte informático todas as matérias que dizem respeito ao urbanismo, na sua componente de texto, estando prevista para breve a entrada em produção do sistema global de desmaterialização, incluindo nessa fase toda a parte gráfica dos pedidos, altura em que se abandonará definitivamente o suporte em papel de toda a matéria documental relativa ao urbanismo.

Hoje os documentos dão ainda entrada num suporte misto – papel e CD – sendo que tudo o que se refere a texto, imagem georreferenciada ou pequenos formatos (A3 e A4) existe já em suporte digital, tramitando os processos e os pedidos no sistema de gestão documental.

As informações e os pareceres são proferidos exclusivamente nesse suporte, os despachos também, sendo que as comunicações se fazem em papel (ofícios, certidões e títulos), ficando contudo agregadas ao sistema de gestão documental, sendo produzidas no sistema informático, com vista à acção futura de reprodução, certificação, autenticação ou avaliação em sede inspectiva.

Por último cabe referir que prossegue o Departamento de Gestão Urbanística uma actividade que decorre da função de Serviço Público atribuída à autarquia e que é a de condução, acompanhamento e aconselhamento dos agentes externos, no que à matéria urbanística diz respeito.

Assim, e aliás como prevê o Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (R.J.U.E.), cumpre o Departamento de Gestão Urbanística uma função de orientação e contraproposta nos casos, e são muitos, de todas

aquelas operações urbanísticas que são apresentadas para áreas para as quais não existe definição superior ao zonamento do Plano Director Municipal e seu Regulamento, ou para os quais existem estudos desactualizados e desadequados à realidade.

Assim, sempre que é submetida à autarquia uma pretensão que não se adequa à envolvente construída ou por qualquer razão ponderosa não esteja em condições de merecer aprovação, o Departamento de Gestão Urbanística, através da ligação ao Gabinete de Estudos Urbanísticos (G.E.U.), consignada no Regulamento da Macroestrutura dos Serviços, faz o levantamento da situação, avalia o cadastro, analisa o objecto e propõe alternativa, que uma vez homologada pela Administração, criará caminho para que as pretensões possam ser, de acordo com esses estudos, reconfiguradas e finalmente possam merecer aprovação.

O Gabinete de Estudos Urbanísticos produziu 6 estudos no ano de 2009, a pedido do Departamento de Gestão Urbanística, que hoje em dia criam disciplina e são utilizados na gestão territorial corrente, a saber:

- Estudo de Alinhamentos e cérceas no Lugar do Freixieiro, Perafita.

Aprovado por deliberação de Câmara de 06/04/2009.

- Estudo de alteração do Alinhamento no Largo do Carriçal, Senhora da Hora.

Aprovado por deliberação de Câmara em Novembro de 2009.

- Estudo da Zona envolvente da Escola Básica 2+3 de Custóias.

Aprovado por deliberação de Câmara de 06/10/2009.

- Estudo de Alinhamentos e cérceas – Rua Passos Manuel, Guifões

Aprovado por deliberação de Câmara de 04/05/2009.

- Estudo de Alinhamentos e cérceas na envolvente à Rua Ofélia Cruz Costa, Lavra.

Aprovado por deliberação de Câmara de 22/12/2009.

- Estudo de Alinhamentos e cérceas para a possível futura instalação da Cooperativa Agrícola de Matosinhos – AGRIMA, Lavra.

- Estudo aprovado através da aprovação por deliberação de Câmara da aquisição de terreno no Lugar de Aviloso, em Lavra, a 27/07/2009.

Em conclusão:

Pese embora se tenha verificado uma diminuição significativa no número de pretensões submetidas na área urbanística à autarquia, investiu o Departamento, no seu âmbito estrito ou numa perspectiva interdepartamental, na modernização administrativa dos Serviços, reflectindo sobre quais os “pontos negros” da tramitação processual e as vias para os eliminar ou ultrapassar.

Esse esforço de reflexão e programação, ocupou muitas horas de exercício do Departamento, sendo que tudo o que até agora se investiu, “colher-se-á” quando o processo administrativo, oleado e funcional, estiver capaz de por si prosseguir, cada vez mais justo, assertivo e transparente.

Já hoje se praticam os seus princípios e já hoje se abrem janelas de comunicação informal com o exterior, com vista à obtenção de uma colaboração solidária e responsável entre o interior, a autarquia, *administranda* e os agentes exteriores – *administrados*, seja qual for o papel que desempenham ou a qualidade em que se apresentam – de agentes imobiliários ou projectistas.



PLANEAMENTO URBANÍSTICO



PLANEAMENTO

Foi elaborado um dossier com o Ponto de Situação do processo de revisão do PDM, dos planos de urbanização, dos planos de pormenor e das UOPGs, tendo sido apresentado formalmente á Câmara e Assembleia Municipais para conhecimento e aprovação.

Aprovadas pela Câmara e Assembleia Municipais a metodologia de elaboração das cartas da REN, a proposta de aferição da Carta da RAN e envio á DRAPN e a Carta dos Aglomerados Urbanos de Génese Rural.

Foi enviado às Juntas de Freguesia para publicitação a Carta dos Aglomerados Urbanos de Génese Rural.

Foi elaborada uma nova elencagem de objectivos para a revisão do PDM, face ao actual quadro legal, com orientações introduzidas pelo PROTN e decretos regulamentares nºs 9, 10 e 11 de 2009 de 29 de Maio.

Foi elaborado um Plano de trabalho para o desenvolvimento do processo de revisão do PDM, o esboço para a estrutura do PDM, a composição do PDM e informação para enviar á câmara para a actualização dos objectivos e solicitação da reunião preparatória á CCDRN para composição da Comissão de Acompanhamento.

Foi elaborada proposta dos índices de construção do solo urbano para o novo PDM, incluindo esboço do regulamento com comentários.

Elaboração da RAN bruta de acordo com as orientações da DRAPN e legislação recentemente publicada.

Concluiu-se a elaboração dos polígonos da qualificação do solo da nova Planta de Ordenamento do PDM de acordo com a proposta de rede limitação da RAN e da REN.

Elaborou-se o projecto da Via de Ligação da A28 ao Centro de Lavra, que mereceu aprovação pela Câmara Municipal, pela Assembleia Municipal e pela Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte.



Iniciou-se a Elaboração da Planta da Situação Existente e da Estrutura Viária do Concelho, com os critérios definidos pelo PROTN, em conclusão.

Deu-se continuidade á elaboração da Planta de Ordenamento do novo PDM, com os critérios definidos pelo PROTN.

Deu-se continuidade ao ajuste dos polígonos de qualificação do uso do solo à nova cartografia, e a alterações decorrentes da aprovação de loteamentos urbanos.

Deu-se continuidade ao trabalho de verificação e conclusão da Carta da Rede Hidrográfica do concelho, com os dados existentes até á data.

Deu-se início á elaboração da REN Bruta de acordo com as orientações da CCDRN, com a informação disponibilizada pela DGOTDU, até á data.

Deu-se continuidade ao acompanhamento da elaboração do PROT – Norte no âmbito da Comissão Mista de Coordenação.

Elaboração da delimitação das AUGI/Levantamento das compropriedades.

Foi concluído o Plano de Urbanização de Matosinhos tendo sido efectuados todos os procedimentos legais e aprovado pela Assembleia Municipal, e enviado para a DGOTDU para publicação no Diário da República.

Foi concluído o Plano de Urbanização para uma zona a sul da Rua Armando Vaz, na envolvente das Ruas da Guarda e António da Silva Cruz, Perafita, tendo sido publicado no D.R. ganhando eficácia jurídica.

Foi concluído o Plano de Pormenor para a Zona Urbana da Quinta de Santo António, S. Mamede de Infesta, tendo sido publicado no D.R. ganhando eficácia jurídica.



Foi publicado no Diário da República o Plano de Urbanização para o Centro Urbano de Perafita, ganhando eficácia jurídica.

Foi concluído o Plano de Pormenor dos Paus tendo sido efectuados todos os procedimentos legais e aprovado pela Assembleia Municipal, e enviado para a DGOTDU para publicação no Diário da República.



Foi concluído o Plano de Urbanização de Perafita tendo sido efectuados todos os procedimentos legais e aprovado pela Assembleia Municipal, e enviado para a DGOTDU para publicação no Diário da República.

Foi concluído o Plano de Urbanização para a Zona Antiga de Leça da Palmeira, tendo sido aprovado pela CM e enviado à CCDRN para Conferência de Serviços e parecer final.

Foi concluído o dossier de aquisição de serviços para a elaboração do PU da Faixa Litoral Pampelido Memória UOPG 10, tendo-se celebrado a assinatura do contrato e iniciado a elaboração do Esboço Preliminar.



Deu-se continuidade á fase do Estudo Prévio do Plano de Urbanização de Cabanelas, tendo-se elaborado e concluído o dossier para aquisição de serviços da Avaliação Ambiental Estratégica do Plano.

Deu-se continuidade á fase do Estudo Prévio do PU para a envolvente à Rua de Recarei.

Elaborou-se o regulamento do Plano de Urbanização para a Zona Industrial de Leça da Palmeira e Santa Cruz do Bispo.

Deu-se continuidade á elaboração do PP para o Parque Desportivo Nascente do Concelho, nomeadamente á adaptação e elaboração dos documentos ao novo RJGT.

Elaborou-se o regulamento do Plano de Urbanização para a Frente Urbana da Circunvalação da Rua D. Nuno Álvares Pereira ao IC1.

Elaborou-se o regulamento do Plano de Urbanização para a Frente Urbana da Circunvalação do Nó do IC1 à Rua do Alto do Viso.

Deu-se continuidade á elaboração do Estudo Prévio do Plano de Urbanização dos Caulinos.

Deu-se continuidade á elaboração do Estudo Prévio do Plano de Urbanização para a Quinta do Chantre e sua envolvente.

No âmbito de colaboração em gestão urbanística, apreciaram-se processos de obras particulares nas áreas sujeitas à elaboração de PU ou PP, e de entidades públicas e estatais. (Alguns exemplos: Ampliação do NorteShopping; Permutas de terreno entre a CMM e Detavan e Leixões; Informações no âmbito da Consulta Pública sobre a AIA das Plataformas Logísticas de Gatões e Gonçalves, etc,etc.);

Foi publicitada a abertura do procedimento administrativo de classificação do edifício da Real Companhia Vinícola, e elaborados os procedimentos necessários.

No âmbito do processo de Certificação da DMAT, deu-se continuidade ao mapeamento das actividades divisão, à definição dos fluxogramas de procedimentos, das instruções de trabalho e da estrutura documental.

MOBILIDADE

No que respeita à área da Mobilidade é de salientar:

O acompanhamento e colaboração nos estudos do Metro da AMP, para a implantação da nova linha de Metro ligando a Senhora da Hora ao Hospital de S. João, e da linha do Campo Alegre, ligando S. Bento a Matosinhos Sul, assim como, a sua articulação com a linha C e a sua extensão à Praia com a implantação duma nova estação.



O acompanhamento e colaboração através de análise e de estudos de circulação, com vista à supressão, eliminação ou requalificação das passagens de nível da Linha de Leixões e, a introdução de novos apeadeiros e a procura de novos interfaces nas proximidades desta linha, tendo em vista a reintrodução do Novo Serviço Ferroviário de Passageiros e a sua extensão a Leixões.


Deu-se continuidade aos seguintes estudos e processos:

- Acompanhamento do dossier do IP4/VRI (acompanhamento de obra, reuniões, estudos e contrapropostas, informações e ofícios, atendimento público, análise do projecto de vedações, expropriações, barreiras acústicas e de integração paisagística);
- Acompanhamento do dossier do IC24/A41;
- Acompanhamento do dossier do Metro (inserção urbana, das linhas C, P e T);
- Acompanhamento do dossier da Via Norte (reperfilamento, novos acessos à Efacec e restabelecimento dos acessos à Via Norte e ao IP4, a partir da Rua da Arroteia;
- Acompanhamento do dossier do IC1/A28 (reperfilamento);
- Acompanhamento do dossier da CP/REFER;
- Acompanhamento e análise dos estudos da AMP de reconversão da Circunvalação em alameda central do Grande Porto, com propostas e estudos tendo em vista uma candidatura conjunta ao QREN
- Ligação dedicada da Refinaria do Norte e Parque de Gás ao IC1/A28 – estudo de várias alternativas, com vista à definição dum traçado para submeter à Câmara;
- Estudo de reconversão viária da EN107 entre Freixieiro e o Aeroporto, para preservação de canal que permita futura introdução do Metro e referencie a reconversão urbana desse eixo;
- Estudo para a melhoria das acessibilidades à escola EB1/JI da Amieira, à Escola Secundária Abel Salazar e à escola EB1/JI Florbela Espanca;
- Proposta par alteração dos limites “non-aedificandi” relativos ao IP4/A4,VRI e IC24/A41, de acordo com o previsto no art. 4º do Decreto-Lei nº13/94 de 15 de Janeiro;

- Estudo viário para resolução do cruzamento da Rua Nova de S. Gens com a Rua de S. Gens e a Rua da Estação Velha, para implantação de uma giração e, sua articulação com o traçado da nova linha de Metro de S. M. Infesta;
- Acompanhamento à implantação e execução de algumas obras municipais que decorreram neste período (entre as quais se contam as Rotundas de Sendim e do Rochedo), através da elaboração de estudos de maior detalhe, ou pormenores de execução assim como da elaboração das plantas de sinalização e de marcações rodoviárias;



- Programa de eliminação das Barreiras Arquitectónicas na cidade de Matosinhos e em todos os centros urbanos das freguesias, no âmbito dos objectivos da “Rede Nacional de Cidade e Vilas com Mobilidade para Todos”;
- Implementação de medidas para redução da sinistralidade e melhoria da segurança rodoviária através da introdução de medidas de acalmia de tráfego (lombas, sinalização mais restritiva ou outros), por todo o concelho;

- Colaboração e acompanhamento dos estudos elaborados pela Câmara para a Marginal Atlântica;
 - Estudo de requalificação e reorganização viária da Rua Alfredo Cunha;
 - Acompanhamento e colaboração dos estudos de Requalificação Urbana da Avenida Antunes Guimarães e vias de acesso ao futuro Parque Urbano de Leça;
 - Estudo de nova geometria para a introdução de uma rotunda na intersecção da Avenida Joaquim Neves dos Santos com a Rua Passos Manuel em Guifões e seus acessos ao IP4;
 - Acompanhamento da componente rodo-ferroviária dos estudos para as Plataformas Logísticas de Gonçalves e Gatões, numa perspectiva de articulação entre elas e a rede viária municipal e nacional;
 - Acompanhamento dos processos relacionados com as carreiras de transportes públicos de passageiros – STCP e RESENDE;
- 
- Estudos e acompanhamento do processo relativo aos novos Empreendimentos Intermunicipais com a C.M.Maia, resultantes das reuniões de concertação dos PDM's, salientando-se o estudo das acessibilidades da envolvente ao Centro de Carga Aérea do Aeroporto Francisco Sá Carneiro e sua articulação com a rede viária da C M Maia, a rede viária municipal e nacional;
 - Estudo para introdução de uma faixa segregada de viragem à esquerda com alteração do perfil existente, na Rua das Austrálias;
 - Estudo para definição do traçado e implantação viária do troço da Via Transversal a norte do IP4, entre a Rua do Padre Costa e a Milanese (Parada), no âmbito dos empreendimentos intermunicipais;
 - Proposta para ligação viária e pedonal sobre o IC1, entre a zona do Estádio do Mar e a Rua da Barranha com alteração da estrutura viária da envolvente do estádio para articulação com os novos acessos previstos a esta zona, a partir do IC1 e, a introdução duma nova giração na Rua da Barranha;
 - Acompanhamento do dossier para a reformulação e requalificação do espaço da Docapesca;
 - Acompanhamento de processos de formalização das candidaturas ao QREN, relativo aos Planos Municipais e Locais de Promoção das Acessibilidades, no âmbito dos POPH (Programas Operacionais de Potencial Humano);

- Elaboração de informações técnicas prestadas no âmbito da gestão documental, incluindo as relativas a expropriações relacionadas com as grandes infra-estruturas rodoviárias;
- Colaboração e acompanhamento na área da mobilidade com os assuntos em curso no âmbito do Eixo Atlântico;
- Apoio às solicitações dos vários serviços municipais (DGIVP, DPO; DGU, ...), nas questões relacionadas com as acessibilidades ou a mobilidade no espaço urbano, assim como às obras de âmbito municipal em curso;
- Colaboração na definição das estratégias para o PDM, no âmbito da hierarquia da rede viária, dos transportes, das acessibilidades interconcelhias e da mobilidade em geral.

Concluíram-se os seguintes estudos e processos:

- Estudo para rotunda e arruamento de ligação do IC1/A28 ao centro da freguesia de Lavra;
- Rotunda na Rua de Sendim, junto ao cemitério, para alteração da geometria de implantação e estudo de reperfilamento da Rua Dr. José da Silva Passos até ao cruzamento da Rua de Sarilhos;
- Acompanhamento à implantação e execução de algumas obras municipais que decorreram neste período (entre as quais se contam as Rotundas do Tribunal, dos Quatro Caminhos), através da elaboração de estudos de maior detalhe, ou pormenores de execução assim como da elaboração das plantas de sinalização e de marcações rodoviárias;



- Estudo para introdução de uma zona de estacionamento na Rua do Chouso em Santa Cruz do Bispo;

- Acompanhamento dos estudos elaborados pela PORTCOGERAÇÃO para estabelecimento de uma ligação eléctrica de alta tensão entre a subestação de Custóias e a Petrogal, posteriormente alterada para ligação à subestação de Santa Cruz do Bispo;
- Reperfilamento da Rua Henrique Medina;
- Reperfilamentos das ruas França Borges e Dr. Silva Santos;
- Identificação dos locais permitidos à propaganda política;
- A análise, estudo e sua comunicação à APA dos Estudos de Impacte Ambiental da Plataforma Logística de Gonçalves - Pólo 1 e, da Plataforma Logística de Gatões/Guifões - Pólo 2;
- Análise do Relatório de Conformidade Ambiental com o Projecto de Execução da Plataforma Logística de Gonçalves;
- Análise, estudo e sua comunicação à APA dos Estudos de Impacte Ambiental das novas Linhas de Metro de S. Mamede e do Campo Alegre;
- Posturas de Trânsito para vários locais do concelho, tanto numa perspectiva de alteração da sinalização vertical e horizontal (ex. Armazéns Gerais, Rua de Gondivai, etc.), como da criação de novos lugares de cargas e descargas, assim como, da localização de novos lugares para estacionamento para pessoas portadoras de deficiência ou de outras categorias;

Foram iniciados os seguintes estudos:

- Estudo para introdução de um retorno e alteração da geometria do separador central na Avenida da Liberdade – Matosinhos, assim como a reformulação do cruzamento com a Rua Edmundo Alves Ferreira;
- Reperfilamento da travessa Dr. Barros;
- Estudo de colmatagem viária nas imediações da Rua Nova dos Paus;
- Estudo para a introdução de uma rotunda na confluência das ruas de Recarei, França Borges e Dr. Silva Santos;

- Via de ligação do Parque Desportivo Nascente à Rua da Estrada Velha, na envolvente ao Museu Abel Salazar;
- Estudo e análise sobre a viabilidade de construção de um parque de estacionamento automóvel nas imediações da Rua de Entre Quintas, de apoio à Exponor;
- Estudo de traçado para a Interligação Eléctrica da subestação de Custóias com o posto de corte da Refinaria do Norte – Petrogal;
- Interligação da subestação de Custóias com a subestação 60/15Kv de Sta. Cruz do Bispo;
- Estudo de traçado para a interligação eléctrica entre Vermoim na Maia e a Prelada no Porto, com atravessamento do concelho por parte da RNT / EDP;
- Estudo e acompanhamento do traçado e das condicionantes do Gasoduto – ramal industrial de Leça;
- Estudo para um novo acesso pedonal ao Hospital Pedro Hispano;
- Estudo para a melhoria da acessibilidade pedonal ao novo Centro de Saúde de Leça do Balio;
- Estudo para implantação de uma giração no entroncamento da Rua da Barranha com a Rua de Sendim;
- Análise das acessibilidades ao novo Centro de Dia e Creche de Custóias;
- Acompanhamento e análise dos estudos elaborados com a coordenação do Parque Escolar, no âmbito da reabilitação e implantação das Novas Escolas no concelho;
- Estudos para a elaboração de novas posturas para todo o concelho, tendo em vista a introdução de medidas de acalmia de trânsito, a organização do estacionamento, a fluidez do tráfego, a eliminação de pontos de conflito viário, a redução da circulação do transporte individual em favor do transporte colectivo, numa perspectiva de enquadramento das directivas europeias e da sustentabilidade ambiental das nossas cidades.

Execução do Plano de Actividades

Relações Públicas e Comunicação

Modernização Administrativa

Gabinete de Auditoria e Qualidade

Gabinete de Estudos e Planeamento Estratégico

Gabinete Jurídico e de Apoio aos Órgãos Autárquicos

Recursos Humanos

Promoção da Economia Local

Turismo

Cultura

Educação e Formação

Juventude e Voluntariado

Promoção Social e Saúde

Administração do Território

Ambiente

Segurança e Protecção Civil

Desporto

Projectos e Obras

GESTÃO DE RESÍDUOS E LIMPEZA URBANA

Os serviços de **recolha de resíduos** (indiferenciada e selectiva) são efectuados nas seguintes áreas:

- VerdeVista – Freguesias de Leça do Balio, Guifões, S. Mamede Infesta, Custóias e grande parte da Sr.^a da Hora;
- Suma Matosinhos SA - Freguesias de Leça da Palmeira, Perafita, Lavra e St.^a Cruz do Bispo;



- Administração Directa – Freguesias de Matosinhos e uma pequena área da Sr.^a da Hora.

Os serviços de **Varredura Urbana** são efectuados nas seguintes áreas:

- VerdeVista – Freguesias de Leça do Balio, S. Mamede Infesta, Custóias e 2/3 da Sr.^a da Hora;
- Suma Matosinhos SA - Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira e Zonas adjacentes à Marginal Marítima (desde o Farol até Angeiras Norte)
- Administração Directa – 1/3 da Freguesia da Sr.^a da Hora.



No ano 2009, destacou-se o início do serviço previsto na Concessão da VerdeVista - recolha selectiva de resíduos orgânicos em toda a sua área de intervenção, a ampliação da Concessão da SUMA Matosinhos SA, com a formalização da recolha de resíduos orgânicos e o aumento da área de varredura, e a entrada em funcionamento do Tanatório Municipal.

Continuaram a ser executados os seguintes serviços da competência desta Divisão, dos quais se destacam:

- Lavagem dos contentores, papeleiras, ecopontos e outros equipamentos que estão colocados na via pública, e das viaturas de recolha de resíduos;
- Substituição e reparação de contentores, ecopontos e papeleiras;

- Remoção de montureiras, resultantes da deposição anárquica dos resíduos, por parte da população em geral;
- Limpeza de terrenos públicos e particulares resultantes de processos de contravenção;
- Limpeza de valetas na área onde não existe varredura urbana;
- Limpeza de praias, parques de estacionamento em terra batida e pavimentados, antes e durante a época balnear;
- Controlo das Concessões de Serviços para recolha de Resíduos e Varredura do Concelho;
- Controlo de diversas Prestações de Serviços;
- Retirada de cartazes da via pública;
- Remoção de toldos, reclusos luminosos, painéis publicitários entre outros;
- Limpezas de grafitis (Viatura própria para limpeza);
- Recolha de Veículos em Fim de Vida;
- Gestão dos Cemitérios Municipais
- Gestão do Tanatório Municipal
- Gestão do Canil Municipal



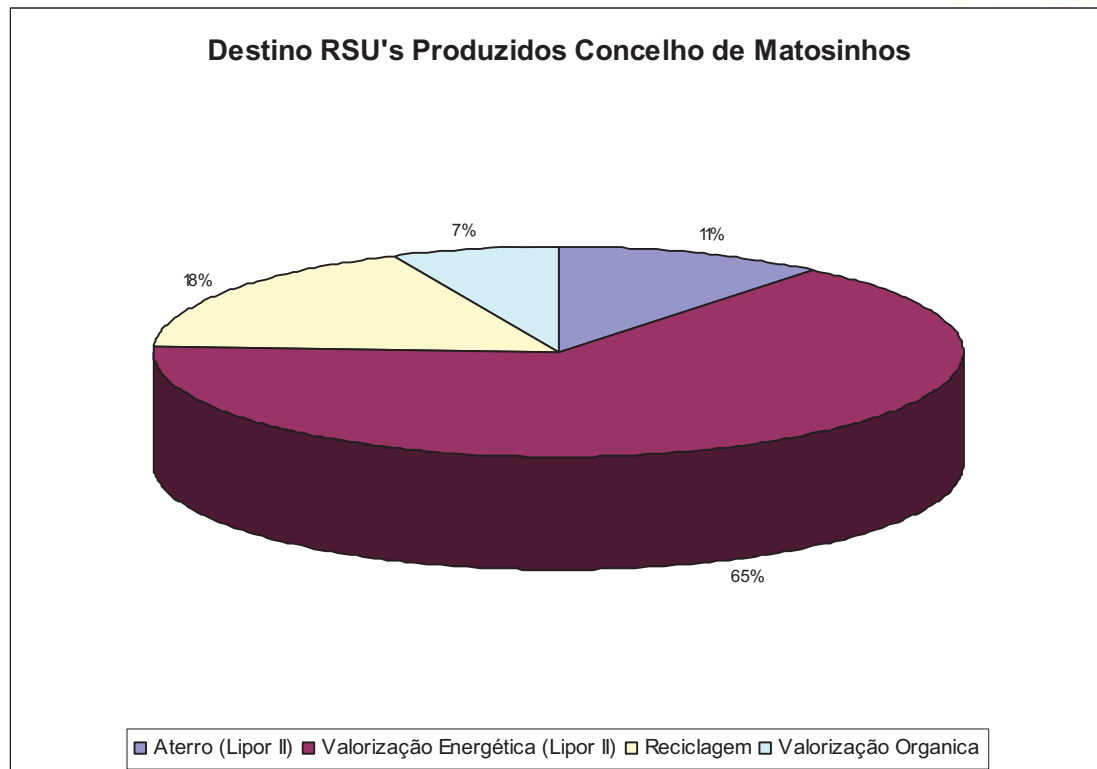
Em geral, os diversos serviços da DSU continuaram a zelar pela limpeza e higiene do Concelho, no sentido da melhoria da Qualidade de Vida.

TRATAMENTO DE RESÍDUOS

Em 2009, no Concelho de Matosinhos, foram recolhidas e tratadas **99.751 toneladas** de resíduos, das quais:

	Quantidade (Ton)	Destino (%)
Aterro (Lipor II)	10.851	11%
Valorização Energética (Lipor II)	64.817	65%
Recolha Selectiva	17.495	18%
Valorização Orgânica	6.588	7%
TOTAL	99.751	100%





CONFINAMENTO TÉCNICO - LIPOR II

A Central de valorização Energética da Lipor, periodicamente, necessita de realizar paragens programadas para manutenções do seu equipamento.

Durante esses períodos a deposição dos resíduos sólidos urbanos é efectuada no aterro sanitário de apoio. Assim, em 2009 foram enviadas para a LIPOR II **75.668 toneladas** de resíduos, dos quais 10.851 ton foram encaminhados para Aterro Sanitário e 64.817 ton para Valorização Energética.

RECOLHA DE RESÍDUOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS (RIB's)

Em 2009 procedeu-se à Recolha de Resíduos Industriais Equiparados a Urbanos (comerciais e industriais banais – R.I.B.) em diversas empresas, que foram encaminhados para Valorização Energética. Esta recolha, em termos de receita, trouxe aos cofres da Câmara um valor aproximado de **454.575,41 € Euros**.



RECOLHA SELECTIVA

Em 2009, foram recolhidas selectivamente **17.495 toneladas** de resíduos, através dos diversos sistemas de recolha existentes no Concelho.

Os valores aqui apresentados não incluem as fracções verdes e orgânicos, que serão tratadas separadamente.

	Ano 2009 (Ton)
Ecocentros	7.120
Ecopontos	7.125
Porta a Porta	255
Circuito Comercial/Industrial	1.291
Ecomóvel	1.704
TOTAL	17.495

VALORIZAÇÃO ORGÂNICA

Em 2009, foram encaminhadas para valorização orgânica **6.548 toneladas** de resíduos, recolhidas através do circuito Restauração 5 Estrelas e recolha de verdes (Ecocentros, Ecomóveis e deposição directa – prestadores de serviços dos jardins e horto...).

	Ano 2009
Verdes	3.890
Orgânicos	2.698
Total	6.588

SISTEMA DE RECOLHAS ESPECIAIS (S.R.E.)

Foi ainda efectuado pelos serviços do Município, através do **Sistema de Recolhas Especiais (S.R.E.)**, um conjunto de serviços que visaram essencialmente complementar o Serviço de Recolha de Resíduo Urbanos, nomeadamente;

1 - Recolha de Viaturas Abandonadas e Sucata

Em 2009 deu-se continuidade a este serviço, tendo sido recolhidas **381 viaturas**, das quais **52 foram reclamadas** pelos proprietários, tendo pago no total de taxas **61.903,67 Euros**.

Foram enviadas para **destruição 250 viaturas**.



2 - Movimento do Canil/Municipal

A Gestão do Canil/Gatil em 2009 foi realizada pela SUMA, e o movimento foi o seguinte:

DESIGNAÇÃO	QUANTIDADES
ENTRADAS	
CAPTURADOS CASA	121
CAPTURADOS RUA	414
ENTRADA CANIL	222
TOTAL	757
SAIDAS	
MORTOS ESTADIA	32
ADOPTADOS	142
CEDIDOS MIDAS	10
RECLAMADOS	33
ABATIDOS	527
TRANSITADOS DE 2009 PARA 2010	13
TOTAL	757
OUTRAS SITUAÇÕES	
SUSPEITOS	11
MORTOS RUA	132
MORTOS CLÍNICAS	858
GATOS	105
OUTROS ANIMAIS	7

3 - Sistema Complementar de Limpeza (S.C.L.)

Integrado neste sistema, os serviços procederam a um conjunto de limpezas, que visaram essencialmente complementar os atrás referidos, nomeadamente;

- **Desinfestação do Concelho**, que se restringiu a diversas acções no âmbito do controle de epidemias e doenças, resultantes do aparecimento de ratos ou outros parasitas. Esta acção desenvolveu-se em escolas, Organismos Públicos, arruamentos e outros espaços, incluindo redes de águas pluviais e saneamento e em locais que se entendeu ser urgente proceder à mesma.
- **Limpeza de Praias**, foi uma acção que se desenvolveu no período da época balnear e durante o restante ano, em diversas acções de limpeza nas praias.
- **Limpeza de Montureiras** e outros serviços, foi efectuada por brigadas, incidindo em diversos locais, com o recurso a equipamento adequado e máquinas.
- **Limpeza de Valetas e de Terrenos** pertencentes ao Município bem como particulares, objecto de processos de contravenção.
- **Limpeza de Graffitis** em vários locais do Concelho de Matosinhos.
- **Retirada de Cartazes** em vários locais do Concelho de Matosinhos.

4 - Varredura Urbana

Em 2009, no Concelho de Matosinhos, foram varridos cerca de **77.470 Km** de arruamentos, dos quais:

	KM VARRIDOS
CONCESSÃO DE SERVIÇOS – SUMA - MATOSINHOS SA - (FREGUESIA DE LEÇA DA PALMEIRA) - CONTRATO Nº 16/2000	16.180
AMPLIAÇÃO DA CONCESSÃO DE SERVIÇOS – SUMA MATOSINHOS SA - AUMENTO DE VARREDURA (FREGUESIA DE MATOSINHOS) CONTRATO Nº 08 /2004	24.593

AMPLIAÇÃO DA CONCESSÃO DE SERVIÇOS – SUMA MATOSINHOS SA (VARREDURA ZONA BALNEAR)	2.888
– CONTRATO Nº 79/2009	
CONCESSÃO DE SERVIÇOS (FREGUESIAS DE LEÇA DO BALIO, S. MAMEDE INFESTA, SR.ª DA HORA, CUSTÓIAS E GUIFÕES) – VERDEVISTA	26.784
– CONTRATO Nº 9/2007	
CÂMARA (FREGUESIA DA SR.ª DA HORA – ZONA A NACESTE DO IC1)	7.000
JUNTAS DE FREGUESIA	25
	77.470Km

5 - Limpeza de Praias

Em 2009, no Concelho de Matosinhos, foram tratados e limpos, **6.121Km de praias**, desde Leça da Palmeira (Farol) até Angeiras Norte, durante a época Balnear e em intervenções pontuais.



CONCESSÃO DE SERVIÇOS

1. Concessão da Exploração e Gestão do Serviço Público Municipal de Recolha de Resíduos Sólidos e Varredura do concelho de Matosinhos – Zona a Poente da Linha de Caminho de Ferro Porto/Póvoa e a Norte do Rio Leça – Contrato 16/2000 - Efectuada pela Suma Matosinhos, SA
2. Contrato Adicional da Concessão da Exploração e Gestão do Serviço Público Municipal de Recolha de Resíduos Sólidos e Varredura do concelho de Matosinhos – Matosinhos e Sr.ª da Hora – Cont. 8/2004 - Efectuada pelo Suma Matosinhos, SA
3. Ampliação da Concessão da Exploração e Gestão do Serviço Público Municipal de Recolha de Resíduos Sólidos e Varredura do concelho de Matosinhos – Contrato 79/2009 - Efectuada pelo Suma Matosinhos, SA
4. Concessão da Exploração e Gestão do Serviço Público Municipal de Recolha de Resíduos Sólidos e Varredura do Concelho de Matosinhos – Zona a Nascente da Linha do Metro Porto/Póvoa – Contrato Nº 9/2007 - Efectuada com a VERDEVISTA
5. Contrato de ampliação da Concessão da Exploração e Gestão do Serviço Público Municipal de Recolha de Resíduos Sólidos e Varredura do Concelho de Matosinhos – Zona a Nascente da Linha do Metro Porto/Póvoa – Contrato Nº 91/2009 - Efectuada com a VERDEVISTA
6. Contrato de ampliação da Concessão da Exploração e Gestão do Serviço Público Municipal de Recolha de Resíduos Sólidos e Varredura do Concelho de Matosinhos – Zona a Nascente da Linha do Metro Porto/Póvoa – Contrato Nº 16/2008 - Efectuada com a VERDEVISTA



CEMITÉRIOS MUNICIPAIS

Uma componente diferenciada dentro desta área é a dos Cemitérios.

Entrou em funcionamento o 1.º Tanatório Municipal em Sendim, em Agosto de 2009.

1. Cemitérios Municipais n.º 1 de Matosinhos

N.º de Inumações em Jazigos – 17

N.º de Exumações/Transladações – 0

2. Cemitério Municipal n.º 2 de Matosinhos

N.º de Inumações em Jazigos – 139

N.º de Inumações em Covais – 165

N.º de Exumações/Transladações – ± 65, das quais foram requeridas ou licenciadas 35



3. Cemitério Municipal n.º 4 – Santos Dias

N.º de Inumações em Jazigos – 2

N.º de Inumações em Covais – 80

N.º de Exumações/Transladações – ± 57, das quais foram requeridas ou licenciadas 27

4. Tanatário Municipal

N.º de Cremações – 125

N.º de Utilização de Capelas para Inumação - 25

N.º de Inumações Jardim da memória (cinzas) - 18

N.º de Colocação em Ossário (cinzas) – 03

N.º de Colocação em Columbário (cinzas) – 05

N.º de colocação em Jazigo (cinzas) - 01



ESPAÇOS VERDES

Conservação e Valorização do Património Municipal



Construção e Conservação de Parques e Jardins das Grandes Opções do Plano

A manutenção de jardins e Parques Públicos foi executada não só por Administração Directa com meios humanos, de viaturas e equipamentos do Município, assim como recorrendo a contratos de prestações de serviços adjudicados a diversas firmas, assim como pela existência de protocolos com o CEFPI, para possibilitar a utilização de mão-de-obra de deficiente e com a ADEIMA para possibilitar utilização de mão-de-obra socialmente necessitada.

A manutenção dos jardins do Concelho apoia-se no funcionamento e produção de plantas específicas cedidas pelo Horto Municipal, cuja gestão é feita directamente por pessoal afecto ao Município.



No âmbito da construção e manutenção de jardins procedeu-se á plantação de **713** árvores, **10.383** arbustos, **7.074** vivazes e **98.687** plantas de época.

Também prestam serviço neste Município ao abrigo do protocolo estabelecido com o Ministério da Justiça.
- Direcção Geral dos Serviços Prisionais, mão-de-obra prisional no âmbito da reintegração social na área da manutenção de jardins.

Continuação da Prestação de Serviços para a manutenção de Diversos Jardins em diversos Locais do Concelho de Matosinhos e á Prestação de serviços para a Manutenção de jardins em escolas do Ensino Básico e em Diversos Locais do Concelho de Matosinhos.

A construção de jardins, de parques Públicos e Remodelação de Parques Infantis constituíram investimentos que conduziram à melhoria constante da protecção do meio ambiente e conservação da natureza, permitindo que os Municípes usufruíssem das mesmas e que a seguir se discriminam:

- Construção de Jardim no Tanatório – Jardim da Memória, em Guifões.
- Construção de Jardim, na Rua Simões de Almeida, em Custóias.
- Remodelação do parque Infantil da Cooperativa “A Telha”, na Senhora da Hora.
- Remodelação do parque Infantil na Praceta Humberto Cruz, na Cohaemato, em Leça da Palmeira.
- Remodelação do parque Infantil da Barranha, Rua Damião de Góis, na Senhora da Hora.
- Remodelação do parque Infantil Paulo Silva Ranito, em Leça do Balio.



Execução do Plano de Actividades

Relações Públicas e Comunicação

Modernização Administrativa

Gabinete de Auditoria e Qualidade

Gabinete de Estudos e Planeamento Estratégico

Gabinete Jurídico e de Apoio aos Órgãos Autárquicos

Recursos Humanos

Promoção da Economia Local

Turismo

Cultura

Educação e Formação

Juventude e Voluntariado

Promoção Social e Saúde

Administração do Território

Ambiente

Segurança e Protecção Civil

Desporto

Projectos e Obras

O Gabinete de Segurança e Protecção Civil (GSPC) exerce funções no âmbito da protecção civil, da polícia municipal e da fiscalização.

O trabalho desenvolvido por este Gabinete teve como missão garantir, em consonância com os valores da competência, transparência e personalização, na área do Município de Matosinhos, o cumprimento das leis e regulamentos que disciplinam matérias relativas às atribuições da Autarquia e da competência dos seus órgãos, numa lógica de proximidade ao cidadão.

Nessa lógica, durante o ano de 2009, procurou-se investir na motivação e qualificação dos recursos humanos afectos a este serviço, simplificar, modernizar e normalizar procedimentos com vista a uma gestão pela qualidade e aproximar o serviço do cidadão com o objectivo de prevenir situações ilícitas e sensibilizar para o cumprimento das regras de segurança.

Assim, foi incentivada a frequência de acções de formação (internas e externas) aos colaboradores no sentido da actualização e desenvolvimento das suas competências com vista a uma melhor prestação de serviço público aos cidadãos.

No plano administrativo, reformularam-se vários procedimentos internos com vista a agilizar e simplificar os processos em curso, como por exemplo, a desmaterialização de várias participações/informações e o recurso às novas tecnologias da informação na tramitação de processos administrativos e relacionamento com os serviços.

Por outro lado, foram também implementados novos métodos de trabalho no que diz respeito aos processos de contra-ordenação de trânsito o que permitiu maior controle e celeridade desde o momento da emissão do talão de identificação do condutor até ao envio do auto de contra-ordenação para a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária.



Desenvolveu-se, também, uma grande relação de proximidade com os munícipes, quer através da realização de inúmeras acções de sensibilização destinadas a crianças, jovens e adultos, quer pelo contacto directo da Polícia Municipal que, numa lógica cada vez maior de policiamento de proximidade, realizou um conjunto de visitas aos comerciantes do Concelho disponibilizando auxílio, protecção e informação importantes no seu dia-a-dia.

Prevenção Rodoviária - Escolas Públicas					
Estabelecimento de ensino	Nº de alunos	Nº de docentes	Nº de não docentes	Nº de acções	Nº de horas
EB2+3 de Leça do Balio	180	12	0	7	6h
EB1 do Seixo	95	6	2	1	2h
EB2+3 de Leça da Palmeira	89	3	0	2	2h
J.I. Farrapas	30	2	0	1	1h30
Jardim Infância e ATL do Seixo	57	5	0	2	2h
Total	451				

Prevenção Rodoviária - IPSS					
Estabelecimento de ensino	Nº de alunos	Nº de docentes	Nº de não docentes	Nº de acções	Nº de horas
Jardim de Infância "Paraíso"	173	8	0	6	4h
Cento Infantil de Matosinhos	77	9	1	4	4h
Infantário da Biquinha	75	3	0	2	3h
AGAP	40	4	2	1	2h
Jardim Escola João de Deus	380	14	0	5	6h
Jardim Infância Aldeia Nova	27	3	0	0	50m
Jardim de Infância 7 Bicas	30	5	0	0	50m

Execução do Plano de Actividades



Casa do Povo St ^a . Cruz Bispo	69	8	0	5	3h
J. Infância e ATL "A Minha Escola"	18	2	0	1	50m
Extremado Padre Cruz	34	2	0	1	1h30
Externato Padre Cruz	23	2	0	1	1h30
Total	946				

Bullying – Violência entre pares – Escolas Públicas					
Estabelecimento de ensino	Nº de alunos	Nº de Docentes	Ano/Turma	Nº de acções	Nº de horas
EB1 Asprela	80	4	EB1	2	3h
EB1 Igreja velha	90	4	EB1	2	3h
Maria Manuela Sá	203	12	9º	9	8h
EB2+3 L. da Palmeira	33	2	6º	1	1h
EB 2,3 Perafita	22	1	6ºE	1	50min.
EB 2,3 Perafita	22	1	6ºB	1	50min.
EB 2,3 Perafita	20	1	7ºB	1	50min.
EB 2,3 Perafita	23	1	6ºF	1	50min.
EB 2,3 Perafita	23	1	6ºD	1	50min.
EB 2,3 Perafita	20	1	5ºA	1	50min.
EB 2,3 Perafita	20	1	9ºE	1	50min.

Execução do Plano de Actividades

EB 2,3 Perafita	18	1	7ºD	1	50min.
EB 2,3 Perafita	15	1	5ºC	1	50min.
EB 2,3 Perafita	12	1	5ºF	1	50min.
EB 2,3 Perafita	24	1	5ºD	1	50min.
EB 2,3 Perafita	18	1	5ºE	1	50min.
EB 2,3 Perafita	24	1	5ºB	1	50min.
EB 2,3 Perafita	20	1	9ºB	1	50min.
EB 2,3 Perafita	24	1	9ºC	1	50min.
EB 2,3 Perafita	43	2	6ºA/8ºA	1	50min.
EB 2,3 Perafita	27	1	7ºA	1	50min.
EB 2,3 Perafita	22	1	7ºC	1	50min.
EB 2,3 Perafita	22	1	9ºD	1	50min.
EB 2,3 Perafita	22	1	8ºB	1	50min.
Externato Padre Cruz	31	2	3º/4ºano	1	1h30
EB 1 Araújo	24	1	3ºano	1	1h
EB 1 Araújo	25	1	4ºano	1	1h
Total	896				

Bullying – Violência entre pares – IPSS					
Estabelecimento de ensino	Nº de alunos	Nº de Docentes	Ano/Turma	Nº de acções	Nº de horas
Externato Padre Cruz	31	2	3º/4ºano	1	1h30
Total	31				

POLÍCIA MUNICIPAL

Em Março, de 2009, ficou concluído o estágio obrigatório da carreira de polícia municipal, iniciado durante o ano de 2008, e os 16 novos agentes foram finalmente integrados no corpo activo desta polícia.



Com este reforço de efectivos foi dada continuidade às tarefas de prevenção e fiscalização do cumprimento das normas de estacionamento automóvel e demais regras de trânsito, ao controlo das práticas de venda ambulante ilegal, à fiscalização de depósito de resíduos sólidos urbanos, ruído e ambiente bem como à colaboração com os restantes serviços municipais, nomeadamente em matéria de notificações, citações e outras diligências.

A Polícia Municipal, ciente do seu papel determinante no desenvolvimento de acções de sensibilização nas áreas da prevenção rodoviária e da segurança e, realizou, junto da comunidade escolar, diversas acções de sensibilização sobre estes temas destinadas a crianças, jovens e adultos.



A Polícia Municipal esteve também presente em eventos de lazer e de cultura assegurando funções de segurança e coordenação, designadamente nas seguintes actividades: Romaria do Senhor de Matosinhos, Festa do Mártir S. Sebastião, IIIª Feira Medieval de S. Mamede de Infesta, “Os Hospitalários no Caminho de Santiago” no Mosteiro de Leça do Balio e 4ª Feira Medieval, espectáculos na Marginal de Leça da Palmeira, Matosinhos e

Perafita; 5ª Meia Maratona Internacional de Matosinhos, Bike Tour, Campeonatos de Futebol e de Voley de Praia, 2º Duetlo Matosinhos - Mar Movimento Cultura na Marginal de Leça da Palmeira, iniciativa “Põe-te a Mexer...” nas Marginais.



Participações por tipo de infracção	N.º
Viaturas abandonadas	290
Acidente de Viação	3
Canídeos/ Gatídeos	34
Estabelecimento	33
Lixo	20
Máquina de diversão	13
Obras	8
Ocorrência	26
Ocupação da via pública	3
Ruído	89
Sem abrigo	2
Trânsito	59
Venda ambulante	9
Averiguações	110
Sinalização	6
Queimada	2
Danos na via pública	510
Terreno por limpar	221
Desobediência	2
Casa abandonada	13
Resíduos	2
Vedação de terreno	53
Desacatos	1
Furto	1
Publicidade	3
TOTAL	1513

Autos de Notícia por Tipo de infracção	N.º
Falta de licença de utilização/ averbamento - estabelecimentos	17
Falta de horário de funcionamento/não afixação/fora de horas-estabelecimentos	4
Venda ambulante	41
Falta de licença de detenção de canídeos	7
Trânsito	3751
Reboques/ Bloqueamento	80
Desobediência	1
Afixação Livro Reclamações	2
Aves Selvagens	1
Bandeirolas	1
Conspuração via pública	2
Falta afixação AVISO	19
Galinheiro	2
IGAC	9
Lixos	2
Obras sem licença	44
Ocupação via pública	11
Publicidade	121
Reclamo	66

Ruído	12
Terreno por limpar	100
Toldo	29
Totem	17
TOTAL	4339

FISCALIZAÇÃO

Da actividade levada a cabo pela Fiscalização Municipal resulta uma maior preocupação com temáticas inerentes à área do ambiente, da publicidade, da manutenção do domínio público municipal e da fiscalização preventiva do território em matéria de urbanismo.

Assim, ao nível do Ambiente, ressaltam as intervenções junto dos proprietários de terrenos no sentido da promoção da sua limpeza, evitando situações de insalubridade e perigo de incêndio e para a saúde pública.

Quanto às intervenções em matéria de publicidade é de salientar a fiscalização de reclamos e toldos com especial acuidade no que concerne a painéis publicitários (outdoors) ao longo das estradas de cariz nacional.

No que se refere à contribuição para a manutenção dos equipamentos do domínio público ressaltam as 456 participações de objecto diverso, desde os habituais buracos no pavimento, passando pela avaria nos semáforos, sinais de trânsito, passadeiras, etc.

No domínio da prevenção do território na área do urbanismo, foram, fiscalizadas 93 obras particulares.

No que se refere às informações e diligências com origem em unidades orgânicas internas ou em impulso externo, é de salientar o elevado número de exposições dirigidas à Fiscalização Municipal, de pedidos de fiscalização da Divisão de Receita, do GJAOA/SCTCO e das Juntas de Freguesia.

AUTOS DE NOTICIA	N.º
Terrenos por limpar	103
Canídeos	7
Outdoors	67
Obras	36
Ocupação da via pública - Obras	4
Ocupação da via pública - Diversos	5
Utilização do solo sem título	7
Utilização de edificações	4
Publicidade (reclamos e toldos)	169
Galinheiros	1
Ruas sujas com terra	2
Estabelecimentos industriais	2
Livros de obra	1
TOTAL	408

PARTICIPAÇÕES	N.º
Limpeza voluntária de terreno	411
Viaturas abandonadas	96
Edificações em mau estado	29
Obras particulares	93
OVPS Obras	4
OVPS Diversas	2
Ruas sujas com terra	6
Anomalias Bens Domínio Público	456
Estabelecimentos de Restauração e bebidas	0
Utilização de edificações	3
Barracas	0
Depósitos de sucata	1
Publicidade	23
TOTAL	1124

PROTECÇÃO CIVIL

A protecção física de pessoas e de bens, em situação de grave risco colectivo, acidente grave ou catástrofe, constitui a principal finalidade dos Serviços Municipais de Protecção Civil. Como tal, exige-se dos seus operacionais total disponibilidade e capacidade de resposta permanente. Estes serviços encontram-se em permanente estado de prevenção, sendo possível reunir e coordenar os meios técnicos e humanos necessários à resolução de todo o tipo de situações de emergência extrema.

Considerando as características específicas do Concelho de Matosinhos, que reúne inúmeros factores de risco em espaço urbano, nomeadamente indústrias de transformação e armazenamento de petróleo e seus derivados, conferem a este espaço uma grande importância. Dada a diversidade e especificidade dos riscos da realidade municipal, o Serviço Municipal de Protecção Civil elaborou de acordo com a Resolução nº 25 de 2008 de 18 de Julho o Plano Municipal de Emergência e desenvolveu em colaboração com o Departamento de Geografia da Faculdades de Letras da Universidade do Porto um Estudo de Base Cartográfica de Riscos Naturais, Tecnológicos e Sociais e com o Instituto do Ambiente e Desenvolvimento da Universidade de Aveiro os Planos Externos de Emergência das Indústrias Seveso II instaladas no município.

Na sequência da Certificação dos diversos serviços da Câmara Municipal, foram elaborados os Planos de Prevenção e Emergência do edifício dos Paços do Concelho da Câmara Municipal, da Biblioteca Municipal Florbela Espanca, do Centro Cívico de S. Mamede de Infesta, da Casa da Juventude de Matosinhos e da Casa da Juventude de Santa Cruz do Bispo.

Foi ainda prestado apoio às instituições de apoio à infância e terceira idade na elaborações dos Planos de Prevenção e Emergência, desta forma, a prevenção é feita quando antecipadamente é fornecida informação sobre os procedimentos correctos a adoptar em situações de Emergência. Este trabalho foi desenvolvido em 46 das 67 Instituições do Concelho de Matosinhos.

Relativamente à sensibilização realizaram junto da comunidade escolar acções de sensibilização, simulacros e exercícios de evacuação. Estas iniciativas são revestidas de uma enorme importância, pois através delas consegue-se sensibilizar, educar e mobilizar as crianças e o sistema educativo para a temática da segurança, contribuindo desta forma para a sua formação educativa e cívica.

Os Clubes de Protecção Civil são um Projecto da Autoridade Nacional de protecção Civil, materializado por este Serviço Municipal, tendo neste momento 46 Clubes em escolas públicas e 19 Clubes em escolas privadas e IPSS.



Mais uma vez o Serviço Municipal de Protecção Civil de Matosinhos seguindo a sua politica de segurança realizou um simulacro de âmbito municipal. O Teatro de Operações (T.O.) do simulacro foi o Jardim-escola João de Deus e a Escola Secundária Augusto Gomes e contou com a colaboração de entidades internas como o DIES (apoio psicossocial) e o GAMC e externas, como a PSP, os Corpos de Bombeiros do Concelho de Matosinhos, o INEM e a ANPC.

O cenário assentou num conjunto de ocorrências encadeadas, sendo o acontecimento inicial uma fuga de gás com explosão, seguida de incêndio, tendo envolvido a evacuação total de 905 alunos e 118 docentes e não docentes de ambas as escolas. Foi prestado apoio psicossocial a 270 crianças e passaram pela triagem do PMA montado pelo INEM 32 crianças.

Em 2009, o Serviço Municipal de Protecção Civil fez-se representar em diversos simulacros em estabelecimentos de ensino e noutros tipos de estabelecimentos.

Exercícios de Evacuação efectuados nos Estabelecimentos de Ensino			
Estabelecimentos de ensino	Tipo	Tempo	Nº Pessoas Evacuadas
EB1+JI Florbela Espanca	Exercício	4m 23s	193
EB1+JI Florbela Espanca	Exercício	4m 09s	215
EB1 Monte da Mina	Exercício	2m 50s	80
EB1 Monte da Mina	Exercício	2m 13s	92
EB2/3 M ^a . Manuela Sá	Exercício	18m 03s	522
EB2/3 M ^a . Manuela Sá	Exercício	5m 51s	524
JI Santos Dias	Exercício	2m 34s	38
EB1+JI de Cabanelas	Exercício	3m 47s	-
EB1+JI Gondivai	Exercício	5m 21s	306

Execução do Plano de Actividades



EB2/3 Perafita	Exercício	5m 11s	304
EB1+JI de Sendim	Exercício	3m 30s	182
ES Augusto Gomes	Exercício	19m 01s	1014
Externato Padre Cruz	Exercício	1m 32s	103
EB1+JI Gondivai	Exercício	4m 06s	277
EB1+JI Cabanelas	Exercício	4m 37s	143
EB1+JI da Biquinha	Exercício	-	-
Centro Social Padre Ramos	Exercício	6m 13	Pré-escola
Centro Social Padre Ramos	Exercício	12m 43	64
Centro Social Padre Ramos	Exercício	14m 51	Lar
EB1+JI Nogueira Pinto	Exercício	Parcial	142
EB1+JI da Portela	Exercício	4m51s	167
EB1+JI Corpo Santo	Exercício	Parcial	97
EB2/3 M ^a . Manuela de Sá	Exercício	3m27s	26
EB1+JI da Praia	Exercício	Parcial	152
EB1+JI Corpo Santo	Exercício	1m40s	97
EB1+JI da Viscondessa	Exercício	3m38s	210
EB1+JI da Praia	Exercício	3m53s	46
EB1+JI da Praia	Exercício	1m38s	43
TOTAL			5951

Exercícios Simulacros

Refinaria Petrogal no âmbito do exercício PROCIV

Norteshopping

Petrogal

Galp gás “Exercício de Acidente Simulado”

Galp ARL – “Parque do Real”

Repsol

BP

CEPSA

Terminal Petroleiro de Leixões

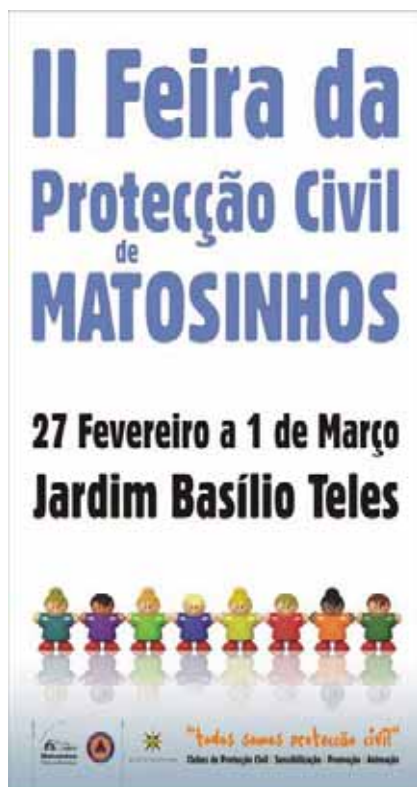
Simulacro nos Silos de Leixões

O Piquete do Serviço Municipal de Protecção Civil funciona 24 horas, 365 dias por ano e é accionado no gabinete tendo aí registado 311 atendimentos e através do nº da Câmara Municipal (229390900), ou directamente para o piquete através do nº 912131625. O piquete do SMPC encontra-se articulado com os Agentes de Protecção Civil e outras Entidades e Organismos, de forma a dar uma resposta eficaz e eficiente às ocorrências, minorando os efeitos para as populações e bens.



Serviço Municipal de Protecção Civil desenvolveu em conjunto com as escolas do Concelho de Matosinhos, um concurso com o objectivo de criar uma mascote e respectivo nome, a qual é utilizada como elemento identificativo do Gabinete de Segurança e Protecção Civil nas campanhas de promoção, sensibilização e educação dos mais novos para as questões de Segurança e Protecção Civil participaram 16 escolas e agrupamentos e foram recolhidos cerca 300 trabalhos. Foi encontrado um vencedor ao qual foi atribuído um

prémio no decorrer da II edição da Feira da Protecção Civil, o trabalho seleccionado corresponde ao “Alertinha”, criado e desenvolvido na Escola EB1/JI da Praia de Angeiras.



A IIª Feira da Protecção Civil decorreu nos dias 27, 28 de Fevereiro e 01 de Março no Parque Basílio Teles.

A realização desta feira pretende assinalar o dia internacional da Protecção Civil e, dar continuidade ao esforço conjunto das escolas e dos elementos da Protecção Civil Municipal, tendo contado com a participação várias entidades e estabelecimentos escolares que se distribuíram por 48 stands de exposição.

A abertura oficial da Feira contou com a presença do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Dr. Guilherme Pinto acompanhado das Entidades Oficiais convidadas, no final do discurso do Sr. Presidente da Câmara, procedeu-se à largada de balões com cores da Protecção Civil.

Foram transportadas por 43 autocarros durante a manhã e 34 durante a tarde 6000 crianças das escolas do município até ao Parque Basílio Teles, com o intuito de participar na feira, refira-se que se deslocaram

a pé até ao recinto aproximadamente 2000 crianças.

Durante o ano de 2009, foram elaboradas duas candidaturas a fundos comunitários, em colaboração com o Gabinete de Estudos Estratégicos, uma candidatura ao QREN – Quadro Referência Estratégico Nacional integrado no Eixo Prioritário III – Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial do Programa Operacional Regional do Norte, na rubrica Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e tecnológicos Acções Imateriais – MUNICIPAL e outra no âmbito do Programa Operacional Temático Valorização do Território - Eixo Prioritário IX, Acções Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano, na área temática: Segurança, Prevenção de Riscos e Combate à Criminalidade.



O SSB no decorrer do ano de 2009, ocorreu dentro das suas competências a inúmeras solicitações, registando um aumento significativo das suas intervenções relativamente ao ano passado, destacando-se, os salvamentos de mar, prestação de primeiros socorros, buscas, entre outras que fazem parte do quadro anexo.

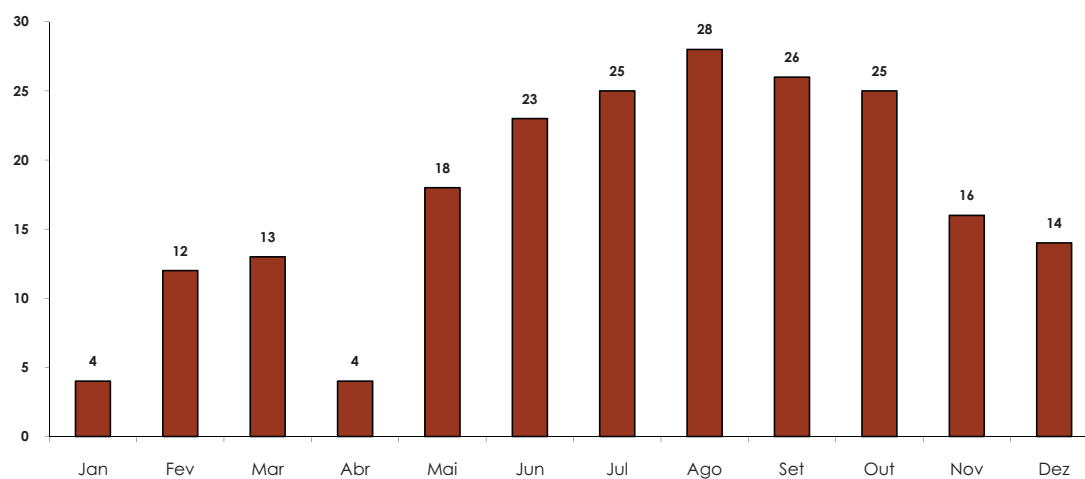
Durante este ano a equipa foi reforçada com dois elementos, passando neste momento o SSB a ter 8 elementos no terreno.

TIPO DE OCORRÊNCIA	2008	2009
Salvamentos de Mar	6	19
Primeiros Socorros	18	93
Segurança a actividades desportivas	2	8
Buscas	3	8
Acções de Sensibilização a escolas	2	6
Anomalias nas praias	5	28

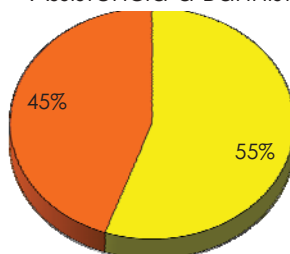
Execução do Plano de Atividades

Poluição	0	8
Cadáveres	0	3
Falso alarme	0	3
Outras acções	2	32
Total de ocorrências	38	208

Ocorrências por mês



Assistência a Banhistas



 Assistência a Banhistas na época Balnear

Execução do Plano de Actividades

Relações Públicas e Comunicação

Modernização Administrativa

Gabinete de Auditoria e Qualidade

Gabinete de Estudos e Planeamento Estratégico

Gabinete Jurídico e de Apoio aos Órgãos Autárquicos

Recursos Humanos

Promoção da Economia Local

Turismo

Cultura

Educação e Formação

Juventude e Voluntariado

Promoção Social e Saúde

Administração do Território

Ambiente

Segurança e Protecção Civil

Desporto

Projectos e Obras

A promoção e o apoio ao desporto, consubstanciados na criação de condições da prática desportiva, resultam na concretização de uma das competências e obrigações das Autarquias, na prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das populações. Não obstante, considera-se que este papel não deve ser desempenhado em exclusividade, procurando promover uma intervenção participada, criando para isso sinergias no sentido de promover uma maior aproximação com o associativismo desportivo, promovendo o objectivo de criar mais e melhores condições de prática desportiva. Partindo deste pressuposto e procurando potenciar a oferta desportiva, a MS – Matosinhos Sport, EEM colabora activamente com a Câmara Municipal no campo do Associativismo Desportivo, fomentando uma política de apoios criteriosa, tendo em vista a promoção da prática desportiva, por pluralidade dos públicos, democratizando o acesso ao desporto.

Paralelamente, e no sentido de garantir transparência e equidade na atribuição dos apoios, são adoptadas as regras decorrentes das Normas do Apoio ao Associativismo, que permitem gerar uma dinâmica desportiva sem paralelo no país. Com a criação do método de atribuição de apoios com base nas NAA, temos assistido a um crescimento exponencial dos apoios concedidos.



Execução do Plano de Actividades

Relações Públicas e Comunicação

Modernização Administrativa

Gabinete de Auditoria e Qualidade

Gabinete de Estudos e Planeamento Estratégico

Gabinete Jurídico e de Apoio aos Órgãos Autárquicos

Recursos Humanos

Promoção da Economia Local

Turismo

Cultura

Educação e Formação

Juventude e Voluntariado

Promoção Social e Saúde

Administração do Território

Ambiente

Segurança e Protecção Civil

Desporto

Projectos e Obras

No âmbito das competências atribuídas ao Departamento de Investimentos Municipais procedeu-se à elaboração de vários projectos nas várias áreas de intervenção do Município bem como a fiscalização das respectivas obras de construção e conservação tanto de arruamentos, edifícios de habitação e equipamentos sociais, com acrescidas preocupações de sustentabilidade – energética e ambiental.

Tendo presentes estas preocupações e dando cumprimento às orientações inscritas no Plano de Actividades aprovado, concretizou-se em 2009 um conjunto significativo de objectivos nas diferentes áreas de actividade municipal, envolvendo os serviços municipais, quer na concepção dos projectos, quer na avaliação destes quando a concepção foi atribuída a projectistas externos, quer ainda no acompanhamento técnico da sua boa execução, bem como a concretização dos empreendimentos na sua fase de obra.

1. CENTROS CÍVICOS

Foram desenvolvidas várias obras/projectos nos centros das Freguesias de forma a melhorar as condições de acessibilidade dos munícipes ou colmatar falhas detectadas nos equipamentos públicos ou ainda concretizar obras de conservação/reabilitação dos edifícios existentes.

Obras Concluídas

— Construção do Novo Edifício da Junta de Freguesia de Santa Cruz do Bispo Centro Cívico



Obras em Curso

- Arranjo Urbanístico da Capela S. Sebastião – Leça do Balio
- Junta de Freguesia de S. Mamede de Infesta
- Arranjo urbanístico do Largo de Esposade – Bar modular



Obras em concurso

- Centro Cívico de Matosinhos - Obras de reparação da Biblioteca

Projectos Concluídos aguardam abertura de Concurso

- Centro Social de Perafita

Projectos em execução

- Loja do Cidadão
- Centro Cívico de Matosinhos auditório
- Quartel da GNR de Matosinhos
- Quarteirão do Matadouro Municipal



2. EDUCAÇÃO

Como é sabido a Educação é a primeira prioridade da Câmara no presente mandato e o objectivo fundamental de todas as políticas educativas municipais está apontado para a Eliminação do Abandono Escolar e para a Promoção do Sucesso Escolar. Foi tendo em conta esta opção estratégica e numa linha de continuidade em relação aos anos anteriores que foram desenvolvidos os projectos municipais.

No que diz respeito a outras actividades podemos salientar o reforço no processo de requalificação das Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico e dos estabelecimentos de educação pré-escolar. O acompanhamento do reordenamento da rede escolar ao nível do 1.º CEB e dos Jardins-de-Infância, bem como a renovação dos espaços já existentes, com instalações cobertas para a prática da educação física e do desporto, de espaços para a instalação das cantinas, bibliotecas, centros de recursos, equipamentos informáticos e de

novas tecnologias de informação e comunicação, foi e continuará a ser uma tarefa prioritária, para que, o processo de ensino e aprendizagem seja cada vez mais um desafio á implementação e desenvolvimento de boas práticas. É de salientar as obras de ampliação/reconversão dos seguintes equipamentos:

Obras Concluídas

- EB1 Bairro dos Pescadores
- EB1 da Biquinha – 2ª fase
- JI nº 1 de Custóias



Obras em concurso

- Escola EBI/JI Matosinhos
- Escola EBI/JI de Leça da Palmeira
- Escola EB1/JI de S. Gens em Custóias
- Escola EB1/JI d Padrão da Légua
- Escola EB1/JI da Lomba em Guifões
- Escola EB1/JI das Ribeiras em Perafita



Obras em Curso

- Escola EB1/JI Quinta do Vieira em Custóias
- Escola EB1/JI Araújo em Leça do Balio
- Escola JI de Perafita
- Escola EB1 da Biquinha (Coberto)
- Reparação de pavimentos em várias Escolas do Concelho

Projectos Concluídos aguardam abertura de Concurso

- Ampliação do coberto da Escola EB1 da Amorosa – Leça da Palmeira

Obras com projecto em execução/aprovação

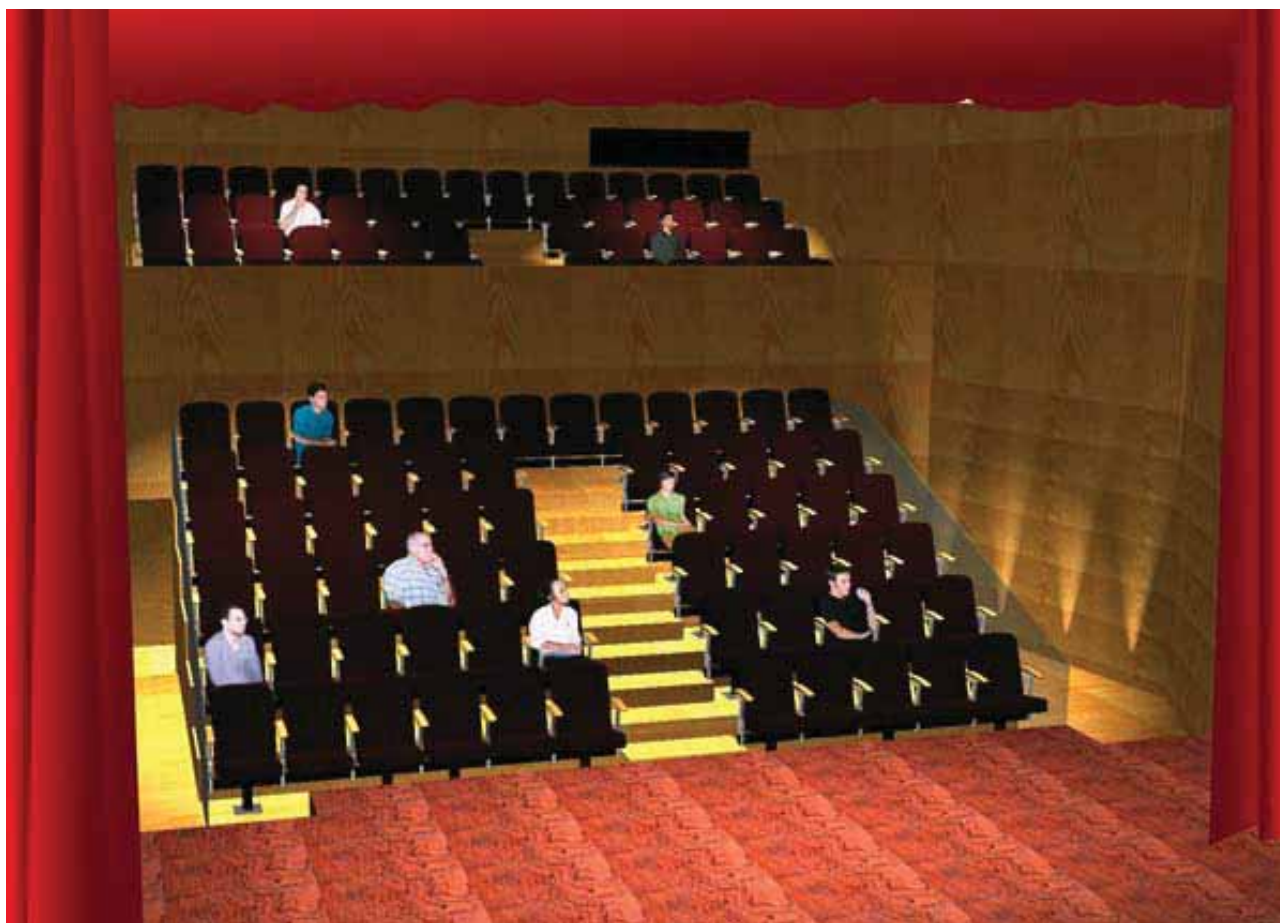
- Escola EB1/JI do Padrão/Recarei e aquisição de terreno
- Escola EB1/JI Quinta de S. Gens - Custóias
- Escola EB1 da Praia, Leça da Palmeira
- Escola EB1 das Ribeiras em Perafita
- Escola EB1 Passos Manuel
- Jardim-de-infância de Angeiras
- Escola EB1 da Lomba
- Escola EB1 da Praia – Leça da Palmeira
- Escola EB1 de Santiago – Custóias
- Escola EB1 passos Manuel – Guifões
- Escola EB1 da Igreja Velha
- JI do Seixo – S. Mamede de Infesta
- Escola EB1 do Sobreiro
- Escola EB1 Estádio do Mar
- Escola EB1/JI da Portela
- Escola EB1 Angeiras

3. CULTURA

Durante o ano de 2009 a Autarquia de Matosinhos manteve, e em muitos aspectos reforçou, o papel de destaque que possui no panorama cultural da Grande Área Metropolitana do Porto.

Projectos em execução

— Aurora da Liberdade



— Construção do Monumento ao Operário Conserveiro

— Rancho de S. Mamede de Infesta

— Bibliotecas de Praia

4. DESPORTO

O ano de 2009 foi marcado pela conclusão da construção de novos equipamentos desportivos, pelo lançamento de novos projectos e pela requalificação de vários equipamentos desportivos abrindo perspectivas de mais e melhores serviços a toda a comunidade.

Obras Concluídas

- Construção do Campo de Futebol de Custóias

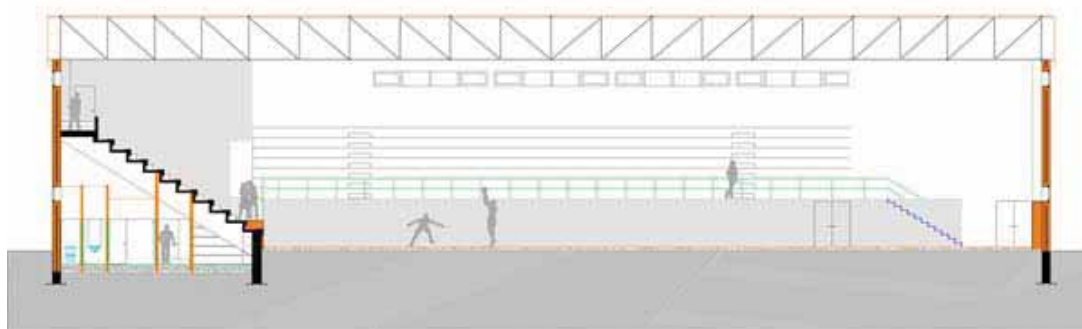


- Pavilhão do Padrão da Légua
- Remodelação da piscina de Matosinhos
- Sede da Juventude das Ribeiras



Obras em Curso

- Requalificação do Pavilhão Desportivo de Custóias



Projectos em execução

- Remodelação do Pavilhão da Biquinha
- Pavilhão do Guifões Sport Clube
- Campo de Santana
- Bancada do Estádio do mar

5. ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE

O alargamento da rede de equipamentos sociais através da construção/ampliação, aquisição, e manutenção de equipamento de instalações, foi mais uma das prioridades deste Município neste sentido, em 2009 foram realizadas e deram-se seguimento às seguintes intervenções:

Obras Concluídas

- Centro de Saúde de Recarei
- Sede dos Amigos Aposentados de Leça da Palmeira

Obras em Curso

- Creche e Centro de Convívio de Custóias - (Candidatura ao programa Pares)

Projectos em execução

- Residência Sénior da Senhora da Hora
- Remodelação do edifício da APPCDM – Senhora da Hora
- Centro de Saúde de Custóias

6. AMBIENTE

O projecto de Requalificação da Orla Costeira de Matosinhos estende-se por 16 quilómetros de praias, cada uma das quais com características singulares. Com este projecto de reordenação costeira, marcado pela implementação de um conjunto de intervenções, pretende-se unificar e interligar as zonas balneares que fazem parte do concelho. Foi também concluído o Parque de Estacionamento da Marginal de Leça da Palmeira, que permitirá acomodar os milhares de veraneantes que nos visitam durante a época balnear bem como melhor ordenar o estacionamento de toda a zona dada a concentração de estabelecimentos de restauração e lazer aí concentrados todo o ano.



Durante o ano de 2009 foram efectuadas as seguintes intervenções:

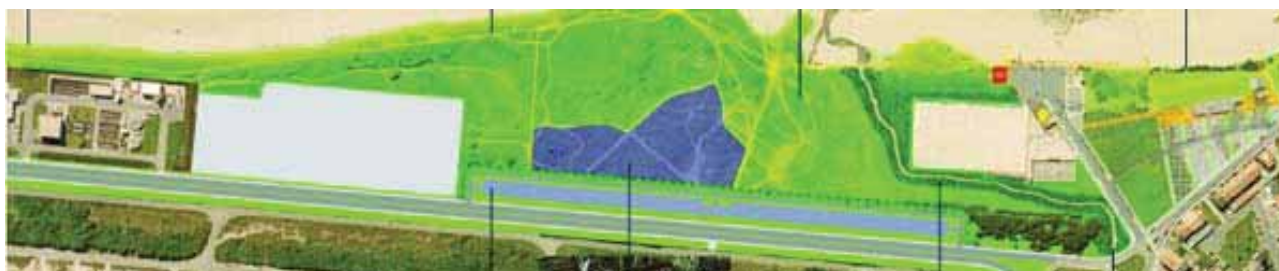
Obras Concluídas

- Requalificação da Orla Costeira – Parque de Estacionamento da Agudela
- Orla Costeira – Infra-estruturas – Drenagem de águas pluviais na Rua Verdeiro do Carmo
- Parque de estacionamento do Marreco



Obras em Curso

- Requalificação Paisagística da Ribeira da Guarda



- Bar de apoio à praia de Leça
- Requalificação da Orla Costeira – Parque de Estacionamento do Funtão
- Parque de estacionamento do Paraíso
- Passadiços da orla costeira – ligação da praia Azul à praia do Aterro
- Passadiços da orla costeira – praia de Matosinhos/Leça

Obras em Concurso

- Parque de estacionamento do Cabo do Mundo
- Matosinhos Mar: Integração paisagística e recuperação ambiental de linhas de água – ribeiras de Leça da Palmeira, Lavra e Perafita
- Marginal Atlântica Boa Nova – Angeiras



Projectos em execução

- Arranjo Paisagístico – Parque da Paz
- Passadiços Pescadores de Angeiras
- Parque de Picoutos
- Mata das Austrálias
- Jardim da Quinta do Vieira

7. JUVENTUDE

Obras em Curso

- Casa da Juventude de Matosinhos



8. ARRUAMENTOS E MOBILIDADE

No âmbito da qualificação urbana, foi dada continuidade ao Programa de Requalificação da rede viária iniciado nos anos anteriores, registando-se a conclusão de algumas importantes obras e o desenvolvimento e/ou o início de outras.

Obras Concluídas

- Av. de Merignac e Rua Dr. Eduardo Torres
- Requalificação da Marginal da Boa Nova
- Rotunda de Sendim
- Parque de estacionamento de Manhufe – Construção de PT
- Parque de estacionamento do Ribeirinho em Matosinhos
- Repavimentação da Av. Antunes Guimarães – Leça da Palmeira
- Ligação da Rua da Arroteia à Via Norte – Leça do Balio

Obras em Curso

- Rua da Barranha
- Requalificação da Rua Azenha de Cima
- Pavimentação dos arruamentos de Monte Pedroso – Perafita
- Construção do Muro de Suporte junto à Via-férrea em S. Mamede de Infesta

Entretanto e na sequência do levantamento, freguesia a freguesia, das necessidades de intervenção nesta área foi realizado em 2009, e tendo em conta o programa de intervenção no âmbito da concessão dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento contratado com a empresa concessionária, para concretização em tempo oportuno, foram desenvolvidas, no âmbito do Programa Qualidade 100%, um

conjunto de empreitadas de requalificação de arruamentos e passeios em todas as freguesias do concelho, de que se salientam as seguintes:

Obras Concluídas

- Programa qualidade 100% - Rua D. Frei Bertrand de Comps e Parque de Santana - Leça do Balio
- Programa Qualidade 100% - Núcleo da Cohaemato
- Programa Qualidade 100% 100% Rua Campo Longo
- Programa Qualidade 100% Alargamento Rua Salvado
- Programa Qualidade 100% Reparação de Abatimento na Rua Domingos Bontempo
- Programa Qualidade 100% - Rua Quinta do Calvelhe e Rua José Oliveira Maia
- Programa Qualidade 100% - Rua 31 de Janeiro - Perafita
- Abertura da Rua Padre Manuel Bernardes e arranjo envolvente à Igreja do Padrão

Obras em Curso

- Programa Qualidade a 100% - Beneficiação dos arruamentos do Concelho e/ou Passeios – S. Mamede Infesta
- Programa Qualidade a 100% - Beneficiação dos arruamentos do Concelho e/ou Passeios – Leça do Balio
- Programa Qualidade 100% - reparação de arruamentos na Freguesia de Custóias
- Programa Qualidade a 100% - Beneficiação dos arruamentos do Concelho e/ou Passeios – Leça da Palmeira
- Programa Qualidade 100% - reparação de arruamentos na Freguesia de Perafita
- Programa Qualidade 100% - reparação de arruamentos na Freguesia de Lavra
- Programa Qualidade 100% - reparação de arruamentos na Freguesia da Senhora da Hora
- Programa Qualidade 100% - reparação de arruamentos na Freguesia de Matosinhos
- Programa Qualidade 100% - reparação de arruamentos na Freguesia de Guifões
- Programa Qualidade 100% - reparação de arruamentos na Freguesia de Santa Cruz do Bispo

Projectos em execução

- Rua da Cruz de Pau em Matosinhos
- Rampa Hospital Pedro Hispano
- Rua França Júnior em Matosinhos
- Rua de Antela em Lavra

9. EDIFÍCIOS MUNICIPAIS

Obras em curso

- Conjunto Habitacional do Estádio do Mar – III

Obras em Concurso

- Conjunto Habitacional Real de Cima
- Conjunto Habitacional de S. Gens II
- Conjunto Habitacional do Estádio do Mar II

10. CEMITÉRIOS

Foram efectuadas várias intervenções de obras/projectos em vários cemitérios. Mas a mais importante é sem dúvida o Tanatório que será o primeiro a ser construído em Portugal, a intervenção é feita em duas plataformas complementares, uma relativa ao reforço e expansão do cemitério já existente e a outra à construção do complexo funerário, o Tanatório.

Obras Concluídas

- Tanatório de Sendim, Matosinhos
- Ossários no Cemitério de Custóias
- Construção da Capela Mortuária de Perafita



Obras em Curso

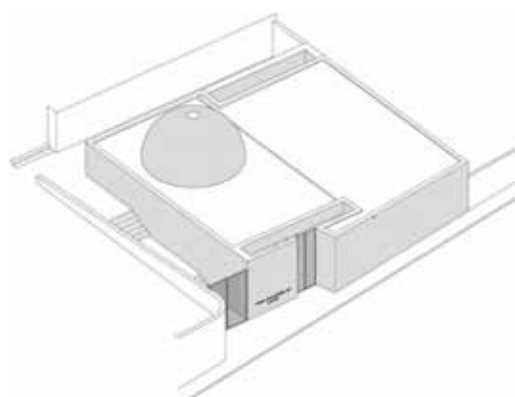
- Construção do Monumento aos mortos – Cemitério de Sendim

Obras em Concurso

— Construção da Capela Mortuária de Lavra

Obras com projecto em execução/aprovação

— Plano Global para o cemitério de Sendim



11. DEMOLIÇÕES

- Demolição de parte de construções – Nova centralidade do Padrão da Légua



12. GERAIS

Foram realizadas várias obras nomeadamente:

- Obras Coercivas RJEU
- Obras de Iluminação Pública e Decorativa
- Ramais de Alimentação de Energia Eléctrica
- Infra-estruturas de Distribuição de Energia Eléctrica
- Reparação de Colunas, Postes e Projectores de Iluminação

Projectos em execução

- Projectos de Segurança contra incêndios em vários edifícios Municipais
- Projectos de Segurança e Saúde PSS de todos os projectos em curso

Relatório de Gestão



1. RESUMO

O ano 2009 ficou marcado por ter apresentado, quer ao nível da receita, quer ao nível da despesa, uma taxa de execução elevada, de 64% e 62% respectivamente. Se desagregarmos as receitas e despesas em correntes e capital, podemos concluir que foram as receitas correntes e as despesas correntes que mais contribuíram para o total do seu agregado, representando respectivamente 80,5% e 81,3% do seu valor total, sendo as receitas correntes superiores às despesas correntes. Desta forma, em 2009, gerou-se uma poupança corrente na ordem dos 10 milhões de euros.

Assim, contra os 96.331.892,97 euros de 2008, o montante de receita arrecadada em 2009 ascendeu a 108.382.550,04 euros, o que corresponde a um aumento de 12,5%, variação esta decorrente da receita de capital, que representa apenas 21% do total da receita, contra os 79% das receitas correntes, tendo assistido em 2009 a um acréscimo face a 2008 de 116%, para o qual contribuiu sobretudo a venda de bens de investimento, os passivos financeiros e as transferências de capital, apresentando uma variação positiva, face ao ano anterior, de 12,2 milhões de euros. Também é importante realçar que, a receita própria representa 60,8% da receita total, contra 39,2% da receita alheia, o que demonstra uma confortável autonomia financeira da autarquia e consequentemente fraca dependência face ao exterior.

No que se refere à despesa assistiu-se a uma evolução no mesmo sentido do observado para a receita, embora de muito menor impacto, – um crescimento da ordem dos 2,8% - que se fez sentir sobretudo ao nível das despesas de correntes – 16,2%. Ao contrário do ano anterior o capítulo mais representativo foi o das despesas com pessoal, que no cômputo global da despesa se situou no patamar dos 30,5%, apresentando um crescimento face a 2008 de cerca de 33,1%. Também as despesas com aquisições de bens e serviços e investimento próprio, assumem pesos importantes, representando 26,6% e 14,7% daquele montante, respectivamente.

No que concerne à repartição da despesa global paga, no montante de 105.509.011,24 euros, pelos planos e funcionamento, verifica-se que, cerca de 50,4% foi afectada às Grandes Opções do Plano (GOP's), com a distribuição de 14,7% para o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e, 35,7% para o Plano de Actividades Municipais (PAM), e os restantes 49,6% para as despesas de funcionamento.

Sinteticamente, no que respeita às GOP's, que absorveram cerca de 53,2 milhões de euros, o destaque vai, à semelhança do ano anterior, para as “Funções Sociais”, as quais representaram cerca de 61,2% daquele valor, sendo de salientar a percentagem atingida pelo item “Habitação e Serviços Colectivos”, que se demarca claramente de todos os demais, representando 27,48% dos fundos afectos aos dois Planos (PPI e PAM).

Finalmente, uma referência aos limites legais, endividamento e pessoal, os quais não só se mantêm inviolados, como ainda se situam em patamares relativamente confortáveis.

2. RECEITA

2.1. Execução Orçamental da Receita

O Quadro n.º 1 permite-nos analisar, por um lado, a previsão inicial da receita, que se cifrou no ano de 2009 em 152.480.282,00 euros, bem como o reforço do orçamento da receita, no montante de 17.594.603,50 euros e o grau de execução da mesma. O reforço da receita deve-se não só à incorporação do saldo da gerência anterior, no montante de 2.355.143,52 euros, como também ao aumento da previsão das transferências correntes e dos passivos financeiros, no montante de 411.999,23 euros e 18.392.317,41 euros respectivamente, apesar da diminuição da previsão das transferências de capital, no montante de 3.564.856,66 euros. Relativamente às transferências correntes, o seu incremento deveu-se a receitas provenientes de fundos comunitários para financiar despesas correntes no âmbito das candidaturas “Planos Municipais de Emergência e Protecção Civil”, “Estudo, Inventariação e Promoção das Coleções Etnográficas dos Museus de Matosinhos” e “Valorização Cultural e Patrimonial do Rio Leça e sua Envolvente”. Já em relação à previsão das transferências de capital, a sua diminuição deveu-se à não aprovação de candidaturas a Fundos Comunitários “Ambiente em Matosinhos: ETAR - Tratamento Secundário”. No que concerne aos passivos financeiros, o reforço da previsão deveu-se à aprovação e utilização, durante o ano 2009, dos empréstimos de curto prazo e de longo prazo.

Quadro n.º1

Execução da Receita

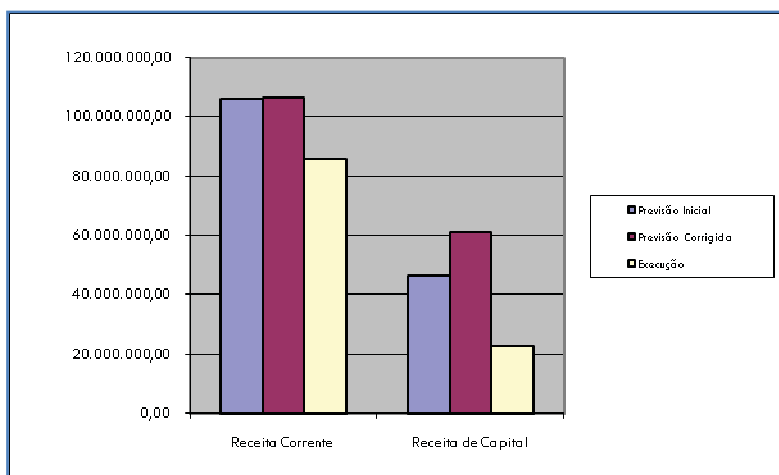
(Un: Euros)

Capítulos	Previsão Inicial (a)	Previsão Corrigida (b)	Execução (c)	Desvio	% Exec. (c)/(a)	% Exec. (c)/(b)
				(c)-(b)		
Receitas Correntes	106.011.624,00	106.423.623,23	85.683.857,38	20.739.765,85	80,8	80,5
01 Impostos Directos	52.002.209,00	52.002.209,00	43.774.575,23	8.227.633,77	84,2	84,2
02 Impostos Indirectos	21.148.704,00	21.148.704,00	3.465.036,64	17.683.667,36	16,4	16,4
04 Taxas, Multas e Outras Penalidade	1.733.168,00	1.733.168,00	1.790.774,87	57.606,87	103,3	103,3
05 Rendimentos de Propriedade	3.149.004,00	3.149.004,00	3.439.055,85	290.051,85	109,2	109,2
06 Transferências Correntes	22.637.057,00	23.049.056,23	24.425.086,16	1.376.029,93	107,9	106,0
07 Vendas de Bens e Serviços Correntes	5.022.697,00	5.022.697,00	4.780.819,39	-241.877,61	95,2	95,2
08 Outras Receitas Correntes	318.785,00	318.785,00	4.008.509,24	3.689.724,24	1257,4	1257,4
Receitas de Capital	46.468.658,00	61.296.118,75	22.690.429,75	38.605.689,00	48,8	37,0
09 Vendas de Bens de Investimento	13.841.275,00	13.841.275,00	4.608.300,00	9.232.975,00	33,3	33,3
10 Transferências de Capital	32.624.596,00	29.059.739,34	11.615.708,28	17.444.031,06	35,6	40,0
11 Activos Financeiros	1,00	1,00	0,00	-1,00	0,0	0,0
12 Passivos Financeiros	1,00	18.392.318,41	6.454.139,60	11.938.178,81	645413960,0	35,1

13 Outras Receitas de Capital	2.785,00	2.785,00	12.281,87	9.496,87	441,0	441,0
Outras Receitas	0,00	2.355.143,52	8.262,91	2.346.880,61	0,00	0,00
14 Recursos Próprios Comunitários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0
15 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	0,00	1,00	8.262,91	8.261,91	0,0	826291,0
16 Saldo da Gerência Anterior	0,00	2.355.142,52	0,00	2.355.142,52	0,0	0,0
Total da Receita	152.480.282,00	170.074.885,50	108.382.550,04	61.692.335,46	71,1	63,7

Um dos primeiros aspectos a ressaltar da análise do quadro anterior, prende-se com o acréscimo da receita arrecadada, face ao ano de 2008, em cerca de 12 milhões de euros, o que expressa uma taxa de crescimento na ordem dos 12,5%. No entanto, apesar de em alguns itens da receita o valor da cobrança efectiva ter sido superior ao inicialmente previsto, em termos globais a receita cobrada foi inferior à previsão, correspondendo a uma taxa de execução de 71,1% face ao orçamento inicial e de 63,7% face ao corrigido.

Gráfico 1 – Receita Corrente versus Receita de Capital



Da análise da execução das **Receitas Correntes** pode-se constatar a excelente performance a nível das Taxas, Multas e Outras Penalidades, Rendimentos de Propriedade, Transferências correntes, venda de bens e serviços correntes e outras receitas correntes, todas elas com taxas de execução próximas ou superiores a 100%. O mesmo não se poderá dizer relativamente às rubricas de Impostos Indirectos, que teve uma taxa de execução de apenas 16,4%. Relativamente aos impostos directos, considerando que a sua previsão é efectuada com base na média da cobrança dos 24 meses que antecedem a elaboração do orçamento, é importante realçar que a taxa de execução passou de 98%, em 2008, para 84,2% em 2009.

O comportamento dos Impostos Indirectos justifica-se pelo facto de não terem sido cobrados os documentos relativos à Ocupação da Via Pública das petrolíferas e da Portgás. Uma vez que a Previsão da receita desta rubrica teve em consideração não só a receita prevista para 2009, mas também parte da dívida acumulada de anos anteriores das empresas petrolíferas, a taxa de execução cifrou-se num valor bastante baixo, já que só se efectivou a cobrança deste imposto, relativamente à dívida da BP referente ao ano de 2003 (359.341,93 euros) e da Portgás referente ao ano 2008 (321.521,36 euros), apesar de existirem mais acordos do tribunal, favoráveis à Câmara, transitados em julgado.

As **Receitas de Capital** caracterizaram-se por uma execução de 37% face às previsões corrigidas, influenciada em parte pela rubrica Vendas de Bens de Investimento, o que pode ser visto positivamente, uma vez que não foi necessário recorrer à venda de activos para fazer face à Despesa. Também a taxa de execução dos Passivos Financeiros e das Transferências de Capital afectaram este item, sendo de 35,1% e 40% respectivamente, devido a atrasos na execução de obras financiadas por estas rubricas e, cumulativamente, atrasos nos pagamentos efectuados no âmbito dos financiamentos comunitários.

No que concerne às **Outras Receitas**, é apenas de mencionar a arrecadação de Reposições não abatidas aos pagamentos em valor superior ao orçamentado.

2.2 Estrutura da Receita

2.2.1 Estrutura Primária - Receita Corrente e de Capital

A estrutura da Receita está retratada no Quadro n.º 2, onde se pode constatar, desde já, que 79,1% corresponde a receitas correntes, representando as receitas de capital 20,9% do total da receita arrecadada.

Quadro n.º2

Estrutura da Receita

(Un:Euros)

Capítulos	Valor	Peso %
Receitas Correntes	85.683.857,38	79,1
01 Impostos Directos	43.774.575,23	40,4
02 Impostos Indirectos	3.465.036,64	3,2
04 Taxas, Multas e Outras Penalidade	1.790.774,87	1,7
05 Rendimentos de Propriedade	3.439.055,85	3,2
06 Transferências Correntes	24.425.086,16	22,5
07 Vendas de Bens e Serviços Correntes	4.780.819,39	4,4
08 Outras Receitas Correntes	4.008.509,24	3,7
Receitas de Capital	22.690.429,75	20,9
09 Vendas de Bens de Investimento	4.608.300,00	4,3
10 Transferências de Capital	11.615.708,28	10,7
11 Activos Financeiros	0,00	0,0
12 Passivos Financeiros	6.454.139,60	6,0
13 Outras Receitas de Capital	12.281,87	0,0
Outras Receitas	8.262,91	0,0
14 Recursos Próprios Comunitários	0,00	0,0
15 Repos. não Abatidas nos Pagamentos	8.262,91	0,0
16 Saldo da Gerência Anterior	0,00	0,0
Total da Receita	108.382.550,04	100,0

Analisando agora as diversas rubricas económicas, podemos verificar que os Impostos Directos são responsáveis pela arrecadação 40,4% do total da receita. Embora tenha havido uma perda do peso relativo, face ao ano de 2008, em 7 pontos percentuais, esta rubrica continua a assumir um papel preponderante no quadro das receitas.

Também as Transferências – correntes e de capital - assumem um peso relevante na estrutura da Receita, com uma acentuada vantagem das correntes, mostrando a importância que representam para a autarquia o Fundo de Equilíbrio Financeiro e a participação no IRS (que mais não são do que a participação em impostos do Estado) bem como o Fundo Social Municipal (receita consignada em 2009 às despesas dos municípios com a educação). Convém ainda salientar que a importância destes Fundos Municipais se revela maior nas transferências correntes do que nas de capital. Por outro lado, o peso assumido pelas Transferências Correntes também se justifica por lá se enquadrar a verba proveniente da Direcção Regional de Educação do Norte (DREN), no montante de 8.596.152,41 euros, relativa ao “Acordo de Cooperação da Educação Pré-Escolar”, “Programa de Generalização do Ensino do Inglês e de outras Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico”, “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico” e “Gestão do Pessoal não Docente”.

Também com importante contributo, seguem-se a Venda de Bens e Serviços Correntes e a Venda de Bens de Investimento, com um peso em termos globais de 8,7% no total das receitas arrecadadas, devido essencialmente às rubricas orçamentais “Serviços Específicos das Autarquias – Resíduos Sólidos”, responsável pela arrecadação de 3.503.806,56 euros, e “Outros Bens de Investimento” onde a autarquia arrecadou 3.823.740,00 euros pela venda de imobilizado à INDAQUA.

Em relação aos Passivos Financeiros, a receita arrecadada em 2009 contribui para 6% do total das receitas, onde 5.000.000,00 euros correspondem à utilização do empréstimo de curto prazo e 1.454.139,60 euros à utilização do empréstimo de longo prazo contratualizado com a Caixa Geral de Depósitos em meados de 2009.

Já as Outras Receitas Correntes verificaram um acentuado aumento do seu peso, em relação ao total das receitas arrecadadas, devido essencialmente à transferência do saldo das contas bancárias dos SMAS para o Município, no âmbito da integração das contas.

Quanto aos Impostos Indirectos, o seu peso no total das receitas arrecadadas, face ao ano anterior, sofreu uma ligeira diminuição, como se pode ver no Quadro n.º 7, passando de 3,6% em 2008 para 3,2% em 2009, influenciada não pelo montante arrecadado deste agregado, mas sim pelo aumento da receita total.

Quadro n.º3

Desagregação dos Impostos Indirectos

(Un:Euros)

Impostos Indirectos	2007	Peso %	2008	Peso %	2009	Peso %	Var.%
Mercados e Feiras	4.311,44	0,06	2.075,00	0,06	823,62	0,02	-60,31
Loteamento e Obras	6.342.822,65	87,61	2.520.452,65	73,36	1.626.708,72	46,95	-35,46
Ocupação da Via Pública	413.582,96	5,71	417.700,98	12,16	1.349.823,62	38,96	223,16
Publicidade	240.625,20	3,32	286.901,22	8,35	331.236,21	9,56	15,45
Outros	238.524,26	0,00	208.644,82	6,07	156.444,47	4,51	-25,02
Total	7.239.866,51	100,00	3.435.774,67	100,00	3.465.036,64	100,00	0,85

Aliás, podemos verificar um ligeiro aumento dos Impostos Indirectos arrecadados de 0,85%, face ao ano anterior, devido essencialmente, como se pode ver no Quadro n.º 3, à receita proveniente da Ocupação da Via Pública que em 2009 cifrou-se em 1.349.823,62 euros, mais 932.122,64 euros do que no ano 2008. Já as receitas provenientes de loteamento e obras sofreram uma quebra acentuada, fruto da crise que tem vindo a assolar o mercado imobiliário e que se tem vindo a repercutir numa quebra do peso relativo deste item no total dos Impostos Indirectos.

Em ordem decrescente de contributo, seguem-se os Rendimentos de Propriedade, Taxas, Multas e Outras Penalidade, e as Outras Receita Correntes com um peso de 3,2%, 1,7% e 0,01%, no total das receitas arrecadadas, respectivamente.

Analisando agora o núcleo essencial da Receita – Impostos Directos – podemos ver que o valor arrecadado diminuiu face ao ano de 2008 em 2.122.655,76 euros, tendo sofrido algumas variações a nível do contributo relativo de cada um dos impostos. Neste sentido, podemos constatar que relativamente aos Impostos Abolidos arrecadados houve um ligeiro decréscimo do seu peso no total das receitas, face ao ano anterior, influenciado essencialmente pela diminuição do contributo da Contribuição Autárquica. Quanto ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), ao Imposto Único de Circulação e à Derrama, o peso de cada um destes itens aumentou, face ao ano 2008, de 47,51% para 48,55%, 5,54% para 6,48% e 10,67% para 24,48% respectivamente; já o Imposto Municipal sobre Transacções Onerosas de Imóveis assistiu a uma acentuada diminuição do seu peso, passando de 34,41% em 2008 para 18,66% em 2009.

Quadro n.º4

Desagregação dos Impostos Directos

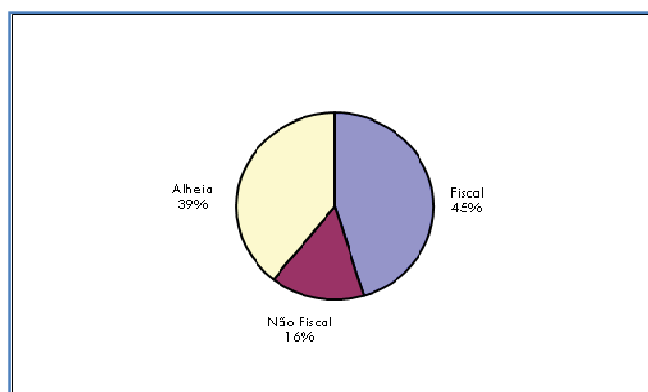
(Un:Euros)

Impostos Directos	2008	Peso %	2009	Peso %	Var.%
Imposto Municipal sobre Imóveis	21.803.634,66	47,51	21.253.201,27	48,55	-2,52
Imposto Único de Circulação	2.540.723,91	5,54	2.836.805,61	6,48	11,65
Imp. Mun. s/ Trans. Onerosas Imóveis	15.792.945,01	34,41	8.167.869,76	18,66	-48,28
Derrama	4.896.795,82	10,67	10.717.515,81	24,48	118,87
Impostos Abolidos					
Contrib. Autárquica	311.902,35	0,68	84.912,72	0,19	-72,78
Imp. Munic. SISA	401.561,85	0,87	552.087,90	1,26	37,49
Imposto Municipal sobre Veículos	10.987,84	0,00	461,54	0,00	-95,80
Contribuição Especial	138.679,55	0,30	161.720,62	0,37	16,61
Total	45.897.230,99	100,00	43.774.575,23	100,00	-4,62

2.2.2 Receita Própria e Receita Alheia

Neste ponto pretendemos dar uma visão da autonomia e equilíbrio financeiro da Autarquia. Pela análise do Quadro n.º 5 podemos constatar que os fundos próprios representam 60,8% do total da receita, enquanto que as receitas alheias tem um contributo que se fica pelos 39,2%, o que revela uma autonomia financeira consistente mas, em termos percentuais, inferior apenas em 2 pontos face ao ano 2008, explicada quer pela diminuição dos Impostos Directos quer pelo aumento dos Passivos Financeiros.

Gráfico 2 – Composição da Receita



Observando agora para a estrutura das receitas próprias, podemos constatar que a receita fiscal contribui em cerca de 74% para aquele agregado, sendo que o peso dos impostos directos é cerca de 66%. Já a receita não fiscal representa cerca de 26% das receitas próprias da Autarquia, representando face ao ano 2008 um aumento de cerca de 10 pontos percentuais, devido ao aumento significativo da arrecadação da receita proveniente das rubricas “Venda de Bens de Investimento” e “Outras Receitas”. Aliás, quer a nível da Receita Total quer a nível da Receita Própria, assistiu-se ao aumento significativo do peso relativo destes dois agregados – explicado pela venda de imobilizado à INDAQUA e arrecadação de receita proveniente da integração dos contas dos SMAS no Município – por contrapartida da diminuição do contributo relativo dos Impostos Directos e da Venda de Bens e Serviços Correntes. Relativamente aos Impostos Indirectos, apesar do seu peso ao nível da Receita Total e da Receita Própria ter diminuído, em termos absolutos o Município arrecadou em 2009 mais 29.261,97 euros do que no ano 2008.

Já no que se refere às Receitas Alheias, assistimos a um acréscimo, face a 2008, do peso relativo dos Passivos Financeiros – de 5,46% passaram para 15,19% – e, inversamente, a um decréscimo do contributo relativo das Outras Transferências – 47,96% para 43,89% - e dos Fundos Municipais – de 46,25% para 40,91%.

Quadro n.º5

Receita Própria *versus* Receita Alheia

(Un: Euros)

Receita	Valor	Peso %		
		Rec. Global	Rec. Própria	Rec. Alheia
Própria	65.879.353,09	60,8	100,00	
<i>Fiscal</i>	<i>49.030.386,74</i>	<i>45,2</i>	<i>74,42</i>	
Impostos Directos	43.774.575,23	40,4	66,45	
Impostos Indirectos	3.465.036,64	3,2	5,26	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.790.774,87	1,7	2,72	
<i>Não Fiscal</i>	<i>16.848.966,35</i>	<i>15,5</i>	<i>25,58</i>	
Rendimentos de Propriedade	3.439.055,85	3,2	5,22	
Venda de Bens e Serviços				
Correntes	4.780.819,39	4,4	7,26	
Vendas de Bens de	4.608.300,00	4,3	7,00	

Investimento				
Outras	4.020.791,11	3,7	6,10	
Alheia	42.503.196,95	39,2		100,00
Fundos Municipais (FEF/FSM/IRS)	17.386.718,00	16,0		40,91
Outras Transferências	18.654.076,44	17,2		43,89
Passivos Financeiros	6.454.139,60	6,0		15,19
Outras Receitas	8.262,91	0,0		0,02
Total da Receita	108.382.550,04	100,0		

2.2.3 Composição da Receita Alheia

Para financiamento da actividade municipal, além das receitas próprias, os municípios dispõem ainda das transferências do Orçamento do Estado, bem como do acesso aos fundos comunitários/nacionais ou do recurso a empréstimos junto da banca. No ponto 4.1 esmiuçaremos melhor a questão das fontes de financiamento do investimento municipal, limitando-nos por agora, em dissecar e analisar o peso de cada uma das componentes da chamada Receita Alheia.

Quadro n.º 6

Receita Alheia

□

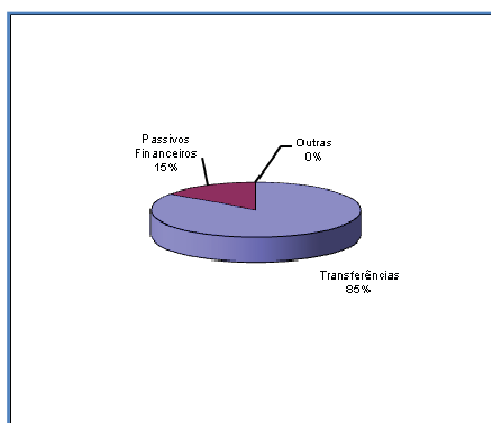
(Un: Euros)

Receita Alheia	Valor	Peso %
<i>Transferências</i>	36.040.794,44	84,80
FEF	6.270.817,00	14,75
FSM	2.620.244,00	6,16
Participação no IRS	8.495.657,00	19,99
Comparticipação Comunitária	5.708.570,74	13,43
DREN	8.843.112,41	20,81
Petrogal	3.500.000,00	8,23
Outras Transferências e Subsídios	602.393,29	1,42
<i>Passivos Financeiros</i>	6.454.139,60	15,19
Empréstimo	6.454.139,60	15,19
<i>Outras</i>	8.262,91	0,02
	42.503.196,95	100,0

Observando o Quadro n.º 6, conclui-se que as Transferências absorvem 84,80% das Receitas Alheias, uma percentagem inferior à verificada em 2008 (de 94,21%), face ao aumento do peso relativo dos Passivos Financeiros, que passaram de 5,46% em 2008 para 15,19% em 2009, resultante da utilização do empréstimo de longo prazo, para financiar a remodelação/construção de Escolas do Concelho e investimentos na Orla Costeira, e da utilização empréstimo de curto prazo.

No entanto, se desagregarmos as transferências podemos constatar que a transferência proveniente da DREN (para financiar a gestão corrente das escolas e investimentos) e a participação no IRS, constituem a principal fatia da Receita Alheia (cerca de 21% e 20%), seguida da receita proveniente do Fundo de Equilíbrio Financeiro, representando 14,75% da receita alheia. Segue-se com 13,43% a receita proveniente de Fundos Comunitários, com 8,23% a receita oriunda da Petrogal (comparticipação na Requalificação da Marginal de Leça da Palmeira – 2.ª Fase – 2.500.000,00 euros - e na construção do Parque de Estacionamento em Leça da Palmeira – 1.000.000,00 euros) e com 6,16% o Fundo Social Municipal (receita consignada às atribuições de competências transferidas da Administração Central para os Municípios).

Gráfico 3 – Composição da Receita Alheia



A comparticipação comunitária teve um acréscimo, face a 2008, na ordem dos 2,3%, passando de um contributo de 11,3% na receita alheia, no ano transacto, para um peso de 13,43% em 2009. Este aumento deveu-se essencialmente à arrecadação de receita, proveniente do FEDER, relativa a candidaturas destinadas à remodelação / construção de Escolas e Requalificação da Orla Costeira.

Quanto ao montante comparticipado pela DREN – 8.843.112,41 euros – 694.288,68 euros resultam do Programa de Desenvolvimento e Expansão do Acordo da Educação Pré-Escolar (Auxiliares de Acção educativa – acerto de 2008 - e Componente Social), 1.455.982,00 euros correspondem ao Programa de Generalização do Ensino do Inglês e Outras Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico, 176.877,84 euros resultam do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino, 6.269.003,39 euros derivam da Transferência de Competências para o Município em Matéria de Educação e 246.960,00 euros correspondem ao Programa de apoio ao Alargamento da Rede de Educação Pré-Escolar – EB1/JI Elvira Valente.

Relativamente à receita proveniente do Fundo Social Municipal, no montante de 2.620.244,00 euros, em 2009 foi totalmente consignada às despesas correntes da Autarquia com a Função Educação.

2.3 Evolução da Receita

Da análise do Quadro n.º 7 podemos, de imediato, verificar que a evolução da receita, no seu cômputo geral, assistiu a um acréscimo de 12,5% face a 2008, o que corresponde a um aumento de 12 milhões de euros.

Quadro n.º 7

Evolução da Receita

(Un: Euros)

Capítulos	2007			2008			2009		
	Valor	Peso %	Var. %	Valor	Peso %	Var. %	Valor	Peso %	Var. %
Receitas Correntes	83.364.847,72	95,3	17,9	85.706.084,77	89,0	2,8	85.683.857,38	79,1	0,0
01 Impostos Directos	49.886.229,13	57,0	14,6	45.897.230,99	47,6	-8,0	43.774.575,23	40,4	-4,6
02 Impostos Indirectos	7.239.866,51	8,3	38,0	3.435.774,67	3,6	-52,5	3.465.036,64	3,2	0,9
04 Taxas, Multas e Outras Penalidade	1.757.705,78	2,0	3,7	1.553.144,38	1,6	-11,6	1.790.774,87	1,7	15,3
05 Rendimentos de Propriedade	3.334.717,52	3,8	8,1	3.390.407,54	3,5	1,7	3.439.055,85	3,2	1,4
06 Transferências Correntes	16.717.838,76	19,1	47,9	25.189.757,82	26,1	50,7	24.425.086,16	22,5	-3,0
07 Vendas de Bens e Serviços Correntes	4.258.041,03	4,9	-24,1	5.561.573,85	5,8	30,6	4.780.819,39	4,4	-14,0
08 Outras Receitas Correntes	170.448,99	0,2	-35,9	678.195,52	0,7	297,9	4.008.509,24	3,7	491,1
Receitas de Capital	4.098.543,95	4,7	-71,8	10.506.859,78	10,9	156,4	22.690.429,75	20,9	116,0
09 Vendas de Bens de Investimento	69.820,34	0,1	1,04	14.700,00	0,0	-78,9	4.608.300,00	4,3	31,24
10 Transferências de Capital	3.733.473,08	4,3	-74,3	8.538.430,80	8,9	128,7	11.615.708,28	10,7	36,0
11 Activos Financeiros	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0
12 Passivos Financeiros	295.250,53	0,3	0,0	1.953.728,98	2,0	561,7	6.454.139,60	6,0	230,3

13 Outras Receitas de Capital	0,00	0,0	-100,0	0,00	0,0	0,0	12.281,87	0,0	0,0
Outras Receitas	4.262,43	0,0	-45,9	118.948,42	0,1	2,69	8.262,91	0,0	-93,1
14 Recursos Próprios Comunitários	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0
15 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	4.262,43	0,0	-45,9	118.948,42	0,1	2,69	8.262,91	0,0	-93,1
16 Saldo da Gerência Anterior	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0
Total da Receita	87.467.654,10	100,0	2,6	96.331.892,97	100,0	10,1	108.382.550,04	100,0	12,5

As **Outras Receitas** tiveram a evolução “negativa”, face aos anos anteriores, devido à diminuição da receita arrecadada na rubrica Reposições não Abatidas nos Pagamentos.

Quanto às **Receitas de Capital**, podemos constatar que foram as Transferências de Capital, pelo seu peso de 10,7%, que mais contribuíram para a sua variação positiva de 116%, assim como os Passivos Financeiros, com uma variação positiva de 230,3%.

No entanto, a tendência da Receita Total foi bastante influenciada pela evolução das **Receitas Correntes**, responsáveis por cerca de 79% daquele agregado. Ao analisarmos estas receitas, podemos verificar que, apesar de os Impostos Directos, Transferências Correntes e Venda de Bens e Serviços Correntes terem assistido a uma variação negativa de 4,6%, 3% e 14% respectivamente, a evolução positiva das Taxas, Multas e Outras Penalidades e principalmente das Outras Receitas Correntes compensou essa tendência.

3. DESPESA

3.1. Análise da Despesa na Óptica Orçamental

3.1.1. Execução Orçamental da Despesa

A análise do Quadro n.º 8 permite-nos, desde logo, analisar a despesa sob a perspectiva económica, identificando-se, por um lado, o destino privilegiado das despesas – correntes ou de capital – e, por outro, a sua natureza – aquisição de bens e serviços, transferências, despesas com pessoal, etc.

Quadro n.º 8

Execução da Despesa

(Un: Euros)

Capítulos	Dotação Inicial (a)	Dotação Final (b)	Execução (c)	Desvio	% Exec.	% Exec.
				(c)-(b)	(c)/(a)	(c)/(b)
Despesas Correntes	84.425.361,7	93.222.902,9	75.803.759,3	17.419.143,5	89,79	81,3
	6	7	9	8	106,6	
01 Despesas com o Pessoal	30.170.437,45	32.407.070,91	32.168.406,47	-238.664,44	2	99,3
02 Aquisição de Bens e Serviços	39.762.795,41	43.699.213,41	28.026.386,85	15.672.826,56	70,48	64,1
03 Juros e Outros Encargos	1.213.995,45	1.208.020,81	953.451,53	-254.569,28	78,54	78,9
04 Transferências Correntes	7.526.702,58	9.478.300,61	8.584.135,00	-894.165,61	114,05	90,6

Relatório de Gestão



					100,3	
05 Subsídios	3.790.023,25	3.835.102,42	3.802.090,45	-33.011,97	2	99,1
06 Outras Despesas					115,7	
Correntes	1.961.407,62	2.595.194,81	2.269.289,09	-325.905,72	0	87,4
				-		
	68.054.920,2	76.851.982,5	29.705.251,8	47.146.730,6		
Despesas de Capital	4	3	5	8	43,65	38,7
				-		
07 Aquisição de Bens de Capital	57.595.967,30	58.127.138,46	15.503.379,48	42.623.758,9	8	26,92
08 Transferências de Capital	6.223.623,64	9.308.956,03	5.011.904,27	-4.297.051,76	80,53	53,8
09 Activos Financeiros	40.003,00	140.003,00	33.000,00	-107.003,00	82,49	23,6
					218,2	
10 Passivos Financeiros	4.190.326,30	9.264.662,04	9.145.745,50	-118.916,54	6	98,7
11 Outras Despesas de Capital	5.000,00	11.223,00	11.222,60	-0,40	224,4	
					5	100,0
Total da Despesa	152.480.282,00	170.074.885,50	105.509.011,24	64.565.874,26	69,20	62,0

Neste sentido, podemos constatar que, a dotação da despesa sofreu alterações significativas com as Modificações Orçamentais realizadas durante o ano, beneficiando as despesas de capital ao nível das rubricas de passivos financeiros e investimento indirecto e, as despesas correntes relativamente às aquisições de bens e serviços, despesas com pessoal e transferências correntes.

Ao nível da realização das despesas, em 2009, a taxa de execução é ligeiramente inferior à da receita em cerca de 1,7 p.p. – 62% face a 63,7% - se considerarmos como referência a dotação final. O montante pago em 2009 (105.509.011,24 euros) foi superior ao de 2008 (102.594.668,01 euros); no entanto, a taxa de execução de 2009 de 62%, foi inferior à de 2008 de 72%, pelo facto de a dotação final da despesa em 2009 (170.074.885,50 euros) ter sido superior em 27,6 milhões de euros à de 2008 (142.425.570,39 euros). Mas, se tivermos em consideração os compromissos assumidos e não a despesa paga, a taxa de execução sobe de 62% para 83%.

A análise dos dois agregados da despesa, permite-nos constatar que a execução a nível das despesas correntes foi cerca de 81,3% em contraposição aos 38,7% das despesas de capital. O menor desempenho deste bloco ficou-se a dever ao investimento directo, cuja execução se cifrou em cerca de 26,7% apesar da aposta clara na construção e/ou conservação da rede viária, parques de estacionamento, escolas, instalações desportivas e recreativas, passadiços na orla costeira, cemitérios, habitação social, parques e jardins e aquisição de terrenos – que representam, no seu conjunto, 88% da dotação final e 89% dos compromissos assumidos com o investimento directo.

Do lado das despesas correntes, há que salientar o elevado nível de execução de todas as rubricas, principalmente ao nível das Despesas com Pessoal e das Transferências e Subsídios, onde a execução se aproximou ou foi de 100%.

3.1.2. Estrutura da Despesa

O Quadro n.º 9 evidencia a estrutura da despesa paga no ano económico em questão: em 2009, à semelhança do ano anterior, foram as despesas correntes que assumiram maior preponderância.

Quadro n.º 9
Estrutura da Despesa

(Un:
Euros)

Capítulos	Valor	Peso %
Despesas Correntes	75.803.759,39	71,8
01 Despesas com o Pessoal	32.168.406,47	30,5
02 Aquisição de Bens e Serviços	28.026.386,85	26,6
03 Juros e Outros Encargos	953.451,53	0,9
04 Transferências Correntes	8.584.135,00	8,1
05 Subsídios	3.802.090,45	3,6
06 Outras Despesas Correntes	2.269.289,09	2,2
Despesas de Capital	29.705.251,85	28,2
07 Aquisição de Bens de Capital	15.503.379,48	14,7
08 Transferências de Capital	5.011.904,27	4,8
09 Activos Financeiros	33.000,00	0,0
10 Passivos Financeiros	9.145.745,50	8,7
11 Outras Despesas de Capital	11.222,60	0,0
Total da Despesa	105.509.011,24	100,0

Também podemos constatar que em 2009, ao contrário de 2008, o contributo mais elevado para a totalidade das despesas pagas foi ao nível das Despesas com Pessoal, seguindo-se a Aquisição de Bens e Serviços e a Aquisição de Bens de Capital.

As Transferências e Subsídios, no seu conjunto, representam cerca de 17% da despesa paga, sendo que, à semelhança do que aconteceu em 2008, as transferências correntes assumem em 2009, face às transferências de capital, um papel dominante. No ponto 3.2.3 serão abordadas, com maior profundidade, estas duas rubricas, já que todas foram abrangidas por acções do Plano, com excepção das transferências efectuadas para a Área Metropolitana do Porto, no valor de 50.364,39 euros, e para as Juntas de Freguesia no âmbito do recenseamento eleitoral e eleições realizadas em 2009, que ascende a 175.107,08 euros.

Já os Juros e Outros Encargos mantiveram o peso ligeiramente inferior ao do ano anterior (de 0,9%), enquanto que as outras despesas correntes viram o seu peso aumentar de 1,9% em 2008 para 2,2% em 2009, devido à liquidação / pagamento de IVA na venda de imobilizado à INDAQUA.

3.1.3. Compromissos e Despesas Realizadas (pagas e não pagas)

A leitura do Quadro n.º 8, relativo à execução da despesa, permitiu-nos aferir um nível da execução orçamental na ordem dos 62%. Mas se, em vez de compararmos a despesa paga, compararmos a despesa realizada (facturada) com a despesa orçada, teremos uma percentagem de realização superior – cerca de 72%. Neste sentido, se compararmos a realização da despesa com a sua execução, tendo em atenção a regra do equilíbrio orçamental, mais não teremos do que uma dívida de curto prazo, no exacto valor dos encargos assumidos e não pagos, que, em 2009, se cifra em 17.386.095,29 euros.

Quadro n.º 10
Fases da Despesa

(Un: Euros)

Capítulos	Compromissos (a)	Despesa Realizada (b)	Despesa Realizada (facturada)		Compromissos por realizar (a)-(b)
			Paga	Não Paga	
Despesas Correntes	85.865.882,98	81.783.154,64	75.803.759,39	5.979.395,25	4.082.728,34
01 Despesas com o Pessoal	32.201.697,27	32.170.432,49	32.168.406,47	2.026,02	31.264,78
02 Aquisição de Bens e Serviços	37.541.411,27	33.735.831,60	28.026.386,85	5.709.444,75	3.805.579,67
03 Juros e Outros Encargos	991.472,44	971.757,19	953.451,53	18.305,66	19.715,25
04 Transferências Correntes	8.906.155,59	8.817.343,17	8.584.135,00	233.208,17	88.812,42
05 Subsídios	3.802.090,45	3.802.090,45	3.802.090,45	0,00	0,00
06 Outras Despesas Correntes	2.423.055,96	2.285.699,74	2.269.289,09	16.410,65	137.356,22
Despesas de Capital	54.889.922,16	41.111.951,89	29.705.251,85	11.406.700,04	13.777.970,27
07 Aquisição de Bens de Capital	38.694.029,26	26.110.427,26	15.503.379,48	10.607.047,78	12.583.602,00
08 Transferências de Capital	6.805.964,78	5.693.596,51	5.011.904,27	681.692,24	1.112.368,27
09 Activos Financeiros	115.000,00	33.000,00	33.000,00	0,00	82.000,00
10 Passivos Financeiros	9.263.705,52	9.263.705,52	9.145.745,50	117.960,02	0,00
11 Outras Despesas de Capital	11.222,60	11.222,60	11.222,60	0,00	0,00
Total da Despesa	140.755.805,14	122.895.106,53	105.509.011,24	17.386.095,29	17.860.698,61

O quadro n.º 10 para além de mostrar, por classificação económica, quais os valores em dívida transitadas para o exercício de 2010, isto é, os montantes relativos a despesa realizada mas não paga, mostra também o montante dos encargos comprometidos no ano de 2009, nos termos das respectivas contratualizações, e que não se concretizaram em obrigações, pela não realização ou finalização da actividade correspondente. Esse valor ascendeu a 17.860.698,61 euros.

Cabe-nos, ainda, mencionar que, analogamente ao que se verificou em 2008, a dívida a fornecedores concentrou-se fundamentalmente ao nível das Aquisições de Bens e Serviços e de Bens de Capital. Em 2008 estas duas rubricas foram responsáveis por 95,97% dos encargos assumidos e não pagos e em 2009 esta percentagem é de 93,85%.

3.1.4. Evolução da Despesa

O Quadro n.º 11 permite-nos concluir que, apesar da execução da despesa ser de 62%, ela apresenta um crescimento de 2,8% face ao ano anterior a que corresponde um acréscimo, em termos absolutos, de 2.914.343,23 euros.

Enquanto que as Despesas de Capital assistiram, no seu cômputo geral, a um decréscimo de 20,5%, as Despesas Correntes, influenciadas quer pelas Despesas com Pessoal, quer pelas Aquisições de Bens e Serviços, tiveram uma variação positiva de 16,2%.

Quadro n.º 11
Evolução da Despesa

(Un: Euros)

Capítulos	2007			2008			2009		
	Valor	Peso %	Var. %	Valor	Peso %	Var. %	Valor	Peso %	Var. %
Despesas Correntes	60.263.079,98	67,6	7,0	65.212.483,59	63,6	8,2	75.803.759,39	71,8	16,2
01 Despesas com o Pessoal	20.131.254,45	22,6	6,0	24.160.793,28	23,5	20,0	32.168.406,47	30,5	33,1
02 Aquisição de Bens e Serviços	26.364.357,70	29,6	14,7	26.719.940,91	26,0	1,3	28.026.386,85	26,6	4,9
03 Juros e Outros Encargos	1.021.554,82	1,1	-47,9	1.168.351,39	1,1	14,4	953.451,53	0,9	-18,4
04 Transferências Correntes	7.201.485,91	8,1	12,5	7.837.437,79	7,6	8,8	8.584.135,00	8,1	9,5
05 Subsídios	3.015.000,00	3,4	-13,3	3.388.830,41	3,3	12,4	3.802.090,45	3,6	12,2
06 Outras Despesas Correntes	2.529.427,10	2,8	1,5	1.937.129,81	1,9	-23,4	2.269.289,09	2,2	17,1
Despesas de Capital	28.916.655,90	32,4	-4,2	37.382.184,42	36,4	29,3	29.705.251,85	28,2	-20,5
07 Aquisição de Bens de Capital	20.723.966,89	23,2	-7,1	28.644.935,72	27,9	38,2	15.503.379,48	14,7	-45,9
08 Transferências de Capital	3.900.463,58	4,4	-3,7	4.540.768,25	4,4	16,4	5.011.904,27	4,8	10,4
09 Activos Financeiros	150.000,00	0,2	0,0	40.000,00	0,0	-73,3	33.000,00	0,0	-17,5
10 Passivos Financeiros	4.142.225,43	4,6	8,2	4.129.983,55	4,0	-0,3	9.145.745,50	8,7	121,4
11 Outras Despesas de Capital	0,00	0,0	0,0	26.496,90	0,0	0,0	11.222,60	0,0	-57,6
Total da Despesa	89.179.735,88	100,0	3,1	102.594.668,01	100,0	15,0	105.509.011,24	100,0	2,8

Dentro das **Despesas de Capital**, não podemos deixar de referir o forte crescimento verificado pela rubrica Passivos Financeiros, na ordem dos 121%, influenciado pela total amortização do empréstimo de curto prazo, no montante de 5.000.000,00 euros, contratado em 2009.

Relativamente às Transferências de Capital verifica-se também um acréscimo, em relação ao ano 2008, na ordem dos 10,4%, resultante do aumento da transferência para a MatosinhosHabit, EM para reabilitação do parque habitacional e Instituições sem Fins Lucrativos (ver ponto 3.2.3).

Já em relação à Aquisição de Bens de Capital, ao contrário do ano transacto, assistiu-se a um decréscimo na ordem dos 46%, reflectido na execução das rubricas “Viadutos, arruamentos e Obras Complementares”, “Construções Diversas” – onde está inserida a Requalificação da Orla Costeira -, “Instalações Desportivas e Recreativa”, “Terrenos”, “Cemitérios” e “Escolas”. É importante salientar que a maioria destes investimentos estão a ser financiados por Fundos Comunitários e pelo empréstimo de longo prazo contratado em 2009.

Quanto aos Activos Financeiros, os 33.000,00 euros pagos em 2009 correspondem a um reforço da participação inicial do Município como Membro Fundador da Fundação de Serralves (15.000,00 euros) e do financiamento a micro e pequenas empresas do Concelho, no âmbito do Projecto FINICIA (18.000,00 euros).

Olhando agora para as **Despesas Correntes**, não podemos deixar, desde logo, de reparar no crescimento, em 33,1%, das despesas com pessoal devido sobretudo à incorporação no Município dos funcionários oriundos do Ministério da Educação, resultante do processo de delegação de competências da Administração Central no Município.

Relativamente à Aquisição de Bens e Serviços, apesar do seu peso, em relação ao valor da Despesa Total, ser semelhante ao de 2008, verifica-se uma ligeira variação positiva de 4,9%.

Quanto aos Subsídios e Transferências Correntes concedidos, verifica-se um acréscimo de 12,2% e 9,5%, respectivamente, face aos atribuídos no ano transacto, que tiveram como principal destino as empresas municipais Matosinhos Sport e Matosinhos Habit, instituições sem fins lucrativos e Agrupamentos de Escolas do Concelho.

Já em relação ao Juros e Outros Encargos o decréscimo verificado de 18,4%, face ao ano 2008, resulta do montante pago de juros relativos a empréstimos de longo prazo, provocado pela queda da taxa de referência Euribor.

Por fim, e ainda neste capítulo, é importante salientar o acréscimo de 17,1% nas Outras Despesas Correntes resultante do aumento do IVA pago, provocado pela venda de Bens de Investimento à INDAQUA.

3.2. Análise da Despesa na Óptica do Plano

3.2.1. Execução das Grandes Opções do Plano

A execução das Grandes Opções do Plano representa o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal e apresenta as intervenções levadas a cabo pelos vários pelouros, organizada por objectivos, programas, projectos e acções. O Quadro n.º 12 espelha a execução das GOP's por funções, permitindo obter informação sobre o esforço financeiro prosseguido pela autarquia nas diversas áreas de intervenção.

Quadro n.º 12
Execução das GOP's

(Un: Euros)

Classificação Funcional	Dotação Inicial (a)	Dotação Final (b)	Execução (c)	Desvios		% Execução
				(b)-(a)	(c)-(b)	
1. Funções Gerais	7.483.559,50	8.458.902,92	4.316.145,77	975.343,42	4.142.757,15	51,02
1.1.0 Serviços Gerais da Administ. Pública	6.234.543,50	6.965.184,18	3.514.829,88	730.640,68	3.450.354,30	50,46
1.1.1 Administração Geral	6.234.543,50	6.965.184,18	3.514.829,88	730.640,68	3.450.354,30	50,46
1.2.0 Segurança e Ordem Públicas	1.249.016,00	1.493.718,74	801.315,89	244.702,74	692.402,85	53,65

1.2.1 Protecção civil e luta contra incêndios	1.061.015,00	1.296.667,74	762.326,87	235.652,74	-534.340,87	58,79
1.2.2 Polícia Municipal	188.001,00	197.051,00	38.989,02	9.050,00	-158.061,98	19,79
2. Funções Sociais	71.519.136,92	75.804.678,75	32.542.959,70	4.285.541,83	43.261.719,05	42,93
2.1.0 Educação	13.624.763,00	15.807.156,79	5.554.553,18	2.182.393,79	10.252.603,61	35,14
2.1.1 Ensino não superior	11.561.513,00	13.990.123,79	4.498.771,63	2.428.610,79	9.491.352,16	32,16
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	2.063.250,00	1.817.033,00	1.055.781,55	246.217,00	-761.251,45	58,10
2.2.0 Saúde	1.000.002,00	1.045.002,00	361.857,10	45.000,00	683.144,90	34,63
2.2.1 Serviços individuais de saúde	1.000.002,00	1.045.002,00	361.857,10	45.000,00	-683.144,90	34,63
2.3.0 Segurança e acção sociais	6.668.116,92	7.018.746,17	4.655.421,67	350.629,25	2.363.324,50	66,33
2.3.1 Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.2 Acção Social	6.668.116,92	7.018.746,17	4.655.421,67	350.629,25	2.363.324,50	66,33
2.4.0 Habitação e serviços colectivos	34.567.824,00	34.993.524,22	14.611.221,84	425.700,22	20.382.302,38	41,75
2.4.1 Habitação	2.115.010,00	2.581.888,38	277.490,89	466.878,38	2.304.397,49	10,75
2.4.2 Ordenamento do território	4.603.002,00	8.853.940,06	1.536.960,91	4.250.938,06	7.316.979,15	17,36
2.4.3 Saneamentos	3.005.001,00	66.201,00	9.600,00	-	-56.601,00	14,50

	0			00		
2.4.4 Abastecimento de água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				-	-	
2.4.5 Resíduos Sólidos	11.307.000,00	10.757.500,00	7.513.842,14	549.500,00	3.243.657,86	69,85
				-	-	
2.4.6 Protecção do meio ambiente	13.537.811,00	12.733.994,78	5.273.327,90	803.816,22	7.460.666,88	41,41
					-	
2.5.0 Serviços Culturais, recreativos e religiosos	15.658.431,00	16.940.249,57	7.359.905,91	1.281.818,57	9.580.343,66	43,45
					-	
2.5.1 Cultura	6.533.415,00	7.727.545,18	3.835.142,19	1.194.130,18	3.892.402,99	49,63
					-	
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	9.125.016,00	9.212.704,39	3.524.763,72	87.688,39	5.687.940,67	38,26
					-	
2.5.3 Outras actividades cívicas e religiosas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
					-	
3. Funções Económicas	19.049.060,99	19.526.615,23	8.711.544,01	477.554,24	10.815.071,22	44,61
					-	
3.1.0 Agricultura, pecuária, siveicultura, caça e pesca	2,00	2,00	0,00	0,00	-2,00	0,00
				228.833,77	-	
3.2.0 Indústria e energia	500.000,00	728.833,77	374.876,10	7	353.957,67	51,44
				-	-	
3.3.0 Transportes e comunicações	14.714.849,99	13.862.457,84	5.234.304,38	852.392,15	8.628.153,46	37,76
				-	-	
3.3.1 Transportes rodoviários	14.714.849,99	13.862.457,84	5.234.304,38	852.392,15	8.628.153,46	37,76
					-	
3.3.2 Transportes aéreos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
					-	
3.3.3 Transportes fluviais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
					-	
3.4.0 Comércio e turismo					-	63,70
	3.303.106,0	3.797.068,2	2.418.803,	493.962,2	1.378.264,9	

	0	0	21	0	9	
	1.006.000,0			488.885,8		
3.4.1 Mercados e feiras	0	517.114,20	136.795,73	0	-380.318,47	26,45
	2.297.106,0	3.279.954,0	2.282.007,48	982.848,0	-997.946,52	69,57
3.4.2 Turismo	0	0		0		
		1.138.253,4		607.150,4	-	
3.5.0 Outras funções económicas	531.103,00	2	683.560,32	2	454.693,10	60,05
	7.960.639,3	10.462.656,64	7.590.370,06	2.502.017,25	2.872.286,58	72,55
4. Outras Funções						
4.1.0 Operações da dívida autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.0 Transferências entre administrações	7.315.137,39	9.831.530,08	7.444.648,01	2.516.392,69	2.386.882,07	75,72
4.3.0 Diversas não especificadas	645.502,00	631.126,56	145.722,05	-14.375,44	485.404,51	23,09
Total	106.012.396,80	114.252.853,54	53.161.019,54	8.240.456,74	61.091.834,00	46,53

O valor que inicialmente havia dotado as Grandes Opções do Plano foi reforçado, especialmente pela revisão, tendo-se atingido uma dotação final de 114.252.853,54 euros, o que corresponde a cerca de 67% da Despesa Total. Daqui se infere a importância atribuída aos investimentos e às actividades com interesse e relevância para a autarquia.

No entanto, a taxa de execução não ultrapassou os 47%, e em termos absolutos, face a 2008, se tenha assistido a um decréscimo de pagamentos na ordem dos 11,5 milhões de euros.

Podemos, através da análise do quadro, perceber que as Outras Funções foram as que mais corresponderam, em termos de execução, ao que tinha sido planeado. Já as Funções Sociais e Funções Económicas ficaram aquém do previsto.

Uma vez que cada uma das quatro principais funções encerra em si diversas áreas de intervenção, com taxas de execução díspares, convém esmiuçar um pouco algumas delas, embora a perspectiva geral tenha sido já dada no ponto 3 deste relatório.

Dentro das **Funções Gerais**, podemos observar que ao nível da Segurança e Ordem Pública, enquanto que a Polícia Municipal obteve uma taxa de execução muito baixa – de 19,79% - a função Protecção Civil e Luta Contra Incêndios obteve uma execução de 58,79%, derivada principalmente da atribuição de subsídios aos Bombeiros Voluntários do Concelho. Por outro lado a Administração Geral, que abarca quase todas as Direcções Municipais, apresenta uma taxa de execução de 50,46%, influenciada pelas rubricas respeitantes à manutenção e conservação dos edifícios municipais, aquisição de equipamento e modernização dos serviços.

Nas **Funções Sociais**, podemos constatar, ao nível da Educação, uma taxa de execução na ordem dos 35%, inferior à do ano anterior. Relativamente à Saúde e Segurança e Acção Social a taxa de execução foi de 34,63% e 66,33% respectivamente e, aqui deve-se dar um especial relevo à construção do Centro de Saúde de Recarei, às actividades desenvolvidas no âmbito da Acção Social e às comparticipações concedidas a Instituições Particulares de Solidariedade Social.

No que concerne aos Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos podemos constatar que a taxa de execução em 2009 foi de 43,45%, verificando-se bastantes investimentos, apoios a diversas entidades culturais e desportivas e realização de diversas actividades culturais.

No entanto, é de notar que, dentro das Funções Sociais, a Habitação e Serviços Colectivos é aquela que apresenta um maior peso, devido sobretudo ao contributo dos Resíduos Sólidos e da Protecção do Meio Ambiente.

Dentro das **Funções Económicas**, podemos constatar que a rubrica de maior peso é a dos “Transportes Rodoviários” que representa 60% do seu valor, devendo aqui entender-se as intervenções a nível de acessos e vias de comunicação. A esta segue-se o “Turismo” com um contributo dentro das Funções Económicas de 26%.

As **Outras Funções**, por outro lado, assistiram a uma taxa de execução na ordem dos 73%, fruto da concretização de transferências para diversas entidades, nomeadamente, as Juntas de Freguesia, a Lipor, Matosinhos Sport e Matosinhos Habit.

3.2.2. Estrutura das Grandes Opções do Plano

Analisando agora a repartição de consumos entre o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Actividades Municipal (PAM), através do Quadro n.º 13, podemos constatar que a maior parte dos consumos, analogamente ao ano anterior, ocorreu ao nível do PAM. De facto, enquanto que o PPI absorveu 13,6% da execução das GOP's, o PAM garantiu a execução dos restantes 32,93%.

Quadro n.º 13
Estrutura das GOP's

(Un: Euros)

Classificação Funcional	PPI		PAM		Total	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
1. Funções Gerais	1.050.177,11	6,76	3.265.968,66	8,68	4.316.145,77	8,12
1.1.0 Serviços Gerais da Administ. Pública	1.026.989,10	6,61	2.487.840,78	6,61	3.514.829,88	6,61
1.1.1 Administração Geral	1.026.989,10	6,61	2.487.840,78	6,61	3.514.829,88	6,61
1.2.0 Segurança e Ordem Públicas	23.188,01	0,15	778.127,88	2,07	801.315,89	1,51
1.2.1 Protecção civil e luta contra incêndios	18.737,09	0,12	743.589,78	1,98	762.326,87	1,43
1.2.2 Polícia Municipal	4.450,92	0,03	34.538,10	0,09	38.989,02	0,07
2. Funções Sociais	8.653.265,73	55,70	23.889.693,97	63,49	32.542.959,70	61,22
2.1.0 Educação	2.041.536,90	13,14	3.513.016,28	9,34	5.554.553,18	10,45
2.1.1 Ensino não superior	2.041.536,90	13,14	2.457.234,73	6,53	4.498.771,63	8,46
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	0,00	0,00	1.055.781,55	2,81	1.055.781,55	1,99
2.2.0 Saúde	361.857,10	2,33	0,00	0,00	361.857,10	0,68
2.2.1 Serviços individuais de saúde	361.857,10	2,33	0,00	0,00	361.857,10	0,68
2.3.0 Segurança e acção sociais	183.679,22	1,18	4.471.742,45	11,89	4.655.421,67	8,76

2.3.1 Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.2 Acção Social	183.679,22	1,18	4.471.742,45	11,89	4.655.421,67	8,76
	3.619.582,70		10.991.639,14		14.611.221,84	
2.4.0 Habitação e serviços colectivos	0	23,30	14	29,21	84	27,48
2.4.1 Habitação	0,00	0,00	277.490,89	0,74	277.490,89	0,52
	1.232.525,60				1.536.960,91	
2.4.2 Ordenamento do território	0	7,93	304.435,31	0,81	1	2,89
2.4.3 Saneamentos	9.600,00	0,06	0,00	0,00	9.600,00	0,02
2.4.4 Abastecimento de água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			7.513.842,14		7.513.842,14	
2.4.5 Resíduos Sólidos	0,00	0,00	4	19,97	4	14,13
	2.377.457,10		2.895.870,80		5.273.327,90	
2.4.6 Protecção do meio ambiente	0	15,30	0	7,70	0	9,92
2.5.0 Serviços Culturais, recreativos e religiosos	2.446.609,81	15,75	4.913.296,10	13,06	7.359.905,91	13,84
	1.009.726,91		2.825.415,28		3.835.142,19	
2.5.1 Cultura	1	6,50	8	7,51	9	7,21
	1.436.882,90		2.087.880,82		3.524.763,72	
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	0	9,25	2	5,55	2	6,63
2.5.3 Outras actividades cívicas e religiosas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5.772.684,64		2.938.859,37		8.711.544,01	
3. Funções Económicas	4	37,16	7	7,81	1	16,39
3.1.0 Agricultura, pecuária, siveicultura, caça e pesca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.0 Indústria e energia	374.876,10	2,41	0,00	0,00	374.876,10	0,71
	5.002.736,06		231.568,32	0,62	5.234.304,38	9,85
3.3.0 Transportes e comunicações	6	32,20				
	5.002.736,06				5.234.304,38	
3.3.1 Transportes rodoviários	6	32,20	231.568,32	0,62	8	9,85

3.3.2 Transportes aéreos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.3 Transportes fluviais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			2.223.530,7		2.418.803,2	
3.4.0 Comércio e turismo	195.272,48	1,26	3	5,91	1	4,55
3.4.1 Mercados e feiras	95.348,93	0,61	41.446,80	0,11	136.795,73	0,26
			2.182.083,9		2.282.007,4	
3.4.2 Turismo	99.923,55	0,64	3	5,80	8	4,29
3.5.0 Outras funções económicas	199.800,00	1,29	483.760,32	1,29	683.560,32	1,29
			7.530.118,0		7.590.370,0	
4. Outras Funções	60.252,00	0,39	6	20,01	6	14,28
4.1.0 Operações da dívida autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			7.444.648,0		7.444.648,0	
4.2.0 Transferências entre administrações	0,00	0,00	1	19,79	1	14,00
4.3.0 Diversas não especificadas	60.252,00	0,39	85.470,05	0,23	145.722,05	0,27
Total	15.536.379,48	100,00	37.624.640,06	100,00	53.161.019,54	100,00

Analogamente ao verificado em 2008, também este ano foram as **Funções Sociais** as que mais sobressaíram, representando cerca de 61% da execução total das GOP's. Dentro destas funções, a "Habitação e serviços colectivos" assume um papel determinante, representando 23% a nível da execução do PPI e 29% a nível do PAM. Esta área de intervenção é responsável por 27,48% do desempenho das Grandes Opções do Plano. Também, dentro desta função, é importante realçar o decréscimo, face ao ano anterior, do contributo dos Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos no total da execução das Grandes Opções do Plano (de 21,46% em 2008 para 13,84% em 2009), devido, por um lado, à conclusão de obras em equipamentos culturais e desportivos e, por outro lado, ao atraso no início de novos projectos de investimento.

3.2.3 Transferências Concedidas

Os apoios financeiros concedidos deverão ser vistos como uma importante fonte de despesa autárquica (responsáveis, como já vimos, em 2009, por cerca de 16,5% do total da despesa) revelando o acentuado intervencionismo do município no processo de desenvolvimento urbano com o objectivo de propiciar condições de incremento aos sectores cultural, desportivo, educacional e de acção social, e com vista à renovação e integração urbana.

Por outro lado, de forma a garantir a transparência e objectividade, o processo de atribuição destes apoios tem sido objecto de enquadramento normativo interno, através de protocolos ou Contratos-Programa.

O classificador económico desagrega as transferências efectuadas pelos municípios em três rubricas: Transferências Correntes, Transferências de Capital e Subsídios. Em Transferências Correntes registaram-se todas aquelas que se destinaram a apoiar o funcionamento de diversas Instituições com interesse municipal. Inscrevem-se também nesta rubrica as transferências para as freguesias, quer se destinem a apoiar o seu funcionamento quer se destinem à concretização de protocolos celebrados com o município (estas últimas tem a sua inscrição no Plano), e para os Agrupamentos de Escolas.

Em Subsídios registam-se todos os fluxos monetários não reembolsáveis transferidos para as empresas, nomeadamente municipais, e que se destinem a despesas de funcionamento.

Finalmente, em Transferências de Capital são registadas todas as transferências que tenham como objectivo o financiamento de despesas de capital das entidades beneficiárias, incluindo as empresas municipais.

O Quadro n.º 14 espelha a natureza e montante das transferências efectuadas no ano em análise, sendo as transferências para as freguesias objecto de discriminação no Quadro n.º 15.

Quadro n.º14

Transferências e Subsídios Concedidos

(Un: Euros)

Transferências e Subsídios Concedidos	Compromissos	Despesa Realizada	
		Paga	Não Paga
Transferências Correntes	8.906.155,59	8.584.135,00	322.020,59
Transferências para freguesias	1.912.410,07	1.902.411,48	9.998,59
Área Metropolitana do Porto	50.364,39	50.364,39	0,00
Outras	6.943.381,13	6.631.359,13	312.022,00
Ass. Hum. Bombeiros Voluntários do Concelho	445.358,24	438.303,64	7.054,60
Escolas do Concelho	1.760.575,86	1.760.575,86	0,00
Outras	4.737.447,03	4.432.479,63	304.967,40
Transferências de Capital	6.805.964,78	5.011.904,27	1.794.060,51
Lipor	1.293.000,00	843.704,09	449.295,91
Matosinhos Sport	687.000,00	208.934,49	478.065,51
Matosinhos Habit	936.362,22	911.048,22	25.314,00
Outras	3.889.602,56	3.048.217,47	841.385,09
Ass. Hum. Bombeiros Voluntários do Concelho	413.781,66	209.270,91	204.510,75
Escolas do Concelho	407.316,30	407.316,30	0,00
Outras	3.068.504,60	2.431.630,26	636.874,34
Subsídios	3.802.090,45	3.802.090,45	0,00
Matosinhos Sport	3.729.011,28	3.729.011,28	0,00
Matosinhos Habit	73.079,17	73.079,17	0,00
Total	19.514.210,82	17.398.129,72	2.116.081,10

No ano em análise, a Autarquia transferiu para diversas entidades 17.398.129,72 euros, mais 1.631.093,27 euros no que no ano 2008. Foram as Transferências Correntes que obtiveram a maior dotação, mas a taxa de execução foi superada pelos Subsídios.

No que respeita às **Transferências Correntes**, verifica-se um aumento no montante concedido em 2009 face a 2008 em 746.697,21 euros. Da verba transferida para as diversas entidades, importa referir as três principais áreas abrangidas: a Educação, Acção Social e Cultura, Recreio e Desporto que receberam, em termos globais, 5.914.478,54 euros.

As transferências para as freguesias, no âmbito dos protocolos realizados, ascenderam a um valor de 1.902.411,48 euros.

Dentro das **Transferências de Capital**, o apoio dado ao investimento da Matosinhosport diminuiu, passando de 813.229,38 euros, em 2008, para 208.934,49 euros, em 2009.

Já o montante transferido para a LIPOR sofreu uma ligeira diminuição, passando de 1.038.384,50 euros, em 2008, para 843.704,09 euros, em 2009; no entanto, dos compromissos assumidos ficaram por pagar a esta entidade 449.295,91 euros.

As Outras Transferências apresentaram uma variação positiva de 13,35%, relativamente 2008. Dos 3.048.217,47 euros concedidos em 2009, as Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários do Concelho receberam 209.270,91 euros, as Escolas receberam 407.316,30 euros e as outras instituições, nomeadamente de caris social, cultural, recreativo e desportivo, receberam 2.431.630,26 euros.

Finalmente, olhando agora para os **Subsídios**, cabe apenas a referência de que o valor atribuído à Matosinhos Sport passou de 2.901.685,67 euros, em 2008, para 3.729.011,28 euros, em 2009. Já o montante atribuído à MatosinhosHabit no ano 2008 cifrou-se em 73.079,17 euros.

Nos termos da alínea s) do n.º 2 do artigo 53.º e artigo n.º 66 da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, que estabelece o quadro de competências dos órgãos dos municípios e das freguesias, foi autorizado à Câmara Municipal delegar competências próprias nas Juntas de Freguesia, mediante a celebração de protocolos onde figurem os direitos e obrigações de ambas as partes, os meios financeiros, técnicos e humanos.

Assim, em 2009, à semelhança do que tem sido prática corrente dos últimos anos, foram celebrados protocolos, onde se definiram domínios de intervenção, que deram origem à distribuição, por freguesias, das verbas indicadas no quadro seguinte.

Quadro n.º15

Transferências para as Freguesias

(Un:
Euros)

Transferências para freguesias	Compromissos						Despesa Realizada	
	Delegação Competências	Educação	Acção Social	Verba STAPE Recenc.+ Eleições	Outros	Total	Paga	Não Paga
Custóias	187.880,12	0,00	5.000,00	17.221,15	17.210,36	227.311,63	223.534,91	3.776,72
Guifões	124.900,23	0,00	7.500,00	12.558,14	0,00	144.958,37	144.958,37	0,00
Lavra	128.198,58	0,00	15.000,00	13.639,08	0,00	156.837,66	156.837,66	0,00
Leça do Balio	288.901,30	0,00	15.000,00	13.569,31	0,00	317.470,61	317.470,61	0,00
Leça da Palmeira	59.728,65	0,00	10.000,00	18.332,36	0,00	88.061,01	81.839,14	6.221,87
Matosinhos	82.237,86	0,00	53.310,47	34.198,38	0,00	169.746,71	169.746,71	0,00
Perafita	278.001,03	69.000,00	20.000,00	13.632,10	0,00	380.633,13	380.633,13	0,00
S. Mamede Infesta	65.453,09	0,00	7.500,00	24.571,77	0,00	97.524,86	97.524,86	0,00
Santa Cruz do Bispo	102.292,65	83.947,16	7.500,00	6.622,58	35.000,00	235.362,39	235.362,39	0,00
Senhora da Hora	57.519,62	0,00	10.000,00	26.984,08	0,00	94.503,70	94.503,70	0,00
Total	1.375.113,13	152.947,16	150.810,47	181.328,95	52.210,36	1.912.410,07	1.902.411,48	9.998,59

Para além desses montantes, foram ainda transferidas, conforme podemos ver no Quadro n.º 15, verbas provenientes do Ministério da Administração Interna – STAPE (Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral) –, em que o Município funcionou como mero intermediário, referentes às despesas com as eleições realizadas no ano em análise.

3.3 Despesas de Funcionamento

A desagregação da Despesa Total pode obedecer a vários critérios, nomeadamente à classificação económica, à classificação funcional ou à classificação orgânica, tendo sido os dois primeiros objecto de análise neste relatório. Podemos ainda desagregá-la, verticalmente, em despesas inscritas nas Grandes Opções do Plano e Despesas de Funcionamento, de acordo com o quadro seguinte.

Assim, pela análise do Quadro n.º 16, vemos que as despesas afectas ao PPI contribuem para 14,73% da Despesa Total, enquanto que as despesas afectas ao PAM e ao Funcionamento representam, respectivamente, 35,65% e 49,61% deste agregado.

Quadro n.º 16

Despesas de Funcionamento

(Un: Euros)

Capítulos	PPI	PAM	Desp. Funcionamento	Total
Despesas Correntes	0,00	32.612.735,79	43.191.023,60	75.803.759,39
01 Despesas com o Pessoal	0,00	0,00	32.168.406,47	32.168.406,47
02 Aquisição de Bens e Serviços	0,00	20.362.709,01	7.663.677,84	28.026.386,85
03 Juros e Outros Encargos	0,00	0,00	953.451,53	953.451,53
04 Transferências Correntes	0,00	8.358.663,53	225.471,47	8.584.135,00
05 Subsídios	0,00	3.802.090,45	0,00	3.802.090,45
06 Outras Despesas Correntes	0,00	89.272,80	2.180.016,29	2.269.289,09
Despesas de Capital	15.536.379,48	5.011.904,27	9.156.968,10	29.705.251,85
07 Aquisição de Bens de Capital	15.503.379,48	0,00	0,00	15.503.379,48
08 Transferências de Capital	0,00	5.011.904,27	0,00	5.011.904,27
09 Activos Financeiros	33.000,00	0,00	0,00	33.000,00
10 Passivos Financeiros	0,00	0,00	9.145.745,50	9.145.745,50
11 Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	11.222,60	11.222,60
Total da Despesa	15.536.379,48	37.624.640,06	52.347.991,70	105.509.011,24

Se, às despesas de funcionamento, retirarmos os encargos relacionados com o serviço da dívida (Juros e Outros Encargos e Passivos Financeiros), afecto ao financiamento das despesas de investimento e não despesas de funcionamento, chegaremos a uma estrutura ligeiramente diferente: já que estes encargos financeiros são responsáveis por 4,8% do total da despesa, os encargos de funcionamento teriam apenas um peso de 44.8%.

3.3.1 Despesas com Pessoal – Limite Legal

Nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 116/84 de 6 de Abril, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 44/85 de 13 de Setembro, as despesas efectuadas com o pessoal do quadro não poderão exceder 60% do valor da receita corrente arrecadada no ano anterior. Paralelamente, o *plafond* imposto para as despesas com pessoal em qualquer outra situação é de 25% do limite atrás apontado.

A Lei n.º 11/2003 de 13 de Maio, que estabelece o regime de criação, o quadro de atribuições e competências das comunidades intermunicipais de direito público e o funcionamento dos seus órgãos, veio determinar, no seu artigo 33.º, que as despesas efectuadas com o pessoal do quadro próprio ou outro relevam para efeitos do limite estabelecido na lei para as despesas com pessoal do quadro dos municípios associados.

Da conjugação das duas leis anteriormente mencionadas, depreende-se que os custos que relevam para aqueles limites não são apenas os do pessoal do município, mas também os dos funcionários da LIPOR, de acordo com a forma de imputação deliberada pela assembleia intermunicipal.

O Quadro n.º 17, inclui os encargos suportados pela Autarquia e pela LIPOR, na quota-parte da participação da Câmara – que para o ano de 2009 foi de 18,07% – e os respectivos limites, apurados com base na receita corrente do município, do ano económico de 2008, de 85.706.084,77 euros. Em qualquer uma das situações ficamos muito aquém dos limites: os custos com pessoal do quadro representam apenas 41% do 1º limite, e os custos do pessoal em qualquer outra situação representam 27% do 2º limite.

Quadro n.º 17

Limite das Despesas com Pessoal

(Un: Euros)

Classificação Económica	Câmara	LIPOR	Total
Custos com Pessoal do Quadro	20.700.990,79	446.024,23	21.147.015,02
010103 - Pessoal Quadro - Regime da Função Pública	3.928.920,83	224.417,04	4.153.337,87
010104 - Pessoal Quadro - Reg. Contrato Individual de Trabalho	12.240.890,80	154.336,73	12.395.227,53
010108 - Pessoal aguardando aposentação	30.030,39	0,00	30.030,39
01011002 - Gratificações - Pessoal do Quadro	0,00	0,00	0,00
01011301 - Subs. Refeição - Pessoal do Quadro	1.416.586,17	34.683,50	1.451.269,67
01011401 - Subs. Férias e de Natal - Pessoal do Quadro	3.084.562,60	32.586,96	3.117.149,56
(A) Limite = 60% Receitas Correntes 2008			51.423.650,86
Custos com Pessoal em qualquer outra situação	3.498.729,24	18.920,25	3.517.649,49
010105 - Pessoal além dos Quadros	0,00	0,00	0,00
010106 - Pessoal contratado a termo	2.641.701,74	18.920,25	2.660.621,99
010107 - Pessoal em regime de tarefa ou avença	127.980,75	0,00	127.980,75
010109 - Pessoal em qualquer outra situação	96.826,37	0,00	96.826,37
01011002 - Gratificações - Outros	0,00	0,00	0,00
01011302 - Subs. Refeição - Pessoal em qualquer outra situação	233.665,66	0,00	233.665,66
01011402 - Subs. Férias e de Natal - Pess. qualquer outra sit.	398.554,72	0,00	398.554,72
Limite = 25% de (A)			12.855.912,72

Nota: Como a LIPOR não consegue desagregar os Subsídios de Refeição, Férias e Natal entre pessoal do quadro e o outro pessoal, optamos por considerar o valor total desses subsídios sujeitos ao limite (A), que é o mais restritivo.

4. FINANCIAMENTO DO ORÇAMENTO

4.1. Poupança Corrente, Investimento Municipal e suas principais Fontes de Financiamento

O princípio do equilíbrio orçamental (ex-ante), consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, determina que o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. Não exige qualquer igualdade substancial, ou seja, a cobertura de certos tipos de despesa com certo tipo de receita, nem refere o equilíbrio ex-post, conforme era imposto no anterior enquadramento da Contabilidade Pública Autárquica.

No entanto, esta norma manteve-se presente na execução orçamental desenvolvida pela autarquia, permitindo, assim, a formação de poupança corrente, com vista à sua aplicação na despesa de investimento.

De facto, em termos previsionais corrigidos, ao apresentar-se uma Receita Corrente de 85.683.857,38 euros, e uma Despesa Corrente de 75.803.759,39 euros, está-se a propor uma poupança corrente de cerca de 9,9 milhões de euros.

Quadro n.º 18

Investimento e suas Fontes de Financiamento

(Un: Euros)

Designação	Valor
Investimento (a)	20.548.283,75
1 - Receitas de Capital	22.690.429,75
Vendas de Bens de Investimento	4.608.300,00
FEF (Capital)	2.508.327,00
Fundos Comunitários	5.360.421,28
Outras Transferências de Capital	3.746.960,00
Recurso ao Crédito	6.454.139,60
Outras Receitas de Capital	12.281,87
2 - Poupança Corrente	9.880.097,99
3 - Rep. não abatidas aos pagamentos	8.262,91
4 - Saldo da Gerência Anterior	2.355.142,52
Total Fontes de Financiamento (1+2+3+4)	34.933.933,17
Investimento/ Fontes de Financiamento (%)	58,82%

(a) Investimento directo + indirecto (transferências de capital para outras entidades)

Pela análise do quadro anterior, podemos verificar que o Investimento absorveu 58,82% das receitas provenientes das diversas fontes de financiamento, sendo que a Poupança Corrente aparece com o maior contributo.

No entanto, é talvez importante lembrar que o Investimento directo e indirecto não traduz a globalidade dos esforços realizados pelas autarquias locais nesta área, uma vez que não reflecte, nomeadamente as verbas despendidas através de obras realizadas por administração directa.

4.2. Mapa dos Fluxos de Caixa

O mapa de fluxos de caixa funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos durante a gerência de 2009, aparece reflectido no Quadro n.º 19, verificando-se que as entradas de fundos corresponderam a 114.935.428,34 euros – 108.382.550,04 euros provenientes de receitas orçamentais e 6.552.878,32 euros resultantes de Operações de Tesouraria –, mais cerca de 12 milhões de euros do que no ano de 2008.

Desta forma, sendo a Despesa Global (105.509.011,24 euros) inferior em 2.873.538,80 euros à receita efectivamente cobrada, e existindo um saldo inicial de 2.951.134,11 euros, o saldo transitado para a gerência seguinte será de 6.546.590,40 euros. Este saldo poder-se-á decompor em 5.228.681,32 euros como saldo de operações orçamentais e 1.317.909,08 euros como saldo de operações de tesouraria.

Quadro n.º 19

Resumo dos Fluxos de Caixa

(Un: Euros)

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da Gerência anterior	2.951.134,11	Despesas Orçamentais	105.509.011,24
Execução Orçamental	2.355.142,52	Correntes	75.803.759,39
Operações de Tesouraria	595.991,59	Capital	29.705.251,85
Receitas Orçamentais	108.382.550,04	Operações de Tesouraria	5.830.960,83
Correntes	85.683.857,38	Saldo para a Gerência Seguinte	6.546.590,40
Capital	22.690.429,75	Execução Orçamental	5.228.681,32
Outras	8.262,91	Operações de Tesouraria	1.317.909,08
Operações de Tesouraria	6.552.878,32		
Total	117.886.562,47	Total	117.886.562,47

Talvez seja útil referir que são consideradas Operações de Tesouraria as cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros. São operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objecto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

O Quadro n.º 20 apresenta estas movimentações de fundos agrupadas por destinatários, com a inclusão do saldo da gerência anterior e a obtenção do saldo para a gerência seguinte.

Da análise do quadro podemos verificar que, no ano de 2009, o fluxo financeiro de entradas em cofre e destinados a outras entidades foi de 6.552.878,32 euros, enquanto que os movimentos de saída totalizaram o valor de 5.830.960,83 euros.

Quadro n.º 20

Detalhe dos Fluxos de Operações de Tesouraria em 2009

(Un: Euros)

Descrição	Saldo Inicial	Entrada	Saída	Saldo Final
Cobranças para o Estado	147.717,13	2.217.526,77	2.185.413,68	179.830,22
Contribuições para a Segurança Social	131.134,65	3.186.765,03	2.814.732,80	503.166,88
Cobranças para Sindicatos	4.171,71	67.942,98	65.729,28	6.385,41
Cobranças para Administração Autárquica	27.643,05	20.101,39	0,00	47.744,44
Cobranças relativas a quotizações	12.670,96	176.144,98	172.429,91	16.386,03
Outras	272.654,09	884.397,17	592.655,16	564.396,10
Total	595.991,59	6.552.878,32	5.830.960,83	1.317.909,08

4.3 Contas de Ordem

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo. São objecto de registo nestas contas: as garantias e/ou cauções tituladas a favor da autarquia; as garantias tituladas pela autarquia a favor de terceiros; e a cobrança de receita virtual (os chamados recibos para cobrança).

O Quadro n.º 21 reflecte os movimentos ocorridos nas contas de ordem, durante o ano em análise.

Quadro n.º 21

Movimentação das Contas de Ordem em 2009

(Un: Euros)

Saldo da Gerência anterior	33.836.974,93	Garantias e Cauções accionadas	0,00
Garantias e Cauções	1.568.784,34	Garantias e Cauções devolvidas	434.069,74
Recibos para cobrança	32.268.190,59	Receita Virtual Cobrada	1.264.233,89
		Receita Virtual Anulada	25.566,36
Garantias e Cauções prestadas	1.384.112,25		
Receita Virtual Liquidada	3.877.617,49	Saldo para a Gerência seguinte	37.374.834,68
		Garantias e Cauções	2.518.826,85
		Recibos para cobrança	34.856.007,83
Total	39.098.704,67	Total	39.098.704,67

No início do ano de 2009, a autarquia detinha 32.268.190,59 euros de recibos para cobrança (receita virtual), a que acresceu durante o ano o montante de 3.877.617,49 euros. No entanto, 1.264.233,89 euros foram transformados em receita efectiva e 25.566,36 euros foram anulados, pelo que transitou para 2010 um valor de débitos ao tesoureiro que ascende a 34.856.007,83 euros.

Por outro lado, para 2010 transita um valor de fundos caucionados de 2.518.826,85 euros, resultante de um saldo inicial de 1.568.784,34 euros, a que acresceu a prestação de cerca de 1.384.112,25 euros, deduzida da libertação de cauções em cerca de 434.069,74 euros.

5. ANÁLISE PATRIMONIAL

5.1. Evolução da Situação Económica e Financeira

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património da autarquia à data de encerramento de um exercício, dando a conhecer, por um lado, o Activo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e Capital Próprio que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

5.1.1. Análise do Balanço

5.1.1.1. Estrutura e Evolução

Quadro n.º 22

Balanço

(Un: Euros)

Descrição	2008		2009		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
ACTIVO						
IMOBILIZADO	511.484.334,95	95,7	608.806.630,74	96,2	97.322.295,79	19,0
Bens de Domínio Público	137.007.395,09	25,6	132.070.256,65	20,9	-4.937.138,44	-3,6
Imobilizações Incorpóreas	1.098.363,55	0,2	1.072.436,70	0,2	-25.926,85	-2,4
Imobilizações Corpóreas	371.666.314,42	69,5	473.936.675,50	74,9	102.270.361,08	27,5
Investimentos Financeiros	1.712.261,89	0,3	1.727.261,89	0,3	15.000,00	0,9
CIRCULANTE	22.932.501,33	4,3	23.721.901,94	3,8	789.400,61	3,4
Existências	368.227,59	0,1	316.912,66	0,1	-51.314,93	-13,9
Dívidas de Terceiros - Médio/ Longo Prazos	0,00	0,0	18.000,00	0,0	18.000,00	0,0
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	12.270.098,58	2,3	9.805.660,86	1,6	-2.464.437,72	-20,1
Títulos Negociáveis	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Disponibilidades	4.519.918,46	0,8	9.065.417,26	1,4	4.545.498,80	100,6
Acréscimos e Diferimentos	5.774.256,70	1,1	4.515.911,16	0,7	-1.258.345,54	-21,8

TOTAL DO ACTIVO	534.416.836,28	100,0	632.528.532,68	100,0	98.111.696,40	18,4
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO						
FUNDOS PRÓPRIOS	404.562.751,90	100,0	457.900.112,07	100,0	53.337.360,17	13,2
<i>Património</i>	395.949.831,47	97,9	403.833.722,91	88,2	7.883.891,44	2,0
<i>Reservas de Reavaliação</i>	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Reservas Legais	2.352.232,01	0,6	2.352.232,01	0,5	0,00	0,0
Reservas Livres	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Subsídios	4.794.712,94	1,2	4.794.712,94	1,0	0,00	0,0
Doações	3.271.087,14	0,8	3.597.837,14	0,8	326.750,00	10,0
<i>Resultados Transitados</i>	4.851.039,99	1,2	61.418.788,14	13,4	56.567.748,15	1166,1
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	-6.656.151,65	-1,6	-18.097.181,07	-4,0	-11.441.029,42	171,9
PASSIVO	129.854.084,38	100,0	174.628.420,61	100,0	44.774.336,23	34,5
<i>Provisões para riscos e encargos</i>	0,00	0,0	335.453,04	0,2	335.453,04	0,0
<i>Dívidas a Terceiros – Médio e Longo Prazo</i>	43.447.219,40	33,5	40.243.978,14	23,0	-3.203.241,26	-7,4
<i>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</i>	13.890.976,51	10,7	32.481.541,22	18,6	18.590.564,71	133,8
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	72.515.888,47	55,8	101.567.448,21	58,2	29.051.559,74	40,1
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	534.416.836,28	100,0	632.528.532,68	100,0	98.111.696,40	18,4

Pela análise do Balanço resumido acima apresentado, constata-se que o Activo aumentou cerca de 18,4%, enquanto que os Capitais Próprios e o Passivo tiveram um crescimento de 13,2% e 24,5% respectivamente.

Através da análise da estrutura do **Activo**, podemos constatar que houve uma ligeira queda do peso relativo do Activo Circulante, influenciada pela diminuição do peso das Dividas de Terceiros a Curto Prazo (de 2,3% para 1,6%), e um aumento do peso do Activo Fixo, apesar da diminuição dos Bens de Domínio Público, concretizado nas Imobilizações Corpóreas.

No que diz respeito à estrutura do **Passivo**, notamos uma diminuição do peso dos Empréstimos a Médio e Longo Prazo e, um aumento das Dívidas de Terceiros a Curto Prazo e dos Acréscimos e Diferimentos, que se traduziu, em 2009, num aumento do seu valor em cerca de 45 milhões de euros. Aqui é importante realçar que, no ano 2009, à semelhança do anos anteriores, a divida relativa a empréstimos de médio e longo prazo que será paga durante o ano 2010, no montante de 4.542.604,84 euros, foi inserida, em termos de balanço, nas dívidas a terceiros de curto prazo.

Já a estrutura dos **Fundos Próprios** representa no final do exercício 457.900.112,07 euros, sendo que 88,2% deste valor corresponde ao Património do Município. Também, dentro deste agregado e comparativamente a 2008, verifica-se um contributo negativo dos Resultados Líquidos do Exercício, passando de -1,6% em 2008 para -4% em 2009. A evolução ascendente desta componente do Balanço, que entre 2008 e 2009 cresceu 13,2%, fica a dever-se à contribuição positiva das rubricas Património e Resultados Transitados, cifrando-se respectivamente em 403.833.722,91 e 61.418.788,14 euros, apesar do Resultado Líquido do Exercício ser negativo.

5.1.1.2 Apreciação das principais contas

O **Imobilizado**, no seu cômputo geral, apresenta um crescimento de 19% face ao ano de 2008, a que corresponde um acréscimo de 97.322.295,79 euros. Apesar do acréscimo do imobilizado, em termos brutos, ter sido na ordem dos 119,5 milhões de euros, as amortizações e reintegrações do exercício absorveram 22 milhões de euros. Quanto aos Bens de Domínio Público podemos constatar que o seu valor, em termos de Activo Líquido, face a 2008, diminuiu em 4.937.138,44 euros, correspondendo a uma variação

negativa de 3,6%, enquanto que as Imobilizações Corpóreas sentiram um acentuado aumento em 102.270.361,08 euros, equivalendo a uma variação positiva de 27,5%.

No que concerne às **Dívidas de Terceiros** podemos constatar que o seu peso no total do Activo diminuiu cerca de 0,7 p.p., o que corresponde a uma variação negativa de 20% face ao ano de 2008, variação esta que fica a dever-se, principalmente, à conta 26.8.2 “Devedores de Transferência para as Autarquias” devido à arrecadação do montante correspondente às candidaturas efectuadas ao FEDER, relativas a subsídios ao investimento, aprovadas no ano económico anterior.

Ao contrário das dívidas de terceiros, as **Disponibilidades** aumentaram para o dobro, totalizando 9.065.417,26 euros, dos quais 9.035.857,05 euros eram constituídos por depósitos em instituições financeiras e 29.560,21 euros por valores em caixa. Em termos económicos, 3.836.735,94 euros dizem respeito a operações de tesouraria lato sensu, constituindo os restantes 5.228.681,32 euros o saldo de gerência orçamental.

Quanto aos **Acréscimos e Diferimentos**, pela análise do Balanço verificamos que, à semelhança do seu peso no Activo que apresentou um decréscimo face ao de 2008 (de 1,1% para 0,7%), obteve um acentuado decréscimo do seu valor absoluto de 1.258.345,54 euros. Este decréscimo ficou-se a dever, por um lado, à diminuição dos Acréscimos de Proveitos relativos aos impostos directos, principalmente ao nível da derrama, e, por outro lado, ao decréscimo dos Custos Diferidos relativos a transferências correntes e de capital concedidas.

O aumento do **Património** decorreu não apenas da proposta de aplicação dos resultados de 2008, mas também pela inclusão neste agregado de bens móveis e imóveis já pertencentes à Autarquia, na altura da elaboração do inventário inicial, mas que não tinham sido inventariados (como se pode ver no ponto 8.2.28 dos Anexos às Demonstrações Financeiras, na explicação da conta 51.1).

Quanto à conta de **Reservas Legais**, ao contrário dos anos anteriores, manteve o mesmo valor, correspondente a 2.352.232,01 euros, devido ao resultado líquido, da gerência anterior, negativo.

A conta do **Resultado Líquido do Exercício** será objecto de análise no ponto seguinte.

Em relação aos **Resultados Transitados**, podemos constatar que sentiram um aumento de 1.166%, relativamente ao ano anterior, passando de 4.851.039,99 euros para 61.418.788,14 euros, influenciados essencialmente pelos lançamentos contabilísticos na conta 59.04 – Integração dos SMAS Matosinhos (como se pode ver no ponto 8.2.28 dos Anexos às Demonstrações Financeiras, na explicação da conta 59.04), que resultam da integração dos activos e passivos apurados na Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, referente ao ano 2008 (deliberação de Câmara de 27-04-2009).

Os movimentos das contas de **Subsídios** – 57.5 - e **Doações** – 57.6 – são devidamente explicados no ponto 8.2.28 dos Anexos às Demonstrações Financeiras.

No que se refere às **Dívidas a Terceiros** de médio e longo prazos, elas resumem-se a empréstimos e locação financeira contratados pela autarquia, que sofreram uma queda de 7,4% decorrente das amortizações do ano (como iremos ver na análise do Quadro n.º 23), mas também da transferência da parte correspondente à dívida que será paga no curto prazo para as Dívidas a Terceiros dessa natureza.

Relativamente às **Dívidas a Terceiros**, mas de curto prazo, podemos, pela análise do Balanço, constatar que sofreram um aumento significativo explicado, essencialmente, pelo aumento da dívida reflectido nas contas de Fornecedores de Serviços e de Imobilizado, conjugado com o volume de facturas em recepção e conferência no final do ano de 2009.

Os **Acréscimos de Custos** diminuíram, de 8.537.248,65 euros em 2008 para 6.191.502,41 euros em 2009, devido ao decréscimo do montante relativo a custos que só vão originar despesa no ano seguinte.

Já os **Proveitos Diferidos** aumentaram em cerca de 49% devido à homologação de Candidaturas de Fundos Comunitários, relativas à comparticipação de investimentos.

5.1.2. Análise da Demonstração de Resultados

Com a Demonstração de Resultados pretende-se aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prognosticar a capacidade da autarquia em gerar fluxos de caixa.

Quadro n.º 23

Demonstração de Resultados

(Un: Euros)

Descrição	2008		2009		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
CUSTOS E PERDAS						
Custo da Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	1.161.433,26	1,1	1.284.831,30	1,1	123.398,04	10,6
Fornecimentos e Serviços Externos	29.959.523,81	29,4	29.334.925,13	26,2	624.598,68	-2,1
Custos com o Pessoal	24.574.249,95	24,1	33.379.066,50	29,8	8.804.816,55	35,8
Transferências e Subs. Correntes Concedidos e Prestações Sociais	10.511.438,49	10,3	12.939.034,09	11,5	2.427.595,60	23,1
Amortizações do Exercício	21.257.247,70	20,9	25.032.224,62	22,3	3.774.976,92	17,8
Provisões do Exercício	5.871.756,52	5,8	2.017.724,89	1,8	3.854.031,63	65,6
Outros Custos Operacionais	204.777,95	0,2	140.472,76	0,1	-64.305,19	-

						31,4
(A) Custos e Perdas Operacionais	93.540.427,68	91,8	104.128.279,29	92,9	10.587.851,61	11,3
Custos e Perdas Financeiros	3.049.335,60	3,0	1.355.671,39	1,2	1.693.664,21	55,5
(C) Custos e Perdas Correntes	96.589.763,28	94,8	105.483.950,68	94,2	8.894.187,40	9,2
Custos e Perdas Extraordinários	5.265.711,09	5,2	6.551.459,97	5,8	1.285.748,88	24,4
Total dos Custos e Perdas	101.855.474,37	100,0	112.035.410,65	100,0	10.179.936,28	10,0
PROVEITOS E GANHOS						
Vendas e Prestações de Serviços	4.364.683,69	4,6	4.699.046,36	5,0	334.362,67	7,7
Impostos e Taxas	55.988.896,22	58,8	51.637.277,54	55,0	4.351.618,68	-7,8
Trabalhos para a Própria Entidade	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Proveitos Suplementares	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Transferências e Subsídios Obtidos	20.735.060,82	21,8	27.022.448,00	28,8	6.287.387,18	30,3
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
(B) Proveitos e Ganhos Operacionais	81.088.640,73	85,2	83.358.771,90	88,7	2.270.131,17	2,8
Proveitos e Ganhos Financeiros	1.753.419,08	1,8	840.994,59	0,9	912.424,49	52,0
(D) Proveitos e Ganhos Correntes	82.842.059	87,0	84.199.766	89,6	1.357.706,	1,6

	,81		,49		68	
Proveitos e Ganhos Extraordinários	12.357.262,91	13,0	9.738.463,09	10,4	2.618.799,82	21,2
Total dos Proveitos e Ganhos	95.199.322,72	100,0	93.938.229,58	100,0	1.261.093,14	-1,3
Resultados Operacionais: (B) - (A)	-12.451.786,95		-20.769.507,39		-8.317.720,44	
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	-1.295.916,52		-514.676,80		781.239,72	
Resultados Correntes: (D) - (C)	-13.747.703,47		-21.284.184,19		-7.536.480,72	
Resultados Extraordinários:	7.091.551,82		3.187.003,12		-3.904.548,70	
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E)	-6.656.151,65		-18.097.181,07		-11.441.029,42	

Podemos verificar, pela análise de Quadro n.º 23, que se assistiu a um aumento dos custos, entre 2008 e 2009, por contrapartida da diminuição dos proveitos, sendo estes de montante inferior aos custos o que originou o Resultado Líquido do Exercício negativo.

A estrutura da Demonstração de Resultados sofreu algumas alterações, senão vejamos: relativamente aos custos e perdas, a estrutura em 2009 foi bastante semelhante à de 2008, ou seja, o peso dos custos e perdas operacionais, financeiros e extraordinários mantêm a mesma relação entre eles, apesar de no seu conjunto terem sofrido um acréscimo de 10%. Já os proveitos e ganhos apresentam uma variação negativa, face ao ano anterior, de 1,3%, sendo, no entanto, a relação entre os proveitos operacionais, financeiros e dos extraordinários similar à de 2008. Também são os proveitos e ganhos operacionais que mais contribuem para o total dos proveitos, o que releva a capacidade da autarquia em gerar rendimentos a partir da sua actividade principal, principalmente ao nível dos impostos directos.

Analisando a estrutura dos **Custos e Perdas**, podemos desde logo constatar que peso dos custos com pessoal superou o peso dos Fornecimentos e Serviços Externos, aliás como já era esperado devido à delegação de competências no Município da gestão dos funcionários não docentes das Escolas do 2.º e 3.º ciclo. Relativamente aos outros itens deste agregado, praticamente não se alterou face ao 2008, com a excepção das Provisões do Exercício que viram o seu peso diminuir. De facto, os Fornecimentos e Serviços Externos, os custos com pessoal e as Amortizações do Exercício são os que mais contribuem para o seu total.

Do lado dos **Proveitos** assistimos a uma diminuição do peso dos Impostos e Taxas, o que revela um decréscimo nos Proveitos Operacionais da autarquia, apesar do aumento das Transferências e Subsídios Obtidos. Convém ainda salientar um decréscimo ao nível dos Proveitos Extraordinários e Financeiros.

5.1.2.1 Evolução das principais rubricas

Os **Fornecimentos e Serviços Externos** aumentaram em cerca de 2,1%, nomeadamente ao nível da prestação de serviços de varreduras e recolhas, trabalhos especializados, rendas e alugueres e encargos de cobrança de receita.

Os **Custos com Pessoal** tiveram uma variação positiva de cerca de 35,8%, decorrente da delegação de competências da Administração Central na Autarquia da gestão dos funcionários não docentes do 2.º e 3.º ciclo e contratação de funcionários para o funcionamento da Escola a Tempo Inteiro.

Por outro lado, as **Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais** assistiram a um acréscimo de 23%, a que corresponde um valor de 2.427.595,60 euros, fruto, essencialmente, do aumento das transferências para a Matosinhos Sport, Escolas do Concelho, Freguesias e instituições particulares sem fins lucrativos.

Quanto às **Provisões do Exercício**, o valor de 2.017.724,89 euros corresponde ao reforço das provisões para cobranças duvidosas, para fazer face à eventual incobrabilidade das dívidas, neste caso, 1.682.271,85 euros correspondem aos impostos indirectos e 335.453,04 euros à restituição de parte da verba financiada por fundos comunitários, recebida indevidamente (Programa POLIS).

Relativamente às **Amortizações do Exercício** houve um acréscimo face ao ano anterior de 17,8%, o que não é de admirar face ao aumento do imobilizado bruto verificado na gerência em análise, no montante de 119,5 milhões de euros.

Pela análise da Demonstração de Resultados, podemos ainda verificar um decréscimo dos **Custos e Perdas Financeiras** de 55,5%, em relação ao ano anterior, justificado pela diminuição taxa de juro indexada aos empréstimos (EURIBOR a 3 ou 6 meses) e pela constituição excepcional em 2008 de uma provisão, no valor da participação da autarquia no capital social do Leixões Sport Clube – Futebol SAD (600.000,00 euros), devido a esta entidade ter apresentado nesse ano resultados negativos superiores ao valor da participação.

Já os **Custos e Perdas Extraordinárias** tiveram um acréscimo de 24,4%, devido ao aumento das transferências de capital concedidas para a Matosinhos Habit, Agrupamentos de Escolas do Concelho e Instituições Particulares sem fins lucrativos.

Ao nível dos **Proveitos**, dever-se-á referir que as **Vendas e Prestações de Serviços** tiveram um aumento de 7,7%, devido, por um lado, ao aumento do valor arrecadado de rendas e alugueres, concessão de iluminação pública e de serviços culturais e, por outro lado, resultante da venda de matérias-primas, subsidiárias e diversas à INDAQUA.

A rubrica de **Impostos e Taxas** teve uma variação negativa, face a 2008, de 7,8%, resultante da queda do Imposto Municipal sobre Imóveis, no montante de 723 mil de euros, de loteamento e obras, no montante de 894 mil euros, e principalmente do Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis, no montante de cerca de 7 milhões de euros.

Ao nível das **Transferências e Subsídios Obtidos** assistimos a um acréscimo de 30,3%, que se consubstanciou em 6.287.387,18 euros, resultante do aumento da atribuição de transferências correntes provenientes da DREN (Delegação de Competências) e do FEDER.

Por outro lado, assistimos a um decréscimo de 52%, face ao ano anterior, dos **Proveitos e Ganhos Financeiros**, que é justificado pela diminuição dos juros obtidos de depósitos bancários e pela redução do montante relativo à bonificação de juros dos empréstimos de longo prazo, devido à baixa da taxa de juro de referência.

Os **Proveitos e Ganhos Extraordinários**, também assistiram a um decréscimo de 21,2%. A explicação aqui reside na subconta Ganhos em Imobilizações, responsável pelo decréscimo de cerca de 5,6 milhões de euros neste agregado.

5.1.2.2 Análise dos Resultados Líquidos

Procedendo a uma análise genérica, podemos concluir que, embora os resultados extraordinários tenham tido uma evolução positiva (resultante de um crescimento dos proveitos superior ao dos custos), o mesmo não aconteceu com os resultados operacionais e financeiros, cujo decréscimo suplantou, em larga escala, o aumento desse resultado, reflectindo-se num Resultado Líquido do Exercício negativo.

5.2 Dívida do Município

5.2.1. Evolução da Dívida e do Serviço da Dívida

O recurso ao endividamento autárquico está sempre dependente de duas variáveis: do nível de receitas arrecadadas e do volume de investimento a realizar.

Apesar da receita efectiva ter aumentado em 12,5%, relativamente ao ano transacto, como já vimos no ponto 2.3, o recurso ao crédito revelou-se uma importante estratégia para fazer face às crescentes despesas de investimento do nosso município.

Quadro n.º 24

Evolução do Stock da Dívida

(Un: Euros)

Descrição	2006	2007	2008	2009
1- Dívida de Médio Longo Prazo no início do período	57.390.910,0 3	53.340.177,4 4	49.606.021,4 0	47.538.789,5 3
2 - Empréstimos contraídos e utilizados no período	0,00	295.250,53	1.953.728,98	1.454.139,60
3 - Juros Capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00
4 - Amortizações do período	4.047.714,75	4.029.406,57	4.020.960,85	4.263.705,52
5 - Rectificação de anos anteriores	3.017,84	0,00	0,00	150,94
Dívida no final do período (1+2+3-4)	53.343.195,2 8	49.606.021,4 0	47.538.789,5 3	44.729.072,6 8
Taxa de Crescimento da Dívida	-7,1%	-7,0%	-4,2%	-5,9%

O quadro anterior espelha a evolução da dívida, referente ao Município, nos últimos quatro anos, verificando-se uma tendência descendente, uma vez que a dívida passou, nos quatro últimos anos, de 53.343.195,28 para 44.729.072,68 euros. Convém, no entanto, referir que, no caso de Matosinhos, este facto não se prende com a imposição legal da restrição do recurso ao crédito, já que, como veremos mais adiante, a capacidade de endividamento está longe de ser atingida.

Analisando agora o Quadro n.º 25, podemos perceber que, ao contrário dos anos anteriores, os encargos financeiros obtiveram uma variação negativa e os passivos financeiros uma variação positiva, dando origem, no seu cômputo geral, a um crescimento do serviço da dívida entre 2008 e 2009 de 0,6%. Esta variação positiva dos passivos deveu-se, não só ao início do período de amortização do empréstimo de 2.410.000,00 euros contratado em 2006, como também à diminuição da taxa de referência para o cálculo dos juros.

Quadro n.º 25

Evolução do Serviço da Dívida

(Un: Euros)

Descrição	2006	2007	2008	2009
Juros	855.606,84	974.296,96	1.138.683,52	929.222,11
Amortizações	4.047.714,75	4.029.406,57	4.020.960,85	4.263.705,52
Total	4.903.321,59	5.003.703,53	5.159.644,37	5.192.927,63
Taxa de Crescimento	-2,9%	2,0%	3,1%	0,6%

No que se refere aos juros, estes sofreram uma diminuição face ao ano 2008, explicada pela tendência de baixa da taxa de juro, durante o ano de 2009, e pela alteração em 2008, para alguns empréstimos contratados com a Caixa Geral de Depósitos, da taxa fixa para uma taxa variável, indexada à EURIBOR a 6 meses e diminuição do spread.

5.2.2 Limite da Capacidade de Endividamento

A Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro - Lei das Finanças Locais - estabelece as regras de cálculo do endividamento autárquico.

De acordo com o estabelecido no artigo 36º o endividamento líquido municipal é igual à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.

A presente lei estabelece dois tipos de limites: o limite de endividamento líquido municipal e o limite geral de empréstimos dos municípios.

Relativamente ao limite de endividamento líquido municipal (LELM), o montante do endividamento líquido total (ELT) do município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do SEL, relativas ao ano anterior.

Já quanto ao limite geral dos empréstimos de médio e longo prazo, o montante da dívida do município referente a empréstimos desta natureza não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, o montante das receitas referidas no parágrafo anterior.

No entanto, nos artigos 39º e 61º da nova Lei das Finanças Locais, estão definidos os empréstimos que ficam excluídos dos limites de endividamento referidos anteriormente, nomeadamente: empréstimos anteriormente contraídos ao abrigo de disposições legais que os excepcionavam dos limites de endividamento; empréstimos destinados ao financiamento de programas de reabilitação urbana; empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento de projectos com comparticipação de fundos comunitários, desde que o montante máximo do crédito não exceda 75% do montante da participação pública nacional; empréstimos destinados ao financiamento de investimentos na recuperação de infra-estruturas municipais afectadas por calamidade pública; entre outros.

No Quadro n.º 26 agruparam-se os diversos empréstimos do município, de forma a evidenciar os empréstimos que relevam ou não para efeitos de determinação da capacidade de endividamento da autarquia.

Podemos constatar que o capital em dívida dos empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento é inferior ao dos empréstimos que não relevam – 26% e 74% respectivamente. No entanto se considerarmos a total utilização do empréstimo de longo prazo contratado em 2009, no montante de 26.525.000,00 euros, a percentagem de dívida dos empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento passaria de 26% para 53%.

Quadro n.º 26

Evolução do Stock da Dívida

(Un: Euros)

Data do Contrato	Finalidade	Entidade Credora	Capital		Encargos do Ano		Valores Acumulados		Capital em Dívida em 31/12/2008
			Contratado	Utilizado	Amortizações	Juros	Amort.	Juros Capit.	
09-07-1997	Centro Ciencias Tec. Mar	C.G.D.	4.987.979	3.514.854	295.407	56.200	2.542.837	0	972.017
02-05-2000	Diversos empreendimentos (a)	BPI	9.975.958	9.623.866	980.626	139.969	5.423.861	0	4.200.005
15-05-2000	Diversos empreendimentos (b)	C.G.D.	9.975.958	3.516.566	364.138	52.881	2.344.843	0	1.171.722
23-05-2003	Financiamento complementar de diversos empreendimentos (d)	C.G.D.	2.908.766	2.162.294				0	
					100.165	70.409	448.809		1.713.484
29-12-2006	Diversos Empreendimentos (e)	BPI	2.410.000	2.410.000	52.170	81.119	52.170	0	2.357.830
15-05-2009	Diversos Empreendimentos (f)	C.G.D.	26.525.000	1.293.119	0	6.805	0	0	1.293.119
(A) Total do Serviço da Dívida para Efeitos de Cálculo da Capacidade de Endividamento					1.792.507	407.384	10.812.521	0	11.708.177
16-06-1994	Habitação - Biquinha 3	C.G.D.	490.857	490.857	26.709	6.152	231.391	37.331	296.797
16-06-1994	Habitação - Cruz de Pau	C.G.D.	719.306	719.306	39.191	9.513	338.666	57.313	437.953
16-06-1994	Habitação - Guarda/Perafita	C.G.D.	1.827.715	1.827.715	95.470	25.570	811.561	169.459	1.185.613
16-06-1994	Habitação - S. Gens	C.G.D.	1.950.100	1.950.100	104.024	25.186	909.787	179.322	1.219.636
(B1) Total do Serviço da Dívida no Âmbito da Construção de Habitações Sociais					265.393	66.422	2.291.405	443.425	3.139.999
22-07-1996	Conj. Habit. Sendim	C.G.D.	6.014.774	5.865.100	235.452	62.303	2.016.101	0	3.848.999
09-08-1996	Conj. Habit. Soutelo	C.G.D.	535.465	519.463	21.264	5.140	187.181	0	332.282

09-08-1996	Conj. Habit. Custóias	C.G.D.	589.080	570.804	23.366	5.648	205.681	0	365.123
02-02-1998	Conj. Habit. S. Hora	C.G.D.	689.354	604.508	23.312	5.669	226.971	0	377.538
16-05-2000	Conj. Habit. Cruz de Pau	BPI	785.756	771.241	41.715	4.703	239.028	0	532.213
16-05-2000	Conj. Habit. Seixo	BPI	1.539.724	1.539.724	76.645	7.864	653.206	0	886.518
18-05-2000	Conj. Habit. Padrão Léguas, Chouso e Perafita	BPI	2.388.778	2.241.987	110.515	10.575	852.686	0	1.389.301
07-11-2000	Diversos empreendimentos (c)	C.G.D.	36.549.031	31.229.155	1.673.687	353.515	9.080.234	0	22.148.922
(B2) Total do Serviço da Dívida no Âmbito do Programa Especial de Realojamento					2.205.956	455.417	13.461.087	0	29.880.896
(B) Total do Serviço da Dívida sem Efeitos para o Cálculo da Capacidade de Endividamento					2.471.350	521.838	15.752.492	443.425	33.020.895
TOTAL GERAL DO SERVIÇO DA DÍVIDA (A) + (B)					4.263.856	929.222	26.565.013	443.425	44.729.073

De forma a facilitar a análise dos limites de endividamento líquido e bancário, assim como da capacidade de endividamento da autarquia foram construídos os seguintes quadros resumo.

Quadro n.º 27

Receitas Arrecadas em 2008

(Un: Euros)

Descrição	Receitas cobradas brutas (1)	Reembolsos e restituições pagos (2)	Receita cobrada líquida (3)=(1)-(2)
Imposto Municipal sobre Imóveis	21.803.634,66	472.740,92	21.330.893,74
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis	15.792.945,01	800.340,24	14.992.604,77
Imposto Municipal sobre Veículos	2.551.711,75	803,00	2.550.908,75
Contribuição Autárquica	311.902,35	12.098,88	299.803,47

Relatório de Gestão



Imposto Municipal de Sisa	401.561,85		401.561,85
Derrama	4.896.795,82		4.896.795,82
Fundo de Equilíbrio Financeiro e Participação no IRS	14.262.255,00		14.262.255,00
Receitas arrecadadas a título de participação nos resultados das entidades do SEL	0,00		0,00
Total das receitas	60.020.806,44	1.285.983,04	58.734.823,40

Quadro n.º 28

Endividamento Líquido / Bancário

(Un: Euros)

Entidades	Endividamento Líquido Total	Endividamento Bancário de Médio e Longo Prazo
Câmara	-16.983.644,63	11.708.177,39
Entidades Societárias		
MH - Matosinhos Habit, E.M.	0,00	1.000.000,00
MS - Matosinhos Sport, E.M.	150.871,45	0,00
Primus MG V SA*	0,00	0,00
Portgás SA*	0,00	0,00
Leixões S. C. - Futebol SAD	963.629,85	224.536,24
Associações de Municípios		
LIPOR	-3.732.963,90	0,00
Área Metropolitana do Porto	-418.688,96	0,00
Total	-20.020.796,18	12.932.713,63

* Estas entidades cumprem as regras de equilíbrio estabelecidas no art. 31º da Lei n.º 53-F/2009, de 29 de Dezembro

Da análise do quadro n.º 28 podemos verificar, por um lado, quais são as entidades consideradas para a cálculo do endividamento líquido e bancário e, por outro lado, qual o seu contributo em termos de valor.

De acordo com o estabelecido no art. 32.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, e do art. 36.º da Lei das Finanças Locais, com as alterações introduzidas pelos artigos nºs 28.º e 29.º da Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro (O.E. para 2008), o conceito de endividamento líquido total inclui: o endividamento líquido e os empréstimos das associações de municípios, das entidades que integram o sector empresarial local (SEL) e das sociedades comerciais nas quais o município detenha, directa ou indirectamente, uma participação social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio das contas previstas no regime jurídico do SEL – Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro -, proporcional à participação do município no seu capital social.

Das entidades societárias presentes no quadro n.º 28, a Matosinhos Sport, .EM., a Matosinhos Habit, EM. e o Leixões S.C. – Futebol SAD não cumprem as regras de equilíbrio estabelecidas no Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, isto é, apresentam um resultado de exploração anual operacional acrescido dos encargos financeiros negativo, como se pode ver no seguinte mapa.

Sociedades Comerciais	Resultados Operacionais	Encargos Financeiros	Desequilíbrio das Contas	Participação no Capital	Verba a Transferir
Matosinhos Sport, E.M.	-318.484,50	-10.459,11	-328.943,61	100%	328.943,61
Matosinhos Habit, E.M.	-78.145,48	-31.527,08	-109.672,56	100%	109.672,56
Leixões S. C. - Futebol SAD	-192.137,82	-437.025,67	-629.163,49	20%	125.832,70

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 31.º do Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, nesta situação é obrigatória, por parte do Município, a realização de uma transferência financeira com vista à cobertura dos prejuízos de exploração anual acrescido dos encargos financeiros. O n.º 3 deste mesmo artigo vai ainda mais longe, estabelecendo que o Município deveria prever no seu orçamento anual o montante previsional necessário à cobertura dos referidos prejuízos.

No entanto, atendendo à dificuldade que constituiria uma previsão dessa natureza antes do encerramento das contas, estabelece o n.º 4 do referido artigo que “No caso do orçamento anual em causa não conter verba suficiente para a cobertura dos prejuízos referidos no número anterior, deve ser inserida uma verba suplementar no orçamento do exercício subsequente, efectuando-se a transferência no mês seguinte à data de encerramento das contas.”

Nestes termos, caso o Município não efectue a transferência necessária para ultrapassar o desequilíbrio, o endividamento líquido e os empréstimos destas entidades relevam para o cômputo do endividamento municipal, na proporção da participação do município no capital social da entidade, dando-se assim cumprimento ao disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 36.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

Assim, e face ao exposto, a capacidade de endividamento do município foi calculada considerando o contributo das Associações de Municípios (LIPOR e AMP) e das três sociedades comerciais referidas nos parágrafos anteriores.

Quadro n.º 29

Capacidade de Endividamento

(Un: Euros)

Capacidade Endividamento	Valor
1 - Receitas Arrecadas em 2008 (A)	58.734.823,40
2 - Endividamento Líquido Total	-20.020.796,18
3 - Limite de Endividamento Líquido Municipal = 125% x A	73.418.529,25
4 - Endividamento Bancário de Médio e Longo Prazo	12.932.713,63
5 - Limite de Endividamento Bancário = A	58.734.823,40
6 - Capacidade de Endividamento Líquido (3-2)	93.439.325,43
7 - Capacidade de Endividamento Bancário (5-4)	45.802.109,77
8 - Índice da Capacidade de Endividamento Líquido (6/3)	127,27%
9 - Índice da Capacidade de Endividamento Bancário (7/5)	77,98%

Analisando o **Endividamento Líquido Total** podemos constatar que o valor negativo de 20.020.796,18 euros, calculado pela diferença, como vimos anteriormente, entre o somatório dos Passivos e o somatório dos Activos, é justificado pelo facto de o total do Activo ser superior ao total do Passivo. Se compararmos este valor negativo com o Limite de Endividamento Líquido Municipal, presente do quadro n.º 29, no montante de 73.418.529,25 euros, podemos concluir que o município de Matosinhos não só não utilizou a sua capacidade de endividamento líquido, como ainda aumentou essa capacidade para 127,27%.

Já no **Endividamento Bancário** de médio e longo prazo, o montante de 12.932.713,63 euros representa o capital em dívida em 31 de Dezembro de 2009 dos empréstimos não excepcionados, do município e das entidades referidas no quadro n.º 28. Assim, Pela análise do quadro n.º 29 podemos concluir que, no final de 2009, o município dispunha de um índice de Capacidade de Endividamento Bancário de 77,98%, ou seja, do Limite de Endividamento Bancário de 58.734.823,40 euros apenas se utilizou cerca de 22%, ou seja 12.932.713,63 euros.

No entanto se acrescentarmos à dívida de longo prazo o montante ainda não utilizado do empréstimo contratado em 2009, o Município, mesmo assim, dispõe de uma capacidade de endividamento bancário de médio e longo prazo de 20,5 milhões de euros.

5.3 Indicadores de Gestão

5.3.1 Indicadores de Natureza Orçamental

Neste capítulo pretendemos apresentar uma visão global da receita e da despesa, e da sua evolução ao longo dos últimos 3 anos, através de indicadores, estabelecendo relações de grandeza entre ambas.

Quadro n.º 30

Indicadores da Estrutura da Receita	2007	2008	2009
Receitas Próprias / Receita Total	76,3%	62,8%	60,8%
Impostos Locais (1) / Receita Total	57,0%	47,5%	40,2%
Venda de Bens de Investimento / Receita Total	0,1%	0,0%	4,3%
Transferências / Receita Total	23,4%	35,0%	33,3%
Passivos Financeiros / Receita Total	0,3%	2,0%	6,0%

(1) Impostos Locais: Imposto Municipal s/ Imóveis, Imposto Municipal s/ Veículos, Imposto Municipal

s/ Transações de Imóveis, Derrama, Contribuição Autárquica, Imposto Municipal de SISA

Pela leitura do Quadro n.º 30 podemos constatar que, ao contrário da receita total que aumentou em cerca de 12,5% entre 2008 e 2009, o peso relativo das receitas próprias diminuiu, de 62,8% para 60,8%. Também o peso dos impostos locais na receita total diminuiu devido a um decréscimo nos impostos directos arrecadados. No entanto, apesar do aumento das transferências, de 2008 para 2009, em 6,9%, o peso relativo das transferências no total das receitas diminuiu, pelo facto de este aumento ter sido inferior ao da receita total. Já o rácio relativo aos passivos financeiros (utilizações de capital) tiveram um aumento de 4 p.p.; no entanto, este indicador deverá ser lido conjuntamente com os Passivos Financeiros da Despesa, já

que uma parte daqueles, os relativos ao empréstimo de curto prazo contratado em 2009, foram anulados, decorrente da amortização integral desse empréstimo. Desta forma, este rácio apresentaria o valor de 1,4%. Também o rácio relativo à vendas de bens de investimento reflecte um aumento deste item devido à venda de imobilizado à INDAQUA.

Quadro n.º 31

Grau de Cobertura Global das Receitas e das Despesas	2007	2008	2009
Receita Total / Despesa Total	98,1%	93,9%	102,7%
Receita Corrente / Despesa Corrente	138,3%	131,4%	113,0%
Receita de Capital / Despesa de Capital	14,2%	28,1%	76,4%
Passivos Financeiros / Despesa Total	0,3%	1,9%	6,1%
Receitas Próprias / Despesa Total	74,8%	59,0%	62,4%
Impostos Locais (1) / Despesa Total	55,9%	44,6%	41,3%

(1) Impostos Locais: Imposto Municipal s/ Imóveis, Imposto Municipal s/ Veículos, Imposto Municipal

s/ Transações de Imóveis, Derrama, Contribuição Autárquica, Imposto Municipal de SISA

Por outro lado, a análise do Quadro n.º 31, permite-nos constatar que, ao contrário ao que se verificou em 2007 e 2008, em 2009 as receitas totais arrecadas foram superiores às despesas pagas, o que faz com que transite para a gerência seguinte, em termos orçamentais, o montante de 5.228.681,32 euros.

Outro facto interessante é que, nos três anos em análise, as receitas correntes excederam as despesas correntes, dando origem à já analisada Poupança Corrente, e em 2009 as receitas de capital cifraram-se em cerca de 76,4% do valor das despesas de capital.

Os passivos financeiros da receita, isto é, o recurso ao endividamento, cresceram cerca de 4,2 p.p. no total das despesas, variação semelhante à que existe relativamente ao total das receitas, mas que deverá ser interpretado da mesma forma.

O peso relativo dos impostos locais no total de despesas assistiu a um decréscimo, entre 2008 e 2009, pelas razões atrás indicadas. Mas, apesar de tudo, podemos constatar que 52,4% de toda a despesa é suportada por receitas próprias da autarquia sendo que, 41,3% da despesa total é assegurada por impostos locais.

5.3.2 Indicadores de Natureza Patrimonial

Os indicadores patrimoniais são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento. No entanto, no caso das autarquias, há que ter em atenção que o activo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente os bens de domínio público (que representam cerca de 21% do activo total do Município) e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas.

Apesar destas limitações, estes indicadores, apresentados no quadro n.º 32, permitem-nos ter uma perspectiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.

Quadro n.º 32

Indicadores	2008	2009
Estrutura do Activo		
Activo fixo / Activo Total	95,7%	96,2%
Activo Circulante / Activo Total	4,3%	3,8%
Activo Fixo / Activo Circulante	2230,4%	2566,4%
Estrutura do Passivo		
Passivo longo prazo / Passivo Total	33,5%	23,0%
Passivo curto prazo / Passivo Total	10,7%	18,6%
Passivo longo prazo / Passivo curto prazo	312,8%	123,9%
Análise do Activo Fixo		
Activo fixo / Endividamento a médio longo prazo	1177,3%	1512,8%
Amortizações Acumuladas / Imobilizado Bruto	23,3%	22,6%
Análise do Passivo Exigível		
- Coeficiente de endividamento a curto prazo		
Dívida de curto prazo / Património Líquido	3,4%	7,1%
- Coeficiente de endividamento a longo prazo		
Dívida de médio longo prazo / Património Líquido	10,7%	8,8%
Índices de Liquidez		
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	32,5%	27,9%
Activo circulante / Exigível a curto prazo	165,1%	73,0%
Índice de Solvência		
Dívidas a terceiros / Activo total	10,7%	11,5%

Pela análise dos rácios da estrutura do activo, podemos ver que ela não se terá alterado muito entre 2008 e 2009, tendo-se assistido a uma diminuição do peso do activo circulante, em proveito do activo fixo, no total do activo. De facto, o peso do activo fixo sobre o circulante continua enorme (2.566,4%) e aumentou face a 2008.

No que se refere à estrutura do passivo, há que realçar que enquanto que, em 2008, o passivo de curto prazo era um terço do passivo de médio e longo prazo, em 2009 houve um aumento do peso do passivo de curto prazo e uma diminuição do peso do passivo de médio e longo prazo no total do passivo. Isto mesmo pode ser constatado também nos rácios referentes à análise do passivo exigível: enquanto que o coeficiente de endividamento de curto prazo passou de 3,4% para 7,1%, o de médio e longo prazo sofreu uma ligeira diminuição, de 10,7% para 8,8%.

O activo fixo constitui basicamente o investimento directo da autarquia, líquido das depreciações que entretanto vão ocorrendo. Ao compararmos o activo fixo com o endividamento a médio e longo prazo, verificamos que o primeiro supera o segundo quinze vezes, o que significa que apenas cerca de um quinze avos do imobilizado avaliado está a ser financiado por endividamento a médio e longo prazo. Este indicador representa a garantia, em bens, da autarquia aos seus financiadores. No entanto, e como já foi atrás referido, há que ter algum cuidado ao analisá-lo, já que cerca de 21% do imobilizado avaliado da autarquia são bens de domínio público. Portanto este indicador de solvência deverá ser encarado como meramente indicativo.

Ainda dentro da análise do activo fixo, podemos verificar que o coeficiente de envelhecimento do imobilizado passou, de 2008 para 2009, de 23,3% para 22,6%, o que significa que, apesar de ser relativamente recente, se o aumento das amortizações acumuladas for superior ao aumento do imobilizado bruto a tendência será para o seu envelhecimento.

Passando agora à análise dos índices de liquidez, podemos verificar que em ambos os rácios ocorreu uma quebra, pois quer as disponibilidades, quer o activo circulante diminuíram de 2008 para 2009 e as dívidas a

terceiros de curto prazo aumentaram. Particularizando o índice de liquidez imediata, conclui-se que, no final de 2009, as disponibilidades eram 2,8 vezes inferiores ao passivo de curto prazo.

Finalmente, da análise de índice de solvência, podemos corroborar a manutenção de uma situação financeira positiva da autarquia (que já em 2008 era bastante boa): de facto, o peso das dívidas a terceiros no Activo Total é de apenas 11,5%.

Proposta de Aplicação dos Resultados

O resultado líquido da gerência, de acordo com o ponto 2.7.3.2 do POCAL (Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro), deve ser transferido para a conta 59.01 “Resultados Transitados”.

Dado que o valor do Resultado Líquido do Exercício é de – 18.097.181,07 €, não haverá lugar à aplicação de resultados.